Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

ALÉM DAS SECAS E DAS CHUVAS

OS USOS DA NOMEAÇÃO *MULHER TRABALHADORA RURAL* NO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia Social, sob a orientação da Profª Dra. Mary Jane Paris Spink.

São Paulo
2004

Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

ALÉM DAS SECAS E DAS CHUVAS

OS USOS DA NOMEAÇÃO MULHER TRABALHADORA RURAL NO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO

São Paulo,

Banca Examinadora:

Profª Drª Mary Jane Paris Spink (orientadora)

Profª Drª Miriam P. Grossi (examinadora externa)

Profª Drª Sue Fleming (examinadora externa)

Profª Drª Bader B. Sawaia (examinadora interna)

Profº Drº Peter Kevin Spink (examinador interno)

Ilustração baseada na arte popular da Colômbia

"...vai óiando coisa a grané
coisa que pra mode vê
o cristão tem que andar a pé"

Luiz Gonzaga
Estrada de Canidé

RESUMO

CORDEIRO, Rosineide de L. Meira. **Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação *mulher trabalhadora rural* no Sertão Central de Pernambuco**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de estudos Pós Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

Este trabalho objetiva compreender os usos da nomeação *mulher trabalhadora rural* como estratégia identitária de empoderamento e de obtenção de direitos pelas mulheres no Sertão Central de Pernambuco. É uma pesquisa de orientação etnográfica na qual se destaca, além das interações com as pessoas do lugar e das entrevistas, a análise de documentos de domínio público produzidos pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco. Este estudo se filia à produção do Núcleo de Estudos e de Pesquisa em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos (PUC/SP) e alinha-se às investigações da Psicologia Social discursiva com ênfase no debate sobre práticas discursivas e posicionamento. Do ponto de vista teórico, foram consideradas ainda as reflexões feministas sobre categorias identitárias e processos de empoderamento.

O argumento que norteia este estudo é de que ser *mulher trabalhadora rural* não é uma essência rígida e imutável ou tampouco algo intrínseco às mulheres que vivem e trabalham na área rural. Ser *mulher trabalhadora rural* é uma posição assumida a partir do lugar no qual a pessoa se situa. Entretanto, tanto a posição quanto o lugar são produtos sociais. A ênfase recai nos contextos interacionais e discursivos nos quais as mulheres se posicionam como trabalhadoras rurais.

De forma ampla, é possível apontar que a nomeação *mulher trabalhadora rural* contribui para o empoderamento das mulheres e a obtenção de diversas ordens de direitos. Tal nomeação é imbricada com a ação coletiva das mulheres, sendo utilizada de diferentes maneiras e com objetivos diversos. Dependendo do contexto, ora elas se posicionam como mulheres, ora como trabalhadoras rurais, ora como moradoras da área rural do Sertão de Pernambuco. As mulheres transgridem os espaços socialmente delimitados para elas e desenvolvem novas posturas e interesses diante das suas vidas e do mundo a sua volta. Entretanto, apesar da consolidação de um vigoroso movimento de mulheres na região e das redes tecidas em âmbitos estadual, regional, nacional e internacional, em nível local, a família e a comunidade parecem resistir ao empoderamento das mulheres. A liberdade de ir e vir independentemente dos interesses familiares e o exercício da sexualidade fora da união conjugal não são conquistas plenamente consolidadas para todas as mulheres. Além disso, muitas mulheres não dispõem de documentos sobre o uso e a propriedade da terra, o que possivelmente indica pouco acesso e controle restrito das mulheres sobre os recursos materiais.

Palavras-chave: práticas discursivas, posicionamento, empoderamento, psicologia discursiva, construcionismo, feminismo, mulher trabalhadora rural.

ABSTRACT

Cordeiro, Rosineide de L. Meira. **Beyond drought and rain: the use of the nomination *rural worker woman* in the central region of Pernambuco's *Sertão***. 2004. Thesis (Doctor in Social Psychology) – Graduate Program in Social Psychology, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

This work aim to understand the use of the nomination *rural worker woman* as an identity strategy used by women of the central region of Pernambuco's *Sertão* seeking their empowerment and obtainment of specific civic rights. It is an ethnographic orientation research which emphasizes on the interaction with the local people and the interviews, as well as the analysis of public documents produced by the Movement of Women Rural Workers of the Central *Sertão* of Pernambuco. This work is part of the production of the Research Centre on Discursive Practice and the Production of Meaning (PUC/SP), aligned with studies in discursive social psychology stressing the debate on discursive practices and positioning processes. Theoretically, the study also included a discussion about feminist categories of identity and empowerment processes.

Our argument is that *rural worker woman* is neither an immutable and rigid essence nor something intrinsic to the women who live and work in the rural area. To be a *rural worker woman* is an assumed position regarding the place on which a person situates herself. However, the place and the process of positioning are both socially produced. The emphases were on interaction and discursive contexts in which women position themselves as rural workers.

In a broad sense, it is possible to point out that the nomination *rural worker woman* contributes to the women's empowerment and the acquisition of different kinds of civil rights. This nomination is related to the women's collective actions being used for different objectives and in different manners. Depending on the specific context, women position themselves in different ways such as women, rural workers or inhabitants of the rural area in the Pernambuco's *Sertão.* Women transgress their socially delimited spaces and develop new postures and interests before their lives and the surrounding world. Meantime, despite the consolidation of a vigorous women's movement in the region and the construction of a state, regional and international network, at the local level, the family and the community seem to resist to the women's empowerment process. To circulate freely in and out the community, independently of family duties and the exercise of the women sexuality out of conjugal unions are not fully consolidated achievements for all women in the region. Besides this, many women do not have their land property documents or even the legal license for its use. This may show the lack of access and restrictions of material resources imposed to women.

Key words: discursive practices, positioning, empowerment, discursive psychology, constructionism, feminism, rural worker woman.

RESUMEN

CORDEIRO, Rosineide de L. Meira. **Más allá de las sequías y las lluvias: los usos de la denominación *mujer trabajadora rural en el* Sertón Central de Pernambuco**. 2004. Tesis (Doctorado en Psicología Social) – Programa de Estudios de Postgrado en Psicología Social, Pontificia Universidad Católica, São Paulo, 2004.

El presente trabajo buscó comprender los usos de la denominación *mujer trabajadora rural* como estrategia identitaria de empoderamiento y para la obtención de derechos por parte de las mujeres del Sertón Central de Pernambuco en Brasil. Se trata de una investigación de tipo etnográfica en la cual se destacan, además de las interacciones establecidas con las personas del lugar y de las entrevistas realizadas, el análisis de documentos de dominio público producidos por el Movimiento de Mujeres Trabajadoras Rurales del Sertón Central de Pernambuco. El estudio se inserta en la producción del Núcleo de Estudios y Pesquisas en Prácticas Discursivas y Producción de Sentidos de la Pontificia Universidad Católica de San Pablo (PUC/SP), y se encuadra en las investigaciones de la Psicología Social Discursiva con énfasis en las discusiones sobre prácticas discursivas y posicionamientos. Desde el punto de vista teórico, también fueron consideradas las reflexiones feministas sobre las categorías identitarias y los procesos de empoderamiento.

El argumento que orienta este estudio es que la noción *mujer trabajadora rural* no se constituye como una esencia rígida e inmutable, ni tampoco es algo intrínseco a las mujeres que viven y trabajan en el área rural. Ser una *mujer trabajadora rural* es una posición asumida a partir del lugar del cual la persona se posiciona. Sin embargo, tanto la posición como el lugar son productos sociales. El énfasis está en los contextos interactivos y discursivos a partir de los cuales las mujeres se posicionan como siendo trabajadoras rurales.

De manera amplia, es posible destacar que la denominación *mujer trabajadora rural* contribuye para lo empoderamiento de las mujeres y la obtención de varios tipos de derechos. Tal denominación está íntimamente relacionada con la acción colectiva de las mujeres, siendo utilizada de varias maneras y con objetivos diversos. Dependiendo del contexto, las mujeres se posicionan ya sea como mujeres, como mujeres trabajadoras o como mujeres que viven en el área rural del Sertón de Pernambuco. Las mujeres transgreden los espacios socialmente establecidos para ellas y desarrollan nuevas posturas e intereses con relación a sus vidas particulares y al mundo que las rodea. Sin embargo, a pesar de la consolidación de un vigoroso movimiento de mujeres en la región y de las redes tejidas en los ámbitos estatal, regional, nacional e internacional, a nivel local parece que la familia y la misma comunidad se resisten al proceso de empoderamiento iniciado por las mujeres. La libertad para ir y venir, independientemente de los intereses familiares, y el ejercicio de su sexualidad fuera de la unión conyugal, no son conquistas plenamente consolidadas por todas las mujeres. Además, muchas de ellas no disponen de documentos de uso y propiedad de sus tierras, lo que puede estar indicando el poco acceso y la existencia de restricciones para que ellas hagan uso de los recursos materiales disponibles.

Palabras claves: prácticas discursivas, posicionamiento, empoderamiento, psicología discursiva, construcionismo, mujer trabajadora rural .

A QUEM CAMINHA

O sol é escaldante e tudo é muito claro, parece que nada escapa ao seu brilho e vigor. Nenhuma piedade aos viventes nestas paragens. E as estradas? Ah! algumas dão voltas e outras se alastram num estirão. Às vezes é preciso aprender com as cabras a subir e descer as serras, a saltar de pedra em pedra sem escorregar. A terra é vermelha ou meio marrom.

A vegetação é a caatinga — mata branca —, cheia de arbustos e árvores de pequeno porte, cactos e bromélias com gradações de cor que vão do verde ao cinza. Dependendo da época do ano, as árvores ficam despidas de folhas e os galhos muito secos.

Neste lugar quando o céu fica escuro e os relâmpagos e os trovões cortam o dia ou a noite as pessoas olham ao redor e costumam dizer: *está bonito para chover*. As chuvas, recebidas com alegria, são consideradas dádivas divinas. Fé, esperança e chuva se misturam incessantemente.

Tem época do ano que venta bastante... A poeira sobe e gente e terra se confundem. Tudo é muito intenso, árido e forte. As noites, porém, são amenas e nesse horário todos se recolhem em casa. Com exceção de quem estuda, quase ninguém anda à noite. As pessoas dormem cedo.

E a água? Neste lugar é possível dizer que a água pode ter vários sabores e cores. Você pode beber água da chuva, da cacimba, do poço, do riacho, do açude, da comunidade e, também, da COMPESA.

Como em qualquer parte do mundo, o sagrado e o profano se presentificam nas muitas festas. Temos os batizados, os casamentos, a festa da(o) padroeira(o), o dia de São José, a Semana Santa, o São João, o São Pedro...

E o povo do lugar? Ah! são muitos os mundos e muitos os casos. Ao chegar em uma casa, você é convidado(a) a entrar e a sentar-se, e logo um café é servido. As histórias são deliciosas e encantadoras. As conversas começam desconfiadas e vagarosamente, as perguntas vão surgindo, surgindo e pronto... quando a prosa engata é difícil ir embora. É possível conversar sobre os acontecimentos de vida e de morte das pessoas, dos animais e das plantas.

Se for tempo de colheita, você sai com alguma coisa embaixo do braço: milho, para fazer pamonha, canjica, cozinhar ou assar; feijão, cozinhado de andu; rapadura, frutas, farinha, macaxeira ou ovos. Além do presente embaixo do braço, as tramas e os dramas das pessoas do lugar igualmente te acompanharão, e farão parte também das tuas narrativas.

AGRADECIMENTOS

À profª Mary Jane Spink, pela acolhida, pela escuta afetiva e pela disponibilidade nos nossos inúmeros encontros de orientação. Durante esse processo suas questões instigantes e sugestões criativas me animaram a buscar novos caminhos e encarar com leveza a 'arte e o ofício' acadêmicos. Além disso, o seu estilo na condução do Núcleo, as oportunidades criadas para o desenvolvimento do potencial dos(as) alunos(as) e a relação que estabelece com os (as) orientandos(as) foram contribuições valiosas para a minha formação como docente e pesquisadora.

Ao meu amor, Hamilton Figueiredo, pela cumplicidade, companheirismo e apoio em todos os momentos desse longo processo. Sua presença amorosa trazia mais brilho e cor aos dias alegres; e nos dias nebulosos, quando a inspiração desaparecia e só restavam uma tela vazia e cansaço, me fazia acreditar que novas auroras apareceriam no horizonte.

A Vanete Almeida, que confiou na proposta deste trabalho e contribuiu de diferentes maneiras para que ele fosse realizado. Sua generosidade, seu compromisso ético-político e a sensibilidade diante da vida muito me ensinaram. Ao abrir as porteiras do Sertão para mim, permitiu que eu entrasse em novos mundos.

Às participantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco – MMTR, pela acolhida, pela paciência e disponibilidade diante das minhas questões e comentários. Agradeço pela confiança, pela oportunidade e por permitirem a realização da pesquisa. Foi uma honra ter convivido com elas.

Ao prof. Peter Spink, pelas sugestões, indicações de textos e provocações recheadas de argúcia criativa durante o curso e no exame de qualificação. À profª Leny Sato, pelas contribuições valiosas no exame de qualificação.

Às mulheres e homens do Sertão Central de Pernambuco, que me brindaram com muitas histórias, conversas e informações importantes, e me ajudaram a compreender um pouco mais da vida no Sertão. Durante minha estada na região contei com o apoio decisivo de Vanda Almeida, Gizelda Frazão, Arlinda A. de Lima (STR de Santa Cruz da Baixa Verde), Antônio Filho e Nadja Cantarelli (FETAPE), Lucimara Rodrigues dos Santos e Rivaneide L. Almeida Matias (CECOR), Lucenir Maria dos Santos, João Henrique Soares e Diniz (STR de Triunfo).

A Auxiliadora Cabral e Margarida Pereira da Silva (Hilda), do MMTR-NE, pelas informações prestadas e material gentilmente cedido da Campanha de Documentação.

A Denise Carreira e Fred Ghedini, que me acolheram em São Paulo e fizeram com que eu me sentisse em casa e num porto seguro. A amizade, solidariedade e carinho, além do humor refinado, foram fundamentais durante essa jornada. Devo à querida Dê muitas reflexões presentes neste trabalho, elas nasceram das nossas conversas deliciosas ao redor da mesa da cozinha.

A Milagros Garcia, Sérgio Aragaki, Jacqueline Brigagão, Jesus Canelon e Vera Menegon, pelas trocas acadêmicas e afetivas, pelo apoio e estímulo constantes. As indagações, comentários, reflexões e sugestões que me presentearam estão espraiados por toda a tese. A Serginho e Milagros, especialmente, por me ajudarem nos trâmites legais junto à PUC/SP.

A Alcileide Cabral (Alci), companheira de jornada em Recife e em São Paulo, pelo seu acolhimento e sugestões, desde quando o projeto era só um esboço até o texto final. Seu olhar de historiadora não me deixou perder o rumo da história das mulheres.

A Cláudia Pedrosa e Mariana Aron, que me ajudaram de diferentes formas na execução deste trabalho. Agradeço pelos textos, pelos inúmeros favores e pelo trabalho de 'procuradora'.

A Ricardo Pimentel, pela leitura atenta e sugestões na primeira versão deste trabalho.

Aos participantes do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, que muito contribuíram para que o doutorado fosse menos solitário e mais solidário. As discussões da tese em vários momentos no Núcleo permitiram que eu enveredasse pelas trilhas da Psicologia Social discursiva com mais entusiasmo e segurança. Muitas inspirações com as quais me brindaram estão presentes aqui.

A Daniela Rodrigues e Luiza Cerqueira (ex-alunas e amigas), que muito fizeram para que este trabalho não parasse mesmo quando a dengue tomou conta de mim ou nas crises de LER.

A Herlinda Borges, minha facilitadora querida, pelo afeto e cuidado durante esse processo. Sua sabedoria e intuição fizeram com que eu trilhasse esse caminho com um pouco mais de saúde, ritmo e regulação.

A Terezinha Mansur, pela torcida e apoio à distância. Suas visitas e telefonemas me animavam e faziam com que eu encarasse essa trajetória com leveza e otimismo.

A Ivete Lourenço, Síria Silva e Leozina B. Andrade, amigas de longa data, que em diferentes momentos me apoiaram e estimularam para que este trabalho fosse concluído. As trocas, as conversas e sua amizade são pontes preciosas na nossa cidade.

A meus pais, irmãs, irmãos, sogros(as), cunhados(as) e sobrinhos(as), pelos nossos vínculos e pela compreensão nas longas ausências desses quatro anos.

Na organização da tese contei com o trabalho valioso de vários profissionais:

- Graça Galindo, na leitura atenta, revisão final e formatação do texto; suas sugestões foram fundamentais para que ele se tornasse mais leve e atraente;
- Márcia Lemos, na organização e formatação dos anexos da tese;
- Ronaldo Patrício, Elizama Carvalho da Costa, Maria Helena e Cristina Maia, na transcrição das fitas;
- Flaviana Rosa Santos e Maria do Carmo Bezerra de Melo, na organização das entrevistas;
- Floriano Melchiads Junior, pela ilustração da abertura;
- Fátima Santos, na organização do material fotográfico da pesquisa;
- Jasmina Câmara, do Centro de Documentação da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco, pela confecção dos mapas;
- Adriana Buarque e Ana Paula Santana (Centro de Documentação do SOS CORPO - PE) e Halida C. R. Fernandes (Centro de Documentação do SOF – SP), para acesso ao acervo e empréstimo de material.
- Milagros Garcia Cardona pela tradução dos resumos em inglês e espanhol.

Por fim, quero agradecer ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, que me concedeu licença das minhas atividades de docente para cursar o doutorado; ao Programa PICDT da CAPES pela concessão da bolsa; e a Ramiro Miranda e Ioneide dos Santos Lins, funcionário(a) do setor de bolsas da UFPE, que acompanham a vida dos(as) bolsistas lembrando com presteza os prazos, relatórios e pagamentos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

1. Da história de um campo-tema 3
   - 1.1 No dia em que conheci o Movimento 4
   - 1.2 Abrindo novas porteiras 6
   - 1.3 Os bons e inquietantes encontros 8
   - 1.4 Visitando o Sertão Central 10
2. Da estrutura da tese 14

CAPÍTULO 1 - DELINEANDO O DEBATE SOBRE AS NOÇÕES IDENTITÁRIAS 16

- 1.1 O aporte feminista 17
  - 1.1.1 Mapeando os termos do debate 17
  - 1.1.2 O debate feminista no Brasil sobre as noções identitárias 26
- 1.2 O aporte da Psicologia Social discursiva 31
  - 1.2.1 A matriz *mulher trabalhadora rura*l 31
  - 1.2.2 O uso da nomeação *mulher trabalhadora rural* 33
  - 1.2.3 Ser *mulher trabalhadora rural* 38
- 1.3 Empoderamento e *self* 42

CAPÍTULO 2 - SITUANDO A PESQUISA 50

- 2.1 Pesquisar conversando 53
  - 2.1.1 Do cotidiano da pesquisa 57
- 2.2 Do Sertão que andei 63
  - 2.2.1 O Sertão mora em mim 63
  - 2.2.2 Jatiúca: um lugar no pé da serra 67
  - 2.2.3 Uma estranha em Jatiúca 75

CAPÍTULO 3 - A NOMEAÇÂO MULHER TRABALHADORA RURAL NA TRAJETÓRIA DO MMTR 81

- 3.1 Entoando uma nova loa no Sertão 86
  - 3.1.1 A luta pela inclusão das mulheres em programas de emergência 88
  - 3.1.2 'Somos mulher e trabalhadora, temos valor!' 92
  - 3.1.3 As mulheres no movimento sindical rural 101
  - 3.1.4 Ampliando as fronteiras e os laços 107
- 3.2 Fortalecendo os fios e ampliando a voz 108
  - 3 2.1 Instituindo um movimento de mulheres 108
  - 3.2.2 Criando e fortalecendo vínculos entre as mulheres 110
  - 3.2.3 Gestando alternativas para melhorar a vida do lugar 112
  - 3.2.4 As lutas das mulheres por Previdência Social Rural 112
  - 3.2.5 As lutas para garantir a voz das mulheres 116
- 3.3 Buscando novos temas e conexões 121
  - 3.3.1 Lançando novas sementes 122
  - 3.3.2 Quando a violência bate à porta 123
- 3.4 Alinhavando os acontecimentos e re-contando as histórias 125
  - 3..4.1 Redesenhando o Movimento 126
  - 3.4.2 Vinte anos de lutas, organização e conquistas 127
  - 3.4.3 Reapresentando o Movimento 128

CAPÍTULO 4 - OS USOS DA NOMEAÇÃO *MULHER TRABALHADORA* RURAL NO COTIDIANO DAS MULHERES 133
4.1 Os aprendizados, as conquistas e as dificuldades 135
4.2 Os usos da nomeação nos documentos 149
4.3 Nenhuma trabalhadora rural sem documentos 152

CONSIDERAÇÕES FINAIS 162

FONTES 170

BIBLIOGRAFIA 176

ANEXOS

Anexo 1a Perfil das mulheres entrevistadas
Anexo 1b Perfil dos profissionais, sindicalistas e militantes entrevistados(as)
Anexo 2 Linha narrativa das entrevistas
Anexo 3a Relações institucionais (correspondência enviada)
Anexo 3b Relações institucionais (correspondência recebida)
Anexo 4a Correspondência enviada por região e outros países
Anexo 4b Correspondência recebida por região e outros países
Anexo 5 Análise dos posicionamentos
Anexo 6 Mapa de Pernambuco
Anexo 7 Mapa da área de atuação do MMTR
Anexo 8 Temas dos encontros do Movimento
Anexo 8a Relatórios
Anexo 9 Lista de participantes dos encontros – MMTR
Anexo 10 Temas das reuniões de coordenação – MMTR
Anexo 10a Relatórios das reuniões de coordenação
Anexo 11a Aprendizados
Anexo 11b Conquistas
Anexo 11c Dificuldades
Anexo 12a A história da documentação das mulheres
Anexo 12b As mulheres e os documentos de propriedade da terra
Anexo 12c A inclusão da profissão nos documentos

INTRODUÇÃO

Prepare o seu coração
pras coisas que eu vou contar,
eu venho lá do Sertão
e posso não lhe agradar ...
Geraldo Vandré, *Disparada*

A partir de 1982, nos sítios e vilas do Sertão Central de Pernambuco, as mulheres iniciaram um lento e laborioso processo de reflexão sobre as suas vidas e o trabalho em casa e no roçado. Elas foram conjugando os interesses, afinando os discursos e criando conexões, trocas e vínculos entre elas próprias e com outros atores sociais. Reivindicações foram formuladas e muitas lutas foram travadas em vários espaços sociais.

As mulheres passaram a se definir e se posicionar como *mulheres trabalhadoras rurais* e a exigir a participação nas decisões que afetam as suas vidas, tanto nas esferas públicas quanto privadas. Entretanto, elas ainda convivem, de forma simultânea, com a pouca visibilidade do trabalho feminino na agricultura familiar, com a ausência de documentos pessoais e de propriedade da terra que comprovem o seu trabalho, com restrições à liberdade de ir e vir e ao exercício da sexualidade independente da união conjugal.

Apesar dessas dificuldades algumas mulheres não esmoreceram ou desanimaram. Aprenderam a recusar classificações que as identificam como 'doméstica' ou do 'lar, lutam para ter acesso aos direitos previdenciários e registram na documentação que são trabalhadoras rurais. Além disso, transgridem os espaços socialmente delimitados para elas e assumem novas posturas e interesses diante das suas vidas e do mundo a sua volta.

Ao assumir novos posicionamentos as mulheres lançam mão de diferentes estratégias, dentre as quais se destacam os diferentes usos da nomeação *mulher*

trabalhadora rural. O objetivo desta tese é compreender os usos desta nomeação pelas mulheres do Sertão Central de Pernambuco, como estratégia identitária de *empoderamento* e obtenção de direitos.

O argumento que norteia este estudo é de que ser *mulher trabalhadora rural* não é uma essência rígida e imutável ou tampouco algo intrínseco às mulheres que vivem e trabalham na área rural. Ser *mulher trabalhadora rural* é uma posição assumida a partir do lugar no qual a pessoa se situa. Entretanto, tanto a posição quanto o lugar são produtos sociais. A ênfase recai nos contextos interacionais e discursivos nos quais as mulheres se posicionam como trabalhadoras rurais.

De forma ampla, os usos da nomeação mulher trabalhadora rural parecem estar calcados, sobretudo, em um novo ideário, cujo ponto de partida é o 'direito a ter direitos', que vai além do acesso formal a direitos sociais, políticos e civis e inclui aspectos como a auto-estima, os aprendizados pessoais e políticos, a capacidade de realização e a aposta na ação coletiva como estratégia de reinvenção da vida e das relações sociais. Isso envolve a construção de uma nova forma de sociabilidade e de convivência e um desenho mais igualitário das relações sociais.[1]

Todavia, não os compreendo como processos universais, contínuos ou evolutivos comandados por um ator privilegiado. O que evidencio são práticas sociais complexas, múltiplas, heterogêneas, em algumas ocasiões conflitivas, e que envolvem diferentes atores sociais em alianças contingentes e provisórias. São posicionamentos, vozes e burburinhos cotidianos presentes em contextos sociais lingüisticamente pautados. Estas são histórias de pessoas que vivem em precárias condições de vida, se juntam, forjam afinidades políticas e lutam para ter acesso a determinados direitos.

Inspirada por Donna Haraway (1995), situo este texto no rol dos trabalhos que argumentam a favor do conhecimento situado, parcial e crítico. Para isso, tomo como referência a Psicologia discursiva de cunho construcionista, na forma como é compreendida no referencial das práticas discursivas e produção de sentidos. Também estabeleço interlocução com as reflexões feministas e os estudos etnográficos.

[1] Evelina Dagnino, 1994.

Motivada pela história do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco, desenvolvi este estudo na área de ação do Movimento[2]. A pesquisa foi realizada durante dois anos (2001 e 2003) e nesse período morei seis meses no Sertão (Jatiúca). O foco de análise foram os documentos de domínio público produzidos pelo MMTR, as entrevistas e as minhas reflexões etnográficas.

1. Da história de um campo-tema de pesquisa

Uma das questões presentes na discussão de uma tese é o tema. A decisão de prestar seleção para o doutorado é acompanhada também pela decisão sobre o tema de pesquisa. De uma forma ou outra, durante todo o processo do doutorado falamos, conversamos, discutimos, apresentamos, elaboramos e construímos o tema de pesquisa, que envolve aspectos epistemológicos, éticos, teóricos e metodológicos. Colado a essa discussão está também o debate sobre a pesquisa, que inclui, além das reflexões teóricas, decisões sobre o lugar de sua realização, os (as) interlocutores (as), os procedimentos e a análise.

Peter Spink (2003), no texto *Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista*, problematiza tanto a noção de tema quanto de campo de estudo. Ao relatar o caminho percorrido pelo Núcleo de Pesquisa, Organizações e Ações Sociais – PUC/SP nas discussões sobre pesquisa, tema e campo, o autor assinala que o campo de pesquisa na psicologia comumente é entendido como um lugar específico fora das paredes de um laboratório: "Era um campo que existia num "lugar" e quando o pesquisador não estava no "lugar", também não estava no "campo". O "campo", portanto, era onde o pesquisador ia fazer os seus estudos" (p. 21).

Ao discutir a noção de campo, Peter Spink enfrenta um "mal-estar" que aparece quando não raro os (as) pesquisadores(as) de diferentes áreas se referem a campo e trabalho de campo entre aspas. Por exemplo, Clifford (2002), ao discutir a etnografia e pesquisa de campo, aponta que não está claro o que é "campo" e o que significa "ir a campo". Para ele, geralmente o trabalho de campo se refere a uma

[2] Que tratarei como MMTR – Sertão Central, MMTR ou Movimento

“prática espacial de pesquisa interativa e intensa, organizada em torno de uma ficção que é o ‘campo’ não tanto como um lugar, mas como um conjunto de práticas institucionais” (p. 268).

Ao tratar das dificuldades relativas à definição de campo como um local físico, Peter Spink parte de Kurt Lewin para construir uma noção de campo-tema que incorpore a processualidade de tema situados numa rede de materialidades complexas. Na definição do autor,

> O campo-tema, como complexo de redes de sentidos que se interconectam, é um espaço-criado usando a noção de Henri Lefebvre — herdado ou incorporado pelo pesquisador ou pesquisadora e negociado na medida em que este busca se inserir nas suas teias de ação. Entretanto isso não quer dizer que é um espaço criado voluntariamente. Ao contrario ele é debatido e negociado, ou melhor ainda, ele é argüido dentro de um processo que também tem lugar e tempo. Mesmo quando herdamos um campo-tema ou usamos termos que presumimos como legítimos, por exemplo, o campo dos movimentos sociais de HIV/AIDS, continuamos a negociá-lo através dos argumentos sobre a sua importância como tópico. (2003, p. 28)

Para o autor, o (a) pesquisador(a) quando fala do seu tema de pesquisa está não só propondo a relevância de um campo-tema, está também se posicionando no campo-tema. O campo deixa de ser um lugar específico, um local onde a pessoa realiza uma pesquisa e depois se afasta quando ela é concluída. O campo nesta acepção **“**é o argumento no qual estamos inseridos; argumento este que têm múltiplas faces e materialidades, que acontecem em lugares diferentes” (p. 28).

Apresento a seguir uma pequena narrativa da construção do campo-tema na qual enfatizo os momentos que expressam os diferentes rumos tomados do ponto de vista teórico e metodológico e as opções adotadas durante o processo.

1.1. No dia em que conheci o Movimento

O meu primeiro encontro com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco, em 1989, no Acre, está inserido na dinâmica das trocas e articulações entre pessoas, grupos e movimentos sociais presentes na década de 1980 e que potencializaram diferentes práticas políticas e vínculos interpessoais, interinstitucionais e político-ideológicos.

Naquela ocasião eu trabalhava no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Acre – CDHEP-AC, que junto com outras entidades fomentavam a organização das mulheres em grupos e movimentos[3]. Esse trabalho terminou por desembocar na criação de uma entidade feminista denominada Rede Acreana de Mulheres e Homens e na articulação das mulheres trabalhadoras rurais. Parte das atividades do CDHEP-AC era financiada pela OXFAM[4], que também assumia o papel de facilitar o intercâmbio e a articulação entre grupos de diferentes regiões. Numa dessas viagens de intercâmbio promovidas pela OXFAM, para o Nordeste, profissionais do CDHEP-AC e do Setor de Comunicações da Diocese de Rio Branco conheceram, em janeiro de 1989, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central[5] e o convidaram para participar do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Acre.[6]

Foram para o Acre três participantes do Movimento: Vanete Almeida (assessora e fundadora do Movimento), Benedita Alves da Silva (trabalhadora rural, moradora do município de Serra Talhada) e Maria Lenira de Souza e Silva (trabalhadora rural e moradora do município de São José do Belmonte). Além do encontro as participantes cumpriram uma intensa agenda no Acre, que incluiu visitas às áreas rurais, reuniões com ONGs e organizações do movimento sindical rural.

Para nós que estávamos iniciando um processo de organização das trabalhadoras rurais no Acre a experiência política das mulheres do Sertão era impressionante: participação ativa no movimento sindical, realização de inúmeros encontros, articulação estadual e um vasto material publicado. Além disso, elas falavam do Movimento com tanto orgulho, garra e vivacidade, que emocionavam todas nós. Depois daquele Encontro a experiência organizativa das mulheres do Sertão Central de Pernambuco passou a ser uma referência importante para as mulheres no Acre e os relatórios serviram de inspiração para as publicações de mulheres no Estado.

Entretanto, faz-se necessário reconhecer que, apesar do 'clima de sintonia', alguns temas provocavam porosidades e estranhamentos entre as 'mulheres do Acre' e as

[3] Destaco a Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Centro de Trabalhadores da Amazônia – CTA, o Setor de Comunicações da Diocese de Rio Branco e a Força Sindical Ferramenta.
[4] Associação Recife/Oxford para a Cooperação ao Desenvolvimento (Representação da Oxfam no Brasil).
[5] Que também era financiado pela OXFAM.
[6] Ver Relatório do I Encontro de Trabalhadoras Rurais do Acre, Rio Branco, junho de 1989 e o livro *Uma História de Mulheres*, MMTR do Sertão Central, Serra Talhada, 1994.

'mulheres do Sertão Central': a relação das mulheres com o movimento sindical rural; as questões ambientais e a organização sindical rural; a autonomia do movimento de mulheres e os financiamentos da Cooperação Internacional; e a relação entre movimentos sociais e ONGs.

1.2. Abrindo novas porteiras

Em 1992 me mudei para Recife para fazer mestrado no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. No Nordeste o meu contato com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais ocorreu por meio da Comissão Pastoral da Terra – CPT da Diocese de Propriá (SE). Fui convidada, durante alguns anos, para prestar assessoria pontual aos encontros de mulheres promovidos pela CPT. Nesses eventos eu tinha informações sobre a articulação regional das trabalhadoras rurais do Nordeste.

Em 1997 comecei a ministrar a disciplina Movimentos Sociais no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e me deparei com dois aspectos: de um lado, a consolidação de um campo de estudo sobre os movimentos sociais urbanos; de outro, a existência de estudos bastante inovadores sobre o que foi denominado de "novos movimentos sociais" (mulheres, negros, crianças e adolescentes). Entretanto, parecia que estes eram ancorados nas referências das pessoas que viviam nas cidades, ou seja, era uma reflexão eminentemente urbana.

Já as reflexões sobre os movimentos sociais rurais eram abrigadas na sociologia rural e a circulação das informações reservada aos eventos e às publicações da área. Quase não havia destaques, nessa literatura sobre movimentos sociais rurais, para a organização e a luta das mulheres, mesmo não sendo recente a participação delas nessas lutas.[7] Além disso, poucas reflexões tinham sido feitas a respeito dos significados culturais e políticos do movimento de mulheres no campo e pouca

[7] Basta lembrar a presença de Elizabete Teixeira das Ligas Camponesas na Paraíba e a participação das mulheres em acampamentos, assentamentos, *empates* e nas diferentes formas organizativas dos(as) trabalhadores(as). Se é verdade que a produção acadêmica sobre o tema ainda é restrita, o mesmo não se pode afirmar dos esforços do próprio movimento e dos articuladores sociais em produzir materiais que registrem e divulguem a história do movimento. Aqui relembramos, inclusive, pesquisas e estudos elaborados pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, pela Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG e pelas ONGs.

ênfase tinha sido dada ao movimento autônomo de mulheres rurais como movimento social.[8]

Observei também que é na área dos estudos sobre mulheres e gênero que a produção teórica sobre as mulheres rurais alcançou visibilidade.[9] Destaco o trabalho pioneiro de Heleieth Saffioti, *Mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (1969), que faz referências à vida das mulheres na área rural desde o Brasil Colonial. Nas décadas de 1970 e 1980, as reflexões dos(as) estudiosos(as) giraram em torno dos seguintes eixos teóricos: o trabalho das mulheres e o capitalismo no campo; a modernização da agricultura e as implicações para a vida e o trabalho das mulheres rurais; o trabalho feminino assalariado ou familiar; e a participação feminina na estrutura sindical rural.[10]

Na década de 1990, apareceram os estudos que articulam as dimensões de classe e gênero e aqueles que apontam as implicações e o significado da participação das mulheres no movimento sindical rural.[11] É desse período, também, o esforço de pesquisadoras que a partir da abordagem de gênero aprofundaram diferentes temáticas: desenvolvimento rural, meio ambiente, desertificação, divisão sexual do trabalho, produção agrícola e participação sindical. Contudo, são raras as pesquisas[12] que envolvem outras dimensões das relações de gênero na área rural: sexualidade, direitos reprodutivos, poder, corpo, identidade, violência, saúde, meio ambiente, etc. Paradoxalmente, alguns desses temas são conteúdos centrais dos encontros estaduais e regionais das mulheres rurais e estão presentes em cartilhas, relatórios e vídeos produzidos pelo próprio movimento.[13]

---

[8] Entre os trabalhos publicados especificamente sobre o movimento de mulheres rurais no início da década de 1990 destacamos o de Lena Lavinas e Paola Cappellin, *Gênero e classe: mulheres trabalhadoras rurais,* 1991.

[9] Os Anais do Seminário *Mulher Rural: Identidades na Pesquisa e na Luta Política* (1987) apresentam, além de uma rica bibliografia sobre o tema, os (as) pesquisadores(as) que vêm trabalhando com esse assunto. Ver também os trabalhos citados por Mary Castro e Lena Lavinas (*Do feminino ao gênero: a construção de um objeto*, 1992).

[10] Paola Giuliani e Lilian Santos, *A participação feminina na estrutura sindical rural e urbana,* 1986.

[11] Ver entre outros: Neide Miele, *Paraíba feminina, mulher forte sim senhor,* 1994; Deis Siqueira e Lourdes Bandeira, *Mulheres e relações de gênero no sindicalismo rural brasileiro,*1999; e Lena Lavinas e Paola Cappellin (*op. cit*.)

[12] Dentre elas ver: Ana Paula Portellla, *Gênero, saúde e representações entre mulheres camponesas,* 1999; Deis Siqueira, Lourdes Bandeira e Mostafá Amin, *Trabalhadoras rurais sindicalizadas*: *saúde, poder e cidadania,* 1994; e Ana Maria Costa e Kátia Karen, *Saúde da mulher trabalhadora rural,* 1994.

[13] Ver Rosineide Cordeiro, Relatório da Pesquisa *Identidade, práticas sociais e cidadania: o movimento de mulheres rurais no Norte e Nordeste*, Recife, 1999.

Essas questões me levaram a elaborar um projeto de pesquisa exploratório, *Movimento de Mulheres no Campo no Norte e Nordeste (1987-1997) – Identidade, práticas sociais e cidadania*, que tinha como objetivo mapear o movimento de mulheres no campo no Norte e Nordeste, identificando os contextos socioculturais, as formas organizativas, as lutas e as reivindicações das mulheres rurais.[14]

No início de 1998, fui convidada por algumas organizações do Acre para fazer parte da equipe de consultoras do I Encontro de Mulheres da Floresta Amazônica, realizado em Rio Branco. Foi durante a preparação desse evento que me reencontrei com Vanete Almeida. Contei-lhe sobre o projeto acima referido e ela me falou do Sertão Central, dos eventos realizados, do I Encontro Latino-Americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural (1996) e da articulação regional. Nessa ocasião adquiri algumas publicações e passei a me enfronhar no universo das mulheres do Sertão Central e com a literatura sobre a organização das mulheres rurais.

A partir desse levantamento bibliográfico e dos resultados da pesquisa exploratória esbocei o projeto de tese para a seleção de doutorado em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, tendo como foco de estudo a organização das mulheres do Sertão Central. Fiquei encantada com a vigorosa história de organização e mobilização dessas mulheres desde o início dos anos 1980 e com o papel que elas vêm ocupando na organização e articulação das mulheres em âmbito regional, nacional e latino-americano. Entretanto, em Pernambuco, esse protagonismo não tinha sido acompanhado por pesquisas e estudos sobre essas mulheres.

1.3. Os bons e inquietantes encontros

No primeiro semestre do doutorado (2000), cursei a disciplina Práticas Discursivas e Produção de Sentidos ministrada pela Profª Mary Jane Spink. O contato com as posturas construcionistas provocou um ciclo de reviravoltas nas minhas reflexões e uma reorientação profunda dos pressupostos teóricos e metodológicos que norteavam a tese até aquele momento.

[14] Por conta das questões financeiras e operacionais só consegui fazer o mapeamento dos grupos da região Amazônica.

Particularmente, fiquei atraída pela disponibilidade das posturas construcionistas em problematizar a concepção, os pressupostos e o modo de fazer ciência da modernidade. Ao desamarrarem os nós que mantêm atada a compreensão de ciência como algo transcendental, universal, verdadeiro e superior às práticas humanas, os (as) construcionistas situam o conhecimento no rol das práticas sociais.

Também fui cativada pela suspeita dos(as) construcionistas contra qualquer tentativa de naturalizar os processos, as categorias e as práticas sociais. Outra característica que me fascinou neles(as) foi o gosto pela discussão sobre a reflexividade e a ética na produção de conhecimento, além da sensibilidade acurada para a inovação metodológica. Como diz Peter Spink (2002, p. 3), "son irônicos tal vez; libertarios y rebeldes usualmente; simplemente son altamente sensibles a nuestros supuestos sobre nosostros mismos(as)".

Dada a diversidade das produções afinadas com o construcionismo, tomei como referência principal os estudos liderados pela profª Mary Jane Spink, voltados para a compreensão da produção de sentidos no cotidiano a partir da análise das práticas discursivas (SPINK e MENEGON, 1999; SPINK e MEDRADO, 1999; SPINK e FREZZA, 1999; SPINK, 2001; SPINK, 2002; SPINK, 2003).[15] Ao me integrar ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, paulatinamente redimensionei o meu tema de pesquisa, mobilizada pelas reflexões do Núcleo e pelas leituras construcionistas. Centrei meus esforços em compreender a construção da nomeação *mulher trabalhadora rural* no Sertão de Pernambuco, inspirada pelo texto de Ian Hacking (2001) *La construcción social de qué*?. Dada a minha empolgação com as publicações do Movimento, planejei inicialmente analisar esses documentos.

As reflexões construcionistas também provocaram uma revisitação às produções feministas, especialmente aquelas autoras que levam em conta as reflexões pós-estruturalistas para tecer críticas às posturas essencialistas sem perder de vista a ação política (BONDI, 1999; HARAWAY, 1995, 2000; BUTLER, 1998, 2003; SCOTT, 1994, 1999, 2002; COSTA 1996, 1998, 2002). Aliados às reflexões construcionistas essas autoras trouxeram subsídios valiosos para a compreensão da historicidade da nomeação *mulher trabalhadora rural* e das disputas políticas em torno dessa nomeação**.** O aporte feminista e os textos de Rom Harré (1990; 1998) permitiram

[15] Os trabalhos de Danzinger (1997) e Hacking (2001) identificam a variedade das posições/estudos construcionistas.

problematizar as posições identitárias, mesmo aquelas que foram constituídas no curso da ação política e da luta pela eqüidade de gênero.

1.4. Visitando o Sertão Central

Quando comecei o doutorado, escrevi para Vanete falando do meu interesse em desenvolver meu projeto de tese acerca do MMTR. Ela foi muito receptiva e sugeriu que eu fizesse uma visita ao Sertão Central. Em julho de 2001 viajei para Serra Talhada e fiquei hospedada na casa de Vanete em Jatiúca, município de Santa Cruz da Baixa Verde. Naquela ocasião apresentei os objetivos e a proposta de pesquisa, que tinha como foco a análise de documentos de domínio público, no caso as publicações (relatórios e cartilhas) do Movimento. Ela observou tudo com muito interesse, foi muito atenciosa ao responder as minhas questões, porém fez uma advertência: *eu acho que além da documentação você deveria conhecer mais o movimento, participar de algumas reuniões e conversar com as mulheres.* Também colocou seu arquivo pessoal à minha disposição para pesquisa e fotocópias.

Nessa primeira visita participei de uma reunião do grupo de mulheres em Santa Cruz da Baixa Verde, que ocorreu no Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, cujo tema de discussão era a globalização e o neo-liberalismo. Percebi que entre uma pausa e outra a presidente do Sindicato procurava articular, além das participantes, professores(as) e agentes de saúde para as comemorações do 8 de março que seriam realizadas naquele ano em Santa Cruz.

Além disso, com o apoio de Vanete, visitei o sítio de uma participante do Movimento e fiz contatos com o Centro de Educação Comunitária Rural – CECOR[16] e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco – FETAPE.[17] Nesta última também adquiri relatórios e cartilhas do Movimento.

Saí da região bastante intrigada e inquieta. A impressão era que eu estava perdida diante de muitas trilhas e veredas abertas no meio da caatinga. Algumas corriam

[16] Organização Não Governamental com sede em Serra Talhada, cujo lócus de atuação é a agricultura familiar e sistemas de agrofloresta.
[17] A FETAPE tem um 'escritório regional' em Serra Talhada, chamado de Centro Social. Além de uma secretaria, dispõe de um salão para reuniões e eventos.

paralelas, outras se entrecruzavam e algumas se perdiam para além da região. Eu precisava entender um certo labirinto que começava a se formar em torno de dois eixos: de um lado, os discursos sobre o Sertão; de outro, a consolidação de um vigoroso movimento de mulheres na região.

Entre os vários discursos sobre o Nordeste, existe um que põe de um lado o litoral como um lugar paradisíaco, repleto de belas praias e muita festa; e de outro, o Sertão como o espaço por excelência da fome, da seca e da violência.[18] Ainda circulam discursos nos quais a população do semi-árido aparece apenas como 'flagelada', faminta e ignorante. Basta observar as reportagens veiculadas na TV sobre o semi-árido que mostram mulheres esquálidas, com peles talhadas pelo sol, cheias de filhos(as), fogo de lenha no chão, casa de barro e com as panelas vazias.[19] São moradoras de uma terra inóspita que teimosamente insistem em vincular chuvas com a vontade divina. Plantam todo ano esperando chuvas que raramente caem na época em que a população e as plantações necessitam.

No que se refere aos movimentos sociais rurais em Pernambuco, há poucas informações sobre as lutas sociais no semi-árido. Tradicionalmente, a Zona da Mata é considerada espaço por excelência das lutas e mobilizações sociais. Basta lembrar as Ligas Camponesas, nos anos 1950 e 1960, e o destaque que alcançou o Movimento de Canavieiros no final dos anos 1970.[20]

O Movimento de Mulheres surgiu num espaço geográfico e social que é considerado o berço do cangaço, cuja figura mais famosa é Lampião, nascido em Serra Talhada — antiga Vila Bela. O local é cantado em verso e prosa pela 'brabeza' e feitio dos homens, os 'cabras da peste'.[21] São vários os casos e as histórias que circulam na região sobre os conflitos entre os homens.[22] Nessas histórias impera a idéia de que

[18] Como advertem Davies e Harré (1990), os discursos competem entre si ou podem criar versões distintas e incompatíveis sobre um mesmo fenômeno social.

[19] Durval Albuquerque (1999, p. 21) defende que a superação dos estereótipos imagéticos e discursivos acerca do Nordeste passa pela procura das relações de poder e de saber que produziram estas imagens e discursos e que inventaram este Nordeste e estes nordestinos. Para o autor, o Nordeste e o nordestino miserável não são produtos de desvio de olhar ou fala, mas inerentes ao sistema de força e poder e dele constitutivos.

[20] Ver Ligia Sigaud, *Greve nos Engenhos* (1980) e Luciana Jaccoud , *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco – 1955-1968* (1990).

[21] Expressão utilizada no interior do Nordeste para designar a valentia, a virilidade e o destemor dos homens da região.

[22] Dos inúmeros relatos que ouvi quero mencionar três, por envolver mulheres do Movimento: uma liderança foi assassinada pelo sogro do filho por não aceitar suas investidas sexuais e depois o mesmo apareceu morto; uma mulher teve que se mudar repentinamente, para destino ignorado, porque seus filhos, em vingança por uma irmã

"fazer justiça" é uma questão de honra para a família e é uma tarefa eminentemente masculina. São comuns as chamadas 'mortes por vingança' ou os deslocamentos do grupo familiar porque um dos seus membros se envolveu em algum conflito e teme ser assassinado ou porque praticou algum homicídio e receia vingança.[23]

Apesar da prevalência desses discursos sobre o Sertão, a ação organizativa das mulheres parecia apontar para uma renovação de padrões socioculturais e psicossociais. Ao manusear as publicações do Movimento passei a me deter nas ilustrações, nos desenhos, na lista de participantes, nas cartas e nas poesias. Comecei a perceber uma tessitura local que potencializa a participação das mulheres e as ações do Movimento. As relações familiares e comunitárias se cruzam e se confundem com as ações do Movimento, que por sua vez se interpenetram com as outras organizações. Há uma poderosa malha local, nem sempre visível, que dá sustentação às ações do Movimento. As pessoas lançam mão dos vínculos interpessoais, familiares e comunitários para criar e fortalecer espaços de conversa, troca e articulação entre as mulheres.

Pouco a pouco despontou em mim a necessidade de conviver com as mulheres que inauguraram no Sertão Central um outro jeito de falar de suas vidas, das outras mulheres e dos homens. Comecei a aventar a possibilidade de morar na região por algum tempo. Por ocasião de uma visita de Vanete a São Paulo comuniquei-lhe o meu desejo de residir no Sertão Central. A sugestão dela foi rápida: *alugue uma casa em Jatiúca*. Para Vanete, a vila de Jatiúca reunia algumas vantagens que facilitariam a minha locomoção na região — é fácil o acesso e fica localizada próximo de alguns municípios — e ademais, por ela também residir no local, isso facilitaria os contatos e a minha estada.

Em janeiro de 2002 participei do encontro de avaliação e planejamento do Movimento e apresentei os objetivos e os procedimentos do Projeto de Pesquisa às mulheres. Pedi permissão para participar dos eventos, realizar entrevistas e pesquisar o arquivo de documentos. Após algumas perguntas e comentários as representantes de cada

---

ter sido assassinada, mataram vários membros da família do agressor; conheci uma antiga liderança que estava muito abalada e sem poder sair de casa, temendo pela morte de seus familiares, porque um dos seus filhos se desentendera com um outro rapaz da região.

[23] Uma vez, num dos meus deslocamentos de moto-táxi, o motoqueiro me contou vários casos sobre 'as pelejas' entre os homens. Em certo momento da conversa afirmou: "por aqui quem é homem não leva tapa na cara".

município foram se pronunciando uma a uma a respeito da realização da pesquisa. Todas aceitaram, porém, houve uma restrição: caso necessitassem “lavar alguma roupa suja”, eu não poderia participar desse momento. Eu concordei com a exigência e me comprometi a deixar as cópias das fotografias e do material gravado em vídeo durante o trabalho de pesquisa. Foi acertado também que Vanete, uma funcionária da FETAPE e eu organizaríamos o arquivo antes da pesquisa. Com o ‘aceite’ saí à procura de um local para ficar durante seis meses e terminei acatando a sugestão de Vanete: aluguei uma casa em Jaitúca no final de janeiro de 2002.

A convivência com as mulheres no Sertão levou-me, de um lado, a questionar as minhas próprias concepções sobre a região e, de outro, a posicionar-me criticamente diante dos discursos que delimitam rigidamente os lugares, as posições e as relações de gênero.

Parafraseando Michelle Rosaldo (1995), eu diria que para cada mulher agricultora circunscrita ao isolamento da sua casa e sítio eu poderia citar o exemplo de outras que circulam em diferentes espaços sociais, estudam, resolvem ‘coisas’ nas instituições, bancos, comércio e participam de grupos e movimentos sociais. Há mulheres que não têm acesso sequer aos recursos provenientes do seu trabalho na agricultura, porém, há outras que fazem o roçado separado da família, lidam com seu próprio dinheiro e aliam as atividades agrícolas a outras ocupações.

Para os (as) que acreditam que as mulheres rurais estão destinadas prioritariamente ao casamento e à família, recordo aquelas que moram sozinhas, que solteiras ou separadas, com ou sem filhos(as), tocam as suas vidas e os seus sonhos. Enfim, em oposição aos relatos de pesquisa que eu lia dando conta de um modelo hierárquico de gênero no qual as mulheres aparecem destituídas de qualquer poder, eu relembrava que algumas mulheres me falavam que seus maridos eram ‘broncos’, não sabiam resolver as coisas e pouco saíam de casa. Algumas voltaram a estudar, eles não, e outras, além disso, a despeito da opinião do marido, da família e da comunidade, implementaram novas formas de produção agrícola.

Com essa breve descrição acima quero chamar atenção para a complexidade das relações de gênero na área rural, bem como dos contextos específicos nos quais

homens e mulheres elaboram combinações e assumem novas posições Além disso, como adverte Rosaldo (*op. cit*.):

> ... o lugar da mulher na vida social humana não é, diretamente, o produto daquilo que ela faz (e menos ainda função do que, biologicamente, ela é) mas sim do sentido que suas atividades adquirem através da interação social concreta. E as significações que as mulheres atribuem para as atividades de suas vidas são coisas que nós somente podemos compreender através de uma análise das relações que as mulheres forjam, dos contextos sociais que elas, junto com os homens, criam e dentro dos quais elas são definidas (p. 22).

2. Da estrutura da tese

A tese está organizada em quatro capítulos, seguidos pelas considerações finais. No primeiro capítulo, eu situo as afiliações teórico-metodológicas, abordando o debate sobre as categorias identitárias. Para isto, tomo como referência o aporte feminista, para em seguida enfatizar a minha opção pela Psicologia Social Discursiva e suas noções de práticas discursivas e posicionamento. Ao final, apresento a discussão feminista sobre empoderamento e retomo, à luz da Psicologia Social, as reflexões sobre *self.*

No segundo, continuo situando a especificidade do meu 'olhar', desta vez no que tange à compreensão sobre pesquisa. Abordo o debate sobre etnografia a partir da perspectiva que concebe a etnografia como um empreendimento dialógico, contingente e produto das relações negociadas entre o (a) pesquisador(a) e o grupo pesquisado. Logo depois descrevo o cotidiano da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados. Prossigo apresentando o Sertão Central e Jatiúca, lugar da minha morada, destacando os estranhamentos da população local à minha presença.

No terceiro e no quarto capítulos estão localizados, respectivamente, os dois eixos da análise:

- o primeiro é o lugar de onde falam as mulheres que se autodenominam trabalhadora rurais. Obviamente não se trata de um 'lugar' pré-definido, mas de um lugar conquistado nos 20 anos de construção do MMTR. Nele focalizo a trajetória do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão

Central (MMTR) e o uso da nomeação *mulher trabalhadora rural.* Abordo como as mulheres criaram mecanismos para estimular a afinidade política e as lutas para obtenção de diversas ordens de direitos. Enfatizo ainda os espaços sociais e as teias de relações que possibilitaram a propagação e a circulação da nomeação *mulher trabalhadora rural* em diferentes âmbitos sociais, a partir da atuação das participantes do MMTR, numa perspectiva diacrônica. O foco principal de análise são os documentos de domínio público produzidos pelo Movimento;

- o segundo, são os usos da nomeação no cotidiano das mulheres. Nele analiso mais detalhadamente se a nomeação *mulher trabalhadora rural* está favorecendo o empoderamento e a obtenção de direitos. Destaco mais especificamente os ganhos, as tensões e as implicações dos usos da nomeação na vida das mulheres. Evidencio ainda as estratégias para incluir na documentação a profissão de trabalhadora rural. Priorizo nessa análise as entrevistas, as reflexões etnográficas e o relatório do XI Encontro do Movimento realizado por ocasião das comemorações dos vinte anos do mesmo.

Nas considerações finais, teço comentários sobre a relevância dos aprendizados no que tange aos objetivos, às reflexões teóricas, aos caminhos metodológicos, às questões de pesquisa e aos novos horizontes.

CAPÍTULO 1

DELINEANDO O DEBATE SOBRE AS NOÇÕES IDENTITÁRIAS

> Sou uma ponte balançada pelo vento, uma estrada habitada por estranhos ventos. Gloria a facilitadora, Gloria a mediadora, ligando paredes entre abismos. "Sua aliança é com la raza, o movimento chicano", dizem os membros da minha raça. "Sua aliança é com o gênero, com as mulheres", dizem as feministas. Então existe a minha aliança com o movimento gay, com a revolução socialista, com a Nova Era, com o mágico e com o oculto. E existe a minha afinidade com a literatura, com o mundo artístico. Quem sou eu? Uma lésbica terceiro-mundista com tendências marxistas e místicas. Eles me cortariam em pequenos fragmentos e rotulariam cada pedaço. Você diz que meu nome é ambivalência (...) Quem, eu confusa? Ambivalente? Nem tanto. Somente os seus rótulos me dividem (Gloria Anzaldúa, 1983 *apud* COSTA, 1996, p.55).

Amparo-me em Gloria Anzaldúa para introduzir as reviravoltas e reflexões atuais que cercam as noções identitárias.

Como as demais mulheres de segmentos muito pobres da população, as mulheres na área rural desenvolvem atividades voltadas para o sustento próprio ou da família. Entretanto, o uso da nomeação *mulher trabalhadora rural* é bastante recente. À primeira vista diria que é uma noção que homogeneíza as diferentes situações e formas de inserção das mulheres no campo. Além disso, simplifica a complexidade das relações sociais no meio rural e a multiplicidade de questões que têm aglutinado os homens e as mulheres em diferentes espaços e organizações. Poderia argumentar, ainda, que as mulheres copiaram o termo do movimento sindical rural (movimento de trabalhadores rurais) e apenas o conjugaram no feminino.

No Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central participam agricultoras, artesãs, parteiras, professoras, agentes de saúde e funcionárias de sindicato, entretanto, elas se autodefinem como *mulheres trabalhadoras rurais*, independentemente da atividade ocupacional, da relação de propriedade com a terra

(proprietária, arrendatária, parceira), do vínculo empregatício (trabalho familiar e/ou assalariado), das questões de etnia/raça e idade.

Se continuasse com essa linha de argumentação, tenderia a dizer que houve uma institucionalização da nomeação *mulher trabalhadora rural* e que essa tem como foco a categoria trabalho. Além disso, o MMTR, ao empregar essa classificação no singular e na nomenclatura do próprio Movimento, terminou por essencializar uma suposta identidade de *mulher trabalhadora rural*.

Na minha opinião, os argumentos levantados acima não dão conta da complexidade das posições identitárias, tampouco incorporam os desafios que requerem na atualidade outros horizontes e continentes para esse debate.

Na discussão deste capítulo tomarei como base duas vertentes teóricas: as idéias feministas e a Psicologia Social discursiva de cunho construcionista. Num primeiro momento, centrarei a discussão sobre 'identidade' e trarei para o debate as autoras feministas que fazem uma crítica a essa categoria e apontam novos elementos. Em seguida, justificarei a minha opção pela discussão sobre posicionamento e práticas discursivas com base na Psicologia Social discursiva.[24]

1.1. O aporte feminista

1.1.1. Mapeando os termos do debate

Ao produzir conhecimentos críticos sobre as mulheres e as relações de gênero, as feministas contribuíram de forma decisiva para a ampliação de um *corpus* de idéias críticas que insistem na desnaturalização dos processos sociais, na rejeição do determinismo biológico e na suspeita de qualquer lógica binária e essencializante.

[24] Foge aos meus objetivos fazer uma revisão teórica exaustiva dos estudos sobre identidade. Como sabemos, esse tema é tratado em várias disciplinas, sob diferentes perspectivas teóricas. Stuart Hall (2003), por exemplo, distingue três concepções muito diferentes de identidade: a do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. Essas concepções atravessam várias áreas e temáticas com enfoques bastante diferenciados. Dessa forma é possível falar, por exemplo, em identidade coletiva no campo dos movimentos sociais; em identidade cultural ou identidades nacionais nos denominados estudos culturais; em identidade de gênero ou identidade sexual nas reflexões feministas. Na Psicologia Social, os (as) autores(as) que tratam do tema, dependendo das afiliações teóricas, se referem a identidade social, psicossocial ou *self*. Ver Antonio Ciampa (1998), Lupicinio Iñiguez (2001a), Maria da Graça Jacques (1998) e Neuza Guareschi e Michel Bruschi (2003).

Porém, ao averiguar mais detidamente as reflexões feministas, veremos que esse debate não é tão consensual assim.

Uma das questões sobre as quais as feministas têm se debruçado diz respeito à suposição de uma identidade comum universal entre as mulheres que atravessa diferentes culturas. No campo teórico e político, ao problematizar a categoria mulher (ou mulheres), as feministas têm enfrentado o debate contemporâneo sobre identidade (e sujeito) de diferentes maneiras, e variadas também são as posições teóricas e políticas. Algumas localizam que esse debate se tornou mais visível e nebuloso a partir das inspirações pós-estruturalistas ou pós-modernas.

Para Chantal Mouffe (1999), o pós-modernismo entendido como uma interpretação teórica coerente não existe, e a freqüente assimilação entre pós-estruturalismo e pós-modernismo só pode nos levar a confusões.[25] A crítica ao universalismo, ao humanismo e ao racionalismo tem distintas procedências e está longe de se limitar aos autores chamados de pós-estruturalistas ou pós-modernos.[26]

Segundo Mouffe, é com respeito à crítica ao essencialismo que se pode estabelecer uma convergência entre muitas correntes teóricas tão diferentes como Derrida, Wittgenstein, Heidegger, Dewey, Gadamer, Lacan, Foucault, Freud e outros. Ela assinala ainda que a crítica ao essencialismo assume muitas formas distintas, e que se quisermos averiguar sua relevância para a política feminista deveremos nos comprometer com todas as suas modalidades e implicações, e não desautorizar rapidamente alguma de suas versões.

Liz Bondi (1999), na tentativa de localizar as políticas de identidade, insere o debate nas discussões sobre o humanismo e o anti-humanismo e mostra como as feministas vêm enfrentando essa questão.[27] Na compreensão da autora tanto Marx quanto

[25]Várias autoras têm chamado a atenção para o uso indiscriminado desses dois termos e as confusões daí advindas. Além de Mouffe, ver o excelente texto de Butler (1998).

[26] Mouffe destaca ainda que a crítica ao universalismo, ao racionalismo iluminista e ao humanismo está relacionada com as principais correntes da filosofia do século XX e não há razão para singularizar o pós-estruturalismo como um problema especial. Se por pós-modernismo se quer designar só a forma muito especifica que tal crítica assume em autores como Lyotard e Baudrillard, não há absolutamente nenhuma justificação para colocar nessa mesma categoria gente como Derrida, Lacan ou Foucault. A autora afirma ainda que, muito freqüentemente, a crítica de uma tese específica de Lyotard ou Baudrillard conduziu a conclusões devastadoras a propósito dos pós-modernistas, que então incluíam todos os autores ligados vagamente ao pós-estruturalismo.

[27] Liz Bondi contextualiza a sua discussão devido às próprias inquietações a respeito das 'celebrações' em torno da identidade presentes no movimento de mulheres da Grã-Bretanha entre o princípio e o meio da década de 1980.

Freud desafiaram as idéias e certezas do humanismo liberal, especialmente o *cogito* cartesiano e seu sujeito soberano e autônomo, bem como a idéia de uma essência irredutível, estável e não alienada no centro de cada indivíduo humano.[28] Bondi localiza tanto em Marx como em Freud bases teóricas que permitem afirmar que a identidade é construída através de processos estruturais, em vez de ser inata ou dada. Entretanto, tanto a herança freudiana quanto a marxista são problemáticas. A primeira por sua falta de compromisso com uma política de emancipação e a segunda porque atribui uma autenticidade única de sujeito ao proletariado revolucionário.

Ao falar sobre o feminismo, a ênfase da autora é no chamado feminismo de segunda geração, que na sua opinião fomentou aspectos da tradição marxista e freudiana e desenvolveu afinidades com o humanismo e com o anti-humanismo. Os grupos de autoconsciência pareciam desenvolver uma política de identidade que unia uma concepção anti-humanista e um compromisso com a ação política. Reconhecia-se que a experiência estava aberta a interpretações conflitivas e que a subjetividade estava internamente dividida. A identidade era necessariamente construída em vez de ser descoberta, mutável em vez de fixa. Entretanto, as experiências generalizadas e validadas nos pequenos grupos tendiam a ser as das mulheres brancas, ocidentais e heterossexuais. Além disso, assumia-se amplamente que a identificação entre as mulheres e o sentimento de comunidade eram elementos fundamentais para a prática política.

As críticas e as interpelações ao feminismo branco, ocidental e de classe média redundaram em várias posições políticas. Segundo Bondi, é possível encontrar desde uma adaptação do feminismo ao essencialismo até posições que se opõem radicalmente ao essencialismo. Nesse texto ela analisa duas posições.

De forma geral a autora trabalha a tensão entre o humanismo e o anti-humanismo, ou seja, entre a idéia de um sujeito humano como uma essência fixa, predeterminada ou como uma construção social. Ela reconhece a dificuldade de pensar a política identitária a partir de um enquadre de dicotomias conceituais, porém, o objetivo de Bondi é compreender como a política identitária faz uso da dicotomia humanismo/anti-humanismo.

[28] Stuart Hall (*op. cit.*), ao discutir o descentramento do sujeito cartesiano na modernidade tardia, elenca cinco grandes rupturas que contribuíram para desestabilizar o sujeito cartesiano e sociológico: a tradição marxista, a descoberta do inconsciente por Freud, os trabalhos do lingüista Ferdinand de Saussure, os trabalhos de Michel Foucault e o feminismo. Para Hall, dentre os novos movimentos sociais, o feminismo questionou mais diretamente as premissas do sujeito cartesiano e sociológico, ao contestar a distinção entre o privado e o público, ao politizar temas como a família, a sexualidade, a divisão doméstica do trabalho, a formação das identidades sexuais e de gênero. Incluiu ainda a questão da diferença sexual na discussão sobre humanidade.

Um dos caminhos é o reconhecimento e desenvolvimento de identidades múltiplas mediante um processo de colocar hífen. As mulheres começaram a se identificar como feminista-negra, feminista-lésbica, feminista-terceiro-mundista, entre outras. Bondi aponta os limites desse caminho. Embora tenha questionado a idéia de uma irmandade entre as mulheres, a ênfase em categorias predeterminadas — classe, orientação sexual, raça, etnicidade — termina por invocar uma concepção da identidade como algo que deve ser reconhecido, descoberto e como algo fixo. Para a autora, implicitamente, essa concepção se aproxima do humanismo liberal; a diferença principal é que insiste na idéia de várias essências de identidade. Segundo a versão de Bondi, essa posição equipara opressão com o conhecimento autêntico e até mesmo com virtude.[29]

Um outro caminho analisado pela autora é a adesão à critica pós-estruturalista, que procurou forjar um feminismo pós-moderno. No entender de Bondi, nesse enfoque o antiessencialismo é um elemento fundamental e a identidade tende a ser conceitualizada como fluida e maleável. Embora Bondi reconheça que o pós-estruturalismo fornece contribuições valiosas para o feminismo e para a política emancipatória, ela termina por chamar atenção para os "graves perigos" dessa posição: a categoria mulheres converte-se num sinal que flutua livremente e pode assumir qualquer significado; a materialidade das relações sociais é esquecida.[30] Ela diz que esta postura termina, em última instância, por se aproximar do humanismo liberal.

Bondi tenta elaborar uma proposta. Diz que seu objetivo é conservar o potencial emancipatório das críticas ao humanismo liberal sem sucumbir, nas palavras da autora, 'ao relativismo apolítico do pós-modernismo'.[31] Para isso, elabora uma reflexão sobre a experiência e a natureza da identidade.

Para falar sobre a experiência a autora resgata os grupos de autoconsciência, porém, faz uma crítica: nos grupos prevalecia a idéia de que o conhecimento fluía

[29] No Brasil esta concepção está presente em vários movimentos sociais e práticas pedagógicas.

[30] As aspas são minhas. De forma geral, mesmo as feministas que são consideradas pós-estruturalistas tendem a acentuar a materialidade das relações sociais. Na minha opinião, as feministas fazem um uso muito particular das inspirações pós-estruturalistas e pós-modernas. Além de Butler (*op. cit.*), ver os trabalhos de Claúdia Costa (1998, 2000, 2002).

[31] As aspas são minhas. A crítica ao relativismo está presente na maioria das produções feministas, independentemente das filiações teóricas. Para compreender a discussão construcionista sobre o relativismo ver Ibañez (1994a) e Hacking (2001).

diretamente da experiência e que esta assegurava a autenticidade do primeiro. A experiência ganhava a qualidade de uma essência irredutível que residia em ter certas características. Buscando um outro caminho, Bondi compreende a experiência como um fenômeno notável, válido, mas questionável:

> Desde esta perspectiva, cada quem habita suas próprias e válidas realidades de experiência, e como seres sociais negociamos nossas versões, parcialmente coincidentes e existencialmente vitais. Portanto, a essência da experiência reside não em sua autenticidade, mas em sua habilidade para nutrir nossas idéias e ações (1999, p. 261).

Ao tratar de identidade Bondi faz uma distinção entre subjetividades fraturadas e identidades múltiplas. Como adverte a autora, a idéia de identidades múltiplas associadas com o feminismo com hífen redundou numa visão de identidade como algo a ser descoberto, defendido e celebrado e num conceito de identidades separadas, cada uma fixa e estável. Ao defender uma posição não essencialista vinculada com uma política emancipatória ela adota a compreensão da subjetividade como fraturada e descentrada. As identidades singulares e coerentes são sempre construções míticas.

Bondi argumenta que procura evitar o essencialismo, implícito em exortações a identidades autênticas, ao mesmo tempo em que defende que não se pode prescindir totalmente da identidade. Define a identidade não no âmbito de uma mitologia dada, mas no *âmbito de uma criação dependente do contexto*. Defende que as ficções sobre identidades são essenciais, entretanto, advoga o uso do essencialismo de forma estratégica, ao invés do uso ontológico. O objetivo é abrir mão das categorias ontológicas sem renunciar completamente à categoria mulher sobre a qual o feminismo está baseado.

Reconhecendo-se devedora do pós-estruturalismo, Bondi explicita a idéia de identidade como processo, como *performance* e como algo provisional. Ao fazê-lo admite que a identidade é, ao mesmo tempo, internamente fraturada e externamente múltipla. Em vez de essências irredutíveis, estas categorias se tornam posições que assumimos ou que nos são designadas.

Na formulação da autora a metáfora da posição é utilizada para captar tanto a multiplicidade como a fratura interna das identidades, entretanto, ela não abre mão do conceito de sujeito, pois lembra que ainda operamos com narrativas de

integridade pessoal. Mesmo utilizando o que denomina de metáfora espacial, Bondi faz uma advertência importante: a metáfora espacial não pode se transformar no essencialismo do antiessencialismo:

> ... se seus significados não forem explorados, seus efeitos podem chegar a ser tão debilitantes como uma idéia mal conceitualizada de identidade. Mais exatamente, se as referências ao "lugar", à "posição" ou à "localização" apelam de maneira encoberta a essências estáveis e fixas, ganharemos menos do que supomos. E este parece ser o caso, na medida em que estas metáforas utilizam uma conceitualização cartesiana do espaço como uma quadrícula tridimensional e absoluta livre de qualquer conteúdo material (1999, p. 265).

Para isso, é necessário admitir, segundo a autora, que o lugar, a posição e a localização também são criados e produzidos. O desafio é utilizar estas metáforas imaginativamente e criativamente.

Uma outra autora que também aposta na idéia de posicionamentos é Donna Haraway, porém ela a denomina de posicionamentos móveis. No seu famoso texto S*aberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial,* Haraway fala da impossibilidade de políticas e epistemologias de identidade 'inocentes' como estratégias para ver bem desde o ponto de vista dos subjugados. Para a autora, "não se pode ser uma célula ou uma molécula — ou mulher pessoa colonizada, trabalhadora e assim por diante — se se pretende ver criticamente desde essas posições. 'Ser' é muito mais problemático e contingente" (1995, p. 25). Haraway lembra que não estamos imediatamente presentes para nós mesmos e que o autoconhecimento exige, nas palavras da autora, *tecnologia semiótica-material relacionando significados e corpos.* Além disso, a auto-identidade é um mau sistema visual.

Provavelmente, uma das autoras que mais se destaca nesse debate é Judith Butler, que além de elaborar uma reflexão filosófica sofisticada lança um olhar crítico sobre as premissas do próprio feminismo.[32] O objetivo de Butler é estabelecer, nos moldes

[32] Diante da profusão da obra de Butler, estou me referindo especificamente a dois trabalhos publicados no Brasil: *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, 2003 (*Identidad gender trouble: feminism and the subversion of identity*. London: Routledge, 1990) e *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo"*, publicado no caderno Pagu (11). A reflexão de Butler é instigante, revitalizadora e extremamente provocante. Na minha compreensão, Butler, ao mesmo tempo em que critica alguns postulados do feminismo, contribui para seu fortalecimento como um *corpus* de idéias críticas aberto a novas questões e conformações. Um outro mérito da autora é o de lançar novas bases para a discussão sobre sexo e gênero num terreno já bastante delimitado pelos estudos de gênero. Também inova ao trazer para a filosofia e para a teoria social metáforas que são costumeiramente marginais a esses campos, ou seja, o uso da paródia, do pastiche ou da

de Foucault, uma genealogia crítica das categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo. Esta crítica se recusa a buscar as origens do gênero ou de uma identidade sexual genuína e autêntica. As categorias de identidade são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos, numa matriz de inteligibilidade cultural que tem como regime de poder/discurso a heterossexualidade compulsória e o falocentrismo.[33]

Para Butler,

> se alguém "é" uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da "pessoa" transcendam a parafernália específica do seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursivamente constituídas (2003, p. 20).

Ela diz ainda que não é possível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que é produzida e mantida, entretanto, seria equivocado supor, de antemão, a existência de uma categoria 'mulheres' que apenas necessitasse ser preenchida com os vários componentes de raça, classe, idade, etnia e sexualidade para tornar-se completa. Nessa mesma direção, Haraway nos lembra que não é possível estar em todas as posições (gênero, raça, nação, classe, geração) e que a procura por uma posição que contemple todas as interseções sociais é a procura pelo objeto perfeito fetichizado, que às vezes aparece na teoria feminista como a mulher essencializada do Terceiro Mundo.

Butler reconhece que os debates feministas contemporâneos sobre o essencialismo dão um outro enfoque à questão da universalidade da identidade feminina e da opressão masculina. Os argumentos universalistas são baseados atualmente na busca de um ponto de vista epistemológico comum compartilhado, que é entendido como consciência articulada, ou como estruturas compartilhadas de opressão, ou

---

performance drag queen. Vale salientar ainda que as reflexões de Butler ultrapassam os marcos das teorias feministas e *queer theory*. Sobre o uso das reflexões de Butler na Psicologia Social ver Iñiguez (*op. cit.*), Eva Rodríguez (2002), Juan Revilla (2003).

[33] Não posso deixar de mencionar as críticas que são dirigidas às reflexões de Butler. Primeiro, questionam se a noção de *performance* não guardaria uma certa semelhança com a *teoria de papéis,* amplamente criticada pelo feminismo por causa do seu viés funcionalista; segundo, argumentam que as reflexões de Butler são feitas a partir de textos filosóficos, não havendo referências aos contextos e práticas concretas que moldam e organizam o gênero; por último, devido ao lugar que ocupa a linguagem na reflexão da autora, atribuem a Butler um certo reducionismo ou fundamentalismo lingüístico. Sobre as críticas a Butler, ver Costa (1994; 2000).

como estruturas transculturais de feminilidade, maternidade, sexualidade e/ou da *écriture feminine*.

Todavia, para Butler (1998), qualquer esforço em dar conteúdo universal ou específico à categoria mulheres produzirá necessariamente facções e a 'identidade' não se sustenta como base sólida do feminismo. A autora considera uma presunção política do feminismo buscar uma base universal a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas.

No entender da autora (*op. cit*.) as categorias nunca são só descritivas, mas sempre normativas e como tal exclusivistas. Isso não quer dizer que o termo mulheres não deva ser usado. Para ela, se o feminismo pressupõe "que 'mulheres' designa um campo de diferenças indesignável, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e re-significação" (*op. cit*., p. 36). A idéia não é censurar o uso do termo, mas liberá-lo num futuro de múltiplas significações e emancipá-lo das ontologias maternais ou racistas.

Butler critica o que ela chama de uma metafísica da substância que pressupõe que as identidades são persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes. Para ela, a *coerência* e a *continuidade* não são características da pessoa, mas sim normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Além disso, Butler faz uma advertência:

> Em sendo a "identidade" assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de "pessoa" se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é "incoerente" ou "descontínuo", os quais parecem ser pessoa, mas não se conformam às normas de inteligibilidade culturais pelas quais as pessoas são definidas. Gêneros 'inteligíveis' são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (2003, p. 38).

Entretanto, para a autora, a proliferação de certo tipo de identidade de gênero que não decorre do sexo e aquelas em que as práticas de desejo não decorrem nem do sexo nem do gênero criam oportunidade para expor os limites e os objetivos reguladores desse campo, além de disseminar e dar visibilidade às praticas que subvertem as normas de inteligibilidade de gênero. São exemplos dessas subversões, para a autora, o travesti, a *drag queen* e as identidades lésbicas

butch/femme, que zombam, brincam e embaralham a idéia de uma verdadeira identidade de gênero.

Para Butler, o gênero não é um conjunto de atributos nem é um substantivo, mas seu efeito é *perfomaticamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras de coerência de gênero* (2003, p. 48). Inspirada em Nietzsche, Butler inverte a lógica do discurso sobre identidade de gênero; não há para a autora identidade por trás das expressões de gênero, essa identidade é perfomativamente constituída pelas ditas expressões.

Temos aqui uma noção chave do pensamento de Butler, que é a de *performance*. Tomando como exemplo paradigmático a atuação da *drag queen*, a autora traz para a reflexão filosófica *a paródia* e os elementos presentes na *performance* da *drag,* ou seja, o jogo perturbador entre original e artificial, verdadeiro e imitação. Entretanto, Butler faz um uso muito particular da noção de paródia, pois não pressupõe a imitação de algo que é original. Pelo contrário, nas palavras da autora, a *paródia que se faz é da própria idéia de um original* ... (2003, p. 197).

Não há identidade do gênero prévia ao ato performativo, é o próprio ato que constrói a identidade de gênero em conseqüência da *perfomance*.[34] Butler coloca em novos termos a repetição e a imitação, pois ao performar continuamente há espaços para a transgressão, para as rupturas e para as dissonâncias.

Se Bondi, Haraway e Butler apresentam, de diferentes formas, críticas contundentes ao uso da categoria identidade (ou mulheres) para uma ação política feminista, Joan Scott (1991; 1994; 1999) tem como preocupação historicizar a categoria mulheres. A autora está interessada

> nos processos políticos através dos quais esses significados são criados e criticados, a instabilidade e maleabilidade das categorias "mulheres" e "homens", e os modos pelos quais essas categorias se articulam uma em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira a cada momento (1994, p. 26).

Na minha compreensão, Scott sublinha dois aspectos fundamentais para a reflexão sobre as categorias identitárias: as disputas políticas em torno dos significados e a historicidade das categorias. A autora enfatiza o aspecto relacional das identidades

[34] Butler se inspira em Nietzsche em *Genealogia da moral*, para quem "não há 'ser' por trás do fazer, do realizador e do tornar-se; o 'fazedor' é uma mera ficção acrescentada à obra – a obra é tudo" (*apud* BUTLER, 2003, p. 48). '

de gênero que são compreendidas no âmbito das relações de poder e da luta política.

1.1.2. O debate feminista no Brasil sobre as noções identitárias

Kia Caldwell (2000), em seu artigo *Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil,* assinala que nas últimas décadas, nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, houve um crescimento das produções feministas informadas pelas críticas feitas por mulheres não brancas americanas, negras inglesas e feministas do Terceiro Mundo.[35] De diferentes formas, nos três lugares mencionados, intelectuais feministas negras, latinas, asiáticas e caribenhas têm contribuído para reconceitualizar o 'ser mulher' e dessencializar as discussões sobre identidade feminina. Essas reflexões têm influenciado na produção das feministas brancas. Além disso, Caldwel destaca que

> as feministas não brancas há muito já dizem que o enfoque dado pelo feminismo exclusivamente ao gênero como fonte de opressão de mulheres não consegue estabelecer conexões entre o sexismo e outras formas de dominação. Elas notaram também que esse enfoque exclusivo nega e apaga outros aspectos das identidades das mulheres e suas experiências, inclusive raça, sexualidade e classe. Acusam ainda o feminismo mais tradicional que trata de forma inadequada as diferenças dentro da categoria "mulher" e os modos pelos quais o "ser mulher" se define em relação a mulheres de outras raças, etnias, classes e culturas e não só em relação aos homens (2000, p. 92-93).

A autora pergunta qual o impacto desses estudos na produção feminista brasileira e chega à conclusão de que parece terem tido pouco ou nenhum impacto. Ela assinala, por exemplo, que os trabalhos de feministas não brancas americanas quase não têm sido traduzidos no Brasil e tampouco têm influenciado a agenda dos estudos das feministas brasileiras.[36]

Ao assinalar a organização política e a produção teórica das mulheres negras, bem como as críticas feitas ao essencialismo por essas mulheres, Caldwel ressalta que

---

[35] No meu entender, Kia Caldwell (*op. cit.*) retoma as principais questões discutidas por Sandra Azeredo (1994) ao comparar as teorias e práticas feministas nos Estados Unidos e no Brasil. O objetivo da autora era entender por que no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, a questão racial permanecia ausente das produções feministas.

[36] Contudo, não posso deixar de mencionar a existência no Brasil de autoras que vêm insistindo na elaboração de referenciais que levem em conta o recorte de classe, gênero e raça/etnia. Dentre as autoras negras destaco Leila Gonzáles, Sueli Carneiro e Sônia Maria Giacomini. Ver *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, nº 2/1995 e vol. 10, nº 1/2002 e a *Revista Pagu*, nº 06 e 07, 1996. Incluo também feministas brancas que desenvolvem reflexões nessa direção, entre elas, Heleieth Saffiotti e Mary Castro. Na Psicologia Social, além de Sandra Azeredo vale destacar os trabalhos de Fúlvia Rosemberg.

elas passaram desapercebidas pela maioria das intelectuais da área. Além disso, os estudos sobre as questões raciais são feitos em geral por ativistas e mulheres negras, e seus *insight*s sobre os entrelaçamentos entre raça e gênero (eu acrescentaria classe) não se tornaram prioridade nas pesquisas sobre mulheres. Somam-se a isso três outros fatores que ajudam a explicar a pouca disseminação das questões étnico-raciais nos estudos de gênero: escassa presença de mulheres negras nas universidades brasileiras; os obstáculos das lutas anti-racistas no Brasil; a dificuldade das pesquisadoras brancas em incorporar as questões étnico-raciais nos estudos de gênero.

Se a produção feminista brasileira, na sua maior parte, tem dado pouca atenção às questões étnico-raciais nos estudos de gênero, eu assinalaria que grande tem sido o esforço de diferentes ativistas brasileiras em complexificar, interpelar e embaralhar as definições sobre 'ser mulher' num país multirracial, pluricultural e de gritantes desigualdades e diferenças sociais.[37] Esse esforço está presente em várias organizações políticas e em diferentes lugares no país. Podemos assinalar, por exemplo, as lutas das mulheres negras nos anos de 1990. Para Sueli Carneiro,

> nesta década as mulheres negras brasileiras encontraram seu caminho e autodeterminação política, soltaram as suas vozes, brigaram por espaço e representação e fizeram-se presentes em todos os espaços de importância para o avanço da questão da mulher hoje (2002, p. 189).

No que se refere aos círculos acadêmicos, nos últimos anos tornaram quase um credo as advertências contra as distinções binárias de gênero, o essencialismo e a necessidade de incorporar as interseções de classe, etnia-raça, geração e orientação sexual.[38] Porém, devo admitir ainda que, comumente, após essas admoestações os trabalhos são descritos sem nenhuma preocupação com o que foi anteriormente afirmado. Além disso, parece que há um acordo tácito a respeito das críticas às distinções binárias, aos essencialismos e da necessidade de incorporar os diferentes eixos de diferenciação social nas produções teóricas.

---

[37] Miriam Abramovay e Mary Castro (1988) oferecem pistas que possibilitam entender como as organizações de base comunitárias (OBCs) e organizações não governamentais (ONGs) no Brasil articulam as questões de gênero, classe, geração, raça/etnia e orientação sexual. Além das lutas das mulheres negras, lembro as organizações de mulheres indígenas, o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia – Mama e os grupos de mulheres lésbicas.

[38] Particularmente, tomo como referência dois eventos: o Seminário Internacional Fazendo Gênero 4 – Cultura, Política e Sexualidade no Século XXI, realizado em Florianópolis no ano 2000; e o 2º Seminário Internacional Homens, Sexualidade e Reprodução, realizado em Recife no ano de 2003.

Entretanto, para além do credo antiessencialista, há enormes esforços de intelectuais feministas brasileiras vinculadas a diferentes paradigmas, áreas e temáticas que, afinadas com o debate contemporâneo internacional sobre gênero, enfrentam o desafio de complexificar e esgarçar as categorias de sexo, gênero, corpo e sexualidade, bem como as identidades de gênero. Diria que esses trabalhos desautorizam qualquer apelo a noções identitárias calcadas numa essência interna fixa ou, tomando emprestadas as palavras de Tadeu da Silva (2000), fora da história, da linguagem, da cultura e das relações de poder.[39]

Por último, não poderia me furtar de destacar os trabalhos de Cláudia de Lima Costa, que informada pelo debate norte-americano contemporâneo vem produzindo reflexões sobre sujeito, feminismo e identidade.[40] Dentre os textos da autora me apoiarei aqui no artigo *O sujeito no feminismo: revisitando os debates* (2002), no qual ela resgata reflexões feitas em textos anteriores.

No meu entender, ao mesmo tempo em que Costa faz uma crítica ao pós-estruturalismo, ou melhor, a algumas correntes feministas pós-estruturalistas, ela se aproxima dessa perspectiva, contudo o faz de modo muito particular, pois quer explorar o potencial das teorias feministas que oferecem definições alternativas do sujeito e da identidade.

Costa toma como inspiração para as suas reflexões o que ela chama de uma literatura feminista produzida por sujeitos situados nas várias margens das narrativas ocidentais dominantes.[41] Baseada nessa literatura, a autora nos oferece um panorama do debate atual sobre identidade e sujeito e as implicações dessas reflexões no feminismo. Para ela,

---

[39] Não pretendo dar conta de todos os trabalhos produzidos que apontam nessa direção. Listo alguns que considero mais provocativos e inquietantes: as reflexões de Miriam Grossi (1998; 2000) sobre violência de gênero como linguagem; os trabalhos etnográficos de Cláudia Fonseca (1992; 2002); as reflexões de Sônia Maluf (1999; 2002) sobre corpo e gênero a partir da experiência transexual; a abordagem de Tânia Swain (1999) sobre identidade lésbica.

[40] Cláudia Costa é professora de Teoria Literária e Estudos Culturais na Universidade Federal de Santa Catarina. Muitos dos seus textos publicados no Brasil são traduções dos seus trabalhos em inglês. Miriam Grossi (1999) a considera uma das principais divulgadoras do pós-estruturalismo no Brasil.

[41] A autora cita como exemplo os relatos de vida, os depoimentos e autobiografias de diferentes mulheres que dão conta dos múltiplos e contraditórios posicionamentos nas estruturas de opressão. No texto S*ujeitos ex/cêntricos: explorando as fronteiras das teorias feministas* (1996), Costa analisa os relatos autobiográficos de Minnie Bruce Pratt e Gloria Anzaldúa. Neste último, ela destaca como o discurso da fronteira tem sido positiva e criativamente utilizado por feministas latinas que vivem nos Estados Unidos.

> dos fragmentos das metanarrativas surgem outras epistemologias (conhecimentos parciais, situados) alicerçadas, não em axiomas tidos como universais, mas nas diversas condições de determinação que estruturam diferentes experiências (de raça, de gênero, de classe, de orientação sexual, de idade, de etnia, entre outras) para diferentes sujeitos em diferentes conjunturas históricas, materiais e libidinais (1996, p. 54).

Uma das questões tratadas nos textos de Costa são as implicações de posturas feministas desconstrutivistas radicais que, avessas ao essencialismo, ao binarismo e à lógica identitária, desautorizam o uso da categoria mulher (mulheres). Na formulação da autora *a mulher passou a ser aquilo que não pode existir, uma categoria oca, uma ficção, uma identidade que não pode ser afirmada* (1998, p. 137). Conseqüentemente, isso resultaria num *feminismo sem mulheres*.

Na minha opinião, Costa, em diferentes textos, se empenha em oferecer alternativas diante tanto das posturas pós-estruturalistas radicais como das posturas que tendem ao essencialismo.[42] Para isso, ela advoga o uso da noção mulher como categoria heterogênea construída historicamente por diferentes discursos e práticas e que, dependendo do contexto, é usada para articular politicamente as mulheres. Entretanto, a autora reconhece que a referida categoria é atravessada por diferentes temporalidades e densidades e que o seu significado tem que ser entendido à luz de outras interseções como classe, raça, etnia, sexualidade e nacionalidade.

Um outro mérito de Costa é oferecer elementos que permitem uma definição de identidade como posicionalidade. Já vimos anteriormente que tanto Bondi quanto Hawaray apostam nessa direção, porém, as referidas autoras oferecem poucos subsídios para a compreensão da noção de posição e posicionalidade. Baseando-se em Alcoff, Costa sugere que um dos caminhos para o feminismo seria definir 'mulher como posicionalidade'. Para ela,

> posição se refere a uma identidade politicamente assumida, que está invariavelmente ligada à localização da pessoa do sujeito (seja ela social, cultural, geográfica, econômica, sexual e assim por diante) e a partir da qual interpretamos o mundo e na qual nos fundamentamos (2002, p. 77).

Ainda se referindo a Alcoff, Costa reconhece que o conceito de mulher como posicionalidade é um termo relacional e possibilita ainda que as diferentes posições

[42] No texto *O tráfico do gênero* (1998) a autora também defende o uso da categoria 'mulher' ao invés de gênero.

ocupadas pelas mulheres possam ser usadas como um lugar no qual essas mulheres se engajam com a construção e não com a descoberta de significados. O lugar é visto como categoria política e analítica, marcado por tensões, conflitos e diferenças, desta forma, os posicionamentos são múltiplos e em alguns casos contraditórios.[43]

Acho que a crítica feminista às categorias identitárias provoca e areja o feminismo. A própria categoria *mulher* torna-se, no interior do movimento feminista, alvo de reflexão teórica e de disputa política. Isso implica também em superar o debate sobre essencialismo *versus* antiessencialismo e atentar para diferentes posições de pessoas que estão disponíveis nos discursos, como também para aquelas posições que são invocadas, negociadas, rejeitadas ou recriadas.

De forma geral, o convite formulado pelas autoras feministas permite-nos uma compreensão da nomeação *mulher trabalhadora rural* enredada nas tramas históricas e culturais, aberta a novas configurações e possibilidades. Essas reflexões me ajudam a formular que ser *mulher trabalhadora rural* é uma posição assumida vinculada ao lugar no qual a pessoa se situa. É preciso estar atenta para os processos e as disputas políticas através dos quais as noções identitárias são criticadas e recriadas.

Se o referencial feminista me permitiu chegar até aqui, reconheço que as autoras pouco abordam os processos discursivos e interacionais nos quais essas posições emergem ou têm visibilidade. A seguir apontarei como essas discussões são enfocadas na Psicologia Social discursiva.

[43] Para Costa, o lugar passa a ser efeito das inter-relações entre o local e os outros locais que vão além dele (2002, p. 88). Quando discute o lugar da enunciação a autora está considerando tanto as dimensões geopolíticas quanto as semióticas, as somáticas e as psíquicas.

1.2. O aporte da Psicologia Social discursiva

1.2.1. A matriz *mulher trabalhadora rural*

Antes de adentrar-me nas discussões da Psicologia Social discursiva, gostaria de buscar alguns elementos da reflexão de Ian Hacking (2001) sobre as mulheres refugiadas no Canadá. Já vimos que um dos pontos presentes no debate, mesmo nas autoras alinhadas com a discussão sobre identidade como posicionamento, é a ênfase na materialidade das práticas sociais.[44]

Ian Hacking nos lembra que as idéias não existem no vácuo, nem tampouco são fruto de processos mentais. Elas fazem parte de processos sociais complexos, a que ele se refere como matriz. É preciso que exista um conjunto de elementos e práticas sociais para que as idéias possam existir. No caso das mulheres refugiadas, Hacking se refere à matriz como sendo

> ... un complejo de instituciones, defensores, artículos de periódico, juristas, decisiones judiaciales, actas de inmigración. Por no mencionar la infraestructura material, barreras fronterizas, pasaportes, uniformes, mostradores de aeropuertos, centros de detención, juzgados, campos de vacaciones para niños refugiados (2001, p. 33).

O autor destaca que o que é construído em primeira instância não é a pessoa individual, mas a classificação como um tipo de pessoa especifica. A matriz pode afetar a mulher individualmente, pois ela necessita transformar-se numa 'mulher refugiada' para permanecer no Canadá. Sua existência é moldada pela construção da matriz e ela é construída socialmente como uma certa espécie de pessoa.

Essas reflexões sugerem que a nomeação *mulher trabalhadora rural* é socialmente constituída e as mulheres para serem reconhecidas como *mulheres trabalhadoras rurais* devem se tornar um certo tipo de pessoa. Entretanto, ainda que reconheça as contribuições de Hacking como profícuas, não posso me furtar a comentar aspectos que, acredito, mereceriam ser abordados. A proposta de uma matriz diz respeito a uma materialidade ampla que não pode ser vista como uma estrutura na qual as pessoas simplesmente se encaixam.

---

[44] A idéia de materialidade assume contornos muito diferenciados. Não fica claro a que conceito de materialidade as feministas estão se referindo. Em alguns momentos parece que é algo próximo às relações sociais ou de um certo determinismo social.

As instituições, os lugares, os profissionais, os procedimentos burocráticos, os documentos e até o vestuário, ou seja, toda uma materialidade que é produzida e ao mesmo tempo produz a *mulher como trabalhadora rural*. O processo de constituição da matriz é fruto de negociações complexas e as fronteiras são mutáveis, móveis e contingentes. No caso das trabalhadoras rurais, elas são participantes ativas da construção da matriz junto com outras forças sociais. Não há de um lado as mulheres que se posicionam como trabalhadoras rurais e de outro a matriz, mas sim complexas redes que envolvem objetos, artefatos, pessoas, nomeações em processos de co-produção.

Desta forma, ainda que de forma breve, é possível identificar na formação da matriz *mulher trabalhadora rural*, nos moldes de Hacking:

- **o 'surgimento' de reflexões sobre o trabalho feminino na agricultura familiar** aliado às lutas femininas contra *a desigualdade de gênero* e pela ampliação dos direitos sociais para as mulheres. No Brasil estas lutas alcançaram uma maior visibilidade a partir do final dos anos de 1970 e se constituem, no dizer de Elizabete Lobo (1991, p. 273), a partir de três correntes: as práticas das mulheres nos movimentos, os discursos sobre dignidade elaborados nos movimentos populares e os discursos feministas;
- **a criação de espaços, de vínculos e de articulações sociais** que permitiram a circulação de conversas, reflexões e ações sobre a vida das mulheres que vivem e trabalham na área rural. Alguns espaços e vínculos foram recriados e alimentados a partir de instituições já existentes, como o movimento sindical rural, as agências de cooperação internacional e as ONGs feministas;
- **a constituição** das mulheres como ***mulher trabalhadora rural*** **como um certo tipo de pessoa** que trabalha na agricultura, reside na área rural e vive em condições de vida muito precárias. Por ser assim situada deve congregar um conjunto de atributos, habilidades, inscrições corporais e documentos que expressem para os (as) outros(as) quem ela é;
- **a produção** de textos, documentos, imagens, poesias, músicas e correspondência que permitiram a propagação em diferentes lugares e espaços sociais da nomeação *mulher trabalhadora rural* para além das fronteiras locais e regionais.

Faz-se necessário apontar que estou falando de processos nos quais a nomeação *mulher trabalhadora rural* é um dos pontos dessas redes. São processos densos imbricados e que se alimentam reciprocamente em diferentes níveis e formas. Desse modo, é impossível pensá-los isoladamente ou de maneira hierárquica. A tentativa aqui feita responde apenas à necessidade de tornar evidente determinada dimensão para melhor falar dela.

1.2.2. O uso da nomeação *mulher trabalhadora rural*: o foco nas práticas discursivas

Para Jonathan Potter *et al*. (1990), a análise do discurso e retórica tem oferecido perspectivas alternativas e promissoras para a psicologia, possibilitando uma reavaliação crítica de conceitos, como também a reconstrução de algumas das principais noções da Psicologia Social. Na mesma direção Conceição Nogueira argumenta que

> o foco de atenção no discurso tem facilitado uma descrição histórica do conhecimento psicológico (a forma como a psicologia está construída na cultura), uma critica à prática psicológica desafiando as suas proclamações de verdade assim como uma transformação nas perspectivas metodológicas (2003, p.11).

Porém, falar de linguagem, discurso e análise de discurso é se referir a uma seara complexa que abrange várias concepções vinculadas a diferentes tradições teórico-metodológicas.[45] Na Psicologia Social de cunho construcionista, por exemplo, comumente são mencionadas duas vertentes.

A primeira, denominada de *análise de discurso*, toma como inspiração a teoria de atos de fala (Austin), a etnometodologia e a análise de conversação. Esta vertente tem como referência os estudos de Jonathan Potter, Margaret Wetherell e Edwards Derek, entre outros(as). O foco desses trabalhos é o uso da linguagem nas interações cotidianas. A análise de discurso, segundo Potter e colaboradores(as), é direcionada para três aspectos: *a função*, entendido que o discurso é orientado para a ação; a *construção*, considerando que o discurso é construído a partir de recursos já existentes — o que envolve escolha e seleção dentre as possibilidades

[45] Para uma discussão sobre as diferentes vertentes da análise de discurso nas ciências sociais ver Lupicinio Iñiguez (2001b).

disponíveis — e também com o reconhecimento de que lidamos com o mundo em termos de construções discursivas e versões; a *variação*, que envolve os dois aspectos já tratados, pois se o discurso é uma construção orientada para a ação, diferentes discursos constroem diferentes tipos de ação.[46]

A segunda vertente, designada de *análise foucaultiana de discursos*, vincula-se ao pós-estruturalismo, que tem como um dos seus expoentes Ian Parker.[47] A ênfase é como os discursos constroem os objetos e como são aí construídos os sujeitos. As análises são orientadas para as condições de possibilidade que permitiram a emergência de determinados temas/objetos, inclusive da própria psicologia, enfatizando as descontinuidades e os dispositivos de poder que regulam determinadas práticas. Para Parker (1997), a pesquisa com base nessa abordagem está interessada em analisar como determinado fenômeno se constitui, a sua relação com o poder, com a ideologia e com as formas de subjetividades. Ganham também evidência nesse enfoque os estudos sobre as estratégias de governamentalidade.

Ao reconhecer as diferenças entre estas duas vertentes é importante assinalar também que muitos estudos tentam articular estas duas perspectivas. Nogueira apela para Wetherell, que argumenta a favor de um enfoque que dê conta da "natureza situada e localizada dos eventos assim como as práticas institucionalizadas e as estruturas sociais dentro das quais esses eventos são construídos" (2003, p. 14).

Nas palavras de Mary Jane Spink seria

> trabalhar a interface entre a compreensão dos micro-processos de produção de sentidos no aqui-e-agora das interações sociais, focalizando material fracamente dialógico e a análise mais voltada à circulação e usos de repertórios lingüísticos como estratégias de governamentalidade (2002, p. 4).

---

[46] Para Nogueira (2003), nos Estados Unidos os autores mais conhecidos nesta vertente são Kenneth Gergen e John Shotter. Na Inglaterra, além dos autores citados, ela inclui Rom Harré.

[47] Sobre o debate a partir do ponto de vista dos referidos autores ver Potter *et al.* (1988; 1990) e Parker (1988). Nogueira (*op cit*) ao analisar estas duas vertentes toma como base as idéias de Danziger – que identifica como versões mais *light* e *dark* – e Burr, que denomina de micro e macro construcionismo. O m*icroconstrucionismo* é identificado como análise de discurso (a autora chama de psicologia discursiva) e o macroconstrucionismo como análise foucaultiana do discurso. Nogueira enfatiza que a grande diferença entre as duas vertentes é o lugar que ocupam as reflexões sobre poder. Segundo ela, nessa última o poder é um elemento central nas análises dos estudiosos(as). Vale salientar que no início dos anos 1990 Potter já assinalava que a polarização entre pós-estruturalistas bons/radicais e os etnometodologistas/analistas de conversas maus/reacionários é particularmente de pouca ajuda. Ele ironiza dizendo que é um pano de fundo útil para entender o uso dos repertórios e a escolha de procedimentos interpretativos.

Dados esses enfoques, é importante reiterar que para a compreensão dos usos da nomeação *mulher trabalhadora rural* estou considerando uma das correntes voltadas ao estudo da linguagem que se aproxima dos estudos da psicologia discursiva. O foco são as práticas discursivas.[48] Como o próprio nome acentua, as práticas discursivas são entendidas como práticas sociais e como linguagem em ação. Para Mary Jane Spink e Benedito Medrado (1999) são as diferentes maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentido e se posicionam em relações cotidianas. Na versão de Davies e Harré (1990) são todas as formas por meio das quais as pessoas ativamente produzem realidades sociais e psicológicas.

Ao priorizar as práticas discursivas, compreendo, como destaca Shotter (1993), que certas formas de falar e de comunicar modelam a nossa forma de pensar, de atuar e de avaliar. Permitem também entender diferentes formas de estar no mundo e de responder ao que acontece a nossa volta. Elas criam, mantêm, reproduzem e transformam certos modos de relações sociais. São conhecidas pelo seu uso e o que pode ser feito com elas nas diferentes formas de vida e em circunstâncias socialmente e lingüisticamente estruturadas.

É imprescindível destacar ainda que as pessoas não repetem ou reproduzem simplesmente os termos, as noções e as categorias. No curso das interações sociais elas ressignificam, fazem novas combinações e realizam 'boas misturas'. Desta forma, é necessário considerar os momentos ativos da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade. É necessário estarmos atentos(as) para as rupturas, a variabilidade e a polissemia.

Como apontam Rom Harré e Grant Gillett (1999), a apreensão e o uso de uma palavra (noção, repertório, conceito) é uma habilidade discursiva ativa. Ela é seletiva em face de um conjunto de possibilidades, é construída no discurso e é também governada por normas ou regras prescritivas. No fluxo das interações existe uma variedade de limitações normativas e reguladoras acerca do que pode ser dito e

[48] É importante observar que os (as) integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Discursivas e Produção de Sentido trabalham diferentes níveis de análise do discurso. Ao considerar as vertentes de análise de discurso anteriormente identificadas, diria que há trabalhos que tomam como foco principal uma ou outra perspectiva; entretanto, há produções que articulam simultaneamente os dois níveis de análise. Ver Spink (2002) e Spink e Menegon (2003).

apropriado em qualquer ponto da conversa entre as pessoas. A linguagem é usada de forma funcional que varia segundo os contextos discursivos.

Entretanto, Harré e Gillett (*op. cit*.) enfatizam que, para explicar a estrutura de uma interação discursiva, ao invés de regras devem-se observar as convenções da narrativa, ou seja, os modos pelos quais contamos histórias em nossas culturas. Assim como as 'regras da gramática', nós aprendemos na prática os 'modos' de contar as histórias e então, de acordo com a finalidade, podemos extrair algumas regras e usá-las no curso das interações discursivas.

Para Spink e Medrado (1999) os elementos constitutivos das práticas discursivas são: *a dinâmica* – os enunciados orientados pelas vozes; *as formas* – os *speech genres;* e os *conteúdos* – *os* repertórios lingüísticos. Para abordar esses elementos Spink se apóia nas reflexões de Mikhail Bakhtin e de Jonathan Potter.

Para Bakhtin (1979) a unidade real da comunicação é o enunciado, a linguagem é sempre apresentada na forma de um enunciado.[49] Na acepção do autor qualquer enunciado constitui-se um elo (ou uma fração) de uma corrente de comunicação ininterrupta. Desta forma, os nossos enunciados estão preenchidos com a fala dos outros. Para Bakhtin,

> a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (1979, p. 99).

Na acepção de enunciado de Bakhtin reside um dos elementos centrais do pensamento do autor que é a dialogia ou, em outros palavras, a interanimação dialógica. Qualquer enunciado implica em diálogos entre os (as) falantes.[50] Na formulação do autor (1979) toda enunciação, mesmo na escrita, é uma resposta a alguma coisa e como tal é construída. O ouvinte, por exemplo, pode adotar uma atitude ativa e responsiva em relação ao que foi dito, dessa forma, concorda ou discorda (parcial ou totalmente), argumenta, ou fica em silêncio.

---

[49] Bakhtin argumenta que a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação realizada através da enunciação (1979, p. 109).

[50] Para Robert Stam (1992) a concepção de Bakhtin sobre linguagem como uma criação coletiva parte de um diálogo entre muitos 'eus', muitos 'outros' e entre os discursos.

Entretanto, os enunciados de uma pessoa podem não se limitar apenas às pessoas envolvidas na situação imediata da fala. A voz ou as vozes para as quais se destina um enunciado podem estar distantes no tempo e no espaço. Wertsch (1991) assinala que o (a) destinatário(a) pode ser um participante-interlocutor num diálogo cotidiano, um coletivo diferenciado de especialistas numa área particular da comunicação cultural, um público mais ou menos diferenciado ou pode ser também um outro indefinido e não concreto.

Nessa mesma direção Robert Stam (1992) argumenta que Bakhtin em todos os seus livros enfatizou, diferentemente de Saussure e dos estruturalistas, a heterogeneidade da *parole*, a complexidade das manifestações da linguagem em situações concretas. Na versão de Bakhtin,

> a enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade lingüística (1979, p. 107).

Uma outra formulação de Bakhtin para a compreensão das práticas discursivas são os conceitos de linguagem social e de *speech genres.* Nos termos de Bakhtin, a linguagem social é um discurso peculiar específico de certos segmentos sociais num determinado sistema e momento. Podem-se imaginar, por exemplo, os discursos característicos dos grupos profissionais, dos grupos juvenis, dos ativistas sociais, etc. Wertsch (1991) lembra que, do ponto de vista de Bakhtin, ao produzir um enunciado o falante invoca uma linguagem social, que por sua vez modela o que a voz individual do orador pode falar. Já o *speech genre* é uma forma típica de enunciado, corresponde a situações especificas de modos de comunicação, ou seja, contextos típicos de fala (BAKHTIN, 1994).

Em resumo, nas formulações de Bakhtin as trocas dialógicas são prenhes de ruídos, vozes, interseções, entonações, misturas, burburinhos e versões variadas. A palavra para o autor é produto da interação viva e é capaz de registrar as fases transitórias mais ínfimas, mais efêmeras das mudanças sociais (1979, p. 29). Desta forma, no entender de Stam (*op. cit.)*, em cada comunidade lingüística aparentemente unificada,

> há a 'heteroglossia', ou 'multilinguagem', em que às diferentes linguagens de diversas gerações, classes, raças, gêneros e locais competem 'acentos'

> sociais diferentemente orientados. Cada palavra está sujeita a pronúncias, entonações e alusões conflitantes. Cada língua é um conjunto de linguagens, e cada sujeito falante abre-se para uma multiplicidade de linguagens (1992, p. 12) .

O último elemento a ser enfocado são os conteúdos das práticas discursivas, ou seja, os repertórios lingüísticos. Na definição de Potter *et al*. (1990), os repertórios são agrupamentos de termos facilmente discerníveis, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem muitas vezes agrupadas em torno de metáforas ou imagens.

Potter lembra que a idéia de repertório é semelhante à do repertório do(a) bailarino(a), que escolhe determinados movimentos de acordo com o contexto imediato. A ênfase se volta para a flexibilidade do uso do repertório, ou seja, como é utilizado em contextos discursivos e interacionais específicos.

Spink (2003), ao trabalhar com os repertórios, inclui as dimensões histórica e temporal, que abarcam três tempos: o longo, o tempo vivido e o aqui-agora:

> O tempo longo é o domínio da construção social dos conteúdos culturais que formam os discursos de uma dada época, dos conhecimentos produzidos e reinterpretados por diferentes domínios do saber. O tempo vivido é o tempo da ressignificação desses conteúdos históricos a partir dos processos de socialização. É o tempo da vida de cada um de nós, sendo, portanto, o filtro que nós utilizamos para pensar, usar e falar sobre os repertórios do tempo longo. E o tempo curto é o tempo da interanimação dialógica, da dinâmica de produção de sentidos (p. 15).

1.2.3. Ser *mulher trabalhadora rural*: o foco nos posicionamentos

Vimos anteriormente como uma vertente feminista enfrenta a discussão a respeito da categoria mulher e de uma suposta identidade feminina universal. Afinadas com a crítica antiessencialista e com o compromisso político, as autoras de forma geral definem a categoria mulher como uma posição (assumida ou designada) ou como posicionamento.[51] Tratarei neste item como a Psicologia Social discursiva aborda esses conceitos, utilizando as reflexões de Rom Harré e seus colaboradores (1990; 1999).[52]

[51] Como já vimos há autoras que usam o termo posicionalidade.

[52] Lupicinio Iñiguez (2001a), ao traçar um percurso conceitual do conceito de identidade na Psicologia, e mais especificamente na Psicologia Social, destaca três abordagens. A primeira, denominada de perspectiva convencional, é constituída pelas versões biologista, internalista, fenomenológica e narrativa. A segunda, considerada pelo autor como um genuíno aporte da Psicologia Social, é intitulada como identidade e pertença

Se Haraway já nos apontou anteriormente que 'ser' é contingente e emblemático e que não estamos imediatamente presentes para nós mesmos, Harré e Davies (1990) abordam a instabilidade do 'ser' no âmbito das práticas discursivas. Para eles, 'quem somos' é sempre uma pergunta aberta, com uma resposta instável que depende das posições disponíveis nas práticas discursivas nossas e dos outros, bem como, no âmbito dessas práticas, do sentido que damos às nossas histórias e às dos outros.

O nosso sentido pessoal e de como o mundo deve ser interpretado na perspectiva de quem achamos que somos não é algo inato, mas é um processo ativo que é adquirido e desenvolvido. Envolve, na opinião dos autores, quatro aspectos:

- o aprendizado das categorias, que abrange a inclusão e a exclusão de pessoas nas mesmas;
- a participação em várias práticas discursivas através das quais é alocado sentido a essas categorias;
- o posicionamento do *self* em termos das categorias e das linhas de história. Isso envolve posicionar-se imaginativamente como alguém que pertence a uma categoria e não às outras;
- o reconhecimento de si como alguém que tem características e se localiza como membro de várias subclasses de categorias e não de outras. Ou seja, o desenvolvimento de um senso de pertença e que conseqüentemente nos faz ver o mundo a partir da perspectiva de alguém assim posicionado.

O posicionamento é entendido como um fenômeno da ordem da conversação; somos posicionados e nos posicionamos no fluxo das práticas discursivas. É um processo dinâmico e interativo. Nas palavras de Harré e Davies (1990), o posicionamento é um "processo discursivo através do qual os *selves* são situados nas conversações como participantes observáveis e subjetivamente coerentes em

---

grupal e tem como marcos os estudos de Tajfel e Turner. Por último, o autor sublinha as novas perspectivas psicossociais que são relacionadas com a tradição do interacionismo simbólico e com o impacto da microssociologia de Goffman. Nesse sentido, ele inclui nessa abordagem três linhas: a identidade no interacionismo simbólico (George Mead); a apresentação do eu e a gestão das impressões (Goffman); e a constituição sócio-histórica dos seres humanos. No Brasil, o trabalho de Antonio Ciampa (1987), que se tornou uma referência na Psicologia Social, toma como base as idéias de Mead, Goffman e Marx, e tem influenciado várias produções sobre o tema. Em uma outra linha despontam mais recentemente as reflexões sobre a Psicologia Social e os estudos culturais que incluem a temática da identidade com uma das questões centrais. Ver Neusa Guareschi e Michel Bruschi (2003).

linhas de história conjuntamente produzidas" (p. 48). O posicionamento pode ser interativo, no qual o que uma pessoa diz posiciona a outra, e pode haver posicionamento reflexivo, no qual as pessoas se (auto) posicionam.

Entretanto, os autores consideram que ao falar que um(a) locutor(a) posicionou a si e o outro é importante levar em consideração as seguintes dimensões:

- As palavras escolhidas pelos(as) participantes contêm imagens e metáforas que ambos acatam e que evocam as maneiras de ser nas quais presumem estar envolvidos. Os (as) participantes podem não estar cientes destes pressupostos e nem do poder que as imagens têm de invocar certas formas de ser, podendo simplesmente considerar suas palavras como sendo o "jeito que se fala" nesse tipo de circunstância.
- A forma em que esse tipo de contexto discursivo é visto pelos(as) participantes pode variar entre eles. Isso depende dos compromissos políticos e morais, do tipo de pessoa que consideramos ser, nossas atitudes para com os outros locutores e da disponibilidade de discursos alternativos daquele que foi invocado pelo(a) primeiro(a) locutor(a). Todos esses elementos estão implicados na forma como a verbalização do(a) locutor(a) inicial será ouvida.
- As posições criadas são fragmentos cumulativos de uma autobiografia vivida, não são partes de uma autobiografia linear e não contraditória.
- Por último, os autores enfatizam que as posições poderão se vistas por um ou outro participante em termos de papéis conhecidos (reais ou metafóricos), ou em termos de personagens em linhas de histórias compartilhadas. Além disso, poderão ser muito mais efêmeras e envolver alterações no poder, acesso ou bloqueamento a certos aspectos da identidade reivindicada ou desejada.

Além dos elementos descritos acima, Harré e Davies situam histórica e culturalmente a pessoa numa conversação. Parece-me que não há espaço, na visão dos autores, para uma compreensão da pessoa numa conversação destituída das suas tramas históricas e culturais. O (a) participante se localiza numa conversação de acordo com as narrativas com as quais já se envolveu e traz para esta as suas histórias e os aprendizados de alguém que já esteve em múltiplas posições e engajou-se em diferentes formas de discursos. Portanto, numa mesma conversação podemos assumir várias posições.

Dada a diversidade de narrativas com as quais nos envolvemos no curso das nossas trajetórias pessoais e das interações cotidianas, podemos assumir posições múltiplas e contraditórias, negociar uma nova posição ou rejeitar alguma (ou várias). Todavia, Harré e Davies nos lembram que tendemos a lutar contra a diversidade da experiência, de modo a produzir uma história de nós mesmos(as) como unitária e consistente. Para os autores, há também uma exigência social para que nos apresentemos como pessoas que têm uma linha de história única e contínua. No curso das nossas vidas nós aprendemos a ser uma pessoa singular e não contraditória. Entretanto, considero que de acordo com os contextos históricos e culturais isso ganha acentos diferenciados.

Para concluir, gostaria de enfatizar três aspectos. Primeiro, a nomeação *mulher trabalhadora rural* se insere numa densa trama ou, no dizer de Harking, numa matriz que é constituída por pessoas, objetos, instituições, nomeações e práticas sociais. Entretanto, esta matriz não é uma estrutura estanque, ela deve ser pensada muito mais como redes relacionais nas quais tanto as pessoas quanto os objetos são definidos e redefinidos em campos relacionais.[53]

Segundo, ao abordar as práticas discursivas como prática social e como linguagem em ação, meu interesse é direcionado para o uso da nomeação *mulher trabalhadora rural em* contextos discursivos específicos. Considero, no dizer de Bakhtin, que a referida nomeação se insere numa determinada linguagem social, no caso, uma linguagem de direitos e cidadania que é calcada pelas lutas dos movimentos sociais. Entretanto, há que considerar as diferentes situações específicas de comunicação, ou seja, contextos típicos de fala para quem o enunciado é endereçado.

Finalmente, ao considerar o uso da nomeação *mulher trabalhadora rural a* minha atenção será para as posições de pessoas que são invocadas no curso das interações discursivas e interacionais. Dessa forma, longe de enfocar a 'identidade da mulher trabalhadora rural' o que importa aqui é compreender os diferentes posicionamentos das mulheres como *mulher trabalhadora rural.*

[53] Na minha compreensão a idéia de matriz pode ser enriquecida com as formulações de John Law (1999) sobre materialidades e socialidades relacionais. Os trabalhos de Law têm inspirado reflexões fascinantes no Núcleo de Práticas Discursivas e Produção de Sentidos. Ver em Spink *et al.* (2003) os trabalhos apresentados na Mesa Redonda **Psicologia_Social@materialidades.net: dialogando com dissidentes contemporâneos,** no XII Congresso Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, em Porto Alegre, outubro de 2003.

1.3. Empoderamento e *self*

O uso do termo empoderamento alcançou visibilidade a partir da década de 1990. Duas narrativas falam do seu surgimento: uma informa que o conceito está ligado ao movimento feminista e outra vincula-o ao movimento American Blacks e às lutas contra o fim do preconceito e da discriminação racial nos E.U.A. nos anos de 1960.

Muitas feministas reconhecem que o conceito tem sua origem no movimento negro e mais tarde foi incorporado por feministas vinculadas à discussão sobre Mulher e Desenvolvimento (WID – Women in Development). Ao fazer críticas ao modo como as mulheres eram enfocadas nos programas de desenvolvimento elas passaram a investir na elaboração de novas abordagens que dessem conta das complexas relações entre gênero e pobreza.[54]

Nas décadas de 1970 e 1980 ativistas e pesquisadoras feministas se debruçaram no esforço de elaboração teórica do conceito, bem como nas lutas pela implementação de estratégias de empoderamento. Várias autoras reconhecem que, em âmbito internacional, o conceito passou a ser mais divulgado a partir do texto *Desarrollo, crisis y enfoques alternativos: perspectivas de la mujer en el Tecer Mundo*, elaborado por ativistas e pesquisadoras do Sul para a Terceira Conferência sobre a Mulher da ONU, realizada em Nairobi, em 1985.[55] Nos anos de 1990 há uma maior visibilidade do uso do conceito, notadamente a partir das Conferências (oficiais e paralelas) da ONU na década de 1990.[56]

---

[54] Magdalena León (1997) cita Maxine Molyneux, Carolyn Moser e Kate Young como pesquisadoras que deram enormes contribuições para que o conceito de *empoderamento* se transformasse num enfoque de desenvolvimento. Maxine Molyneux é socióloga, professora do Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade de Londres. É dela a distinção entre interesses práticos e estratégicos de gênero. Carolyn Moser é da Unidade de Planejamento Mulher e Desenvolvimento (DPU) da University College, em Londres e junto com outras pesquisadoras desenvolveu um enfoque de desenvolvimento chamado de *Triplice* Papel *no* qual utiliza as inspirações de Molyneux para falar de necessidades práticas e estratégicas de gênero. Kate Young, antropóloga britânica, diretora executiva da agência de desenvolvimento Womankind Worlwide, introduziu, no Instituto de Estudos e Desenvolvimento da Universidad Sussex, estudos sobre mulheres e desenvolvimento que serviram de base para estabelecer a primeira cátedra sobre gênero e desenvolvimento na Grã- Bretanha

[55] Eram ativistas e pesquisadoras da Development Alternatives with Women for a New Era – DAWN. Esta rede foi fundada em 1984 em Bangalore, Índia e participam feministas dos países do Terceiro Mundo. Os temas de atuação da DAWN são economia política globalizada, saúde, direitos reprodutivos e sexuais, reforma política e transformação social. Tem trabalhos em países da África, Ásia, Caribe, América Latina e Pacífico. Consultar www.darw.org.fj.

[56] Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Auto-sustentável realizada no Rio de Janeiro em 1992; Conferência Mundial sobre Direitos Humanos ocorrida em Viena em 1993; Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994; Encontro Mundial sobre Desenvolvimento Social promovido em Copenhagen em 1995; e IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Bejing, 1995. De diferentes formas

Atualmente há distintos usos do termo por diferentes atores sociais — ONGs, movimentos sociais, agências de cooperação internacional, organismos bilaterais e instituições governamentais. Contudo, as autoras feministas o têm situado no campo das relações de gênero e pela luta contra a posição socialmente subordinada das mulheres em contextos específicos.

No que se refere aos movimentos sociais e às ONGs, há várias formas de abordagem e questionamentos sobre seu uso. Os argumentos são de várias ordens e um dos mais repetidos é que o conceito perdeu seu potencial emancipatório, pois tem sido utilizado freqüentemente por bancos, agências de desenvolvimento multilaterias e bilaterais de governo que, numa tentativa de adaptar seus discursos às demandas atuais, apregoam o empoderamento sem uma preocupação efetiva com a mudança social.[57] No Brasil, alguns advogam o uso da palavra *fortalecimento* em substituição a empoderamento, pois esta não existe na língua portuguesa e não é um termo muito utilizado na 'gramática' dos movimentos sociais. Alega-se que mais uma vez estaríamos ao sabor dos modismos e dos neologismos tão em voga atualmente.[58]

No campo das discussões sobre desenvolvimento, o empoderamento é visto por algumas ONGs como principal estratégia de combate à pobreza e de mudança nas relações de poder. Nesse enfoque, há setores que fazem uma dura crítica às abordagens que incorporam o empoderamento como uma técnica, despida de conflitos ideológicos e políticos, que se aprende em cursos, ou como algo que pode ser outorgado a alguém. Por outro lado, quem critica a abordagem focada no empoderamento como estratégia de combate à pobreza questiona se é possível mensurar os processos de empoderamento, que tipo de metodologia é adequada a esse enfoque, bem como os custos em termos de tempo e recursos financeiros. Há também setores que advogam uma abordagem de desenvolvimento baseada em direitos (*Rights Based Approach*), voltada para a promoção e proteção dos direitos

---

essas conferências contribuíram para aprofundar a discussão sobre o *empoderamento* das mulheres e a eqüidade de gênero.

[57] Sobre as críticas ao uso do termo ver Jorge Romano (2002).

[58] Ao discutir o uso do termo, Magdalena León (1997) afirma que a palavra *empowerment* (*empoderamiento*) não é uma criação dos últimos anos. Ela cita o *Oxford English Dictionary* para enfatizar que a referida palavra aparece em textos da segunda metade do século XVII. Ela diz que há quem considere o termo um galicismo ou uma afronta ao bom uso do castelhano. No Brasil, o termo não é registrado nos dicionários Aurélio (Novo Dicionário Século XXI) e Houaiss (Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa).

humanos, na qual o empoderamento é um dos elementos mas não é o enfoque principal.[59]

Já as feministas, quanto tratam o empoderamento, destacam como fundamental nas suas análises as discussões sobre o poder.[60] Partem do entendimento que as relações de gênero são relações de poder e que o empoderamento das mulheres é condição para a eqüidade de gênero. Contudo, Carmem Diana Deere e Magdalena León (2002) afirmam que por muitos anos as feministas latino-americanas ignoraram a discussão sobre o poder. Partiam do pressuposto de que as mulheres não tinham poder e que esse era apanágio dos homens. Além disso, pregava-se que o feminismo não estava interessado nas questões de poder. Na minha compreensão, isto também levou as feministas por muito tempo a não perceberem que o poder também permeia as relações entre as mulheres.[61]

As autoras *(op. cit.*) referem que uma das primeiras discussões abertas sobre essas questões ocorreu no Quarto Encontro Feminista Latino-Americano, em Taxco, no México. Segundo elas, nesse encontro houve o reconhecimento de que era um mito afirmar que o feminismo não estava interessado nas questões de poder e de que havia uma idealização do movimento feminista. Além disso, era importante acatar que a prática política feminista é um exercício de poder.[62]

Para Deere e León (*op. cit.*), o debate em Taxco foi um marco importante para a adoção de novas compreensões sobre o poder que ultrapassassem o preceito de

---

[59] Sobre a discussão acerca da abordagem de *empoderamento* nos processos de desenvolvimento ver Jorge Romano (2002) e Cecília Iorio (2002).

[60] Iorio (*op. cit.*) assinala duas perspectivas de *empoderamento* no movimento feminista: uma, denominada de instrumental, tem o *empoderamento* como um resultado; a outra, chamada de abordagem processual ou generativa, focaliza os processos e não os resultados. Uma outra diferença que marca as duas abordagens é a compreensão sobre o poder. Estarei enfocando as autoras que trabalham *empoderamento* como processo.

[61] Marta Lamas (1999) destaca que um dos mitos que ainda perdura no feminismo é que *feministas são todas iguais*. É mais fácil reconhecer as diferenças étnicas, de classe e de idade entre as mulheres do que, por exemplo, as disparidades intelectuais e as relações de poder entre as feministas. A autora fala que as feministas desenvolveram uma espécie de lógica amorosa – todas nós nos queremos, todas somos iguais – que não permite aceitar os conflitos e as diferenças.

[62] Marta Lamas (*op. cit.*) diz que em Taxco um grupo de feministas (Haydée Birgin - Argentina; Viviana Erazo e Margarita Pisano - Chile; Marta Lamas e Estela Suarez - México; Virginia Vargas, Victoria Villaneuve e Celeste Cambria - Peru) produziu um documento coletivo, *Del amor a la necesidad*, que analisou vários mitos que se entrelaçam e se retroalimentam entre si, gerando uma prática feminista vulnerável e com pouca eficiência. Os mitos são: as feministas não se interessam pelo poder; nós feministas fazemos política da mesma maneira; as feministas são todas iguais; existe uma unidade natural, pelo simples fato de sermos mulheres; o feminismo só existe como uma política das mulheres para as mulheres; o pequeno grupo é o movimento; os espaços de mulheres garantem por si mesmos um processo positivo; é válido pelo simples fato de que eu, mulher, sinto; o que é pessoal é automaticamente político; o consenso é a democracia. A autora lembra que apesar das mudanças nesses últimos dez anos alguns desses mitos ainda perduram na prática feminista.

que os homens têm poder e as mulheres não o possuem. Nesse intento um dos autores utilizados para pensar o poder e formular o conceito de empoderamento é Michel Foucault. Elas tendem a incorporar do referido autor a idéia de que o poder não é uma coisa ou um lugar, mas uma relação ou, nas palavras de Roberto Machado (1997), algo que se exerce, que se efetua e que se disputa.

Em *História da sexualidade 1* (*A vontade de saber*), Foucault enfatiza que o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis (1998, p. 90). Onde há poder há resistências — plurais, possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, planejadas, irreconciliáveis — e, no entanto, estas não se encontram em posição de exterioridade em relação ao poder. Para Foucault estamos no "poder" e dele não se escapa (p. 91).

Uma das feministas mais citadas nos trabalhos sobre empoderamento é Kate Young. Para Young (1997, p. 104), em seu sentido óbvio o empoderamento é para que as pessoas "tome control sobre sus próprias vidas: lograr la habilidad para hacer cosas, sentar sus próprias agendas, cambiar eventos, de una forma que previamente no existia". Porém, ela enfatiza que para as feministas o empoderamento é mais que isto, pois deve compreender "la alteración radical de los procesos y estructuras que reproducen la posición subordinada de las mujeres como género" (p. 104-105).

A autora destaca que as estratégias de empoderamento não podem ser isoladas da ação coletiva e dos contextos históricos específicos e foca-o não nos indivíduos, mas nos processos coletivos, ainda que reconheça que esses processos implicam em mudanças pessoais. Nesse sentido, os parâmetros de empoderamento são a construção de uma auto-imagem e autoconfiança positivas, o desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente, a construção da coesão de um grupo e a promoção da tomada de decisão e de ação.[63]

Ao considerar o contexto latino-americano e as organizações de mulheres na América Latina, Johnson afirma que o empoderamento das mulheres pressupõe

> ... ganar una voz, tener movilidad y establecer una presencia pública. Aun cuando las mujeres pueden empoderarse a sí mismas al obtener algún control sobre los diferentes aspectos de su diário vivir, el empoderamiento

[63] Young toma como base para esses parâmetros o Programa da Política Nacional sobre Educação do Governo da Índia.

> también sugiere la necesidad de obtener algún control sobre las estructuras de poder, o de cambiarlas (*apud* ROWLANDS, 1999, p. 217).

Tanto Young quanto Johnson oferecem pistas para pensar o empoderamento como um processo que demanda alterações nas relações de poder. É nesse contexto de afiliação que situo o empoderamento no campo dos processos sociopolíticos, das lutas por relações sociais mais democráticas e do poder compartilhado nos vários espaços sociais (família, comunidade, instituições, governo) e nas diversas dimensões da vida cotidiana (sexualidade, reprodução, trabalho, renda, participação política, acesso a bens, informações e serviços, etc.).

Além disso, os processos de empoderamento envolvem o acesso e o controle de recursos econômicos e materiais, como também a participação nas decisões que afetam as suas vidas nas esferas privada e pública. Isso requer o estabelecimento das próprias prioridades e agendas e a ocupação de espaços políticos de modo a influenciar as decisões e as políticas nessas esferas.[64]

Várias autoras têm envidado esforços para definir os processos de empoderamento de forma que incorpore as várias dimensões da vida das mulheres. Por exemplo, Jo Rowlands (1997) fala de uma visão ampla que inclui as dimensões individuais, coletivas e das relações sociais . A autora enfoca em cada dimensão os elementos que impulsionam as mudanças e aqueles que as inibem. Já Nelly Stromquist (1997) enfatiza que uma definição de empoderamento implica nos componentes cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos.

Ao descrever os aspectos psicológicos as autoras se referem a um conjunto de elementos como a auto-estima, aquisição de habilidades e capacidades e desenvolvimento da consciência crítica e da autoconfiança para alcançar mudanças. Para falar desses elementos, ao invés de aspectos psicológicos utilizarei a noção de *self* abordada por Harré (1998) no seu livro *O self singular: uma introdução à psicologia da pessoalidade.*

---

[64] Vale destacar que a noção de *empoderamento* aqui utilizada se distancia de qualquer análise que esteja assentada na idéia de um processo linear, racional e contínuo, cujas fases são sucessivamente alcançadas. Estou falando de processos políticos, prenhes de disputa, conflitos, contradições, negociações, avanços e recuos, entendidos à luz dos contextos históricos específicos e das tramas locais.

Harré argumenta que um dos caminhos para a compreensão do sentido de *self* é estudar os meios que as pessoas empregam para a apresentação discursiva de si mesmas como uma pessoa única. Sob este aspecto, para o autor, a psicologia deve se voltar para entender como o *sentido de self* de uma pessoa é exibido discursivamente.[65]

Ao examinar a literatura especializada sobre o tema, Harré sublinha que o sentido de *self* pode ser visto em três acepções. A primeira se refere a nossa localização como pessoa em cada momento e lugar. Nessa abordagem, o *self* é um espaço a partir do qual a pessoa percebe e atua perante o mundo. Numa outra acepção o *self* diz respeito aos atributos e características pessoais. A última é aquela que dá conta das impressões que a pessoa causa nas outras. Hárré diz que em qualquer uma dessas acepções o *self* é freqüentemente tratado como se fosse uma entidade. O autor chama esses vários s*elves* de *self* 1, *self* 2 e *self* 3.[66]

Na visão de Harré a pessoa não tem outros atributos psicológicos além do poder para produzir fenômenos no fluxo das ações privadas e públicas, tanto simbólicas como práticas. Ele argumenta que as pessoas não são complexos internos, não têm partes, no entanto, cada pessoa tem muitos poderes, capacidades, habilidades e disposições. Nesse sentido, não há lugar na psicologia para as perguntas sobre a raiz desses poderes, exceto no sentido histórico de como uma determinada pessoa foi levada a desenvolver certa habilidade ou o que foi que fez com que as pessoas do local outorgassem valor a essas habilidades ou educassem os (as) filhos(as) a partir desses valores.

Na formulação do autor, o *self* é uma combinação de atributos do fluxo de ação, que surge a partir do exercício de poderes pessoais, não homogêneos, na interação com os outros, que por sua vez também estão produzindo fenômenos psicológicos a

---

[65] É necessário esclarecer que estou fazendo um uso muito específico das formulações de Harré. Está fora dos meus propósitos compreender as noções de *self* utilizadas pelas mulheres no Sertão de Pernambuco. Ademais, a minha análise não está voltada, como propõe Harré, para o estudo da gramática dos pronomes com o fim de compreender a forma em que cada pessoa experimenta a singularidade do *personhood.*

[66] Harré adverte que usa a terminologia numérica de forma irônica para lembrar sobre a forma como a maior parte da psicologia do *self* se apresenta hoje. Ao empregar a terminologia ele reconhece que são nomeações e que elas não se referem a partes ou pedaços das pessoas. Apesar de falar nos três sentidos de *self,* acho que, Harré termina por priorizar o '*self* 1'. Para ele é a aquisição do ponto de vista que interessa aos teóricos do *personhood*, já que essa é uma das singularidades do *self* expresso nos discursos pessoais. Também chama atenção que os autores norte-americanos preferem o '*self* 2', a totalidade de atributos pessoais, enquanto os autores de origem inglesa tendem a preferir o uso do '*self* 1', para se referir ao *self* como sendo o ponto de vista singular.

partir dos seus próprios pontos de vista. Entretanto, o autor adverte tanto para a diversidade de narrativas com que entramos em contato quanto para a nossa localização temporal e histórica. Na versão de Harré,

> existem muitas histórias que podem ser contadas por cada pessoa sobre sua vida, cada uma delas expressa a perspectiva atual a partir da qual essa vida é vista pela pessoa que a vive. Essas são contribuições ou partes das crenças que as pessoas têm sobre si próprias. Assim, enquanto cada ser humano tem um sentido robusto do viver de sua vida particular no tempo, os eventos que são oferecidos à pessoa e aos outros como constitutivos dessa vida são usualmente múltiplos. (1998, p. 9)

Para Harré, o *self* 1 é o 'ponto de vista' a partir do qual a pessoa percebe o ambiente material e atua nele. Para o autor, cada pessoa tem um senso do espaço que ocupa, um ponto de vista a partir do qual percebe o mundo a sua volta. Como singularidade, a pessoa não tem outro atributo que não seja sua posição no tempo e no espaço. O ponto de vista singular é produzido a partir do senso de estar localizado corporalmente como indivíduo em uma variedade de coisas, algumas das quais são pessoas, algumas das quais são ações, minhas e dos outros.

O *self* 2 são os atributos e as características pessoais. Entretanto, esses atributos possuem natureza variada: alguns deles são mais ou menos permanentes, outros são mais contingentes; alguns são estáveis, outros existem apenas com relação a certos aspectos do contexto. Estas características, apesar de pessoais, são amplamente relacionais. Elas não são apenas definidas em termos das relações com as outras pessoas e as características dos outros de forma recíproca, como também estão em constante fluir, na medida em que as relações com o ambiente material e social se deslocam e mudam. Elas são, a maior parte do tempo, o que a pessoa acredita em determinados contextos. Para Harré as atitudes de uma pessoa, por exemplo, são configurações de disposições que raramente se mantêm estáveis, elas podem aparecer em certo momento de uma determinada forma, e em outro, diferente.

O *self 3,* de acordo com Harré, se refere à totalidade múltipla e cambiante das disposições, capacidades e habilidades que os outros nos atribuem. É como os outros nos vêem como pessoa. Entretanto, isso implica num processo de automonitoramento e decisão daquilo que deve ser ou não exposto aos outros.

Enfim, ao invés de um *self* estável, unificado e coerente, Harré argumenta a favor de uma noção de *self* construído na interação entre as pessoas, a partir das posições que elas ativamente negociam. Entretanto, quero lembrar, como mencionei anteriormente, que não se trata para Harré de uma noção de pessoa ou de *self* destituído das tramas sociais e históricas e das ordens morais locais. Acrescento ainda que as noções de pessoas disponíveis nos discursos são pautadas também pelas relações de gênero, étnico-raciais, de classe e orientação sexual, entre outras.

CAPÍTULO 2

SITUANDO A PESQUISA

Assim como a navegação,
a jardinagem e a poesia,
o direito e a etnografia
são também artesanatos locais:
funcionam à luz do saber local ...
(Geertz, 2001, p. 249)

Tomás Ibañez e Lupicinio Iñiguez (1996), no empenho de superar as confusões que cercam o termo etnografia — já que é utilizado indistintamente como um processo, um método de investigação e como um produto-resultado da investigação —, terminam por utilizá-lo como um método de pesquisa, porém fazem uma diferenciação entre as investigações: etnográficas, de tipo etnográfico ou 'quase etnográfico'. Basicamente os critérios de divisão se referem ao tempo de convivência com a população estudada e às técnicas de pesquisa usadas.

Desta forma, sem pretender adentrar-me nas questões que suscitam debates apaixonados ou, nas palavras de Geertz (2002), *um nervosismo generalizado* sobre o fazer etnográfico e seus aspectos epistemológicos[67], compreendo a pesquisa etnográfica como um empreendimento dialógico que ocorre em um determinado contexto, fruto de posições negociadas entre as pessoas do lugar e o (a) pesquisador(a).[68] Nesses termos, a pesquisa etnográfica tem como base "um encontro historicamente

[67] Para Geertz (2002) o que está em questão nos estudos etnográficos é a pretensão de explicar o outro sob a alegação de ter convivido com ele em seu ambiente natural ou ter vasculhado os escritos que os outros fizeram. Para o autor, isto tem provocado ataques desconstrutivistas a obras canônicas e à própria idéia do cânone. Segundo Geertz, pesa sobre os textos antropológicos a acusação de uma continuação do imperialismo por outros meios. Por todos os cantos os antropólogos são convocados à reflexão, ao dialogo, à heteroglossia, ao jogo lingüístico, à consciência retórica, à tradução performativa, aos registros literais e à narrativa na primeira pessoa. Para José Reginaldo Gonçalo (2002, p. 7), a antropologia não tem escapado da tendência auto-reflexiva presente nas ciências humanas em geral nas últimas décadas do século XX. Nesta disciplina esse movimento já foi caracterizado como *reflexivo*, *hermenêutico*, *interpretativo, desconstrutivo* ou ainda como campo de *uma manifestação de uma sensibilidade romântica*. Sobre o impacto das discussões sobre a pós-modernidade na antropologia ver Roberto Cardoso de Oliveira (1995).

[68] Entender a pesquisa etnográfica exige situar-se numa determinada abordagem teórica. Clifford (2002), ao traçar a formação e a desintegração da autoridade etnográfica na antropologia social do século XX, identifica quatro modos de autoridade: o experencial, o interpretativo, o dialógico e o polifônico. Entretanto, para o autor, nenhum é obsoleto, nenhum é puro, e podem ser encontrados de forma discordante em cada etnografia.

contingente, não controlado e dialógico, envolvendo, em alguma medida, tanto o conflito quanto a colaboração na produção de textos" (CLIFFORD, 2002, p. 223).

Para Cláudia Costa (1999), a ênfase no diálogo sinaliza a passagem de um paradigma de observação originado tanto numa epistemologia ocular quanto na dualidade observador/observado para um encontro hermenêutico entre o (a) pesquisador(a) e os (as) interlocutores(as) de pesquisa. Tal contexto é o da produção de história no qual nenhum participante tem a última palavra na busca "de uma história final e completa" (TYLER *apud* COSTA, p. 83).

Compreender a etnografia nesses termos é abrir mão da romântica imagem do(a) pesquisador(a) se aventurando solitariamente em terras estranhas para descobrir dados inusitados, portando, além do caderno de notas, os equipamentos que permitem registrar o que é observado a partir das normas e dos parâmetros científicos. É lançar-se em caminhos tortuosos e improvisados e trocar, como diria Geertz (2001), uma série de dificuldades bem mapeadas por outra de dificuldades quase desconhecidas.[69] É admitir a complexidade deste tipo de prática que demanda na atualidade reflexões não só sobre a validade dos procedimentos adotados, mas sobretudo sobre as implicações éticas, políticas e epistemológicas desse fazer. Nesse debate, as questões são de diversas ordens, e já não se resumem às questões metodológicas; os (as) pesquisadores(as) são chamados(as) a responder sobre as configurações de poder e os compromissos éticos e políticos que norteiam as pesquisas: quem escreve/fala, para quem, sob que circunstâncias e com que finalidade.[70]

De uma outra forma, Geertz admite que os (as) etnógrafos(as) foram socializados(as) para responder questões em termos práticos e empíricos (quais são os indícios, como foram colhidos, o que mostram), entretanto não estão acostumados(as) a

[69] Em diferentes passagens do livro *Obras e vidas: o antropólogo como autor*, Geertz (2002) aborda as dificuldades e as perspectivas do fazer etnográfico na atualidade. Para o autor, "a entrada de povos antes colonizados ou proscritos (usando suas próprias máscaras e falando suas próprias palavras) no palco da economia global, da política de cúpula internacional e da cultura mundial tornou cada vez mais difícil sustentar a afirmação do antropólogo de que ele é uma tribuna para os não-ouvidos, um representante dos não-vistos, um conhecedor dos mal-interpretados" (p. 174).

[70] A própria autoridade etnográfica é posta em questão. Geertz (*op. cit*.) ao abordar esta questão aponta outras reflexões. Para ele, qualquer que seja a perspectiva (o autor identifica o *ventriloquismo etnográfico*, o *positivismo do texto*, a *autoria dispersa*, o *confessionalismo* e o *auto-exame autoral*), não é possível fugir do ônus da autoria, não há possibilidade de transferi-lo para o método, para a linguagem ou para as pessoas pesquisadas. Geertz acentua que a responsabilidade ou o mérito pela etnografia só podem ser depositados "nos românticos que a sonharam". Para um outro enfoque ver Clifford (*op.cit*.).

formular questões como “de que modo as palavras se ligam ao mundo, os textos à experiência e as obras às vidas” (2001, p. 177).

Ao perguntar sobre o futuro da etnografia Geert reconhece que como qualquer instituição cultural a antropologia é própria de um lugar e de uma época, estando em perpétuo perecimento e renovação. De modo diferente das energias que a criaram (no século XIX e no início do século XX), ela passa atualmente por injunções epistemológicas, políticas e éticas bem distintas do passado. O fim do colonialismo e as reflexões críticas sobre a ciência na modernidade são alguns dos fatores que têm provocado questionamentos sobre este tipo de pesquisa. Se há uma função para o uso da etnografia, talvez seja, segundo Geertz,

> facultar a conversa através de linhas societárias — de etnia, classe sexo, língua, raça — que se tornam progressivamente mais matizadas, mais imediatas e irregulares (...) ampliar a possibilidade de um discurso inteligível entre pessoas de interesses, visões, riqueza, poder muito diferentes, porém contidas num mundo em que, amontoadas como estão numa ligação interminável, têm cada vez mais dificuldades de ficar fora do caminho umas das outras (2001, p. 192-193).

Pensar a etnografia nestes termos implica em reconhecer que a pesquisa é uma prática social, reflexiva e crítica. Desta forma, como alertam Mary Jane Spink e Vera Menegon (1999, p. 91), ao discutirem os princípios éticos de uma pesquisa construcionista, é imprescindível que se adote uma postura reflexiva face à produção de conhecimento, que se garanta a visibilidade dos procedimentos de coleta e de análise do material pesquisado e que se aceite que a dialogia é intrínseca à relação que se estabelece entre pesquisadores e participantes.

Deste modo, é importante admitir que parte da pesquisa foi sendo construída durante o processo. Não tracei um esquema linear de investigação e fui seguindo rigorosamente.[71] Mudei de rota, busquei outros atalhos e fiz novos mapas para chegar tateante a alguns lugares, ora com tranqüilidade e alegria e ora perdida e angustiada, sem saber direito onde eu iria parar. A pesquisa, os objetivos, e a própria elaboração da tese estão impregnados pela processualidade, foram constantemente remodelados e redimensionados.

Como pesquisa de orientação etnográfica ela se situa naquele rol de trabalhos que envolvem, como diz Geertz (2001), contatos diretos e perturbadores, que afetam a

[71] Ver as reflexões de Peter Spink (2003).

sensibilidade e a vida de quem os realiza. Nesse tipo de pesquisa é impossível o (a) pesquisador(a) separar suas atividades ocupacionais de pesquisa das extra-ocupacionais. Ele(a) desenvolve a pesquisa porque está envolvido(a) na trama das trocas cotidianas e das interações sociais. Desta forma, a pesquisa é fruto de contextos dialógicos específicos nos quais tanto o (a) pesquisador(a) quanto os (as) participantes se posicionam e negociam suas visões de mundo.[72]

Desse modo é difícil falar de informante, dados ou de coleta. Peter SpinK nos lembra que temos:

> pedaços ou fragmentos de conversas: conversas no presente, conversas no passado; conversas presentes nas materialidades; conversas que já viraram eventos, artefatos e instituições; conversas ainda em formação; e, mais importante ainda, conversas sobre conversas (2003, p. 37).

É preciso lembrar, como adverte Clifford (2002), que há duas instâncias presentes num trabalho etnográfico: as ocasiões discursivas de produção e a elaboração posterior da escrita. Embora considere que essas duas instâncias são prenhes de conversas, de vozes, de cochichos e 'perguntidades', é importante admitir que a feitura desse trabalho envolveu diferentes fases e lugares. Além disso, nem todos os eventos de pesquisas e encontros estão presentes neste relato escrito.[73] Algumas conversas foram selecionadas, outras abandonadas e alguns interlocutores não foram citados. Diálogos, fragmentos de conversas, cochichos, falas e expressões possivelmente foram transformados em observações, comentários ou descrições sobre um determinado assunto.

2.1. Pesquisar conversando

Inicialmente conheci as pessoas por meio de Vanete. Ela me apresentava como uma pesquisadora que estava realizando uma pesquisa sobre o MMTR – Sertão Central.[74]

---

[72] Rompe-se com a idéia de que o (a) pesquisador(a) tem "informantes", e que cabe ao (à) pesquisador(a) arrolar uma serie de técnicas para extrair das pessoas informações autênticas e verdadeiras.

[73] Vale lembrar que por ser uma tese de doutorado busca atender as exigências acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. A tese é marcada pelo esforço de comunicar à comunidade acadêmica e a outros interlocutores as filiações teórico-metodológicas, o processo de pesquisa e os caminhos escolhidos para a sua elaboração, bem como os resultados alcançados.

[74] Uma vez uma participante do Movimento me contou: uma senhora foi procurá-la dizendo que achava estranho o meu interesse por saber da vida delas. Ela me disse que respondeu: "mulher, você acha que se Rose não fosse de confiança Netinha apresentaria pra gente?".

Além disso, enfatizava que me conhecia há muito tempo e que o Movimento ficara muito orgulhoso com a realização da pesquisa. Assim fui estabelecendo os primeiros contatos, principalmente nas reuniões do Movimento em Serra Talhada e no grupo de mulheres que se reúne em Santa Cruz da Baixa Verde. Depois de um tempo as pessoas me apresentavam umas às outras.

Nesse momento direcionei o meu foco de interesse para entender a constituição do Movimento de Mulheres: fui conhecendo as participantes, identificando as lideranças e as formas de organização. Acompanhei também as reuniões, encontros, visitas e oficinas promovidas pelas mulheres. Procurei mapear o intricado feixe de relações entre o Movimento, a organização sindical rural e as organizações não governamentais. A partir das publicações do Movimento e das conversas com as lideranças e as pessoas do lugar elaborei vários quadros contendo as informações sobre a constituição do Movimento.[75] De vez em quando, nos finais de tarde, quando Vanete sentava na calçada, eu ficava ao lado dela com o meu 'caderno de notas', tirando dúvidas e conferindo as informações. Um dia eu estava em casa e ela chegou com uma cópia de um relatório que eu não conhecia. Descobri então o que se transformou para mim em um precioso acervo de pesquisa sobre a ação política das mulheres: os relatórios das reuniões de coordenação do Movimento.

Ao organizar o arquivo do Movimento, me deparei com as correspondências trocadas entre as participantes e outras organizações sociais. Se os relatórios das reuniões facilitavam a compreensão da ação política das mulheres em âmbito local, as correspondências indicavam as articulações, as trocas e a ação conjunta entre as trabalhadoras rurais de diversos locais do país. Dessa forma, esses dois conjuntos (os relatórios das reuniões e as correspondências) constituíram o acervo principal de documentos que passei a analisar.[76]

Paralelamente a essas descobertas, comecei a prestar atenção no grande número de mulheres no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde. Ao chegar no Sindicato para as reuniões encontrava um 'entra-e-sai´ de mulheres e um certo burburinho no ar: eram mulheres encaminhando a documentação para solicitar benefícios à Previdência Social, especialmente salário-maternidade e aposentadoria.

[75] Dentre as publicações destaco duas: *Uma história de mulheres*, do MMTR-Sertão Central (1994) e o livro *Ser mulher num mundo de homens*, de Vanete Almeida (1999).
[76] Descreverei com mais detalhes os documentos analisados no final deste capítulo.

Ao escutar as conversas, ao observar o “vai-e-vem” das mulheres e as histórias que relatavam, me dei conta dos obstáculos que elas enfrentavam para ter acesso aos direitos previdenciários. Dentre esses obstáculos, destaca-se a ausência de documentos sobre o trabalho na agricultura familiar.

As dificuldades para a comprovação da atividade profissional foram a porta de entrada para que eu pudesse compreender a configuração das relações de gênero no Sertão. Comecei a focar a história de vida das mulheres a partir do acesso aos documentos pessoais e de propriedade da terra. Ao tomar esses aspectos como temas das conversas e das entrevistas, vários conteúdos eram abordados: o trabalho feminino na agricultura familiar; a sexualização dos espaços; restrições à liberdade de ir e vir das mulheres; modos de se referir aos homens e às mulheres; Movimento de Mulheres; participação nos sindicatos e associações.

Guiada por esse paradoxo — as mulheres se posicionam como trabalhadoras rurais, porém se deparam com a ausência de documentos pessoais e de propriedade da terra que as identifiquem como tal —, procurei acompanhar o cotidiano das mulheres trabalhadoras rurais de diferentes formas: visitas aos locais de moradia e trabalho, idas às feiras e missas, visitas a postos de saúde e escolas, etc.

Nos lugares por onde estive provoquei grande parte das conversas, entretanto, muitas ocorreram à revelia, pois as pessoas do lugar ‘puxam assuntos’, ‘fazem perguntas’, porque desejam também saber da vida da pesquisadora ou apenas pelo prazer de ‘jogar conversa fora’ com alguém que mostra interesse pela suas vidas ou pelas coisas do lugar. Em algumas circunstâncias eu tinha um roteiro, em outras as conversas se pautaram nos moldes de Geertz (2001, p. 89): “quase sempre em termos não convencionais, no estilo ‘uma coisa leva a outra e tudo leva a tudo o mais’”.

Por não existir um lócus privilegiado de conversas e contatos, tive que lidar com um grande acervo de informações no momento da análise e da interpretação. Além disso, o trabalho foi marcado pela tensão entre a previsibilidade e o inesperado, os encontros antecipadamente marcados e aqueles que ocorriam no caminho para o mercadinho, na porta da casa, nos deslocamentos entre um local e outro ou nas visitas recebidas de forma repentina.

Encontrei nas pessoas do lugar e nos(as) interlocutores(as) mais diretos um misto de colaboração e desconfiança. Com as participantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central – MMTR, por exemplo, havia um esforço coletivo de colaboração e apoio para a pesquisa. Recordo que nas reuniões do Movimento as mulheres tentavam me incluir nas conversas, nas discussões e debates; quando eu ficava silenciosa nas reuniões elas perguntavam*: por que você está tão calada?* Dependendo do assunto eu era convocada*: você que estuda e tem a cabeça fresca pode nos ajudar a...* Ou mesmo nos momentos dos sorteios e trocas de presentes avisavam que o meu nome tinha sido incluído. Também solicitavam auxílio para os relatórios, projetos e material de divulgação.

Já com as pessoas que tinham poucos vínculos com os movimentos sociais, de forma geral, eu me deparei com desconfiança e curiosidade.[77] Ao visitar as casas nos sítios eu percebia que, além da pessoa que eu iria entrevistar, outras pessoas do lugar também sabiam da minha visita ou passagem por ali. Às vezes surgiam no momento da entrevista ou esperavam a minha chegada para também conhecer 'a mulher'. A minha presença — mulher, sozinha, branca, com roupas e estilo diferentes, desenvolvendo uma atividade pouco comum — era uma novidade.[78]

Em Jatiúca, assim como eu prestava atenção aos acontecimentos da Vila, também era alvo de observação sistemática, de curiosidade e de tentativas de entabular conversas. Eu tinha a impressão de que nada que eu fazia em casa ou na rua escapava ao olhar do povo do lugar. Os comentários e as perguntas eram muito freqüentes: "você acorda muito cedo!"; "a senhora não é daqui!", "chegou cedo hoje!", "mudou de caminho?", "estava viajando?". Ao sair de casa para fotografar ou registrar em vídeo eu era cercada pelas crianças, pedindo para serem fotografadas ou mesmo para manusear o equipamento. Com o tempo alguns adultos também pediam para ser fotografados, com a solicitação: "a senhora manda depois para mim?"

---

[77] Como tive contato com algumas mulheres no Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR de Santa Cruz da Baixa Verde no momento em que elas estavam encaminhando processos de solicitação de benefícios, algumas me confundiam com as funcionárias do INSS.

[78] Leny Sato e Marilene P. de Souza (2001, p. 36), ao discutir a convivência entre o (a) pesquisador(a) e o grupo pesquisado, destacam que as pessoas do local também têm uma visão sobre o que é pesquisa, como se pesquisa e como ela é feita. Ao não utilizarmos instrumentos visíveis de pesquisa, muitas vezes nem caneta e papel, e por passarmos horas conversando, andando, puxando conversa, provavelmente como qualquer visitante o faria, isso desperta curiosidade e apreensão.

2.1.1. Do cotidiano da pesquisa

Leny Sato e Marilene P. de Souza (2001) alertam que nem sempre o (a) pesquisador(a) percebe, mas ele(a) termina por construir uma rotina no trabalho de pesquisa. Planejamos as atividades, distribuímos o tempo e construímos espaços de apoio que permitem criar e facilitar as interlocuções. Para as autoras, a organização da rotina é construída paulatinamente a partir das trocas e das relações estabelecidas. Ou seja,

> Ela é criada a partir das possibilidades dentro da rotina, da divisão dos tempos e dos espaços do local, dando-se no seu interstício e, portanto, induzida pelo relacionamento com as pessoas, pelo funcionamento, pela regras e rotinas do local, pela nossa curiosidade e objetivos. Nela também ficamos sabendo quando é possível conversar, em quais locais nos postarmos, quando devemos nos distanciar para não atrapalhar o andamento das atividades e, também, não provocarmos situações de risco (2001, p. 38).

Durante a minha estada no Sertão fui aos poucos aprendendo a me mover nos espaços e a prestar atenção ao cotidiano das pessoas, ao ritmo de trabalho e aos tempos específicos. O desenrolar da vida cotidiana em Jatiúca, as minhas conversas nos transportes, as visitas que recebi, as conversas na calçada, nas ruas, e as interpelações feitas pelas pessoas do lugar me serviram de guia, conduziram a dinâmica das relações em nível local e me proporcionaram questões relevantes sobre o tema.

Geralmente eu entrava em contato com as mulheres nos sindicatos — quando elas iam encaminhar os processos à Previdência — ou nas reuniões do Movimento**.** Dependendo do grau de confiança estabelecido, agendava as visitas em suas casas — às vezes elas me convidavam para ficar por lá o dia todo, em outras elas marcavam apenas um período, normalmente a parte da tarde. Algumas pessoas eu visitei mais de uma vez. Ocasionalmente, fiz visitas acompanhadas por outra mulher. Além das entrevistas e conversas sobre temas variados, em algumas oportunidades acompanhei as mulheres aos roçados, aos riachos e cacimbas para pegar água, nas compras ou nos deslocamentos para deixar (ou pegar) as crianças na escola.

Reservei três dias na semana, pela manhã, para acompanhar os atendimentos que os STRs realizam aos (às) sócios(as) que querem encaminhar processos de solicitação de benefício à Previdência Social. Realizei, também, duas visitas ao

INSS, uma para observar o atendimento e outra para entrevistar o chefe de concessão de benefícios sociais. No sindicato geralmente alguém da diretoria me apresentava ao (à) sócio(a). Ao conversar com as pessoas eu procurava saber que processo estava sendo encaminhado, se havia alguma dificuldade e se possuía documentos pessoais e profissionais.

Procurei acompanhar durante um ano (janeiro de 2002 a janeiro de 2003) todas as reuniões e encontros promovidos pelo Movimento. Também participei de reuniões dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs. Dentre os eventos, destaco:

- reuniões da coordenação do Movimento;
- reuniões do grupo de mulheres de Santa Cruz da Baixa Verde;
- encontros municipais do Movimento em Salgueiro e Serra Talhada;
- festa promovida pelo Movimento em Caiçarinha da Penha, como parte dos festejos do 20 anos;
- visita a Conceição das Crioulas;
- participação nas assembléias dos STRs dos municípios de Santa Cruz da Baixa Verde e Triunfo;
- XI Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central;
- Comemoração dos 20 anos do Movimento.

Realizei 13 entrevistas com mulheres trabalhadoras rurais e 6 com profissionais ou dirigentes sindicais (anexos 1a. 1b). Para cada entrevista elaborei um pequeno relatório com um histórico: como estabeleci contato, o contexto, as impressões gerais e os comentários após desligar o gravador.

Grande parte das entrevistas com as mulheres foi realizada em suas casas, entretanto, por sugestão delas, uma eu realizei na sacristia da igreja católica e duas em minha casa. Já as entrevistas com os (as) profissionais ou sindicalistas ocorreram nos sindicatos ou nos seus locais de trabalho.

Para as mulheres trabalhadoras elaborei um roteiro que funcionou como um guia para as entrevistas, abrangendo os seguintes temas: profissão, trabalho, documentação, família, serviço doméstico, participação política e circulação das mulheres. Para os profissionais e dirigentes sindicais foram elaborados roteiros específicos.

Antes da entrevista eu novamente apresentava as minhas motivações e os objetivos da pesquisa. Também explicava o uso do consentimento informado e reafirmava o compromisso de não incluir informações que pudessem identificá-la. Após a leitura e a assinatura do consentimento era iniciada a entrevista.

As entrevistas foram gravadas e transcritas. A partir daí elaborei uma linha narrativa sucinta de cada entrevista e fui pontuando os temas presentes nesses relatos (anexo 2). Entretanto, ao fazer menção aos depoimentos das mulheres no texto utilizei os trechos das entrevistas conforme a transcrição.

Já as entrevistas com os profissionais funcionaram como um guia importante que permitiu contextualizar determinada temática, auxiliar no entendimento da dinâmica local ou na compreensão de temas variados. Desta forma, elas não foram submetidas à análise de que falei anteriormente.

As minhas observações, inquietações, reflexões, descrições de acontecimentos e relatos eram registrados primeiro em um caderno que chamei de Notas de Pesquisa (ou diário de viagens e encontros) e depois digitados e organizados por tema, formando um total de 134 páginas.

Nas reuniões e encontros, assim como os (as) demais participantes, eu fazia as anotações durante o evento. Já nos demais acontecimentos eu costumava fazer o registro posteriormente. Às vezes eu era tomada por uma súbita ansiedade e enquanto esperava o transporte, ou antes de chegar na casa de alguém, sentava numa pedra na estrada e registrava ali mesmo as minhas observações. Em outros momentos, quando eu estava na casa de uma delas, após ouvir uma história ou escutar falar de lugares que eu não conhecia ou de datas importantes, eu pedia licença e perguntava se podia anotar para não esquecer.

A pesquisa da documentação do acervo do Movimento iniciou-se no mês de junho. Quando pedi autorização para pesquisar nos arquivos do Movimento as mulheres estavam elaborando o livro de fotografias *20 anos de luta, organização* e c*onquistas*. Elas comentaram que estavam se deparando com dificuldades para encontrar alguns documentos nos arquivos e que seria importante que houvesse uma organização antes que eu iniciasse a pesquisa. Foi formada uma pequena equipe de trabalho e foi sugerido o meu nome para fazer parte da equipe.

A documentação — correspondência, relatórios diversos[79], fotografias, documentos que expressam posicionamentos políticos[80], material pedagógico e de divulgação — fica arquivada em um armário de aço com cinco gavetas, na secretaria do Centro Social da FETAPE em Serra Talhada. As publicações ficam em uma outra estante, organizadas por título, para mostra ao público que visita o Centro Social. Esse material é distribuído gratuitamente entre as trabalhadoras rurais e vendido para o público interessado.

Durante quatro dias nos enfronhamos numa infinidade de caixas, pastas, papéis e muitas histórias. Botamos tudo numa mesa grande e fomos abrindo as pastas vagarosamente.[81] E de lá saíam não só o pó e o cheiro de mofo, mas também as falas e as 'pegadas' de inúmeros(as) personagens.

Percebi que havia uma organização anterior da documentação, entretanto, em função da retirada dos documentos para consulta, eles nem sempre eram devolvidos para a pasta de origem. Boa parte deles estava misturada e sem qualquer identificação. A idéia era facilitar o acesso das mulheres aos documentos. Dessa forma, o material foi todo separado, depois agrupado por tipo e ano e arquivado em pastas. Devido ao curto tempo não foi possível organizar as fotografias, já que necessitavam de um trabalho mais longo para identificação.

Fiquei maravilhada com a riqueza da documentação. Ali estavam depositadas respostas para algumas das minhas perguntas sobre a ação política das mulheres em âmbito local e as articulações do Movimento com diferentes atores sociais. A impressão era que antes eu tinha um pálido esboço e agora era possível usar pincéis e tintas coloridas para poder melhor contar uma versão sobre a história das trabalhadoras no Sertão de Pernambuco, a partir dos documentos produzidos pelo Movimento.

Escolhi três conjuntos de documentos: os relatórios das reuniões de coordenação do Movimento, a correspondência, as publicações e outros documentos. São

[79] Há relatórios de reuniões da coordenação do Movimento, de viagens, de visitas a outras organizações, de participações em eventos e de encontros, entre outros.
[80] Aqui estou considerando abaixo-assinado, pauta de reivindicações, cartas de protesto e denúncias.
[81] Cada uma de nós ficou responsável por organizar um tipo de material. Eu fiquei com as correspondências, Vanete e a secretária com os relatórios. Também abrimos uma caixa para incluir os demais documentos (transcrições de reuniões, abaixo-assinados, denúncias, etc.).

documentos de domínio público, ou seja, são produtos, artefatos sociais tornados públicos. Para Peter Spink,

> eticamente estão abertos para análise por pertencerem ao espaço público, por terem sido tornados públicos de uma forma que permite a responsabilização. Podem refletir as transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia-a-dia ou, no âmbito das redes sociais, pelos agrupamentos e coletivos que dão forma ao informal, refletindo o ir e vir de versões circulantes assumidas ou advogadas (1999, p.136).

Os relatórios das reuniões de coordenação do Movimento

São 60 relatórios, elaborados de diferentes formas. Os primeiros têm duas ou três folhas datilografadas e descrevem sucintamente as reuniões. Geralmente, contêm data, assunto, número de participantes e encaminhamentos. São relatos feitos pelas assessoras do Movimento.

Em 1986, com a escolha da coordenação do Movimento, os relatórios começam a ser numerados e apresentam uma descrição mais detalhada das discussões. A partir de 1988 eles passam por uma expressiva mudança. Há um trabalho de programação visual, que inclui uma capa com ilustração, além da identificação da reunião por meio de uma numeração.[82] Nessa época, as reuniões recebiam o titulo de Encontro de Animadoras. Há uma descrição minuciosa de toda a reunião, que inclui a pauta, abertura, a discussão dos assuntos, os encaminhamentos e por último a avaliação. Na maioria dos relatórios consta na última página o nome de quem o elaborou.

A partir de 1991 alguns relatórios já não incluem as ilustrações das capas e surge um novo nome para as reuniões: 'encontro da equipe de mulheres trabalhadoras rurais'. Dois anos mais tarde ocorre uma nova mudança e as reuniões passam a ser chamadas de 'encontro da equipe de coordenação do pólo'; logo acima vem o nome do Movimento.

A partir de 1994 cai a numeração das reuniões. Não há relatórios sobre os anos de 1996 e 1997. Em 1998 o Movimento abandona a máquina de datilografar e os relatórios passam a ser digitados.

---

[82] Uma diagramação muito parecida com as dos relatórios dos encontros que foram publicados.

De forma geral, os relatórios são muito minuciosos e têm uma média de dez páginas cada um deles. Em todos há registro da pauta, os nomes das participantes, os assuntos tratados e no final a avaliação que as mulheres fizeram da reunião. Uma sessão que sempre me chamou a atenção foi o espaço reservado para os informes; por meio deles foi possível acompanhar a circulação das informações sobre os acontecimentos políticos e os eventos dos quais as mulheres participavam.[83]

Correspondência

Realizei a leitura das cartas (enviadas e recebidas) entre as participantes do Movimento e outros atores sociais no Centro Social da FETAPE – Serra Talhada. As informações eram transferidas para um quadro com três colunas: data, remetente ou destinatário e assunto tratado (síntese). Posteriormente essas informações foram separadas por ano e organizadas em dois quadros: um que trata das relações interinstitucionais (anexos 3a, 3b) e outro que mostra a correspondência (enviada e recebida) por regiões do Brasil e por outros países (anexos 4a, 4b).

Estão no arquivo do Movimento 533 cartas, entretanto, há uma maior concentração entre 1985 e 1993. Após esse ano, gradativamente a correspondência vai diminuindo, até quase desaparecer. Provavelmente isso aconteceu por vários fatores, entretanto, tenho três suposições. A primeira é que após algumas mudanças de secretária as correspondências deixaram de ser arquivadas ou foram misturadas aos arquivos da FETAPE, o que torna difícil a sua localização. Uma segunda hipótese está relacionada com a institucionalização de diferentes espaços — em âmbito estadual, regional e latino-americano — de articulação das trabalhadoras rurais que antes ficavam a cargo do Movimento. Parte da correspondência tratava da criação e fortalecimento desses espaços; na medida em que eles ganharam autonomia e vida própria, a correspondência foi redirecionada para eles. Por fim, a criação de meios eletrônicos e virtuais. Apesar do Movimento não possuir endereço eletrônico, ele utiliza os de outras instituições; provavelmente, as mensagens não são impressas e quando são elas não estão sendo arquivadas.

[83] Os procedimentos de análise estão nos capítulos 4 e 5.

Publicações e outros documentos

Foram consideradas as publicações do Movimento — cartilhas, livros, material pedagógico e de divulgação — bem como documentos que expressam o posicionamento político das mulheres: notas de protesto, abaixo-assinados, cartas de denúncia, moções, etc.

As publicações e as correspondências complementaram as informações sobre a trajetória do Movimento e foram incluídas na análise dos períodos. Os documentos que expressam o posicionamento das mulheres foram escolhidos para pontuar os incidentes críticos de cada período, sendo analisados mais detalhadamente (anexo 5).

2.2. Do Sertão que andei

E ói que o Sertão é um mundo! [84] Ao nos alertar que o Sertão é um mundo, talvez esta frase nos ofereça pistas sobre a complexidade do que é nomeado de Sertão e as dificuldades de defini-lo a partir de determinados limites territoriais ou de características ambientais, sociais, políticas e econômicas. Almejo neste item situar o Sertão Central de Pernambuco tendo como referência a ação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Também faço a descrição de Jatiúca, o lugar da minha morada e dos estranhamentos da população local à minha presença.

2.2.1. O Sertão mora em mim! Falo de que sertão?

Muito já se falou e se fala sobre o Sertão. Já foi sinônimo de interior do país e de área rural. O que não estava no centro ou na capital era considerado sertão, por isso já foi possível falar do Sertão de Mato Grosso, da Amazônia ou do oeste paulista.[85]

Na atualidade praticamente desapareceu a designação do sertão como o interior de qualquer região do país. Um dos usos mais correntes é aquele que se refere a uma

[84] Não sei quem é o autor dessa frase. Encontrei-a no material de divulgação de uma peça teatral: *Seu Bonfim,* do grupo Bobos da Corte (BA). A peça é uma adaptação do conto *A terceira margem do rio*, de Guimarães Rosa.
[85] Ver Isabel Cristina Guillen (2002). Para a autora até as primeiras décadas do século XX o sertão era uma categoria utilizada para se referir a todo o interior do país.

vasta região geográfica no Nordeste, com um certo clima (o semi-árido), com uma vegetação (a caatinga) e com a ocorrência freqüente de um fenômeno ambiental (as secas).[86] Comumente o termo é também utilizado para falar de um lugar situado nas entranhas do país, marcado pelo atraso, pelo conservadorismo e pelo subdesenvolvimento. Dessa região se conhecem sobretudo os baixos indicadores sociais (fome, analfabetismo, mortalidade infantil, doenças endêmicas e baixa expectativa de vida). Quem mora nessa região muitas vezes é chamado de sertanejo(a), e ainda ressoa a frase de Euclides de Cunha que ele é "antes de tudo um bravo".

Também povoa o nosso imaginário o Sertão presente nos casos, nas histórias e na literatura. Basta lembrar dos sertões e veredas de Guimarães Rosa ou dos sertões de Euclides da Cunha. Alguns personagens saltam dos sertões e permanecem nas nossas vidas, como o Severino de João Cabral de Melo Neto; Fabiano, Sinhá Vitória e a cachorra Baleia de Graciliano Ramos; Maria Moura de Raquel de Queiroz; e Chicó e João Grilo de Ariano Suassuna, entre outros.

Há o Sertão habitado pelas figuras míticas e lendárias (Antonio Conselheiro, Lampião, Maria Bonita e 'Padim Cíço') que presentificam as façanhas da sua gente, as pelejas do lugar e os milagres dos seus santos. Há quem encontre no Sertão poesia e música! Cante suas alegrias e dores, seus lamentos e beleza; faça da vida e da esperança música e trova. Alguns são anônimos, outros alcançaram notoriedade, como Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro, Patativa do Assaré, Humberto Teixeira e tantos mais.

Existem alguns que vêem o quanto é belo e forte o Sertão. Ariano Suassuna é um deles:

> ... reconheço que o Sertão é pobre, pardo, espinhento, pedregoso e empoeirado (...) é por isso mesmo que o acho belo e bruto, grandioso e austero — o Reino Encantado do Sete-Estrelas do Escorpião (...) quer dizer: eu acho o Sertão bonito exatamente por causa daquilo que os delicados acham feio nele — o nosso Povo mameluco, tapuio-ibérico, de cara de bronze e pedra; o sol implacável; os nossos estranhos heróis personagens de uma legenda obscura e extraviada; as estradas e Caatingas empoeiradas, pedreguentas e espinhosas; as casas-fortes quadradas, brancas, achatadas e baixas, meio mouras, de parede de pedra-e-cal ou de

[86] Manoel Correia Andrade (1997; 1998) alerta que a denominação Sertão é confundida com a área de clima semi-árido. O autor lembra dois aspectos. Primeiro, a área chamada de polígono das secas não se circunscreve apenas ao Sertão, cobrindo alta percentagem dos territórios dos estados nordestinos. Alguns como o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba estão quase inteiramente no Polígono (94,8%, 97,6% e 92,0%, respectivamente). Segundo, algumas áreas consideradas como Sertão estão apenas a 50 km da Costa, como é o caso de Mossoró no Rio Grande do Norte. Cita ainda que já foi encontrada vegetação típica da região sertaneja a 50 metros do mar.

> taipa, e de chão e de tijolo; e a Caatinga espinhosa e selvagem, povoada de répteis envenenados, de aves-de-rapina, escorpiões, maribondos e piolhos-de-cobra (1977).

Na acepção do Sertão[87] como uma região que agrega determinadas características ambientais, sociais, econômicas, políticas e culturais, ele abrange oito estados do Nordeste. Em Pernambuco compreende a área de 63.209,8 km^2, correspondentes a 63,7% do território estadual, dividida em duas mesorregiões: São Francisco Pernambucano, que abrange as microrregiões de Petrolina e Itaparica, com 15 municípios; e Sertão Pernambucano, que abriga as microrregiões do Pajeú, Moxotó, Araripina e Salgueiro, com 41 municípios. Em 2000, a população total da região era de 1.377.586 habitantes, dos quais 44,2% viviam na zona rural. A densidade demográfica era de 21,8 hab/km^2, comparativamente à densidade de 181,6 hab/km^2 registrada no restante do estado.[88]

Nunca é demais afirmar que o chamado Sertão é um mosaico, produzido discursivamente por diferentes forças como unidade e homogeneidade. Em Pernambuco, por exemplo, encontramos traços muito heterogêneos no que é considerado como Sertão. Temos desde pólo de agricultura irrigada voltada para a exportação até a agricultura de subsistência; há áreas que estão se transformando em desertos e outras de solo fértil e clima ameno; há latifúndios e também propriedades com menos de um hectare; há agricultura, pecuária, agroindústria, extração de gipsita, pequenas indústrias e também o cultivo ilegal de plantas; há cidades de médio porte e até vilarejos que não constam nem nos mapas.

Porém, há um Sertão em Pernambuco que se tornou conhecido como espaço de lutas e organização das mulheres que vivem e trabalham na área rural. Falo do Sertão Central! Bem mais do que o recorte espacial e das características sociodemográficas, refiro-me a essa região como um lugar (ou 'terra da gente') construído pelas mulheres a partir das necessidades sentidas e do desejo de mudar a vida. Para isso, tomo como inspiração as reflexões de Peter Spink (2000, p. 5), para quem o lugar é tomado como uma "noção de coletividade possível, num espaço e tempo enraizado

[87] Não é demais lembrar o que nos adverte Durval Albuquerque (1999, p.25): "as fronteiras e territórios regionais não podem se situar num plano a-histórico, porque são criações eminentemente históricas e esta dimensão histórica é multiforme, dependendo de que perspectiva de espaço se coloca em foco, se visualizado como espaço econômico, político, jurídico ou cultural, ou seja, o espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes".

[88] Ver anexo 6.

fisicamente enquanto lugar onde se concretizam as lutas a partir do mundo vivido". Dessa forma, o Sertão Central é discursivamente construído como lugar a partir da ação das mulheres e das redes de relações tecidas.

Se fôssemos descrever o Sertão Central[89] em termos territoriais, diríamos que abrange sítios, comunidades, vilas e cidades pertencentes aos municípios de Flores, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada, Triunfo, Cedro, Serrita, Mirandiba, São José do Belmonte e Salgueiro.[90]

A população dessa área[91] é de 241.506 habitantes, sendo 138.917 habitantes na zona urbana e 102.589 habitantes na zona rural. Serra Talhada e Salgueiro concentram um maior número de pessoas (70.912 e 51.571, respectivamente). É nesses municípios que a maioria da população reside na área urbana. Nos demais, com exceção de Cedro, a maior parte da população reside na área rural. Cedro e Santa Cruz da Baixa Verde registram um menor número de habitantes (9.551 e 10.893). Entretanto, esses municípios e Triunfo apresentam a maior densidade ocupacional (55,4; 90,8 e 83,4 hab/km^2, respectivamente). Por conta disso, em Triunfo e Santa Cruz de Baixa Verde há o predomínio de minifúndios; quem possui 10 hectares de terra é considerado um grande proprietário. Vale considerar que esses municípios se diferenciam dos demais em termos ambientais por se situarem em um brejo de altitude, o que propicia clima e solo diferenciados.

Em termos históricos,[92] Flores (1858), Serra Talhada (1851), Salgueiro (1865) Triunfo (1870) e São José do Belmonte são os municípios mais antigos. Em seguida aparecem Serrita (1934), Mirandiba (1958) e Cedro (1963). Santa Cruz da Baixa Verde é o município mais jovem, até 1991 pertencia a Triunfo.

---

[89] Não poderia deixar de mencionar que a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco – FETAPE trabalha com uma divisão territorial com base na articulação político-sindical. Pernambuco foi dividido em dez pólos sindicais, dos quais cinco ficam no Sertão: Pólo do Araripe, Pólo do São Francisco, Pólo Médio-São Francisco, Pólo do Vale do Pajeú e o Pólo Sertão Central. O Pólo do Sertão Central abrange 13 municípios: Flores, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada, Triunfo, Cedro, Serrita, Mirandiba, São José do Belmonte, Calumbi, Terra Nova, Betânia, Verdejante e Salgueiro. As mulheres partiram dessa territorialização político-sindical para circunscrever o Sertão Central.

[90] Ver anexo 7. Segundo a divisão territorial proposta pelo IBGE esses municípios pertencem à Mesorregião Sertão de Pernambuco e ficam localizados nas microrregiões de Salgueiro e Pajeú.

[91] Dados do IBGE - Censo 2000.

[92] Dados do CONDEPE/CIPE.

2.2.2. Jatiúca: um lugar no pé da serra[93]

É possível falar de uma localidade a partir de diferentes prismas e abordagens. Por um tempo duas questões me incomodaram: como descrever uma vila que aparentemente é tão parecida com os inúmeros povoados existentes no interior do país? como narrar os eventos, os contatos feitos e as relações que foram sendo tecidas durante a pesquisa? Para enfrentar esse desafio organizei esta sessão em quatro itens: no primeiro, descrevo a Vila do ponto de vista da localização geográfica e apresento alguns dados demográficos; no segundo, relato uma versão sobre os acontecimentos relevantes de Jatiúca; no terceiro, descrevo o 'vai-e-vem' dos(as) moradores(as) na Vila; por último, apresento os (as) meus (minhas) principais interlocutores(as).

A primeira coisa que me chamou a atenção ao conhecer Jatiúca foram as casas pintadas, coladas umas nas outras, as ruas com pavimentação e as antenas parabólicas enfeitando os telhados. As parabólicas me diziam que Jatiúca estava 'antenada', ou seja, inserida num certo rumo de 'modernidade'. Entretanto, há outras características da Vila que permitem dizer que viver nela é transitar em diferentes temporalidades e ritmos.

Fig. 1 - JATIÚCA – AV. DOROTEU DE SOUZA LEITE[94]

[93] Jatiúca é o lugar no Sertão em que permaneci mais tempo. Além de ter morado, é nela que fico hospedada quando viajo para a região. Entretanto, foge aos objetivos da tese fazer uma descrição exaustiva da Vila, dos modos de vida e das relações locais.

[94] Todas as fotos incluídas são de minha autoria.

É quase lugar comum nas obras literárias que de alguma forma tocam o universo das pequenas cidades a presença do prefeito, do juiz, do padre, do delegado e do farmacêutico. Jatiúca é uma vila, distrito de um pequeno município — Santa Cruz da Baixa Verde — e é morada apenas de uma autoridade: o vice-prefeito do Município, proprietário do mercadinho de Jatiúca. O padre aparece de vez em quando para celebrar as missas, batizados e casamentos, e reside na sede do município. A polícia surge de forma inesperada, vindo de Serra Talhada ou de Santa Cruz, só de passagem.

Segundo alguns relatos, quando alguma coisa afeta a vida da Vila alguns moradores, os mais velhos, se juntam e tentam resolver por ali mesmo, sem precisar da ajuda externa.[95] Entretanto, participei de conversas nas quais o Vice-prefeito era sempre citado, seja por conta dos serviços que presta (leva doente ao hospital, transporta os (as) moradores(as) para resolver problemas), seja por conta do prestígio do cargo, que permite, entre outras coisas, incluir as pessoas em programas sociais (bolsa-renda, bolsa-escola). É também na casa do Vice-prefeito que é paga a taxa referente à "água da comunidade". A aparente harmonia é quebrada na época de eleição para a Câmara Municipal e para o Poder Executivo; nesse período, os conflitos são mais evidentes entre os (as) moradores(as) e há intrigas e torcidas de um lado e de outro.

Fig. 2 - JATIÚCA – VISTA PANORÂMICA

[95] Dentre os relatos que ouvi destaco alguns: Vanete uma vez me contou que um rapaz estava cometendo alguns furtos por lá. Um grupo de senhores se juntou e foi falar com a família dele. Relatou o que estava acontecendo e pediu que a família retirasse o rapaz para evitar maiores conseqüências; o abastecimento d'água para as casas foi feito pela primeira vez pela população, só depois a empresa de abastecimento público (COMPESA) instalou lá um pequeno escritório; há alguns anos, por conta da seca, a Vila ficou sem abastecimento d'água e novamente a população resolveu a situação, abrindo um poço comunitário.

Jatiúca fica localizada entre Serra Talhada (15 Km) e Santa Cruz da Baixa Verde (9 Km), próximo de Triunfo (14 Km), onde está situado o Pico do Papagaio, o ponto mais alto do estado de Pernambuco (1.260 m). Por estar cercada de montanhas, as pessoas costumam falar que Jatiúca fica no pé da serra.

O acesso a Jatiúca é feito pela PE-337, que liga Serra Talhada a Triunfo. Carros de aluguel (‘carros de linha’) fazem durante todo o dia o percurso entre as duas cidades. Por situar-se próximo a um brejo de altitude, a temperatura é mais amena do que no restante do Sertão.

Fig. 3 - JATIÚCA – AV. DOROTEU DE SOUZA LEITE

Jatiúca tem uma avenida principal (Doroteu de Souza Leite), que é a rua mais extensa e a mais povoada. É cortada ao meio por um canteiro com pequenas árvores que separa a avenida em duas vias. Ao final dos canteiros localiza-se a igreja católica, no local mais alto da avenida. No oitão da igreja há o posto de saúde, os dois prédios escolares, uma caixa d’água e um pequeno escritório da Compesa.

Ficam na avenida os estabelecimentos comerciais — um mercadinho, duas mercearias, uma lojinha de roupas, três bares e um antigo açougue —, uma igreja evangélica e as casas dos(as) moradores(as) que têm uma melhor condição financeira. É nessa rua que residem o Vice-prefeito, o morador mais antigo da Vila, comerciantes, agente de saúde, policial, etc.

Fig. 4 - JATIÚCA – IGREJA CATÓLICA

Em torno da avenida estão localizadas as demais ruas. Há a Lindolfo Nogueira (50 casas), a rua Nova (12 casas), a rua da Caixa D'água (10 casas) e a rua do Sítio Jatiúca (06 casas). Só a rua da Caixa D`água não é calçada. Algumas dessas ruas desembocam em caminhos que nos levam aos sítios. Aos domingos pela manhã funciona um pequena feira (três ou quatro bancas) na avenida principal.

Segundo dados do Programa Saúde da Família, Jatiúca tem 169 famílias. O levantamento feito pelo Programa[96], envolvendo a Vila de Jatiúca e os (as) moradores(as) dos sítios próximos, aponta que de um total de 726 residências[97] só 19,7% recebem água da rede pública. A maioria (60,9%) coleta água de poço ou nascente. Também é precária a qualidade da água (50,2% consomem água sem nenhum tratamento), o destino do lixo (61,4% a céu aberto e só em 0,3% das residências há coleta pública) e o destino das fezes (67,9% a céu aberto).

Jatiúca tem duas escolas: a Municipal Jatiúca — que oferece a alfabetização de crianças (28 alunos) e alfabetização de jovens e adultos (45 alunos, que estudam à noite) — e a Artur Viana Ribeiro, de 1ª a 8ª série (315 alunos), somando 388 alunos da Vila e dos sítios vizinhos. Para cursar o segundo grau os (as) jovens se deslocam para as cidades vizinhas.

[96] O IBGE não especificou no Censo 2000 as informações dos distritos pertencentes ao município de Santa Cruz da Baixa Verde. Por conta disso utilizei os dados do Programa Saúde da Família.

[97] Desse total 150 casas pertencem à Vila e o restante é distribuído em sete sítios (Bom Sucesso, Cana Brava, Mariri, Covão, Olho D'água, S. Pedro e Carrapato).

No Posto de Saúde funciona o Programa Saúde da Família, cuja equipe é composta por um médico, uma enfermeira e três agentes de saúde. Residem na Vila apenas os agentes de saúde, os demais profissionais moram em Serra Talhada.

Com exceção dos produtos alimentícios, as compras são realizadas em Serra Talhada, Triunfo ou em Santa Cruz da Baixa Verde, assim como o atendimento às demandas de serviços (correio, cartório, banco, sindicato, xerox).

Os primeiros telefones, 48 linhas particulares e 04 públicas, foram instalados nas casas em 2002.[98] Percebi que as pessoas só os usam para fazer ligações para fora da Vila. No dia-a-dia, quando não é possível ir à casa de alguém para conversar ou 'resolver as coisas', é mais fácil mandar um recado por um conhecido ou por uma criança. Em pouco tempo a pessoa aparece.

As pessoas costumam dizer que "o ruim de Jatiúca é a falta de emprego". Para quem não trabalha na agricultura há poucas opções de atividade remunerada. Alguns homens encontram no meio de transporte particular uma ocupação: são motoristas ou ajudantes de 'carro de linha' ou de moto-táxi (nas cidades vizinhas). Já para as mulheres a ocupação mais comum é de trabalhadora doméstica. Ter um emprego com carteira assinada é um grande sonho para as pessoas da região. Há quem trabalhe no comércio ou como funcionário público (educação, saúde, limpeza). Há crianças e adultos que vendem salgadinhos, verduras, frutas e água. Esses produtos são oferecidos de 'casa em casa'.

Uma parte da renda da Vila vem do pagamento dos benefícios da Previdência, notadamente aposentadorias ou salários-maternidade. Algumas famílias também recebem doações de familiares que residem fora de Pernambuco, especialmente nos estados do Sudeste, Mato Grosso e Goiás (os homens migram de Jatiúca e demais localidades da região para trabalhar sazonalmente, como assalariados temporários de fazendas).

[98] Antes havia um posto comunitário com uma telefonista que fazia as ligações para fora de Jatiúca; um único telefone para toda a população.

A história da Vila [99]

Uma das versões de que tomei conhecimento sobre o surgimento da Vila foi produzida na escola Artur Ribeira e faz parte de um projeto escolar intitulado Nossa Terra Ontem e Hoje.

Segundo essa versão, onde está localizada a Vila de Jatiúca residiam três "moças velhas", que eram donas de tudo. Numa certa época chegou um marinheiro e tomou-lhes as terras. As moças por vingança amaldiçoaram o lugar dizendo que só se desenvolveria depois da quinta geração. O marinheiro, amedrontado e querendo se ver livre das terras, trocou-as por um casal de marrecos que pertencia a dois homens que tinham vindo de Portugal. O lugar ficou conhecido como Sítio das Lages.

Dentre os acontecimentos marcantes há o registro de passagens dos bandos de cangaceiros que perambulavam pela região. Em 1926, Lampião passou no sítio e os (as) moradores(as) fugiram assustados(as). Mais tarde um outro grupo de cangaceiros, "os Marianos", fixaram residência na região. Também é assinalada uma grande seca que ocorreu na região (1932) e que provocou a morte de pessoas e o êxodo de muitos(as) moradores(as).

Os principais registros da Vila são situados no período de 1930 a 1940. Em 1930 começou a funcionar uma pequena escola na casa de um professor. Foi o professor que também organizou a primeira feira (1931). Segundo esse relato, Jatiúca era na época "um lugar pequeno sem recursos, não tinha estradas, só veredas onde se andava a pé ou a cavalo". Durante esse período o prefeito de Triunfo mudou o nome do local, de Sítio das Lajes para Vila Jatiúca, que se tornou o 3º distrito do município.

Ganham destaque nessa versão os acontecimentos religiosos. Em 1934, houve a primeira missa. As cerimônias religiosas eram celebradas nas casas. Por meio de bingo e leilão os moradores construíram, em 1935, a primeira capela. Em junho de 1936, ocorreu a primeira festa do Padroeiro da Vila — o Sagrado Coração de Jesus.

[99] Tive muitas dificuldades em conseguir informações sobre Jatiúca. Entrevistei um dos moradores, chamado carinhosamente de Tio Chico, que me contou a história da Vila. Obtive também uma versão escrita feita por alunos de uma das escolas. As informações que relato tomam como base essa versão.

A primeira escola foi construída em 1946 e recebeu o nome de Escola Mínima Jatiúca. Posteriormente foi construída uma segunda escola, que recebeu o nome do prefeito da época, Artur Viana Ribeiro.

Com a emancipação de Santa Cruz da Baixa Verde (1992), Jatiúca passou a ser o primeiro distrito do referido município.

O vai-e-vem dos(as) moradores(as) em Jatiúca

O sol abraça Jatiúca tirando os (as) moradores(as) da cama muito cedo. Costumava ser acordada por uma infinidade de sons: canto dos pássaros, as conversas das pessoas na calçada e o rádio de um dos meus vizinhos. Cinco horas da manhã os (as) habitantes já circulam nas ruas, vão para os roçados ou levam os animais para o campo.

Um pouco mais tarde, uma outra movimentação se instala em Jatiúca. Meninas e meninos fardados(as) chegam dos sítios em caminhões e kombis para a escola; algumas mães levam crianças pela mão. Pessoas se dirigem, vindas dos sítios ou comunidades próximas, ao Posto de Saúde. Alguns saem da Vila para trabalhar ou resolver coisas nas cidades vizinhas. Perto das mercearias, algumas pessoas entram e saem com produtos nas mãos. Alguns homens ficam por ali, na porta do comércio ou nos canteiros, conversando.

Quem já colheu feijão espalha nas calçadas ou no meio da rua para secar.[100] Algumas gaiolas com pássaros são colocadas na parte externa das casas pela manhã. Portas e janelas são abertas. É comum também ver mulheres debulhando feijão ou catando arroz na porta da casa ou embaixo de alguma árvore. Quem não tem água em casa sai para 'pegar água' numa cacimba próxima. A manhã termina com a algazarra das crianças saindo da escola e de novo a rua é tomada pelas crianças e pelos carros que as transportam.

As pessoas costumam almoçar muito cedo, geralmente entre onze e meio-dia. Durante esse período percebi que a Vila ficava mais silenciosa. Todos costumam fazer suas refeições em casa. Quem porventura tem algo especial divide com os vizinhos(as) ou amigos(as).[101]

[100] O período que morei na Vila foi na época de plantio e colheita.
[101] Recebi muitos presentes das pessoas da Vila e dos sítios: milho, ovos, feijão, café, macaxeira e frutas. À medida que as pessoas vão colhendo também vão repartindo com os outros.

A tarde recomeça com a chegada das crianças e novamente a rua se anima. Elas adoram ficar nos canteiros ou brincando com o orelhão próximo à escola. Quando as aulas recomeçam os motoristas dos transportes escolares costumam ficar cochilando nos carros. À tarde o Posto de Saúde não funciona.

Dois acontecimentos avisavam-me que a tarde estava chegando ao fim: a retirada do feijão das calçadas — as vagens são arrastadas no chão e isso produz um som muito peculiar; os berros dos animais quando retornavam do campo. Quem ficou o dia no roçado volta para casa entre quatro ou cinco horas, acompanhado pelos animais — bode, ovelha, gado, jumento.

Quando as pessoas botavam as cadeiras nas calçadas em frente às casas eu concluía que o dia tinha terminado, era hora da conversa e do descanso. As crianças brincavam nas ruas. Os homens mais jovens ficavam nos canteiros ou em frente aos bares. A impressão que eu tinha era que naquele momento toda a Vila 'jogava conversa fora'.

Quando anoitece, quem está nas calçadas entra em casa para jantar e 'ver a novela'. Os (as) jovens que estudam à noite saem para as escolas. Entre 21 e 22 horas todos estão em casa com as portas e janelas fechadas. Quase não há ninguém na rua. É hora de dormir em Jatiúca.

Nos domingos há uma movimentação diferente nas ruas. Além da pequena feira, a Vila recebe parentes e amigos(as) moradores das cidades vizinhas. Há sempre uma animação domingueira no ar que às vezes culmina com o sino da Igreja tocando, chamando os fiéis para a missa no final da tarde.

Dos(as) interlocutores(as) mais próximos(as)

No dia-a-dia na Vila passei a conviver com moradores(as) que por diversas razões se transformaram nos meus interlocutores mais diretos. Para efeito de descrição caracterizarei os (as) mesmos(as) em quatro grupos.

Um grupo era formado por jovens mulheres solteiras; quase todas trabalhavam como domésticas e uma era a manicure local. Com elas eu ficava sabendo das últimas novidades e 'fofocas' da Vila, especialmente sobre as vivências amorosas, o

exercício da sexualidade (restrições) e os espaços de circulação das moças e rapazes. Também eram minhas companheiras de lazer: acompanhei algumas delas à Serra do Pão[102] para pagar uma promessa, saíamos para 'pegar umbu' ou ficávamos em casa olhando fotografias que tirávamos nas caminhadas.

Com uma agente de saúde que morava próximo a minha casa, as conversas tinham como eixo os acontecimentos político-partidários da Vila. Em Jatiúca, os (as) agentes de saúde, além de desenvolver as atividades do Programa Saúde da Família, também realizam os cadastros das pessoas para a inclusão em programas sociais do Governo Federal. Dessa forma, eles(as) se deparam com inúmeros conflitos e tensões entre a população e o governo local para ampliação das normas de inclusão nos programas sociais. Por serem vinculados(as) à Prefeitura, acompanham as relações de forças em âmbito local.

Um terceiro grupo era constituído pelos comerciantes, motoristas e vizinhos que me davam conta da história da Vila e dos eventos cotidianos que despertavam a minha curiosidade.

No último, incluo Vanete, seus familiares e os (as) funcionários(as) do Centro de Educação comunitária Rural – CECOR que residiam em Jatiúca. Além do apoio durante o período em que lá estive, eles(as) tiravam as minhas dúvidas, forneciam informações que facilitavam o meu deslocamento, me apresentavam às pessoas ou respondiam pacientemente as minhas perguntas sobre determinados assuntos.

2.2.3. Uma estranha em Jatiúca: aproximações do povo do lugar com a pesquisadora

Início de fevereiro de 2002. Já é noite quando chego com a minha mudança em Jatiúca. Logo junta crianças e alguns(mas) adolescentes ao redor do carro e das caixas de livros.

Eles(as) se aproximam, fazem perguntas, olham os objetos com curiosidade. Fico atrapalhada e incomodada. Uns(umas) brincam na calçada enquanto eu arrumo as

[102] O ponto mais alto de Jatiúca, onde foi instalado um cruzeiro no qual as pessoas 'pagam suas promessas'.

coisas, outros(as) ficam parados(as) na porta, espiando o que eu estou fazendo. Uma adolescente com uma criança no colo pergunta: quem vai morar aqui?

Após alguns dias ficam mais acostumados(as) com a minha presença. Quando a porta está fechada, olham pela janela.

A primeira pergunta mais direta vem do rapaz que trabalha no mercadinho: “Você vai demorar por aqui?”. Respondo que ficarei por seis meses para fazer uma pesquisa sobre as mulheres trabalhadoras rurais. Ele pergunta se eu vou fazer a pesquisa nas escolas. Digo que não.

Depois, é o dono da casa.[103] O Sr. José chega e pede licença para entrar. Eu me apresento e digo que quero alugar a casa por seis meses. Ele me pergunta em que eu trabalho, se eu sou casada e em que meu marido trabalha. Faz mais algumas perguntas e diz que se eu quiser cuidar dos meus afazeres posso ir, que ele tem mais algumas coisas para conversar com Vanete. Depois de um tempo ele retorna e o diálogo é difícil:

— Mas o que a senhora está fazendo mesmo aqui?
— Sou professora e...
— A senhora vai ensinar aqui?
— Não. Estou fazendo um estudo...
— Vai estudar ?
— Não. Vou fazer uma pesquisa sobre as mulheres...
— E para que a senhora quer saber isso? Vai dar alguma coisa?
— Não, eu quero...
— Ou vai pegar algo?
— Não. Eu quero conhecer como as mulheres vivem, o que elas fazem, como elas se organizam e como elas trabalham na área rural
— Esse seu trabalho é com o sindicato?
— Sim... É um trabalho com Arlinda e Vanete.

O Sr. José faz perguntas sobre o computador, o telefone e o gasto de energia. Conversamos sobre o aluguel e depois ele vai embora. Eu me sinto angustiada. Como posso explicar às pessoas do lugar o que estou fazendo aqui de modo que

[103]Morei em duas casas em Jatiúca. Na primeira fiquei apenas 3 dias, por não dispor de caixa d´água; a segunda eu aluguei por intermédio de Vanete. O proprietário é amigo dela e reside em um sítio distante de Jatiúca. Vanete mandou um recado dizendo que precisava alugar a casa para uma amiga dela. Ele enviou a chave e disse que eu poderia me mudar e que depois apareceria para a gente acertar o preço .

elas entendam? Daí a pouco chega Vanete e relata a conversa com o Sr. José. Ele fez várias perguntas a meu respeito e por último fez um comentário: “Então, a senhora vai ser a professora dela”.

Um dia, passando pela calçada, uma vizinha me aborda: — Rose, estão dizendo que você vai dar uns cursos. Esclareço que sou professora em Recife e que em Jatiúca eu não vou dar aulas, vim para fazer uma pesquisa.

Após alguns dias, estou na cozinha e uma senhora me chama da porta. Peço que entre. Ela diz que soube que eu iria dar um curso de informática. Veio pedir informações pois tem muito interesse em fazer um curso dessa natureza.

Com o tempo as perguntas se sucedem e se diferenciam por sexo e lugar. As mulheres jovens querem saber do meu estado civil e se sou mãe. Geralmente, as perguntas surgem quando estamos conversando na calçada ou em casa. Aquelas de quem eu sou mais próxima também fazem comentários sobre os meus deslocamentos. “Chegou cedo hoje, o que houve?”; “Desceu ali por quê?”; “Estava em Recife?”. São perguntas que surgem a partir de uma relação já estabelecida.

A garota que faz faxina em minha casa de vez em quando aparece como porta-voz da Vila: “Estão perguntando se você é alemã. Rose, esses dias você ia passando e disseram assim: ‘Aquela mulher tem um corpo de menina, nem parece que é casada’”.

Já os homens, eles fazem comentários ou perguntas quando estou andando pelos roçados ou me deslocando para Serra Talhada.

Quando comecei a andar pelos arredores, as pessoas olhavam, mas não teciam comentários. Observavam com curiosidade, respondiam ao meu cumprimento e seguiam adiante. Costumo andar por uma estrada de chão que liga Jatiúca a vários sítios e comunidades. Nessa estradinha, há um vai-e-vem de homens e mulheres de diferentes idades. Alguns se deslocam a pé, outros de bicicleta. A moto é também bastante usada. De vez em quando aparece um carro. Muitos vão para Jatiúca, outros vêm com compras para os sítios. Costumo encontrar jovens mulheres, em grupo, que retornam das escolas. Mulheres com filhos(as) ou acompanhadas por

parentes (talvez marido, irmão ou pai). Alguns homens vão para a vila conduzindo animais ou carregando feijão.

Um dia encontro um homem na ida, e quando retorno ele pergunta: “A senhora anda para estirar as pernas?”. Eu acho engraçado e digo que sim. Quando caminho com Vanete me sinto mais protegida. Ela conhece as pessoas e às vezes lhes dedica algum tempo para conversar. De vez em quando alguém pergunta para onde ela está indo.

Com o passar do tempo as indagações aumentam. No último dia em que caminhei fui abordada quatro vezes. Vou descendo a ladeira e encontro um grupo de rapazes conversando numa calçada. Um deles pergunta: “Já vai passear?” Respondo que sim e continuo andando. À frente, encontro um senhor que vai saindo de um roçado. Eu o cumprimento e ele me pergunta: “Vai rasgando até Bom Sucesso?” Respondo afirmativamente. Mais adiante, encontro o sr. Edvaldo, motorista de táxi. Conversamos um pouco, acerto uma viagem com ele, que termina fazendo a seguinte pergunta: “Para onde a senhora vai”? Digo que vou andar um pouco. Ele repete o que eu disse. Na volta, quando estou chegando à cidade, um rapaz de bicicleta faz o seguinte comentário: “A viagem foi rápida, não?”.

Nos primeiros tempos convidava as meninas para andar comigo, mas algumas se esquivavam. Elas sempre perguntavam: “Você vai sozinha?”. Uma das jovens me disse que elas e umas amigas andavam pelo asfalto, depois saiu um comentário que um homem ia pegá-las. Elas deixaram de andar na estrada e começaram a fazer caminhada na cidade. As pessoas gozavam, diziam que elas eram “bestas”, estavam “ficando doidas” e, por fim, elas desistiram.

Uma vez recebi um recado de uma jovem que trabalhava na casa de Vanete. Deveria ter cuidado, era perigoso andar sozinha, ainda mais com uma máquina fotográfica. No início, achei que era preocupação excessiva. Depois do terceiro recado fui conversar com ela. Ela disse que o pessoal de Bom Sucesso[104] era perigoso, que eu deveria tomar cuidado. Eu duvidei um pouco e ela ficou irritada. Disse: “Você é quem sabe”. Vanete, depois, conversou comigo, sugeriu que eu carregasse a máquina só de vez em quando ou se eu estivesse acompanhada.

[104] Lugarejo próximo a Jatiúca.

Costumava ir para Serra Talhada pelo menos três vezes por semana. Como falei anteriormente, as viagens são feitas em carros que fazem o percurso entre Triunfo e Serra Talhada. Quando pedia alguma informação ou fazia um comentário considerado estranho eles sempre diziam: “a senhora não é daqui!”. Um dia, um homem duvidou se eu realmente morava em Jatiúca, já que ele não me conhecia. Uma vez um senhor me ouviu falar sobre a pesquisa e teceu várias observações sobre o trabalho das mulheres e os problemas relacionados à coleta da água, que é um serviço a cargo das mulheres.

Bem, essa série de abordagens me levou a perceber que havia alguns estranhamentos da população local à minha presença em Jatiúca e que era necessário criar novas estratégias de pesquisa. Além disso, era importante atentar para as normas locais que circunscrevem os deslocamentos e a circulação das mulheres.

Relembrei de algumas frases das mulheres em algumas reuniões: “não posso viajar porque meu marido não deixa” ou “muitas mulheres não podem sair de casa por conta do marido”. Em alguns momentos elas se referem à liberdade conquistada de poder sair de casa para participar de reuniões e eventos. As viagens e as manifestações são sempre relatadas com muita alegria e entusiasmo. Quem sai de casa é tida como uma mulher corajosa.

De forma geral, fora as atividades que envolvem o trabalho no sítio e no roçado, as mulheres saem de casa com objetivos muito determinados: fazer compras para a família; resolver as questões relacionadas com a saúde dos familiares; acompanhar os (as) aposentados(as) aos bancos; ir às missas e procissões. Estão mais presentes nas escolas e têm uma escolaridade maior do que os homens. Entretanto, elas não se deslocam sozinhas de suas casas ou suas comunidades para passear, encontrar amigos(as) ou para se divertir. Nas minhas viagens vi mulheres andando sozinhas, porém, elas haviam saído para ‘resolver as coisas’.

Percebi então que, além de ser uma pessoa desconhecida, eu estava realizando uma atividade estranha e transgressora para as normas locais. Havia ainda um agravante, eu andava sozinha e aparentemente sem ‘destino certo’. Além da curiosidade, pairava uma certa desconfiança.

Fui empurrada assim para a criação de novas estratégias de pesquisa. Passei a me deslocar com objetivo determinado — visitas aos sítios e comunidades, entrevistas e encontros —, informando sempre a quem me perguntava o ‘destino certo’. Ao visitar sítios ou comunidades que eu ainda não conhecia, pedia para me esperarem em um local de fácil acesso. Ao fazer os primeiros contatos, solicitava que alguém fosse comigo.

CAPÍTULO 3

A NOMEAÇÃO *MULHER TRABALHADORA RURA*L NA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO

A história aqui tecida,
como uma renda, é feita de fios,
nós, laçadas, mas também de lacunas,
de buracos que, no entanto,
fazem parte do próprio desenho,
são partes da própria trama.
(Durval Albuquerque, 1996, p.32)

Abordarei neste capítulo como as mulheres no Sertão Central criaram os espaços de conversa, troca e reflexão e como foram conjugando interesses, afinando os discursos e tecendo relações entre elas próprias e com outros atores sociais. Essas relações ocorrem em diferentes níveis e envolvem, como destacam Sônia Alvarez *et al*. (2000), vínculos interpessoais, inter-organizacionais e político-culturais.

Um outro tipo de vínculo, por exemplo, é aquele que os (as) autores(as) denominam de redes interpessoais da vida cotidiana.[105] Logo que comecei a manusear os relatórios dos encontros do Sertão Central, especialmente a lista de participantes, comecei a perceber que em todos os encontros, além das trabalhadoras rurais, havia sempre uma lista com o nome das assessoras e outra com o nome das colaboradoras ou apoio.[106] Alguns desses nomes apareciam em quase todos os encontros, porém, não estavam representando nenhuma organização nem se encontravam presentes, por exemplo, nas reuniões de coordenação.

Fui aos poucos entendendo que na classificação de colaboradoras e apoio as mulheres davam visibilidade a um dos intricados feixes de relações que se

[105] Ver Melucci, (2001); Alvarez *et al.* (2000).
[106] Ver anexo 9.

estabelecem entre o Movimento e as organizações locais. Dependendo do contexto, as mulheres lançam mão dos vínculos familiares, comunitários e interpessoais. Por exemplo, às vezes elas trazem filhas, amigas ou parentes para ajudar a escrever um relatório, a preparar um evento ou para realizar alguma outra atividade. Apelam, no caso de eventos (encontros, manifestações, comemorações), aos amigos(as) que detêm uma melhor posição financeira: empréstimo de carro, doação de alimentos e material, entre outros tipos de apoio.

Também recorrem aos vínculos que se estabelecem num mesmo campo ético-político; falo aqui das relações inter-institucionais, que incluem ONGs, Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs, organizações comunitárias, igrejas, partidos, etc. Referindo-se a esse tipo de campo, Ana Maria Doimo (1995) afirma que essas relações ultrapassam a mera ação direta e "criam energias sócio-políticas e recursos de poder, capazes de influir nos padrões culturais e nas formas de convivência política" (p. 66).

Essas relações não ocorrem só no âmbito mais amplo do Movimento, elas se dão também nos sítios, nas comunidades e municípios. Acompanhei a preparação e realização de alguns eventos nos quais as mulheres conseguiram mobilizar uma gama de recursos familiares e comunitários de diferentes ordens em prol das suas ações: filhos(as), parentes, amigos(as), professores(as), agentes de saúde foram envolvidos(as) na organização de um encontro ou de uma atividade.

Na área dos movimentos sociais, os (as) estudiosos(as) utilizam o conceito de rede para compreender esse intricado feixe de relações que se estabelecem entre os (as) participantes e entre as organizações.[107] Doimo (1995*)* as denomina de redes *movimentalistas*, Sherer-Warren (1993) de redes de movimentos e Alvarez *et al*. (2000) de teias de movimentos ou teias de relações.[108]

A noção de rede tem sido também utilizada por diferentes atores coletivos para falar de uma forma de atuação conjunta que tem como princípio a articulação política. Segundo Ilse Sherer-Warren (1993), essa forma de atuação tem como características a articulação de diferentes atores e movimentos, a transnacionalidade, o pluralismo organizacional e ideológico e a atuação nos campos cultural e político.

[107] Para entender como o conceito de rede é utilizado em várias disciplinas ver Sherer-Warren (1999).
[108] Para falar dessas relações utilizarei a denominação proposta por Doimo (1995), ou seja, redes movimentalistas.

São emaranhados de vínculos que se propagam entre pessoas e organizações, desenham novos lugares e alimentam simultaneamente ações locais e globais. Alvarez aponta que elas

> ... abrangem mais do que suas organizações e seus membros ativos; elas incluem participantes ocasionais nos eventos e nas ações do movimento e simpatizantes e colaboradores de ONGs, partidos políticos, universidades, outras instituições culturais e convencionalmente políticas, a Igreja e até o Estado que (ao menos parcialmente) apóia um determinado objetivo do movimento e ajuda a difundir seus discursos e demandas ... (2000, p. 37).

Um outro aspecto que merece ser considerado, no caso do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, é que de forma mais permanente essas relações englobam as trabalhadoras rurais e as assessoras — profissionais que pela afinidade político-ideológica prestam assessoria técnica, política e pedagógica. Desta forma, considero como participantes ativas do Movimento as mulheres que se posicionam como trabalhadoras rurais e as mulheres que assumem a posição de assessoras.

Na elaboração deste capítulo utilizei prioritariamente três tipos de documentos:

- os *relatórios das reuniões de coordenação do Movimento,* que possibilitam compreender a constituição e a trajetória do MMTR;
- a *correspondência enviada e recebida,* cuja análise tem como objetivo identificar as relações político-institucionais que o MMTR estabeleceu com diferentes atores sociais;
- *publicações* (cartilhas, relatórios de encontros, fôlderes, livros) e *documentos* que expressam os posicionamentos do Movimento.

O meu primeiro passo para trabalhar com esse material foi criar um quadro que permitisse identificar os relatórios. Comecei a fazer as leituras ainda de forma muito solta e fui pouco a pouco me familiarizando com os mesmos. A partir daí realizei leituras direcionadas, nas quais fui efetuando anotações, observações e comentários, que foram transformados em 'temas', 'suposições', 'categorias' ou 'rastros', que orientavam novas leituras e diálogos.

Fui também pontuando, na trajetória do Movimento, as descontinuidades, as rupturas, as novidades provocadoras de novos rumos ou de novas ações. Nessa

fase de análise comecei a elaborar alguns instrumentos de visualização com base nas formulações de Mary Jane Spink e Helena Lima (1999).

Foram muitas as tentativas de compor, organizar e sistematizar as minhas conversas e ruminações com o material pesquisado, por meio dos quadros de visualização. Considerei as publicações do Movimento — cartilhas, livros, material pedagógico e de divulgação — bem como documentos que expressam o posicionamento político das mulheres: notas de protesto, abaixo-assinados, cartas de denúncia, moções, etc. Em cada período escolhi um ou dois documentos para analisar os posicionamentos das mulheres. As publicações e as correspondências complementaram as informações sobre a trajetória do Movimento e foram incluídas na análise dos períodos. Os assuntos, as conversas e as discussões estão agrupados em seis grandes temas (ver anexo 10):

1. **a constituição do Movimento como ator social**, considerando as discussões sobre estrutura organizativa, sustentação financeira, metodologia, planejamento e avaliação das ações, representação política, assessoria e relação com outras organizações;
2. ***eu, mulher trabalhadora rural***, incluindo as conversas e reflexões que tratam mais diretamente das questões identitárias e que muitas vezes foram abordadas por meio de oficinas e de dinâmicas de grupo;
3. **criando e fortalecendo vínculos, alianças e conexões entre as mulheres,** onde estão presentes as discussões sobre a organização das trabalhadoras rurais em diferentes níveis, ou seja, do Sertão Central ao contexto internacional, especialmente América Latina e Caribe, e no qual pontuei as reuniões, os encontros, as visitas, os intercâmbios e as articulações;
4. **gestando alternativas para melhorar a vida no lugar**, do qual fazem parte as conversas sobre as pequenas iniciativas das mulheres para melhorar as condições de vida nos sítios e comunidades: ações nas áreas de saúde, segurança alimentar, agricultura familiar e, mais recentemente, o Projeto de Convivência com o semi-árido;
5. **as questões conjunturais e as políticas públicas**, onde agrupei as discussões sobre as questões conjunturais e as lutas por direitos sociais e por políticas públicas. Em parceria com outros atores sociais as

trabalhadoras rurais se empenham em lutas pelo fortalecimento da agricultura familiar, pelo acesso à Previdência Social e por uma política de desenvolvimento para o semi-árido. Também aparecem as reivindicações e mobilizações por saúde, educação e contra a violência que afeta as mulheres;

6. **as disputas em arenas políticas**, que diz respeito à participação das mulheres em diferentes espaços políticos, notadamente o movimento sindical e o movimento de mulheres. Incluí nesse tema os fóruns, as comissões e os eventos nos quais as mulheres participam representando o Movimento.

Ao analisar os temas, os eventos e as teias de relações, pontuei na história do Movimento quatro fases:

- a primeira (1982-1987), **Entoando uma nova loa no Sertão*: você que é mulher e que trabalha na roça*,** toma como marco as primeiras conversas no Sertão até a realização dos encontros estaduais e regionais;
- a segunda (1988-1994), **Fortalecendo os fios e ampliando a voz*,*** corresponde a um período de intensa atividade política, no qual o Movimento se firma como ator social na cena local e na articulação das mulheres para além do Sertão Central. Nesse período, as mulheres conquistam o direito à Previdência Social, cuja regulamentação se efetiva em 1994;
- a terceira (1995-1997), **Buscando novos temas e conexões**, é um período no qual quase não existem registros de reuniões da coordenação. Paradoxalmente, 1996 se transforma num marco dessa fase. É realizado o I Encontro Latino Americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural (Ceará) e uma assessora do Movimento é convidada para o Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM, entretanto, o Movimento perde uma das suas principais lideranças: Expedita Maria de Lima é assassinada;
- a última fase (1998-2002), **Alinhavando os acontecimento e re-contando as histórias***,* abrange uma retomada de ações do Movimento em nível local e iniciativas que levam em conta a preservação e o manejo de recursos hídricos. Nessa fase ganha destaque, no ano de 2002, a preparação e a comemoração dos 20 anos do Movimento e a participação de pessoas do movimento em eventos de grande importância nacional e internacional.

3.1. Entoando uma nova loa no Sertão: *você que é mulher e que trabalha na roça*

> Lembramos as companheiras agricultoras de Caiçarinha e comunidades vizinhas que a próxima reunião de mulheres agricultoras será no dia 09 de abril. Aquelas companheiras que não participaram da reunião ontem, procurem as que participaram para se informar sobre o que conversamos. Em São José de Cima, podem procurar d. Januária e d. Maria Rosa; as de Cacimbinha, Alice de Penha; e as de Caiçarinha, d. Maria ou d. Leonor. Queremos realizar reuniões de mulheres em outras comunidades. Se você que é mulher que trabalha na roça, quiser que em sua comunidade seja realizada uma dessas reuniões, se dirija ao Sindicato ou escreva para o programa nos convidando.
>
> Atenção, muita atenção, mulheres trabalhadoras rurais de Caiçarinha da Penha, a Equipe do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada lembra a todas vocês que amanhã, às 9:00, haverá reunião. Atenção d. Januária, d. Maria Rosa de São José de Cima; d. Leonor e d. Maria de Caiçarinha; d. Luzinete, Ana Maria de Lira, de Conceição de Cima; Alice Penha, Josefa e Luzia, de Caiçarinha, contamos com a presença de vocês e das companheiras que vocês convidaram.
>
> (Aviso dado no programa de rádio *A voz do trabalhador rural* – Serra Talhada, 13.3.1983)

Março de 1983! Um convite é lido no programa de rádio *A voz do trabalhador rural,* em Serra Talhada. É endereçado para 'companheiras agricultoras', para 'mulheres agricultoras', para 'mulheres trabalhadoras rurais', enfim, para 'quem é mulher e trabalha na roça...'

Dessa narrativa saltam personagens e lugares: d. Januária e d. Maria Rosa, de São José de Cima; d. Leonor e d. Maria, de Caiçarinha; d. Luzinete e Ana Maria, de Conceição de Cima; Alice, Josefa e Luzia, também de Caiçarinha. Mulheres são convidadas, convocadas e chamadas. A convocação e o chamamento juntam as mulheres e o trabalho da roça, inaugurando novas nomeações para as mulheres que desenvolvem atividades na agricultura: mulheres agricultoras, mulheres trabalhadoras rurais.

Mas que histórias são contadas sobre as reuniões que o rádio anuncia? A versão mais conhecida nos fala que a ausência das mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais motivou assessoras do movimento sindical rural e do movimento popular para impulsionar um pequeno grupo de mulheres numa localidade chamada Caiçarinha da Penha, no município de Serra Talhada. As primeiras reuniões ocorreram em dezembro de 1982. Vejamos o que Vanete Almeida relata:

> Muito cedo fui descobrindo a ausência das mulheres no sindicalismo. Fazia reunião com um grupo de 80, 100 pessoas e não havia uma mulher, com exceção de mim. Nas reuniões dos dirigentes sindicais era a mesma coisa. Todos me respeitavam e sempre existia um lugar reservado para mim, mas só havia eu de mulher. Só chegava mais perto de outras mulheres quando havia reuniões no campo, na casa das trabalhadoras. Mas elas não apareciam na sala, onde havia a reunião. Eu ficava na sala, discutindo com os seus maridos, irmãos ou filhos e elas escondidas em outras partes da casa (...) Inconformada com essa situação, procurei minha amiga Hauridete Lima dos Santos e lhe falei da minha angústia em sentir como se os homens caminhassem e as mulheres estivessem atrasadas. Hauri, como é chamada, é sertaneja de Santa Cruz de Baixa Verde, uma cidade próxima a Serra Talhada. No final dos anos 70, ela foi estudar em Recife e hoje é socióloga. Juntamente com Zefinha Santos, trocamos algumas idéias e resolvemos fazer um trabalho com as mulheres do campo. Zefinha é filha e neta de trabalhadores sem terra e, na época, era estudante de Serra Talhada, onde dirige a escola. De quinze em quinze dias, Hauri, que morava em Recife, viajava para o Sertão. Nós três nos encontrávamos e íamos para um lugar chamado Caiçarinha da Penha (1999, p.118).

O relato de Vanete nos diz do isolamento das mulheres da vida sindical rural e das dificuldades para a participação política. Fala também de um aspecto pouco tratado na literatura sobre os movimentos sociais, particularmente sobre os movimentos populares: a atuação de profissionais — chamados(as) de assessores(as) — e militantes impulsionando, propondo e fortalecendo lutas sociais.

Vamos agora ouvir a versão de uma participante:

> Participo do Movimento desde o seu começo em 1982. Netinha foi para a ruinha lá de Caiçarinha, mandou que eu convidasse outras mulheres, e aí não deu tempo eu convidar muitas. Mas, tinha mais ou menos oito mulheres. Nesse tempo a gente não estava bem aproximada, nem sabendo o que ia fazer, o que ia conversar. Tava um tempo de muita necessidade, de seca. Só o que soubemos dizer para a companheira Netinha foi pedir trabalho. A gente pedia emergência a ela, um trabalho para sobreviver. Eu convidei, elas se reuniram nervosas, imaginando o que era (UMA HISTÓRIA..., 1994, p. 6).

Profissionais e militantes... mulheres sem saber o que iam conversar ou fazer... mulheres nervosas. Juntam-se e conversam sobre o tempo de necessidade, de seca, de falta de trabalho, de não inclusão em programas sociais. Dessas conversas que foram ocorrendo nas casas das pessoas, na igreja católica, na delegacia sindical e nos sindicatos, vínculos e laços foram criados, afinidades e parentescos políticos foram forjados e desenvolvidos. Nos depoimentos acima é possível identificar quatro temas que ocuparam as preocupações e conversas naqueles tempos: a luta pela inclusão das mulheres nos programas de emergência desenvolvidos em períodos de seca; o trabalho das mulheres na agricultura familiar;

a participação das mulheres no movimento sindical rural; e a criação de espaços e vínculos.

3.1.1. A luta pela inclusão das mulheres em programas de emergência

As secas no Nordeste[109]

A relação entre o Nordeste e a seca ou entre o Sertão e a seca está presente em boa parte dos discursos sobre a região, notadamente na produção artística e literária, nas produções acadêmicas, nos projetos e relatórios político-administrativos.

Manoel C. de Andrade (1999) assinala que o primeiro registro escrito sobre a seca foi feito pelo padre Fernão Cardim (1625), sobre o período de 1580-83. No Império foram esboçadas as primeiras intervenções públicas sobre o fenômeno. De lá para cá vários projetos e programas sociais foram implementados, além da criação de órgãos públicos (a exemplo da SUDENE, Banco do Nordeste, DNOCS) voltados para esse fim. Para o autor, várias foram as causas do fracasso da intervenção pública, e uma delas foi a própria concepção do fenômeno da seca. Os programas visavam acabar com a seca, o que é impossível, por se tratar de um fenômeno climático. Além disso, tinham um forte viés assistencialista, eram de curta duração e vulneráveis ao mando do coronelismo e oligarquia locais, gerando o que ficou conhecido como 'indústria da seca'.

Como fenômeno climático a seca está presente em várias regiões do mundo, entretanto, diferentemente de outros fenômenos, como as enchentes, terremotos, tufões, tem como característica a sua lenta maturação ou durabilidade. No Brasil, os (as) estudiosos(as) utilizam várias classificações para descrever esse fenômeno.

Para Adélia Branco (2000), há dois tipos de períodos secos: *a fase sazonal seca,* que corresponde ao verão não chuvoso, cujo início é em agosto; e a *seca periódica,* que ocorre ciclicamente, cuja duração varia de um a três anos. Essa classificação pode ser associada com a área atingida. Há secas parciais (a cada quatro ou cinco anos)

[109] Foge aos nossos objetivos fazer uma análise sobre as secas no Nordeste. A abordagem aqui tem como objetivo traçar um panorama sucinto e introdutório à luta das mulheres por inclusão nos programas de emergência.

e secas que atingem toda a região semi-árida (ocorrem a cada dez ou onze anos). Além disso, a autora inclui o que ela chama de *seca excepcional*, que ocorre a cada 50 anos.

Manoel Dantas V. Filho (2001), baseando-se em dados estatísticos, cita dois tipos básicos de seca no Nordeste: *um período radical isolado,* que costuma ser freqüente num ciclo de 13 anos inserido num tempo relativamente chuvoso; e um outro período que é um *encadeamento de anos extremamente secos*, que ficou conhecido como *as grandes secas*, o qual costuma ocorrer no intervalo de 26 anos.[110] Alguns(mas) autores(as) assinalam que nos últimos anos há uma maior freqüência dos ciclos de seca, agravados pelo desenvolvimento de atividades econômicas que não levam em conta as questões ambientais da região.

Ultimamente cresce o número de intelectuais e de atores sociais que se contrapõem aos discursos que afirmam que a seca é o principal responsável pelos problemas da agricultura e pela pobreza das populações do Nordeste.[111] Para eles a seca agudiza a vulnerabilidade social de homens e mulheres que já vivem em condições de vida bastante precárias. Além disso, a ausência de uma política de desenvolvimento sustentável para o semi-árido, que tenha como eixo a luta contra a exclusão social, aliada à criação de alternativas econômicas locais, condena a população pobre que vive da agricultura de subsistência, nos períodos críticos, a uma miséria aguda e generalizada. Os (as) agricultores(as) perdem as lavouras, os animais e falta água até para o consumo doméstico.

Os programas de emergência desenvolvidos no período de 1979-1983

Várias foram as intervenções do poder público face ao fenômeno da seca. Uma delas foi denominada de Frentes de Emergência. Como o próprio nome diz, eram programas emergenciais desenvolvidos pelo governo federal nos períodos críticos de seca, nos quais as pessoas recebiam uma remuneração para executar determinados trabalhos. Ghislaine Duque e Maria Niza R. Cirne (1998) destacam que os programas

[110] Vale lembrar que no semi-árido o período de estiagem corresponde a oito ou noves meses. Normalmente só há três ou quatro meses com chuvas.

[111] Dentre as organizações destaco a Articulação do Semi-árido – ASA, que é um fórum de organizações da sociedade civil que atuam com vistas ao desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semi-árido brasileiro. A ASA foi criada em 1999 e congrega atualmente 750 entidades (igrejas, ONGs, ambientalistas, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais, movimentos sociais e agências da cooperação internacional). Desenvolve, em convênio com o Ministério de Meio Ambiente – MMA e outras organizações, o Programa 1 Milhão de Cisternas – P1MC. Ver www.asabrasil.org.br.

tiveram várias versões sucessivas e sofreram mudanças de rumo em decorrência das pressões sociais.

Na primeira versão, inaugurada nos anos de 1940 e adotada pela SUDENE nas secas de 1962, 1966, 1970 e 1976, as pessoas cadastradas no programa recebiam salário para realizar obras públicas de grande porte como estradas, grandes açudes e barragens. Elas viviam em alojamentos, longe dos domicílios, em precárias condições de alimentação e higiene.

No período de 1979-1983, considerado como de grande seca, as frentes de emergência passaram por mudanças, e não mais eram voltadas para a concentração das pessoas na construção de grandes obras públicas. Segundo as autoras, de 1979 a 1982 foram realizadas obras privadas no interior das propriedades rurais. As linhas de crédito do programa eram dirigidas para o pagamento de mão-de-obra e despesas de investimento que terminaram por privilegiar os grandes proprietários de terra, que de posse dos recursos contratavam as pessoas para realizar as obras em suas fazendas. Segundo Almeida (1999), essa versão do programa ficou conhecida como 'emergência dos patrões'.

Em 1981 começou uma articulação do movimento sindical no Nordeste para pressionar o governo federal por mudanças no programa. Em maio o programa foi suspenso para apurar as irregularidades e foi reativado em setembro, passando a ser administrado pelas prefeituras. Parte dos recursos, na opinião de Almeida (*op. cit*.), foi utilizada para financiar as campanhas eleitorais para prefeito dos candidatos afinados com o partido governista. Isso gerou uma onda de protestos, levando mais uma vez o governo federal a alterar o programa, que passou a ser coordenado pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), pela CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) e pelo exército.

Em Pernambuco, no referido período, os sindicatos de trabalhadores rurais e a FETAPE desenvolveram uma serie de ações para a mudança dos critérios das frentes de emergência: exigiram a construção de obras comunitárias, fizeram listas de trabalhadores excluídos e apontaram as obras prioritárias. Além disso, denunciaram o não pagamento dos salários, a longa jornada de trabalho e a inscrição de 'fantasmas'. Em 1981, um ato público no Município de Afogados da

Ingazeira conseguiu unir cinco mil trabalhadores(as) do Sertão. Uma das reivindicações era a inclusão das mulheres nas frentes de emergência.

A partir de 1982 houve um redirecionamento do programa, caracterizado pela volta das obras públicas, sobretudo no setor hídrico e por obras comunitárias em âmbito local. Duque e Cirne (1998) assinalam, entretanto, que o poder público municipal e estadual tinham grande margem de manobra para decidir onde e como aplicar os recursos.[112]

A inclusão das mulheres nas frentes de emergência

Só eram incluídos nas frentes de emergência homens maiores de 14 anos. Cada família só podia cadastrar um homem. Como já referi, em 1981 o movimento sindical começou a pressionar para que as mulheres tivessem o direito de se cadastrar nas frentes.

Com as reuniões de mulheres cresceu, no Sertão Central de Pernambuco, a mobilização para a sua inclusão. Em 1983, os sindicatos de trabalhadores rurais do Sertão Central elaboraram o documento *Mulher Excluída do Programa de Emergência,* que foi encaminhado para o governo do estado, SUDENE, OAB e imprensa em geral.[113]

Nesse documento, aparecem três argumentos: as mulheres reivindicam o direito ao trabalho; as mulheres são as grandes vítimas da seca, são as que sofrem mais, especialmente aquelas cujos maridos migraram, as viúvas e as mães solteiras; por conta da fome dos(as) filhos(as) as mulheres saem em busca de trabalho. Na minha opinião, o documento tem como objetivo sensibilizar a opinião pública e o governo para as condições de vida das mulheres na época da seca.[114] Provavelmente por conta disso, as mulheres são nomeadas como sertaneja, flagelada, vítima da fome, sofredora e como mãe faminta que não tem o que dar de comer aos (às) filhos(as). As mulheres são posicionadas sobretudo como mães e sofredoras e é desse lugar que o movimento sindical reivindica a inclusão das mulheres nos programas de emergência.

---

[112] Ouvi muitos relatos sobre os programas de emergência. É possível falar do impacto das obras construídas, do tipo de trabalho realizado e da qualidade das cestas básicas distribuídas. Entretanto, as disputas políticas que definem a inclusão ou não de uma determinada pessoa no programa merecem um destaque especial. Ser alistado(a) numa frente de emergência numa época de seca é poder ter acesso a um mínimo de recursos para todo o grupo familiar. Entretanto, nem todos(as) são incluídos(as).

[113] O documento foi assinado por oito dirigentes, representando os sindicatos de trabalhadores rurais do Sertão Central. Ver anexo 5

[114] Nesse período comumente os homens migravam para outros lugares em busca de trabalho e as mulheres permaneciam na região com as crianças e os (as) idosos(as). A despeito da discordância dessas mulheres, elas foram denominadas por alguns atores sociais como *as viúvas da seca.*

O documento provocou uma grande repercussão política e propiciou uma mudança nos critérios do programa. Entretanto, essa inclusão ocorreu paulatinamente; em cada lugar lutas específicas foram travadas. Nos registros das reuniões ocorridas nessa fase observa-se que em todas elas o tema da inclusão das mulheres estava presente. Em uma delas 53 mulheres saíram da reunião e foram para o Batalhão de Engenharia do Exército exigir o cadastramento.

Segundo Almeida (1999), quando começaram a inscrever as mulheres a proposta era que caberiam a elas a preparação e o cuidado com a alimentação dos alistados(as). Ou seja, as mulheres seriam contratadas para o serviço doméstico, enquanto os homens se dedicariam à execução das obras. As mulheres não aceitaram e novas negociações foram feitas. Elas passaram a executar as obras em frentes de trabalho compostas e coordenadas só por mulheres. Para Almeida (1999) isso facilitou a articulação das mulheres e a organização do Movimento; as reuniões passaram a ser realizadas nas frentes, que agregavam 300 a 400 mulheres.

Muitos relatos acerca das frentes de emergência fazem referências ao trabalho das mulheres, à fome na região e como elas se esforçavam para ser incluídas nas frentes. Isadora me contou que para conseguir se alistar teve que brigar com a pessoa responsável pelo alistamento, ameaçando-a de que se alguma filha dela morresse a pessoa seria culpada. E ainda que, por conta do critério de número de filhos(as), em uma ocasião ela apresentou a certidão de um filho que já tinha morrido para poder ser cadastrada. Foi também trabalhando nas frentes que Flora recebeu pela primeira vez um salário mensal. Ela disse que foi uma das melhores alegrias da vida.

3.1.2. ‘Somos mulher e trabalhadora, temos valor!’

> 19 de março de 2002 – dia de São José. No calendário das chuvas esse dia é especial. Se não chover até o dia de São José todo o ano será muito seco. Fui convidada por Arlinda para ir a uma missa no Sítio São Bento. A comunidade estava em festa. A capela tinha sido recém-construída em mutirão e o material tinha sido comprado com a ajuda de todos. Ia ser realizada também durante a missa a primeira comunhão das crianças do Sítio.
>
> Sento em um banco enquanto Arlinda e algumas mulheres arrumam a capela. Cada uma traz algo de casa: a toalha para cobrir o altar, a cortina, vela, flores. Pouco a pouco a capela fica lotada. Há um clima de festa e animação no ar. As crianças chegam vestidas especialmente para a cerimônia. Estão de branco com uma vela na mão e as meninas maquiadas. O padre fica fora da capela confessando as crianças e os

> adultos. Antes do início da missa, sou apresentada por Arlinda como uma pesquisadora de Recife. Ela pede para as mulheres permanecerem depois da celebração, no salão, para conversar comigo. Fico meio preocupada com o que eu vou falar. Não preparei nada para uma reunião. Tento montar um roteiro de conversa.
>
> Depois da cerimônia, Arlinda repete o aviso e as mulheres se acomodam nos bancos. Novamente sou apresentada. Começo a falar da pesquisa e do meu interesse em conhecer a vida e o trabalho das mulheres. Pergunto se alguém participa ou já participou de algum encontro do Movimento. Silêncio. Ninguém responde. Arlinda intervém e lembra do 8 de março. Várias mulheres participaram. Pergunto: o que elas trataram em Serra? Elas dizem que era o Dia Internacional das Mulheres e que tinham discutido os direitos das mulheres. Pergunto quais os direitos. Respondem salário-maternidade, aposentadoria, educação e saúde. Pergunto quantas são aposentadas. Umas oito. Arlinda me interrompe pedindo que elas falem quais as dificuldades que elas têm, de renda, de trabalho (...) Falo para elas que, antigamente, as atividades que as mulheres desenvolviam não eram consideradas trabalho e sim ajuda. Elas não gostam e várias falam ao mesmo tempo:
>
> "... toco roçado, pego lenha, pego água, cuido dos bichos: das cabras, dos bodes e dos porcos."
>
> "... pouco rende vender uma galinha por 4 reais. Levo para a feira o legume e às vezes compro o legume de volta."
>
> "Quem mais trabalha é a mulher. Nós andamos muito para levar comida para o roçado."
>
> "Estamos descadeiradas de tanto trabalhar. Quando nós aposentamos já estamos acabadas."
>
> "Levamos muito sol, não temos uma pele boa como a sua."
>
> "Nem roupa de marca podemos comprar."
>
> "Não tivemos como conseguir a bolsa-escola."
>
> "Fizemos cursos de pão, lingüiça e sabão, porém não temos o material para continuar."
>
> Enumeram as tarefas com um certo orgulho e indignação. Terminam por acrescentar à lista dos afazeres as atividades relacionadas à participação comunitária e religiosa. Conversamos mais um pouco e elas ficam de marcar uma reunião e me avisar. Depois da conversa Arlinda sai comigo para visitar as casas das pessoas. Ficamos toda a manhã por lá.
>
> (Caderno de notas da pesquisa, 19.3.2002)

Na narrativa acima as mulheres respondem com indignação à minha provocação sobre o trabalho feminino. Entretanto, ao longo dos anos, a reflexão sobre o tema foi acompanhada da criação, como diria Haraway, de uma *tecnologia semiótica-material.* Levantamentos das atividades desenvolvidas pelas mulheres transformaram-se em um dos instrumentos utilizados no lento e laborioso processo de reflexão sobre a vida e o trabalho em casa e no roçado. Nas reuniões e encontros eram comuns as tentativas de visualização das atividades que desenvolviam, por meio de fichas e quadros nos quais eram descritas minuciosamente todas as atividades que as mulheres executavam na casa, no roçado e nos terreiros. Alguns desses quadros e listas são ilustrados, inclusive, com análises comparativas acerca do trabalho

feminino e do masculino. Além disso, elas passaram a inserir nas análises as variáveis de espaço e tempo. Também produziram um conjunto de material explicativo que era utilizado nas reuniões e encontros.[115]

Fora a luta pela inclusão das mulheres nos programa de emergência, a discussão sobre o trabalho feminino ocupou uma boa parte das primeiras discussões do Movimento. Datam desse período dois documentos que falam sobre o tema: o relatório do primeiro encontro de trabalhadoras rurais do Sertão Central e uma carta para o governador do Estado, na qual as mulheres se posicionam como mulher e trabalhadora e reivindicam o direito à terra e a benefícios sociais.[116]

Em dezembro de 1984, dois anos depois das primeiras reuniões, foi organizado um primeiro encontro das trabalhadoras rurais do Sertão Central de Pernambuco. Apesar do espanto (*encontro de mulher? para que isso*?), participaram 33 mulheres. A organização do evento contou com o apoio de mulheres funcionárias de sindicatos de trabalhadores rurais, de grupos de jovens da Igreja Católica e de alguns diretores de sindicatos.

Na minha compreensão, neste encontro foi cunhado um roteiro de reflexão que vinha sendo testado nas pequenas reuniões e que passou a ser reeditado em vários eventos durante toda essa primeira fase. De forma geral o eixo central do roteiro são as questões de cunho identitário e os problemas que afetam as mulheres como mulher e como trabalhadora.

No primeiro momento do encontro as mulheres responderam a pergunta *quem eu sou,* guiadas por um roteiro que incluía aspectos como nome, lugar de moradia, idade, número de filhos(as), o trabalho que fazia, como se mantinha, se participava do sindicato e se sabia ler. A partir das respostas as mulheres elaboraram um quadro para responder *quem somos nós,* considerando o que era comum entre elas: *todas moravam no campo, todas trabalhavam, todas se mantinham, a maioria tinha muitos filhos, poucas participavam do sindicato e a maioria sabia ler*.[117] A proposta

[115] Foram elaborados nesse período três álbuns seriados que eram utilizados nas reuniões e eventos.
[116] Analisarei só o relatório.
[117] Este tipo de apresentação está presente em quase todos os encontros. O que muda são as dinâmicas de grupo e o material pedagógico.

era ‘costurar’ um fio comum entre as mulheres, tendo como base a experiência de similitude.

A discussão sobre o trabalho começou com a coordenação do encontro (assessoras) questionando as mulheres porque elas não fizeram referências ao trabalho doméstico quando responderam *quem eu sou*. Para as agricultoras o trabalho de casa não era trabalho por se tratar *de uma obrigação sagrada, porque não se ganha, porque não tem fim, porque é um trabalho escravo.* Diz o texto que só após o debate é que as mulheres aceitaram que o serviço doméstico era trabalho.

Em seguida as mulheres listaram as atividades que desenvolviam no trabalho da casa, no trabalho de *ajuda* na roça e no trabalho da roça *para o sustento da família.* A partir do levantamento elas identificaram os problemas que as afetavam *enquanto mulher e enquanto trabalhadora.* De forma geral os problemas podem ser agrupados em cinco: o trabalho das mulheres; a pobreza e a ausência de políticas sociais; a agricultura familiar; o casamento e os filhos; a auto-estima e o isolamento das mulheres.

Foi sugerido que as mulheres escolhessem dois problemas (*problema específico da mulher e problema da mulher como trabalhadora rural)* para discutir com mais profundidade. Elas escolheram a pobreza (*família sem condição de se manter)* e o trabalho das mulheres (*mulher ganha metade do homem trabalhando igual).* O roteiro da discussão incluiu três questões: *por que acontece o problema, quais as conseqüências do problema e o que podemos fazer diante dele.*

Na discussão as mulheres aprovaram propostas que se transformaram posteriormente em bandeira de luta: *associar-se ao sindicato, unir e organizar as mulheres nos sindicatos e federações, realizar encontros de mulheres, preparar documentos e não aceitar receber metade do salário dos homens.* Entretanto, elas fizeram uma ressalva: *só com muita precisão as mulheres deveriam aceitar receber menos do que os homens e mesmo assim deveriam protestar e denunciar.*

No Sertão, além das atividades no próprio sítio, homens e mulheres desenvolvem atividades remuneradas sem vínculos empregatícios para médios e grandes produtores rurais. Eles(as) são pagos(as) pelo dia de trabalho, que é chamado de

*diária; g*eralmente, o valor de uma diária é muito baixo.[118] Nessa época as mulheres ganhavam a metade da *diária dos homens*. Após o encontro as mulheres passaram a pressionar pelo pagamento de diária do mesmo valor dos homens. Esta foi uma das lutas que conseguiu agregar mulheres de vários municípios. Em um relatório as mulheres se referem a uma mobilização de que elas participaram em uma comunidade no município de Serra Talhada: *30 mulheres ameaçaram encostar as enxadas atrás da porta até conseguir a mesma diária que os homens. Uma das animadoras era uma participante do I Encontro*.[119]

Se as mulheres conseguiram receber o mesmo valor pago aos homens pelo trabalho remunerado, eu diria que as lutas no interior da agricultura familiar são mais lentas. Nos vários encontros esse tema aparece como *o valor do trabalho da mulher ou o trabalho da mulher na roça.*

De forma ampla existem diferentes situações e formas de inserção ocupacional das mulheres na área rural brasileira.[120] Elas são agricultoras familiares, assalariadas rurais (temporárias e permanentes), professoras, agentes de saúde, parteiras, costureiras, artesãs, comerciantes e também desenvolvem atividades extrativistas. É possível encontrar mulheres que se dedicam a uma só ocupação, mas, geralmente, elas combinam a atividade agrícola com outras atividades (o comércio, a saúde, o ensino, o artesanato). Na área rural, parece-nos que as fronteiras ocupacionais são fluidas e pouco demarcadas.[121] Entretanto, se pudéssemos afirmar que as mulheres se dedicam a uma só ocupação profissional, poderíamos dizer que elas têm diferentes especificidades com relação às condições de trabalho, ao reconhecimento da ocupação profissional, ao acesso dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Provavelmente o que existe em comum entre as trabalhadoras é a excessiva carga de trabalho em condições precárias. Elas relatam que começaram a trabalhar, não

---

[118] Em 2002 era de R$ 5,00.

[119] Relatório do II Encontro do MMTR , novembro de 1985

[120] Nos últimos anos, no Brasil, há um vigoroso debate sobre a distinção rural e urbano. José Eli da Veiga (2001), entre outros autores, faz críticas contundentes aos critérios do IBGE, que toma como cidade a definição feita ainda no Estado Novo. Os autores criticam ainda a confusão entre o rural – espaço e o setor agropecuário, como se os setores secundário e terciário fossem exclusivos do espaço urbano. Propõem ainda critérios censitários alternativos que redesenham o rural e o urbano no Brasil. Para estes autores, os critérios do IBGE, além de não dar conta da complexa dinâmica que envolve os diversos espaços no Brasil, leva-nos a pensar que a população que mora na área rural desaparecerá nos próximos 30 anos.

[121] Vários autores, entre eles José Eli da VEIGA (*op. cit*), vêm acentuando que a pluriatividade é uma característica das unidades familiares.

diferentemente dos homens, ainda crianças. Muitas trabalham os dias todos da semana, sendo extensa a carga horária fora e dentro de casa. A falta de políticas e serviços sociais no campo (energia elétrica, saneamento, saúde) afeta o grupo familiar como um todo; porém, em face da desigualdade de gênero, acarreta para as mulheres uma vida mais extenuante e penosa.

Ao combinar diferentes modalidades de trabalho, elas formam um mosaico complexo, tornando difícil identificar onde começa ou termina uma atividade. Entretanto, quando as mulheres no MMTR começaram a falar de forma coletiva sobre o trabalho na área rural, uma modalidade especifica foi alvo de mais atenção: o trabalho feminino desenvolvido no regime de produção agrícola familiar.[122]

O regime de agricultura familiar[123] utiliza de forma prioritária a mão-de-obra do grupo familiar; a contratação de mão-de-obra assalariada ocorre de forma esporádica e ocasional. A produção e o consumo são voltados para diferentes estratégias de reprodução e as relações de trabalho são organizadas a partir da cooperação dos diferentes membros da família. Vale salientar que essa forma de produção é realizada independentemente da propriedade da terra. No Brasil, encontramos pequenos proprietários, meeiros[124], parceiros arrendatários[125] e posseiros que trabalham no regime de produção familiar.

O que as mulheres rurais procuravam demarcar é que, de forma intrincada e complexa, elas conjugam, na labuta diária nos sítios, os serviços domésticos, os cuidados com a família e o trabalho agrícola. Elas assinalam que diferentemente do homem, que se dedica inteiramente ao trabalho agrícola, as mulheres se desdobram

---

[122] Maria Emilia Pacheco (s.d.) afirma que, em face da diversidade das formas de produção e uso da terra, da gestão dos recursos naturais, bem como da diversidade sociocultural dos vários segmentos de trabalhadores que se dedicam à agricultura familiar, não é possível falar em generalizações, nem da agricultura familiar nem da mulher trabalhadora. José Eli da Veiga (*op. cit*.), ao discordar das análises que definem o regime de agricultura familiar pelo tamanho da propriedade, sugere seis características organizacionais que permitem identificar esse tipo de produção: trabalho e gestão intimamente relacionados; direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários; ênfase na diversificação; ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; trabalho assalariado complementar; decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (p. 31).

[123] É importante assinalar que a agricultura familiar não é um campo neutro e consensual. No Brasil, convivemos com diferentes formas de produção agrícola (inclusive várias modalidades de agricultura familiar) e há um campo denso de disputas entre a agricultura familiar X agricultura patronal. São diferentes forças sociais que disputam investimentos, políticas agrícolas, índices de viabilidade econômica e ambiental, infra-estrutura, etc.

[124] Tanto o meeiro como o parceiro plantam em terreno alheio, repartindo o resultado das plantações com o dono da terra. Enquanto o meeiro divide a produção no meio o parceiro divide uma certa parte.

[125] Pagam ao dono um valor anual para trabalhar na terra.

entre os roçados, os terreiros e a casa para conciliar as diferentes demandas do grupo familiar. No que se refere aos serviços domésticos, cabe às mulheres o cuidado com as crianças, a preparação de alimentos, a lavagem de roupa e a limpeza da casa e do terreiro. Além disso, no Sertão é de responsabilidade das mulheres e das crianças a coleta de lenha e de água para todo o grupo familiar. Elas se deslocam grandes distâncias uma ou duas vezes por dia para coletar água e lenha.

Há uma outra especificidade do trabalho feminino desenvolvido na agricultura familiar. Além dos roçados, a casa e os terreiros funcionam para as mulheres como espaços de suas atividades produtivas. São nesses espaços que elas realizam o processamento dos alimentos (feitura de queijos, manteiga e doces, por exemplo), a manufatura de diversos produtos (vassouras, redes, esteiras, cerâmica e utensílios domésticos), além dos cuidados com os pequenos animais (galinhas, patos, porcos e cabras), com o pomar e com a horta.

Várias autoras vêm assinalando a importância dos terreiros[126] para o trabalho das mulheres. Maria Emilia Pacheco (s.d.) destaca-os como área de produção de uso múltiplo, agroflorestal, pouco considerada pelos planejadores, pelas estatísticas oficiais, pelos técnicos extensionistas e até pelos técnicos das ONGs. Para a autora, os terreiros asseguram uma produção variada de alimentos e outros produtos: espécies agrícolas frutíferas e hortícolas, nutricionais e medicinais, além das flores. A referida autora ainda aponta o terreiro como campo de experimentação e aclimatação de espécies para posterior utilização em outra escala.

Geralmente, todos os membros do grupo familiar, de acordo com o sexo e a faixa etária, se envolvem com a produção agrícola.[127] Pesquisas[128] demonstram que

[126] Durante a pesquisa observei que no Sertão Central as mulheres utilizam o termo terreiro ao invés de quintal. Nas minhas visitas às suas casas, algumas me mostravam o terreiro identificando as diferentes plantas medicinais, as hortas e os "pés" de fruta. Latas e pequenos vasos abrigam as flores e as plantas medicinais. Há uma constante troca de sementes e mudas entre as mulheres, que ocorre também nos seus encontros. Como o fenômeno da seca é cada vez mais freqüente, elas costumam sempre replantar os terreiros.

[127] É bastante comum o uso da noção 'grupo familiar' como se os (as) pesquisadores(as) estivessem se referindo a um ideal hegemônico de família composta de mãe, pai e filhos(as). No Sertão Central de Pernambuco, encontrei muitas famílias compostas apenas por mulheres e filhos(as) ou mulheres morando sozinhas. Vários(as) autores(as) insistem na diferenciação entre família e unidade doméstica. A noção de família engloba parentesco, ideologia e coabitação. Para Eunice Durham, o conceito de família articula relações de consangüinidade, afinidades e descendência em núcleo de reprodução social (1983, p. 27). Por algum tempo esses núcleos tendem a se organizar como unidade ou subunidades domésticas e residenciais. A noção de unidade doméstica está mais relacionada com a coabitação e a cooperação econômica (Parry Scott, 1990, p. 41). Tanto pode incluir membros

cabe ao homem adulto o controle de todo o processo produtivo (plantio, limpa, colheita) e a compra de terra, dos equipamentos e dos insumos voltados para a agricultura familiar. Geralmente é o pai — na sua ausência, o filho mais velho — que vende os produtos agrícolas e os animais. São os homens que recebem também capacitação e assistência técnica dos programas governamentais.

Entretanto, há flexibilizações e conflitos acerca da divisão sexual de trabalho. Encontrei mães que me falaram que as meninas brigam para que os rapazes também façam os serviços domésticos e carreguem lenha e água; os meninos também reclamam no roçado que as moças deveriam fazer outras atividades. Dentre as mulheres que entrevistei, Iracema tem um roçado separado do marido e é responsável sozinha por ele; Luiza quando jovem também fazia um roçado separado do restante da família; Mariana é quem administra o dinheiro da família; Frida quando não consegue fazer determinada atividade paga a alguém para executá-la; Flora enfrentou as críticas do marido e da comunidade e implantou o sistema de agrofloresta na sua roça.

Auri Cunha (1998), na sua pesquisa sobre agricultura familiar em um perímetro irrigado num município localizado no alto Sertão paraibano, realça que a divisão de trabalho é flexível quando se refere à utilização da mão-de-obra familiar e sobretudo feminina. Isto depende da composição do grupo familiar no que se refere ao sexo e à idade, de fatores relacionados à terra, ao uso de tecnologia e nível de capitalização. Além disso, a qualificação da mão-de-obra e o acesso ao mercado também contribuem para a flexibilização da divisão do trabalho na agricultura familiar.

Um outro eixo de reflexão presente nas discussões é que nem todos os trabalhos realizados pelos diferentes membros da família são valorados socialmente. Nas conversas sobre a agricultura as mulheres enfatizam dois aspectos: sabem da sua importância social (*se não fosse a agricultura nem os ricos teria o que comer*), mas narram acontecimentos nos quais se sentiram depreciadas e discriminadas por *ser da roça;* um outro aspecto é relacionado à própria família. Elas reconhecem que trabalham muito e trabalham mais do que o homem (*o homem trabalha só na roça*), entretanto, o trabalho do homem é mais valorizado.

---

da família quanto pessoas que não mantêm entre si vínculos de afinidade e parentesco. Entretanto, aqui estou utilizando o termo família, grupo familiar, também no sentido de unidade doméstica.

[128] Ver Auri Cunha (1998) e Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay (2000).

O trabalho das mulheres na agricultura, por exemplo, ainda é visto como 'ajuda'. Os trabalhos executados por homens são considerados 'pesados', em detrimento do trabalho feminino, tido como um trabalho 'leve'.[129] Além disso, a contribuição econômica efetiva das mulheres para a unidade de produção familiar é pouco contabilizada. No orçamento familiar é dada pouca importância aos rendimentos auferidos por elas com a venda de ovos, de pequenos animais, de verduras ou dos produtos artesanais.

No Sertão, nos longos períodos de estiagem, a venda de pequenos animais e de ovos garante a sobrevivência do grupo familiar. Ademais, quando as mulheres vendem os 'seus produtos' elas direcionam o ganho para a aquisição de móveis, utensílios domésticos, vestuário e calçados para a família. Durante algum tempo, face aos comentários dos homens de que as galinhas que as mulheres criavam "não pagavam o milho que comiam", o MMTR, com a assessoria de uma engenheira agrônoma, acompanhou a criação desses pequenos animais e demonstrou sua viabilidade econômica, bem como o destino que elas davam aos rendimentos provenientes da atividade.

Pesquisadoras vêm alertando que há uma invisibilidade do trabalho das mulheres no campo e uma subestimação de sua participação econômica. Estudos demonstram[130] que, sistematicamente, esta participação é subestimada na sua magnitude, expressão e diversidade. Além disso, as mulheres têm enfrentado barreiras culturais e legais que limitam o acesso a elementos fundamentais para o fortalecimento das suas atividades produtivas; deparam-se com dificuldade de acesso à terra, tecnologia, créditos e capacitação.

Após o setor de serviços é na agricultura que se encontra o maior número de mulheres.[131] Entretanto, nessa atividade, elas aparecem sobretudo como membros não remunerados (41%) ou trabalhando na produção para o consumo próprio (40,9). São poucas as mulheres classificadas como assalariada na agricultura (8,3%) e quase nenhuma como empregadora (0,5%). Cristina Bruschini (2000) registra, ainda,

---

[129] Ver a reflexão de Maria Ignez Paulilo (1982), sobre trabalho leve e trabalho pesado na agricultura.

[130] Ver FAO (1995) e Mireya Suárez e Marlene Libardoni (1992).

[131] Fiz uma incursão nas pesquisas do IBGE (PNAD 2002, Censo 2000 e Censo Agropecuário 1995), e infelizmente constatei que para visualizar o trabalho feminino na agricultura é necessário fazer tabulações especiais, a partir dos microdados fornecidos. Utilizo aqui as tabulações feitas por Cristina Bruschini (2000), numa análise sobre o trabalho feminino no Brasil, no período 1985-1995.

que 82% das mulheres ocupadas no setor agrícola declararam que não recebiam qualquer rendimento pelo seu trabalho, enquanto os homens na mesma situação equivaliam a 27%.

Em relação à condição de membro não remunerado, as estudiosas sublinham que ela expressa a desigualdade de gênero e, também, a invisibilidade do trabalho feminino.[132] Para mim, os dados sobre o trabalho não remunerado e o trabalho destinado ao autoconsumo sinalizam, também, a inserção das mulheres na agricultura familiar e, provavelmente, em um tipo de agricultura bastante fragilizada, voltada sobretudo para a sobrevivência própria ou do grupo familiar. São condições de vida bastante precárias, com pouquíssimo acesso a ganho monetário. Nas entrevistas e nas conversas as mulheres acentuam que por conta da estiagem, naquele ano, elas não colheram quase nada, quase tudo se perdeu na seca. O que conseguiram colher (feijão, milho e mandioca) foi todo voltado para o consumo da família.

3.1.3. As mulheres no movimento sindical rural

> Após o encontro, começamos a divulgar os seus resultados nas comunidades, através das lideranças femininas e das assessoras, não apenas no Sertão Central, mas em várias localidades do Sertão pernambucano. Fizemos também um relatório bem bonito e distribuímos cópias em todo o estado, para estimular outras iniciativas semelhantes. A primeira vez que a gente apresentou esse relatório foi numa reunião de diretores e assessores de sindicatos de trabalhadores rurais em Pernambuco. Como não tivemos espaço para apresentar o relatório, durante a reunião, distribuímos várias cópias em silêncio sem dizer uma palavra, num dos intervalos. Quando os homens pegaram as cópias, fizeram comentários do tipo: que relatório bonito! Que encontro importante! Depois disso, foi impossível evitar uma discussão sobre a realidade da organização das trabalhadoras rurais. Ainda apareceu o argumento do divisionismo, mas no final, ficou claro que não poderia impedir a organização das trabalhadoras (ALMEIDA, 1999, p. 123).

Situando o movimento sindical rural

Na área rural brasileira é a partir de meados da década de 1940, sob a influência do Partido Comunista Brasileiro – PCB, que as lutas sociais alcançam visibilidade,

[132] Ver Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay (2000).

notadamente as ligas camponesas e, posteriormente, a organização de sindicatos de trabalhadores rurais. Em Pernambuco, estas duas forças sociais, orientadas por princípios ideológicos diferentes, disputavam a organização e mobilização dos(as) trabalhadores(as) na área rural. Em vários casos algumas ligas se transformaram em sindicatos ou orientavam seus participantes para disputar as eleições sindicais. Entretanto, segundo Luciana Jaccoud (1990), a partir de 1963 os sindicatos passaram a exercer hegemonia no movimento camponês, articulados em nível de estado na Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAPE. Além do PCB outros atores sociais passaram a estimular o sindicalismo no campo, entre eles, a Igreja Católica.[133] A atuação da Igreja foi marcada pela oposição aberta às ligas camponesas e ao Partido Comunista. Fruto dessa efervescência no campo, foi fundada em 1963 a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura – CONTAG, instituindo um modelo sindical no campo que tem como base o sindicato, em nível de estado as federações e em âmbito nacional a confederação.

Para evitar digressões, só cabe acentuar que com o golpe militar em 1964 (quatro meses após a fundação da CONTAG) a estrutura sindical nascente passou a conviver com as intervenções nos sindicatos e federações, perseguição e prisão das lideranças. Em Pernambuco, dos 35 sindicatos existentes na área canavieira 30 sofreram intervenção da Delegacia de Trabalho. A FETAPE passou por uma grave crise política e financeira e para a CONTAG foi nomeado um interventor que perdurou na presidência até 1968.

Para não fugir do meu objetivo, quero apenas mencionar que diversas estratégias de atuação foram desenvolvidas pelo movimento sindical rural durante a ditadura. O movimento acompanhou e se transformou num ator coletivo atuante nas lutas pela redemocratização do país. Em vários locais, com o apoio da Igreja Católica progressista, a exemplo do ABC paulista, também surgiu a proposta de um novo sindicalismo rural afinado com as lutas sociais e políticas. A diversidade das orientações e dos conflitos político-ideológicos deu, ao longo do tempo, diversos matizes ao movimento sindical rural, com acentos diferenciados nos vários locais de atuação. Os congressos nacionais da CONTAG se transformaram no espaço mais visível dessa disputa política.

---

[133] Até 1965, 80% dos sindicatos tinham sido criados por influência do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco – SORPE, da Igreja Católica.

Em nível nacional a estrutura sindical é formada por 26 federações estaduais, que contam com 3.358 sindicatos filiados.[134] Em Pernambuco, são 176 sindicatos, com 800 mil filiados organizados em 10 pólos sindicais.[135] Além das diretorias dos sindicatos e da federação, há também diversos profissionais que trabalham nessa forma de estrutura sindical: técnicos, consultores e assessores.

Por fim, quero destacar que há uma multiplicidade de questões que têm aglutinado os (as) trabalhadores(as) na área rural brasileira. São diferentes atores coletivos que se organizam de diferentes formas e apresentam os mais diversos modos de atuação. Utilizando-se de diversas estratégias, eles reivindicam, pressionam e conquistam vários direitos. São lutas contra as formas de exploração e assalariamento, pela permanência na terra, pela conquista da terra e as lutas dos(as) pequenos(as) produtores(as). Os sindicatos têm organizado e direcionado algumas destas lutas; outras ocorrem fora do movimento sindical ou com o apoio discreto deste.

Em que pese a complexidade das condições e das situações particulares, nos pequenos municípios espalhados no país, os sindicatos de trabalhadores rurais, além de aglutinar uma parcela importante dos(as) agricultores(as) no campo, são referências importantes no cotidiano dos(as) trabalhadores(as) e na cena política local.

As mulheres no movimento sindical rural

O movimento sindical rural que se consolidou no país se caracterizou também como um espaço prioritariamente masculino e que tinha como representantes mais importantes os presidentes dos sindicatos e das federações. Majoritariamente eram sócios dos sindicatos os homens; comumente, as mulheres apareciam como dependentes do marido.

No Sertão Central o movimento sindical se transformou no principal espaço de disputa política e de atuação das mulheres. Na minha opinião, isso ocorreu por diversos fatores. Como as lutas pela inclusão nos programas de emergência eram mediadas pelos sindicatos, estes foram canalizando as demandas das mulheres.

[134] Dados do Projeto CUT/CONTAG, 1998.
[135] Dados do *site* da FETAPE, 2003.

Naquele contexto esses eram os únicos espaços de representação política dos(as) agricultores(as). Terminaram por se transformar na porta de entrada para as reivindicações das mulheres. Por último, não posso deixar de mencionar, mais uma vez, que como as assessoras já tinham uma atuação com os sindicatos foi mais fácil estreitar os laços entre as mulheres e o movimento sindical.

No item anterior vimos que já no I Encontro grande parte das propostas tinha como foco a ação nos sindicatos. Entretanto, ao manusear a documentação do período, percebe-se que esta ação foi desenhada a partir de várias articulações. Primeiro, entre as mulheres que já participavam dos sindicatos, mesmo na condição de dependente, as assessoras sindicais e as funcionárias dos sindicatos; segundo, entre as assessoras que trabalhavam na FETAPE em diferentes lugares e se uniram em torno de um mesmo tema;[136] terceiro, entre as agricultoras, as assessoras, as funcionárias e alguns homens dirigentes sindicais.

Em 1985, por ocasião do 4º Congresso Nacional da CONTAG, as trabalhadoras rurais do Sertão decidiram apresentar uma *tese* no congresso sobre a participação das mulheres no movimento sindical rural. Vejamos o que Almeida (*op. cit.)* relata:

> Em maio de 1985, realizou-se em Brasília, o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, com a participação de 5 mil delegados, de todo o país. Destes, apenas 60 eram mulheres. Como achávamos que os resultados das discussões do nosso encontro do Sertão Central haviam sido importantes e novos**,** elaboramos, a partir deles, uma tese que pudesse servir de contribuição ao 4º Congresso. Depois solicitamos aos diretores dos sindicatos do Sertão Central (todos homens) que levassem a nossa tese para que a FETAPE a incorporasse nas contribuições de Pernambuco ao 4º Congresso. Infelizmente, a direção da FETAPE argumentou que as discussões preparatórias já haviam sido encerradas e que a nossa tese sobre a participação da mulher no movimento sindical teria que ser levada à parte. Não desistimos. Providenciamos 5 mil cópias da tese, levamos para Brasília e conseguimos e procuramos distribuí-las nos momentos finais de um dia de trabalho, para que os delegados lessem durante a noite. Dona Lia (Maria Ferreira de Souza), na época única mulher presidente de sindicato de trabalhadores rurais em Pernambuco (Sertão do Pajeú) defendeu nossa tese na comissão de sindicalismo. Era a maior e mais polêmica comissão do 4º Congresso. Mesmo assim a tese, cujo título é 'proposta para aumentar a participação de nós mulheres trabalhadoras rurais no nosso movimento sindical' foi aprovada e está nos anais. A partir de então, ela passou a ser citada, no Brasil inteiro, sempre que havia dificuldade das mulheres se associarem nos sindicatos (ALMEIDA, 1999, p.124).

[136] Encontrei um relatório de reunião das assessoras com um pequeno plano de trabalho direcionado para a organização das trabalhadoras rurais. Previa a articulação entre assessoras e colaboradoras, encontro de dirigentes e delegadas sindicais, fortalecimento das lideranças femininas, treinamento de mulheres e a produção de material. Elas também discutiram a disseminação da experiência do Sertão Central para outros locais.

No título as mulheres falam no próprio nome (*proposta para aumentar a participação de nós mulheres no nosso movimento sindical)* e consideram-se parte do movimento sindical, entretanto, a *tese* é assinada como uma proposta do Pólo Sindical Sertão Central. Durante todo o texto é como se alguém falasse em nome das mulheres ou as mulheres falassem através do Pólo. Provavelmente isto funcionou como uma estratégia para angariar apoios de sindicatos e federações.

A tese é organizada em quatro partes[137]. Na primeira, há considerações sobre a vida das mulheres na área rural*: as mulheres participam pouco do movimento sindical*; *as mulheres vivem diretamente todas as conseqüências das péssimas condições de vida dos trabalhadores*; *as mulheres têm um importante papel direto e indireto na produção* (garantem as condições para o homem trabalhar, muitas assumem a chefia da casa e sofrem mais do que os homens); *quando trabalham como assalariadas recebem a metade do salário dos homens; vivem em situação específica de discriminação como mulher* (são mães, têm responsabilidade mais direta com os filhos, têm uma saúde especial, muitas são inseguras e sentem-se frágeis); *as transformações sociais e a verdadeira democracia para o povo necessitam da participação da mulher*.

É interessante perceber que especificamente sobre o trabalho das mulheres são ressaltados três aspectos: as mulheres recebem salários inferiores aos homens quando assalariadas; a mulher tem um importante papel direto e indireto na produção; a mulher participa pouco do movimento sindical. De resto sobressai o sofrimento, a discriminação e a posição como mães. Por fim, elas fazem alusão à conjuntura da época, ao dizer que *as transformações sociais e a democracia do povo* necessitam da participação das mulheres.

A segunda parte é direcionada para a proposta propriamente dita: os sindicatos devem aumentar a participação das mulheres no movimento sindical rural com uma programação específica para as elas. Na terceira parte, há sugestão de atividades para os sindicatos: realizar encontros e treinamentos para lideranças; fazer levantamentos; escutar as mulheres e encaminhar as reivindicações.

[137] Ver Anexo 5

Por último, em letras maiúsculas, as mulheres citam algumas 'palavras de ordem' que, na minha compreensão, situam a *tese* dentro de um determinado campo político: primeiro, as mulheres não pretendem competir com os homens e nem tampouco querem criar uma estrutura sindical paralela — o objetivo é fortalecer a participação das mulheres dentro do movimento sindical; segundo, elas chamam atenção que os sindicatos deviam respeitar o *nível* em que se encontram as mulheres. Provavelmente estavam se referindo a que os homens deveriam respeitar o nível de consciência política das mulheres.

Como nos conta Almeida (*op. cit.*), a proposta foi aprovada e serviu de instrumento para as mulheres se associarem aos sindicatos. Como hierarquicamente a CONTAG está no topo da estrutura sindical, as mulheres se sentiram legitimadas para pressionar os sindicatos e a própria federação.[138] Em algumas localidades as mulheres fizeram rifas ou desenvolveram alguma atividade econômica conjunta para viabilizar a campanha de sindicalização. Os convites e encontros passaram a ser feitos em nome dos sindicatos e do Movimento. As assembléias dos sindicatos e as reuniões da diretoria se transformaram também em espaços de divulgação das idéias do Movimento. Entretanto, Vanete lembra que para isso foi feito todo um *trabalho de formiguinha,* enfrentando tensões e discordâncias nas várias instâncias do movimento sindical.

Esta relação com o movimento sindical vai dando uma conformação bastante ambígua ao Movimento, com algumas peculiaridades que o diferenciam dos demais movimentos de mulheres rurais no país: não é fruto da ação progressista da Igreja Católica, a exemplo do Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano ou do Movimento de Mulheres Agricultoras do Oeste de Santa Catarina; se inseriu dentro do movimento sindical rural, mas não é subordinado a nenhuma instância do mesmo; adotou o nome do pólo sindical (Sertão Central) e traz nas capas das publicações tanto o nome da FETAPE quanto dos sindicatos, entretanto, planeja e avalia suas atividades de forma autônoma e conta, inclusive, com financiamentos próprios.[139] Ora se posiciona mais próximo ao movimento sindical, ora mais distante.

---

[138] Cruz (1999) descreve na sua dissertação de mestrado como as mulheres trabalhadoras rurais utilizaram na Paraíba a tese aprovada no congresso da CONTAG para conseguir dos sindicatos a sindicalização das mulheres.
[139] Como o Movimento age de forma autônoma gera, algumas vezes, conflitos com as direções dos sindicatos, com a FETAPE. Algumas cartas expressam essas tensões e conflitos.

3.1.4. Ampliando as fronteiras e os laços

O I Encontro de Mulheres do Sertão Central criou um espaço de reflexão entre as mulheres que se institucionalizou ao longo dos anos: os encontros de trabalhadoras rurais do Sertão Central. A partir do segundo encontro estavam presentes, também, mulheres de outras microrregiões de Pernambuco (assessoras e trabalhadoras), da Paraíba, participantes de ONGs da Cooperação Internacional e feministas.

A presença, nesse encontro, de outras pessoas de fora do Sertão Central foi fruto da participação do Movimento no III Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, realizado em 1985, em Bertioga-SP. Nessa *primeira viagem para fora* (como é chamado o encontro), as mulheres estabeleceram vínculos interpessoais e políticos que extrapolavam o movimento sindical: ONGs da Cooperação Internacional, as trabalhadoras rurais da Paraíba e o movimento feminista.

O convite para o III Encontro Feminista partiu de uma profissional da OXFAM (Associação Recife-Oxford para a cooperação ao desenvolvimento), que ocupava o cargo de assessora para *assuntos de mulher* da referida instituição. Além de financiar a viagem e a hospedagem em Bertioga, a OXFAM posteriormente passou a financiar os encontros de mulheres, as publicações e a participação do Movimento em diferentes eventos.

Em Bertioga as mulheres do Sertão Central conheceram as integrantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano. A partir daí elas iniciaram uma articulação conjunta entre os dois estados, que foi fortalecida ao longo dos anos por meio de visitas, participação em encontros, troca de correspondência e material. Esta articulação culminou, posteriormente, em 1987, com a criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE.

Também nesse encontro, as trabalhadoras inauguraram o diálogo com as feministas. Além do contato com vários grupos e organizações, o Movimento conheceu o SOS CORPO – entidade feminista situada em Recife. A partir de Bertioga, as integrantes do SOS CORPO foram convidadas para assessorar alguns encontros de mulheres e de forma geral essa relação de parceria perdura até hoje. Com isso, o discurso e a agenda feminista se integraram às ações das trabalhadoras rurais.

Para finalizar esse item, gostaria de destacar que em 1987 as mulheres realizaram o primeiro encontro regional (maio) e o primeiro encontro estadual (dezembro), com a participação de 183 trabalhadoras representando as microrregiões do estado. Também estiveram presentes mulheres da Paraíba, Ceará e Bahia. Naquela ocasião foi criada uma comissão de trabalhadoras rurais para coordenar as atividades das mulheres em Pernambuco.

3.2. Fortalecendo os fios e ampliando a voz

Se no período anterior as mulheres foram conjugando interesses na organização dos primeiros eventos, neste o investimento é na institucionalização do Movimento como um ator social, com atuação na cena política local e na articulação das mulheres em nível estadual e regional.

É nesse período (1988-1994) que as trabalhadoras rurais expressam publicamente as divergências e os conflitos com os homens no movimento sindical. As mulheres denunciam a exclusão de uma participante do movimento de uma chapa sindical e se posicionam contra os encaminhamentos do Fórum da Seca. É uma fase de intensa atividade e de ampliação do raio de ação.[140] Elas participam de seminários nacionais promovidos pela CONTAG, das lutas pelo acesso à Previdência Social e tecem os fios da articulação das mulheres na América Latina e no Caribe.

3.2.1. Instituindo um movimento de mulheres

Um dos temas mais recorrentes nas reuniões da coordenação neste período diz respeito ao próprio movimento.[141] Trabalhadoras rurais, assessoras e colaboradoras se debruçavam em torno desse tema, que era tratado sob diferentes formas. Procedimentos, planos e estratégias foram traçados, desenhados, refeitos e avaliados incessantemente.

[140] Ver anexos 3, 4 e 10 .
[141] Ver anexo 10

Em todas as reuniões as mulheres faziam um levantamento das atividades realizadas nos sítios e comunidades, nos municípios e no Sertão Central. Também identificavam os eventos dos quais elas tinham participado. Após esse levantamento, era feita uma avaliação abordando as dificuldades, os pontos relevantes e os motivos da não realização de algumas atividades. Em seguida, traçavam o planejamento trimestral das ações, que contemplava atividades nos sítios e comunidades, municípios e Sertão Central.[142]

Pouco a pouco foi montada uma estrutura organizacional que incluía grupos de mulheres (sítios e comunidades), coordenação municipal e a coordenação do Sertão Central. Em algumas reuniões esse desenho organizacional foi sendo avaliado, especialmente a coordenação do Movimento, porém, ao longo dos anos sofreu poucas alterações. Em consonância com essa forma de organização, também foram gestados os espaços de reflexão e encaminhamento das ações: as reuniões (dos grupos, da coordenação municipal e do Movimento), os encontros municipais (uma vez por ano) e do Sertão Central.

Nas reuniões de coordenação do Movimento, além do planejamento e avaliação, eram realizados pequenos treinamentos para o uso de álbuns e cartilhas. Também eram feitas reflexões, num formato de oficinas, sobre temas que diziam respeito às vidas das mulheres. Além desses espaços mais voltados para o próprio Movimento, as mulheres foram instituindo uma esfera mais ampla de manifestação e expressão na cena local: as comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher (8 de março).[143]

Como adverte Alberto Melucci (2001), a constituição de um movimento como ator social é resultado de intercâmbio, de negociações, de decisões e de conflitos nos quais os atores participam. São microprocessos sociais que ocorrem em diferentes níveis e formas no interior do próprio movimento e nas relações estabelecidas com outros movimentos.

[142] Elas utilizavam dinâmicas de grupo e instrumentos de visualização para o planejamento e avaliação.
[143] A cada ano as mulheres escolhem um tema para discutir no 8 de Março. O Movimento instituiu uma espécie de calendário de eventos. A cada dois anos há uma comemoração envolvendo todo o Sertão Central. Nesse tipo de comemoração há um rodízio de cidades para sediar o evento. No intervalo do evento mais amplo as manifestações são realizadas nos municípios.

Na análise dos relatórios e das cartas percebi, nesse período, uma maior presença de conflitos, de negociações e de alianças. Em alguns, novos pactos foram feitos e em outros, o rompimento foi inevitável. Os conflitos abrangiam desde as relações inter-institucionais até as relações entre as participantes do Movimento (assessoras e trabalhadoras rurais). Nem os aliados tradicionais escaparam às interpelações sobre suas ações e posições.[144]

3.2.2. Criando e fortalecendo vínculos entre as mulheres

A criação e o fortalecimento de vínculos, laços e relações ocuparam um lugar de destaque na atuação das mulheres do Sertão Central. Foram estabelecidas diferentes articulações e trocas entre as mulheres e entre distintos atores sociais, que redundaram numa multiplicidade de práticas e ações. Algumas articulações foram efêmeras, outras mais contínuas, e há aquelas que são retomadas de tempos em tempos.

Foge aos meus objetivos no momento examiná-las todas, entretanto, quero pontuar ainda, de forma breve, como as participantes do Movimento foram estabelecendo essas relações. Uma das características é que as mulheres simultaneamente construíram diferentes vínculos, 'cavaram' e mapearam novos espaços e lugares. Entretanto, isso não ocorreu de forma linear, nem tampouco houve o cumprimento de etapas predeterminadas.

Em nível estadual e nacional, por exemplo, a articulação é construída no interior do movimento sindical, na criação de secretarias e coordenações nos sindicatos, nas federações e na confederação. Data dessa fase a realização de três seminários nacionais de mulheres trabalhadoras rurais organizados pela CONTAG. No primeiro (1988) foi elaborado um documento enviado aos constituintes, reivindicando a inclusão de direitos para as trabalhadoras rurais.

Já em âmbito regional, o investimento é na criação de um movimento autônomo de mulheres trabalhadoras rurais, com atividades, mobilizações, projetos e financiamentos próprios. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE se constituiu como uma articulação de mulheres participantes de grupos e movimentos

[144] Abordarei posteriormente alguns desses conflitos.

vinculados a ONGs, pastorais da Igreja Católica e movimento sindical. Esse esforço de construção de uma articulação tão heterogênea aparece nas correspondências sob diversas versões.

Uma outra característica é que as mulheres aproveitavam a participação em eventos para criar e propagar os vínculos entre as trabalhadoras rurais. Posso citar como exemplo o III e o V Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. Durante a preparação do V Encontro (1990, em São Bernardo, Argentina), uma participante do Movimento propôs para a comissão organizadora uma oficina para trabalhadoras rurais intitulada Nuestras Vidas e Nuestras Organizaciones. Participaram da oficina trabalhadoras rurais (oito) e assessoras do Brasil, Argentina, México, Uruguai, Nicarágua, Honduras, Peru, Bolívia e Chile. Dessa oficina saiu como proposta a realização do 1º Encontro de Trabalhadoras Rurais da América Latina e do Caribe e a criação de uma rede de intercâmbio entre os países. O Sertão Central foi escolhido para fazer a articulação.

Fora os encontros, reuniões e ações conjuntas, as mulheres apostaram nas visitas (intercâmbios) entre os grupos e os movimentos para fortalecer as relações entre elas. Denominadas de 'troca de experiência', essas atividades duravam alguns dias e eram realizadas entre os municípios do Sertão Central e/ou fora dele (Acre, São Paulo, Bahia, Sergipe e Paraíba). Também o Movimento recebia pequenos grupos de mulheres para conhecer 'mais de perto os trabalhos'. As visitantes ficavam hospedadas nas casas das trabalhadoras rurais, conviviam com a população local e participavam de eventos previamente preparados para esse fim.[145]

Além disso, as mulheres nutriam as relações com a troca de relatórios, fôlderes, fotografias, cartazes e cartilhas. O material produzido circulava entre os diversos grupos e servia de referência para novos contatos e articulações. Li várias cartas nas quais as pessoas primeiro tiveram acesso ao material e depois escreveram para o Movimento; em muitos casos, eram desencadeadas a partir daí novas interlocuções.

[145] Também eram freqüentes as visitas de membros das agências de Cooperação Internacional.

3.2.3. Gestando alternativas para melhorar a vida do lugar

Nos sítios e nas comunidades algumas mulheres do Movimento se uniam para desenvolver pequenas iniciativas em âmbito local. Elas juntavam os saberes, os recursos, o trabalho e dividiam o que era produzido.

Na área da saúde, por exemplo, se reuniam na casa de uma delas para 'fabricar' remédios fitoterápicos. Receitas e ervas eram trocadas e socializadas. Em alguns lugares isso redundou na criação das 'farmácias caseiras' ou das 'farmácias comunitárias' (uma pequena farmácia de uso coletivo). Profissionais eram convidados para ministrar cursos sobre práticas de medicina alternativa (massagens, fitoterapia). Em alguns municípios ocorreram também reuniões com parteiras e com agentes de saúde.[146]

Uma outra preocupação das mulheres recaiu na segurança alimentar: hortas caseiras e comunitárias foram implementadas, oficinas sobre alimentação foram desenvolvidas. Em algumas reuniões da coordenação as mulheres aproveitavam a oportunidade para ensinar umas às outras o que tinham aprendido. Paralelamente às reuniões elas faziam pequenas oficinas de alimentação. Ganham destaque também, nesse período, iniciativas que objetivam fortalecer as atividades econômicas das mulheres, a exemplo da criação de galinha e do curso sobre manejo de pequenos animais.

3.2.4. As lutas das mulheres por Previdência Social Rural

Durante as décadas de 1980 e 1990 a Previdência Social ocupou um lugar central nas lutas das trabalhadoras rurais. Temos registro (GRZYBOWSKI, 1991) de que já em abril de 1982 as trabalhadoras rurais de Chapecó entregaram um abaixo-assinado com mais de 100 mil assinaturas ao Ministro da Previdência Social, exigindo, além de outros benefícios, o direito à aposentadoria.

[146] Em São José do Belmonte o Movimento realizou vários encontros com as parteiras, objetivando o reconhecimento e a capacitação dessas mulheres.

Durante os trabalhos da Constituinte houve uma extensa mobilização nacional envolvendo trabalhadores e trabalhadoras rurais, em torno das questões da terra e da reforma agrária e, também, dos direitos trabalhistas e previdenciários.

As trabalhadoras rurais, em diferentes lugares do país, participaram ativamente dessas mobilizações.[147] A partir do final dos anos 1980 a luta das mulheres foi pela regulamentação dos direitos conquistados.[148] Basta lembrar que só em 1992 foram regulamentados os dispositivos constitucionais relativos à aposentadoria e outros benefícios sociais. Mais tarde, em 1994, houve a regulamentação do salário-maternidade, porém, a autorização do pagamento do benefício só ocorreu em 1997.

Com a regulamentação dos dispositivos constitucionais houve uma grande alteração no sistema de proteção social para os (as) agricultores(as) que trabalham no regime de agricultura familiar.[149] Eles(as) foram considerados(as) segurados(as) especiais[150] e passaram a ter como piso do benefício um salário-mínimo, com acesso à aposentadoria, independentemente de serem chefes de casal ou não, em igualdade de condições com o cônjuge; a aposentadoria é por idade — os homens a partir dos 60 anos e as mulheres com 55 anos — e, diferentemente do trabalhador urbano, a carência é medida em tempo de trabalho rural e não em tempo de contribuição.

A comprovação da atividade rural é feita por meio de diversos documentos: de propriedade da terra (escritura, Imposto Territorial Rural), do uso da terra (contrato de parceria, arrendamento ou comodato), notas de venda da produção rural (bloco

[147] Entre outros documentos, ver as conclusões do I Encontro Nacional A Mulher e as Leis Trabalhistas, promovido em 1987, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, com o apoio dos sindicatos, das federações e confederações de trabalhadores. O documento foi elaborado em forma de proposição aos constituintes e contém uma sessão referente às trabalhadoras rurais. Ver também 'Uma carta aos constituintes', elaborada pelas trabalhadoras rurais no 1º Seminário Nacional da Trabalhadora Rural, em julho de 1988.

[148] Ver documento 'Trabalhadora rural reivindica aposentadoria aos 55 anos', elaborado pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano. Encontrei várias cartas, fax e outros documentos que atestam a maratona das mulheres pela regulamentação do salário-maternidade. No Sertão, as trabalhadoras rurais enviaram cartas ao Presidente da República e ao Ministro da Previdência, exigindo a regulamentação do benefício. Também participaram das mobilizações das trabalhadoras rurais em Brasília, por ocasião da votação do Projeto de Lei.

[149] Anteriormente à Constituição, era concedida a aposentadoria por velhice aos 65 anos, para ambos os sexos. Os valores correspondiam a 50% do salário-mínimo e as pensões por morte eram apenas 30% do salário-mínimo. As aposentadorias por velhice e por invalidez eram concedidas apenas aos chefes ou arrimo de família. As mulheres e os demais membros da família não tinham acesso aos benefícios. Ver Guilherme Delgado e Helmut Schwarzer (2000).

[150] "É o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e seu assemelhados, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem auxílio eventual e de terceiros (mutirão). Todos os membros da família (cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 16 anos de idade ou a eles equiparados) que trabalham na atividade rural, no próprio grupo familiar, são considerados segurados especiais". Instruções da Previdência Social (s.d.).

de notas do produtor rural) ou declaração expedida pelo sindicato de trabalhadores rurais, acompanhada de outros documentos nos quais conste a atividade a ser comprovada. A declaração do sindicato tem de ser homologada pelo INSS.

De forma geral, há uma avaliação muito positiva do impacto da Previdência na área rural.[151] Em alguns municípios a economia local foi revitalizada por conta dos benefícios recebidos. Além disso, se tomarmos a aposentadoria por idade como exemplo, o (a) beneficiário(a) passa a ter, pela primeira vez, uma renda mensal líquida, proporcionando uma melhoria na condição de vida de forma geral.

Guilherme Delgado e José Celso Cardoso (2000) observam que a regularidade, a segurança e a liquidez monetária que caracterizam os pagamentos previdenciários podem ampliar as oportunidades voltadas para o autoconsumo familiar ou para a geração de pequenos excedentes comercializáveis. Para os autores, o beneficio previdenciário parece desempenhar um papel expansivo no financiamento das estratégias familiares de sobrevivência nas zonas rurais e microurbanas.

Durante a minha estada no Sertão fiquei muito admirada com o papel que desempenham os benefícios previdenciários na vida das mulheres. Elas acalentam durante anos o sonho da aposentadoria. Cheias de expectativas, fazem projetos de uma vida mais decente e procuram seguir a orientação do sindicato: preparar a documentação. Entretanto, diante da burocracia institucional e das exigências legais do INSS (mais conhecido pelas mulheres como IES, INS), dizem que 'depende de sorte' ou 'só se Deus quiser' a pessoa pode se aposentar. Elas sempre conhecem uma vizinha, uma conhecida ou uma parenta 'que é uma mulher sofrida' que 'sempre trabalhou na roça', mas que não conseguiu ter acesso ao benefício.

Em geral, os (as) agricultores(as) não conseguem ter o domínio das exigências legais para ter acesso à Previdência. As lideranças sindicais possuem maior número de informações e procuram socializá-las nas reuniões, nas assembléias e nos atendimentos. Porém, sempre há incertezas e dúvidas acerca dos procedimentos legais:

> Um dos grandes desafios para o movimento é a burocratização dos processos da previdência. Mudam as portarias todos os meses e os sindicatos ficam trabalhando em função disto. A base tem diminuído porque

[151] Ver Guilherme Delgado e José Celso Cardoso (2000).

> o trabalhador está desacreditado, e o sindicato não tem respostas a não ser a previdência... os sócios também não querem falar de outra coisa. Chamamos para discutir o crédito eles vêm com o assunto do beneficio; vamos discutir a organização sindical, vem ele com as dúvidas da aposentadoria. Tá difícil.[152]

Uma das orientações e admoestações mais recorrentes é que homens e mulheres "preparem os documentos" e "se previnam antes". Ouvi inúmeras vezes os (as) sindicalistas e lideranças afirmarem que "não adianta dizer que trabalhou na roça a vida toda, o INSS quer os documentos". O que vale são "as provas documentais". Ao perguntar às lideranças e às mulheres qual a maior dificuldade para ter acesso aos benefícios, todos(as) eles(as) me respondiam em uníssono: a falta de documentos.

No Sertão de Pernambuco, até bem pouco tempo, a população pobre que desenvolvia atividades na agropecuária prescindiu de uma série de aparatos da modernidade que regulamentam as relações, as condutas e o trabalho. Estas eram baseadas nos costumes, nas relações de parentesco, compadrio, vizinhança e amizade. Os contratos e os acordos sempre foram verbais e pouco mediados por instituições. Estas eram acionadas num momento de conflito ou de extrema necessidade.[153]

Na minha compreensão, a Previdência Social cumpre, na área rural, a função de disciplinar as diferenças por meio de normas, procedimentos e exigências legais. Isto ocorre de diferentes maneiras e é também mediado por um imaginário que dispõe espaços, atividades e atribuições para cada sexo.

Há uma uniformização das exigências legais que não leva em consideração as diferenças inter e intra-regionais. Por exemplo, não é comum no Sertão de Pernambuco a venda de produtos agropecuários com notas fiscais. Posso citar ainda as exigências em relação à propriedade da terra. Há localidades em que prevalecem os minifúndios. Cada família dispõe de meio hectare ou no máximo de 1 hectare de terra. Isso se transforma em mais um obstáculo, pois para o INSS é impossível viver e trabalhar numa propriedade tão pequena.

---

[152] Presidente do STR de Carnaúba – Pe, *apud* Projeto CUT/CONTAG – Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil, p. 124.

[153] Na minha opinião, as formas de gerenciamento da população rural por meio da legislação, das informações, das estatísticas e da modelação da conduta são algo bem recente. Basta lembra que a partir dos anos 1930 a vida social, política e econômica do país passou a ser regida por um ideal de modernidade calcado na urbanização e na industrialização. A regulação da população rural do Nordeste ocorre quando ela assombra a cidade como uma população perigosa: os quilombos, o cangaço, Canudos, as ligas camponesas, as ocupações dos sem terra e os saques na época das secas.

É difícil enquadrar a complexidade das relações no campo, que envolvem diversas questões fundiárias e diferentes relações de trabalho, dentro das normas exigidas. Os (as) trabalhadores(as) se deparam com a burocratização e a normatização das suas experiências de vida e de trabalho. Como na área rural é impossível dissociar vida/trabalho/cultura, há uma regulação também das relações conjugais, familiares, de vizinhança e comunitárias.

3.2.5. As lutas para garantir a voz das mulheres

No Fórum da Seca

No período ora em foco, ocorreu no semi-árido nordestino mais um ciclo de seca, considerado pelos(as) estudiosos(as) um dos mais severos, abrangendo os anos de 1989 a 1993. Entretanto, diferentemente de outros períodos de seca, houve aqui uma articulação regional de ONGs, igrejas, sindicatos e outras organizações da sociedade civil, reunida numa instância chamada de Fórum da Seca. Cabia ao Fórum propor, discutir e encaminhar as ações coletivas de mobilização e protesto, como também formular alternativas de desenvolvimento para o Nordeste. O Fórum foi lançado em nível regional e também nas comunidades rurais.[154]

Em uma das reuniões da coordenação do Movimento as mulheres ficaram sabendo que o Fórum estava organizando uma caravana de pessoas para Recife, com o objetivo de conseguir uma audiência com o governador e realizar um ato público na Assembléia Legislativa. Cabia aos integrantes do Fórum buscar o apoio dos prefeitos e vereadores da região para a caravana. As mulheres discordaram dessa proposição e resolveram fazer um documento questionando o Fórum da Seca e o arco de alianças que contemplava diferentes forças políticas.

Encontrei no relatório da reunião (1991) a seguinte descrição:

> As companheiras se colocaram questionando esta posição. Cada trabalhadora falou dando o seu parecer e surgiu a proposta de um documento onde ficará registrado a posição do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central e que este documento deveria ser encaminhado para as entidades do Fórum e STRs. Foram levantadas

[154] Em vários relatórios há referências às ações do Fórum da Seca.

> as implicações que encaminhar um documento desse nível poderia provocar tanto para as entidade do Fórum como para os sindicatos e que as mulheres conseqüentemente iriam enfrentar dificuldades. Pela primeira vez no Pólo, as trabalhadoras rurais estavam propondo um documento de questionamento ao movimento sindical.

No documento as mulheres interpelam o Fórum da Seca e discordam dos encaminhamentos tomados. Um primeiro ponto se refere à conjunção de forças sociais, que inclui prefeitos, vereadores e setores organizados:

> Não compreendemos nem aceitamos a posição de juntar 'raposa com galinha', isto é, pedir transporte, apoio financeiro e político aos prefeitos e vereadores do PFL para ir a Recife. Como podemos esquecer as divergências e nos aliar aos nossos inimigos? Não dá para fazer as coisas para ser nota nos jornais.

Elas reconhecem a legitimidade do Fórum da Seca, porém, advertem que alianças deveriam ser feitas num mesmo campo político:

> Concordamos que o Fórum da seca deve ter a capacidade de articular as forças políticas da sociedade, mas mesmo com fome, com sede, sem o menor atendimento por parte do Governo Federal, temos que manter nossa coerência e dignidade e articular forças políticas de oposição, não articular nossos inimigos e ainda conceder-lhes poderes, quando nos financiam os transportes.

Um segundo ponto de discordância diz respeito às decisões políticas. Para elas, decisões não deveriam ser tomadas pela direção, precisariam envolver outras instâncias e um maior número de trabalhadores(as):

> Achamos profundamente precipitado articular de imediato os diretores dos STRs, os prefeitos e vereadores, tudo ao mesmo tempo, em cima da hora. Achamos ainda, que esta idéia precisava ser discutida com os trabalhadores e os dirigentes e aí, juntos, decidiríamos sobre a participação ou não dos prefeitos e vereadores do PFL (...) Consideramos esta decisão precipitada e cupulista. Decisão esta que só passou pelas direções. Para nós, isto é Movimento de dirigentes e não de trabalhadores.

As mulheres também avaliam que as ações coletivas de pressão e mobilização não têm tido sucesso. Ao concluir o documento elas asseveram que é preciso lutar para garantir a voz dos homens e das mulheres nas decisões que tocam a vida e a participação política:

> Precisamos lutar para garantir a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras, precisamos garantir A VOZ dos homens e das mulheres nas decisões que tocam nossas vidas, para juntos conseguirmos VIVER, FALAR CRESCER e ORGANIZARMOS nossas vidas, nossas decisões e nossas lutas.

Almeida (*op. cit.*) conta a repercussão política que o documento causou:

> Derrubamos a proposta da audiência, mas os dirigentes vieram em cima do movimento de mulheres com muita raiva, dizendo que a gente estava ousando desmanchar uma proposta dos homens. Foi uma carga muito forte contra nós. Fizemos o documento para ser distribuído com toda a imprensa e o conjunto das entidades sindicais, mas os diretores do pólo sindical quiseram proibir a divulgação do documento. Eu lhes disse que só se morresse ou se as mulheres viessem de novo e dissessem que eu não distribuísse o documento. Eles me fizeram reunir todas as mulheres de novo. Mobilizaram todos os veículos do pólo sindical e fomos às comunidades, atrás das mulheres. Elas voltaram a se reunir só que, desta vez, com muito mais raiva. Acharam tudo aquilo um grande desrespeito. Concluíram que os homens tinham o direito de fazer os documentos que quisessem, mas elas não. E confirmaram a decisão: o documento seria divulgado sim. E foi mesmo (ALMEIDA, 1999, p. 96-97).

Pela primeira vez as mulheres expressaram publicamente as divergências com o movimento sindical. Até então as dissensões não tinham ultrapassado a soleira das salas de reuniões e encontros. Nesse momento não mais os homens falam em nome das mulheres, nem tampouco as mulheres usam o sindicato para falar das suas vidas, nesse documento as mulheres se posicionam publicamente como Movimento na cena política e falam em nome próprio. Querem discutir, decidir e encaminhar as ações a respeito de um tema que afeta a vida de quem mora no semi-árido: o fenômeno da seca. Além disso, tecem duras críticas contra a forma de organização do Fórum da Seca.

O relato de Almeida *(op. cit.*) conta os desdobramentos do documento: os homens pressionaram para que elas mudassem de opinião ou que não divulgassem o documento para a imprensa. Uma nova reunião foi feita, entretanto, elas se mantiveram firmes na decisão.

Contra a exclusão de uma participante do Movimento de uma chapa sindical

Durante uma reunião da coordenação do Movimento, na qual trataram mais uma vez da relação com o movimento sindical, as mulheres souberam que, nas discussões para a composição de uma chapa única para concorrer às eleições do STR de Serra Talhada, os integrantes, todos homens, não aceitaram a participação de uma liderança do Movimento. O motivo alegado era a forma como ela conduzia a sua vida sexual e amorosa. Uma participante fez, então, a seguinte poesia:

O preconceito e o mal

Ao chegar ontem aqui
Sem de nada saber
Fui logo surpreendida
Pois não pude me conter
O problema da companheira Maria
Que não devia acontecer

A nossa companheira que eu
Tenho grande admiração
Foi excluída de entrar
Na chapa da eleição
Do sindicato pois ela
Foi vítima de discriminação

Mas para que acontecer isso
Pra que tanto preconceito
Pois qualquer mulher
Merece todo o respeito
Porque o homem também erra
E só ele tem direitos

Sou contra tudo isso
Pois esse tipo de coisa não aceito
Porque qualquer mulher pode
E também tem direito
De assumir qualquer cargo
E todas merecem respeito.

(Carmelita, junho de 1993)

As mulheres ficaram indignadas, posicionaram-se contra a decisão da chapa sindical e prestaram solidariedade à liderança. Entretanto, não pararam aí. Decidiram convocar uma reunião para discutir a situação com a direção do sindicato e elaboraram dois documentos: um endereçado ao sindicato e outro enviado a diferentes organizações políticas (inclusive para agências da Cooperação Internacional que apoiavam projetos do sindicato). Escolhi este documento enviado para outras organizações para analisar.

As mulheres começam o documento apresentando Maria como trabalhadora e liderança política: *trabalhadora rural, dedicada e comprometida com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras.* Logo após, falam da sua situação conjugal e amorosa: *mulher separada de um marido que a maltratava e reprimia, envolveu-se amorosamente com o Presidente do STR de Serra Talhada*, *casado.*

Em seguida, elas contam que estava prevista a participação de Maria na chapa sindical, porém, teve seu nome *EXPULSO* por 14 homens que *consideram uma desonra a participação de Maria*, conforme verbalizaram. Elas chamam a atenção que o presidente foi escolhido novamente para participar da chapa e só *Maria teve sua vida violada por eles e foi punida, não podendo concorrer na composição da chapa.*

Ao final, as mulheres solicitam que as organizações enviem telegramas para o STR – Serra Talhada, repudiando a postura tomada. Li várias cópias de telegramas que foram enviados ao sindicato. Além disso, elas fizeram uma série de tentativas no município para que as pessoas não participassem das reuniões da chapa.

Nesse documento as mulheres discutem no espaço público um assunto pouco tratado no movimento sindical: a sexualidade e as relações entre homens e mulheres militantes. Além disso, elas rompem o silêncio e tornam públicos os preconceitos dos quais as mulheres são alvo dentro do movimento sindical, quando escolhem outras vivências amorosas e sexuais fora do casamento.

Nos encontros do Sertão Central a discussão sobre a sexualidade surgiu no início de forma tímida (geralmente vinculada à saúde e à reprodução), até aparecer como tema central do sétimo encontro, em 1992.[155] Nos encontros, com o apoio das feministas, as mulheres elaboram críticas às desigualdades de gênero e aos discursos hegemônicos sobre sexualidade. Também enfatizam que a sexualidade deve ser vista como uma dimensão da vida que precisa ser vivenciada *com prazer*. O Movimento encoraja as mulheres para que elas respeitem seus desejos, decidam e negociem com o (a) parceiro(a) *o que gostam, o que não gostam, digam o que sentem e o que querem*.[156]

Contudo, nas conversas que tive e nos comentários que ouvi no Sertão Central, ainda prevalecem discursos nos quais o exercício da sexualidade feminina deve se restringir ao casamento. Nas conversas com as mulheres jovens em Jatiúca, comecei a observar que 'volta e meia' alguém fazia referência a 'mulher direita'. Sexualidade e honra feminina se cruzam na classificação de uma mulher como 'direita'. É aquela que casa virgem, sai pouco de casa e cumpre depois de casada com as responsabilidades tradicionalmente atribuídas às mulheres: cuidar da casa, do marido, dos(as) filhos(as) e da roça. Também fazem parte desse corolário as restrições ao ir e vir das mulheres.

Entretanto, reconheço que seria simplificar demais afirmar que homens e mulheres estão presos às normas, atribuições e valores que delimitam o feminino e o masculino de um modo rígido e assimétrico. Também ouvi histórias nas quais

[155] Ver quadro sobre Encontros do Sertão Central – anexo 8.
[156] Relatório do sétimo encontro de trabalhadoras rurais (1992).

homens e mulheres elaboram combinações, elastecem as fronteiras e fazem novos rearranjos nas suas relações amorosas, sexuais e conjugais.

3.3. Buscando novos temas e conexões

Nesse terceiro período (1995-1997) praticamente não existem registros das reuniões da coordenação do Movimento.[157] Porém, ao analisar mais detidamente, é possível elaborar duas suposições: a) há uma crise em nível local, um esvaziamento de ações e um refluxo do Movimento; b) há uma mudança de estratégia, as lideranças e assessorias envidam esforços para fortalecer os vínculos regionais e com a América Latina e o Caribe. Uma outra alternativa é trabalhar com as duas suposições.

Por que eu falo isso?

Em 1996, após seis anos de trabalho, as mulheres realizaram o 1º Encontro Latino-Americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural, em Fortaleza-Ceará, que envolveu 230 mulheres — trabalhadoras rurais, assessoras e convidadas —, representantes de várias organizações e movimentos de 23 países. Entre outros temas, foi discutida a proposta de criação da Rede Latino-americana e do Caribe das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Data também desse período a participação de uma assessora do Movimento no Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Pela primeira vez, uma integrante do Movimento foi designada para representar as mulheres numa instância do Governo Federal.

Já em nível regional, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais lança a campanha *Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos.* Não ter documentos deixou de ser um problema individual e se tornou a porta de entrada para a discussão sobre o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e o acesso a direitos e à cidadania.

Ao cruzar as informações de relatórios de encontros realizados no período percebo que no Sertão Central as mulheres tentam efetivar a participação de outros

[157] Ver anexo 10.

segmentos sociais no Movimento: as crianças e os homens. Também introduzem uma nova ótica no tema da agricultura familiar: a relação com o meio ambiente. A seguir descreverei de forma sucinta três eventos que ilustram essas tentativas de implementar uma nova dinâmica no Movimento.

3.3.1. Lançando novas sementes

Em julho de 1995, o Movimento promoveu o 1º Encontro de Crianças Trabalhadoras Rurais. Como as mulheres traziam as crianças para os eventos, eram formadas creches que ficavam sob os cuidados de alguma colaboradora do Movimento. Pouco a pouco foram incluídas nessas creches algumas atividades relacionadas à vida das crianças. Os resultados desses trabalhos eram apresentados no final dos encontros. A novidade agora era um encontro destinado às crianças e que teve como tema *família, trabalho, escola e direitos.* Paralelamente, as mulheres também se reuniram e discutiram a educação dos filhos(as) e o trabalho das crianças. Havia na pauta do evento momentos nos quais os dois grupos apresentavam as suas reflexões.

Um outro evento foi um encontro de mulheres sobre Agricultura Sustentável, que contou com a assessoria de dois agrônomos que trabalham com agroecologia. O trabalho das mulheres foi discutido sob a perspectiva da participação e do poder de decisão em cada etapa do ciclo agrícola e da relação com o meio ambiente. Participaram também mulheres de outros municípios de Pernambuco que já desenvolviam experiências produtivas tendo como princípio a agroecologia. Além da abordagem do tema, houve uma inovação metodológica no encontro: as mulheres fizeram uma visita a um roçado, avaliaram a área, o plantio e elaboraram propostas de intervenção.

Por último, a realização do IX Encontro do Sertão Central, cujo tema foram as relações de gênero. A novidade aqui foi a presença dos homens; pela primeira vez eles participaram não só da abertura mas durante todo o encontro. Além de examinar as várias dimensões das relações de gênero na área rural, homens e mulheres identificaram *o que dificulta e o que facilita* as mudanças nesse campo. Ao final, homens e mulheres apresentaram as proposições para uma agenda de compromissos no tocante às transformações de gênero. Cada proposição foi

discutida e negociada. As crianças também discutiram esse mesmo tema em um grupo separado.

3.3.2. Quando a violência bate à porta

No fôlder *A violência contra a mulher é um obstáculo contra a evolução humana,* as mulheres anunciam o assassinato de Expedita Maria Lima, uma liderança integrante da coordenação do Movimento.

Após a morte dela, algumas mulheres contaram que Expedita vinha sendo assediada pelo sogro do seu filho já há algum tempo, porém, só confidenciou isso a algumas mulheres e mesmo assim pediu 'segredo'. Por não aceitar as investidas sexuais ela foi assassinada. O desfecho desse caso segue o mesmo itinerário das mortes violentas no Sertão. No mesmo dia a pessoa que cometeu o crime apareceu morta.[158] Depois de um tempo, os dois viúvos casaram-se entre si.

Vanete, ao falar da morte de Expedita, descreve que todas ficaram muito abaladas. Durante mais de seis meses elas não conseguiram se reunir. Quando o fizeram, realizaram um 'pequeno ritual' e combinaram que esse tipo de segredo não seria mais guardado.

O fôlder está organizado em quatro partes. Na primeira, denominada *O que fazer para enfrentar a violência,* a ênfase é na denúncia, independentemente da natureza da agressão — *física, psicológica, moral e institucional* —, ainda que esta seja dentro do círculo familiar — *pai, irmão ou marido*. Destacam a promoção de campanhas de combate à violência contra a mulher e concluem este item citando a Constituição brasileira: *homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações*.[159]

Na segunda parte, sob o título *Denunciar,* elas definem a violência contra a mulher como *toda ação que produz a desvalorização do feminino, sutil e declaradamente.* Tecem explicações sobre os motivos da violência — *são expressões de um relacionamento forjado na força, na brutalidade, na humilhação, na degradação humana* — e novamente apontam que *denunciar, gritar e contar para as companheiras*

[158] Pairam dúvidas se foi um suicídio ou um homicídio.
[159] Artigo 5º, inciso 1, da Constituição Brasileira.

são as ações fundamentais para a mudança de relações opressoras. As mulheres asseveram que caso isso não seja feito estão pondo em risco as suas próprias vidas.

Na penúltima parte — S*ó lamentamos* —, elas falam de Expedita e da convivência com ela durante aqueles anos. Destacam os aprendizados, as dificuldades e o crescimento conjuntos. Manifestam o carinho e o respeito pela forma como Expedita buscava seu próprio caminho e mencionam como ficaram comovidas: *isso nos faz chorar e refletir com mais força sobre a nossa situação como mulher discriminada, perseguida, desrespeitada e oprimida por ser mulher.* Por último — com o título V*ocê sabia?* — as mulheres apresentam alguns dados sobre violência, falam da impunidade e de como a violência ainda é tida como algo natural.

Nesse fôlder as mulheres recorreram a uma determinada vertente feminista que compreende a violência contra a mulher como fruto das relações opressoras exercidas pelos homens sobre as mulheres. Nesta compreensão os homens sempre ocupam o lugar de algozes e as mulheres o lugar de vítimas. Esses discursos, além de dar uma definição de violência muito ampla, o que dificulta a implementação de programas voltados para esse tema, omitem os contextos específicos nos quais as agressões físicas, sexuais e psicológicas são utilizadas. A violência aparece como algo universal que atinge todas as mulheres indistintamente. Nesse tipo de discurso as mulheres comparecem como discriminadas, perseguidas, desrespeitadas e oprimidas.

Participei de uma oficina sobre o tema violência contra a mulher quando estive no Sertão. Era o segundo ano consecutivo que as mulheres escolhiam esse assunto para refletir, com o apoio de uma ONG feminista que trabalha nessa área. Pude perceber que além da conformação das assimetrias de gênero e dos padrões de masculinidade vigentes no Sertão, calcados na valentia e 'brabeza dos homens', as mulheres enfrentam muitas dificuldades quando se deparam com a violência. De um lado, há as próprias características da área rural: as casas e os sítios são muito isolados e as distâncias são grandes; de outro, a total ausência de serviços e programas especializados. Em todo o Sertão de Pernambuco só existe uma

delegacia especializada. Quando sofrem violência, as mulheres não têm onde ou como apelar.[160]

Na última reunião de que participei no Sertão Central (janeiro de 2003), novamente a história de Expedita veio à tona. Uma estudante de comunicação soube da história, ficou muito interessada em realizar um filme contando a trajetória de Expedita e apresentou a proposta para ser discutida no Movimento. No início as mulheres ficaram muito silenciosas, parecia que alguém tinha tocado num tema muito dolorido e constrangedor. Depois, calmamente, como se estivessem participando de um ritual religioso, uma a uma, foram se posicionando: *só aceitariam participar se a família de Expedita fosse consultada e também autorizasse a realização do filme.* Além disso, impuseram uma outra condição: *só falariam de Expedita como participante do Movimento, não tocariam na vida particular dela*. Porém, se dispuseram a facilitar o contanto entre a estudante e a família de Expedita. Bem, os (as) filhos(as) não aprovaram a idéia e não quiseram nem mesmo falar sobre o assunto.

3.4. Alinhavando os acontecimentos e re-contando as histórias

Uma das minhas suposições é que no período anterior as mulheres investiram no fortalecimento de laços além do Sertão. No período agora abordado (1998-2002), o foco é o Sertão Central, porém, há uma forte participação das mulheres em ações coletivas promovidas pelo movimento sindical e pelo movimento feminista.

As mulheres estiveram presentes na Marcha das Margaridas (agosto de 2000), que congregou 20 mil trabalhadoras rurais em Brasília, reivindicando empenho do governo federal no processo de reforma agrária e crédito agrícola para as trabalhadoras rurais. As mulheres marcharam contra a fome, pobreza e violência sexista.[161]

Também participaram, em 2002, das conferências estadual e nacional que redundaram na elaboração da Plataforma Política Feminista. Um outro destaque que muito alegrou a todas elas nesse ano foi a concessão do Prêmio Cláudia a uma integrante do

[160] O Movimento, junto com o Fórum das Mulheres de Pernambuco, está pressionando o Poder Público por programas e serviços especializados.
[161] Foi realizada em agosto de 2003 uma nova Marcha das Margaridas.

Movimento: Vanete.[162] Uma mulher de Conceição das Crioulas[163] participou da Conferência Internacional Contra o Racismo, na África.

3.4.1. Redesenhando o Movimento

Os relatórios manifestam preocupação com a retomada das ações locais do Movimento. Em 1999 as mulheres elaboraram uma agenda de trabalho com visitas em todo o Sertão Central. Buscaram o apoio dos sindicatos e de lideranças nos municípios para rearticular os grupos de mulheres nos sítios e comunidades.

Ao comparar esse período com os anteriores, entretanto, tornam-se visíveis algumas mudanças na forma de estruturação do Movimento. O planejamento e avaliação das ações passam a ser realizados uma vez por ano, geralmente nos primeiros meses. Nas demais reuniões as mulheres dedicam um dia para a reflexão de um tema e o restante é destinado às questões do Movimento (informes e encaminhamentos diversos). Geralmente, os temas das reuniões são desenvolvidos por meio de oficinas, com a participação de uma convidada de fora do movimento.[164]

Nas reuniões da coordenação parece que a participação se tornou mais flexível.[165] Há sempre um grupo de referência que está presente em todas as reuniões, entretanto, sempre há mulheres que estão participando das reuniões pela primeira vez. Também a dinâmica de organização dos grupos parece ser mais variada. Em alguns municípios, como Santa Cruz de Baixa Verde, as mulheres se reúnem a cada dois meses na sede local. Em outros, como Serra Talhada e Salgueiro, elas se reúnem nos sítios, chamados de grupo de base, e uma vez por ano há um encontro municipal. Em alguns municípios, como Flores e Serra Talhada, há uma coordenação municipal que se reúne a cada dois meses. Existem ainda municípios em que há um pequeno grupo composto por mulheres de vários sítios, que se reúne

[162] O prêmio foi criado em 1996 pela Revista Cláudia. A cada ano a revista premia cinco mulheres que pelo talento, perseverança e capacidades criam soluções originais. Na edição de 2002 foi analisado o impacto do trabalho de 800 mulheres, foram selecionadas 15 e agraciadas com o prêmio cinco mulheres.

[163] Conceição das Crioulas é uma área remanescente de quilombo, localizada no município de Salgueiro. Lá existe um forte grupo de mulheres negras que pertence ao Movimento.

[164] No ano de 2002 ocorreram duas oficinas: uma foi sobre auto-estima, coordenada pelo Programa de Apoio ao Pai Adolescente – PAPAI, e a outra foi sobre Violência Contra a Mulher, desenvolvida pelo Centro de Mulheres do Cabo (PE).

[165] Fiz algumas comparações entre as listas de participantes das reuniões nos períodos anteriores e nesta fase.

regularmente. No grupo de mulheres de Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro, existe uma peculiaridade: as mulheres se posicionam como mulheres negras trabalhadoras rurais Em cada município há uma pequena equipe de mulheres (2 a 4 participantes) que tem a responsabilidade de articular as demais e encaminhar as decisões do Movimento.

Além da organização das mulheres no Sertão Central, três outros temas ocupam as preocupações das mulheres nesse período e aparecem de diferentes formas: a Previdência, a documentação das mulheres, o semi-árido e o fenômeno da seca.

Se as discussões sobre o semi-árido e o fenômeno da seca mobilizaram as primeiras lutas e reivindicações do Movimento, elas são agora reatualizadas. Além das ações coletivas por políticas públicas, as mulheres têm desenvolvido iniciativas que levam em conta a preservação e o manejo dos recursos hídricos. Pelo segundo ano consecutivo estão desenvolvendo o *Projeto de convivência com o semi-árid*o, que prevê a aquisição de utensílios para armazenar a água, como também a revitalização de riachos e cacimbas. Tentam incorporar novas ações e reflexões que dêem conta das relações intrincadas entre gênero, pobreza, desenvolvimento e meio ambiente.

3.4.2. Vinte anos de lutas, organização e conquistas[166]

Em 2002 o Movimento fez 20 anos. Acompanhei todo o processo de preparação e execução das atividades de comemoração da data: visita e festa em Cachoeirinha da Penha — local onde ocorreram as primeiras reuniões; confecção de material alusivo à data (fôlder, convite, livro de fotografias, camiseta, cartaz e alteração na marca); realização do XI Encontro do Sertão Central; e uma festa com um jantar oferecido a convidados dos sítios e comunidades do Sertão e também representantes de movimentos e ONGs. Em cada reunião da coordenação essas atividades eram discutidas e reavaliadas.

Havia uma preocupação em reverenciar as primeiras mulheres que participaram do início do Movimento, bem como de recontar as histórias e os acontecimentos por

[166] Lema escolhido para as comemorações.

elas vividos. Detalhes e pedaços eram alinhavados, versões eram reinterpretadas, dúvidas eram sanadas. Juntas tentavam elaborar uma linha de história unitária, pontuada por dificuldades, aprendizados e conquistas. Às vezes o tom era de alegria, orgulho e satisfação, outras, a voz embargava e a tristeza se fazia presente. As mulheres consideradas as pioneiras — que já não fazem parte do Movimento — foram procuradas e convidadas para participar das comemorações. Ocupavam um lugar de honra, e em pelo menos três eventos foram homenageadas.

Participei de reuniões e encontros cuja pauta incluía a história do Movimento. Em alguns, pequenos trabalhos de grupo eram feitos (*o que você sabe sobre a história do Movimento),* em outros, as mulheres que já participavam há mais tempo do Movimento relatavam para outras. Esses relatos também surgiam nas ocasiões em que o material alusivo às comemorações era proposto e avaliado. Foram muitas as discussões, as negociações e as votações. Imagens e textos eram debatidos e em quase todas as ocasiões duas ou três votações eram feitas. Para a publicação do livro de fotografias, por exemplo, as imagens eram selecionadas e discutidas. Muitas imagens já faziam parte do arquivo do Movimento, outras foram trazidas pelas mulheres e em alguns casos novas imagens foram produzidas.

Dentre o material publicado por ocasião dos festejos escolhi para análise um documento: o fôlder que relata a trajetória do Movimento.

3.4.3. Reapresentando o Movimento

O fôlder comemorativo dos vinte anos do Movimento está organizado em duas partes, que incluem textos e imagens (fotografias e desenhos). A primeira está subdividida em três itens: *nossos vinte anos*, *nosso jeito de trabalhar, parcerias e apoios*. Na segunda parte, são abordados dois temas: *quem somos* e a *área de atuação e intervenção*

Em *nossos vinte anos* contam que no início participavam poucas mulheres e destacam o quão rapidamente atingiram outras comunidades e municípios do Estado. Descrevem ainda as estratégias adotadas para motivar e sensibilizar as mulheres e os sindicatos de trabalhadores rurais. Entretanto, reconhecem que não

sabem dizer quantas mulheres foram ou estão envolvidas com as atividades do Movimento, devido ao fluxo constante e às formas diferenciadas de participação. Também fazem menção à participação recente de homens e crianças nas discussões.

Descrevem as diferentes formas através das quais as mulheres conhecem o Movimento e as diversas estratégias de aproximação por elas adotadas, tais como material escrito (relatório, cartazes, livros, cartas e bilhetes), material audiovisual (vídeos, slides), fotografias, programas de rádio, música e poesia. Os grupos (nas comunidades e nos municípios), as reuniões da coordenação e os encontros do pólo são considerados pelas mulheres espaços de reflexão e de aprendizado**.** As comemorações do Dia Internacional da Mulher são consideradas dia de luta, festa e comemoração. Nesse dia, diferentemente do passado, quando as suas vozes nem em casa eram escutadas, as mulheres falam em praça pública.

Por fim, elas enfatizam que nos 20 anos tudo foi vivido com muita intensidade: *as discussões, os acordos e os desacordos, os planos e as realizações, as tristezas e as alegrias.* Também explicitam os aprendizados pessoais e políticos: a *conviver em grupo, nas comunidades, nos sindicatos e na luta política frente às críticas; a falar e a ouvir, a criticar e ser criticado, a respeitar e ser respeitado*. Chamam atenção ainda que aprenderam a ser liderança, a organizar e articular exercitando cada uma dessas dimensões no cotidiano do Movimento.

Quando se referem ao que denominam *nosso jeito de trabalhar,* elas descrevem o desenho institucional e o material produzido pelo Movimento. No item *parcerias e apoios,* registram como exitosas as relações com organizações feministas, sindicatos, ONGs e agências de cooperação internacional ao longo dos 20 anos do Movimento. Destacam ainda os intercâmbios realizados entre o Movimento e trabalhadoras rurais, escritoras, jornalistas e pesquisadoras de outros estados do Brasil e de outros países. Concluindo esse item elas salientam a contribuição do Movimento na criação de espaços e vínculos entre as trabalhadoras das comunidades rurais do Sertão do Brasil e de outros países.

Na segunda parte, ao responder *quem somos,* elas se definem como *mulheres trabalhadoras rurais que moram e trabalham no campo*. Logo após elaboram uma

classificação, que inclui faixa etária (17 a 65 anos), estado civil (casadas, solteiras, viúvas e separadas), número de filhos(as) (algumas com 2 e outras com até 21) e sindicalização.

Em seguida, falam da atividade produtiva e da posse da terra: *plantamos na nossa terra, ou na terra dos outros, alimentos para o nosso sustento.* Citam ainda outras atividades que elas desenvolvem associadas ao trabalho com a agricultura — *além do trabalho com a terra, somos parteiras, enfermeiras, professoras, agentes de saúde, artesãs, costureiras e fiadeiras de algodão.*

Por último, se definem como moradoras de um lugar e descrevem as precárias condições de vida — *por estarmos localizadas no semi-árido do Nordeste brasileiro são muitas as dificuldades em que vivemos: a fome, a falta de terra, a falta de sementes e a falta de políticas voltadas para o semi-árido*. Para finalizar, falam dos períodos críticos de seca, da dificuldade de acesso à água e da responsabilidade das mulheres em coletar água para uso doméstico.

Elas se posicionam como mulheres trabalhadoras rurais a partir do lugar onde vivem e trabalham, no caso, a área rural. Outros elementos vão sendo agregados nessa definição: a posse da terra, o tipo de trabalho desenvolvido na agricultura e a interface com outras atividades ocupacionais. São agricultoras, mas também são parteiras, enfermeiras, professoras, artesãs, costureiras e fiadeiras de algodão. Fica claro que a nomeação *mulher trabalhadora rural* para as mulheres do Movimento transcende a ocupação especificamente agrícola, diferentemente dos sindicatos e da Previdência, que vinculam essa noção exclusivamente ao trabalho na agricultura. As mulheres ressaltam os vínculos que mantêm com a agricultura, porém dão visibilidade a outras atividades que também desenvolvem.

Elas se situam como moradoras de uma região (semi-árido nordestino) marcada pelo fenômeno da seca, pela fome, pela falta de terra, de sementes e pela ausência de políticas sociais. Por fim, acentuam a responsabilidade das mulheres no esforço de obtenção de água para a família.

Ao enfocar o item *área de intervenção e atuação,* elas citam as comunidades rurais e os municípios, áreas de atuação do Movimento. Logo em seguida situam a ação

política e as mudanças que abrangem as suas famílias, as comunidades, as igrejas e os sindicatos.

As mulheres reconhecem que essas mudanças implicaram num novo modo de pensar as suas vidas, o trabalho, a alimentação, a sexualidade e a participação política. Salientam a presença delas nas diferentes arenas políticas e nas lutas por direitos, incluindo a Previdência e o crédito agrícola.

Por último, situam o horizonte político de suas ações: *ousamos pensar a vida a partir do que vivemos. Estamos tentando transformar todo tipo de violência, tudo o que nos oprime, nos discrimina e nos desrespeita.* O horizonte político das mulheres é simultaneamente enraizado nas suas vidas e nas relações sociais mais amplas. Não se reduz, portanto, às questões trabalhistas, agrárias, agrícolas ou previdenciárias.

No fôlder elas se posicionam como mulheres trabalhadoras rurais, mas principalmente como ativistas. A ênfase é na positividade do fazer político e das ações. Basta observar os verbos que utilizam para falar do seu agir político: *espalhamos, realizamos, fizemos, criamos, chamamos, construímos, avaliamos, planejamos, aprendemos, produzimos, fazemos, pensamos, discutimos, viajamos, trocamos, ensinamos, dedicamos, moramos, somos, plantamos, vivemos, enfrentamos, percorremos, atuamos, intervimos, desenvolvemos, pressionamos, lutamos e ousamos*. Nesse contexto de comemorações dos vinte anos do MMTR a opção, portanto, foi contar uma história vitoriosa e quase heróica, embora tecida por várias mãos, ações e tentativas de construir caminhos próprios.

Ao longo da análise deste capítulo fica evidenciado que a nomeação *mulher trabalhadora rural* é imbricada com a ação coletiva das mulheres e com a história do MMTR. Entretanto, em contextos discursivos específicos as mulheres se posicionam de diferentes maneiras: como mães, sertanejas, sofredoras, trabalhadoras da roça, mulheres, moradoras do Sertão, trabalhadoras, mulheres do campo, ativistas e também como trabalhadoras rurais. Também importa ressaltar que, mesmo desenvolvendo outras atividades ocupacionais, quando as mulheres se referem ao trabalho feminino na área rural elas priorizam as discussões sobre o trabalho feminino na agricultura familiar, ou seja, o 'trabalho na roça', mesmo quando este não é a sua atividade principal.

As mulheres conversam, discutem e decidem sobre temas variados. Elas conjugam um eixo de reflexões de cunho identitário e de conversas afinadas com uma agenda feminista, com as questões que dizem respeito às suas vidas como mulheres trabalhadoras rurais, que vivem em precárias condições de vida e residem na área rural do semi-árido pernambucano.

No que se refere à criação de vínculos entre as mulheres, o investimento político durante esses anos tanto ocorreu na estruturação do movimento em nível local como na articulação das mulheres trabalhadoras rurais em âmbito estadual, regional e internacional. Ora priorizam um âmbito, ora outro. Além disso, elas têm marcado presença em arenas políticas diversas, entretanto, a ênfase ainda é o movimento sindical e o movimento de mulheres.

Após toda esta trajetória resta-nos concluir este capítulo com algumas questões: o uso da nomeação *mulher trabalhadora rural* é indicador de mudanças na área rural? que implicações os usos dessa nomeação acarretam na vida das mulheres? as mulheres enfrentam dificuldades ao se posicionar como *mulheres trabalhadoras rurais*? ao analisar os usos da nomeação e a ação coletiva das mulheres é possível falar em processos de *empoderamento*?

CAPÍTULO 4

OS USOS DA NOMEAÇÃO *MULHER TRABALHADORA RURAL* NO COTIDIANO DAS MULHERES

> O movimento serve pra gente se desenvolver e entender muitas coisas. Pra gente ter esperança de com esse trabalho melhorar a situação de salário e de muita coisa. Aprendi a me desenvolver mais, participar junto, aprendi a falar, aprendi a amar mais as companheiras, a me comunicar, a saber que somos iguais e muitas, muitas coisas. Me sinto feliz porque antes disso eu era lesa, pra mim eu estava passando pela vida e não vivia, porque não andava, não conhecia ninguém, não tinha amiga, minha amiga era o cabo da enxada e hoje, eu tenho amigas e me sinto muito feliz. Pra mim o mundo existia mas nada havia, não tinha futuro. (*Uma história de mulheres*, p. 39)

Depoimentos como esse são freqüentes. Nas conversas, reuniões e encontros as mulheres costumam relatar as mudanças provocadas nas suas vidas a partir da participação no Movimento. Ao contarem suas histórias, o Movimento se transforma numa baliza que demarca a vida num 'antes' e num 'depois'. Ao ouvir os depoimentos ou ao analisar os relatórios eu ficava intrigada com duas perspectivas: parecia que as mulheres falavam menos de ganhos materiais e políticos e mais de aprendizados, de descobertas e de aquisição de novas habilidades; elas tomavam como referência uma noção pouco delimitada de *direitos da mulher* ou de *direitos iguais* para falar sobre uma infinidade de coisas como sair de casa, ser valorizada e respeitada, dividir os cuidados dos (as) filhos(as) e da casa com o companheiro, tomar iniciativa, participar de encontros entre outras coisas...[167]

Ao falar de mudanças elas incorporam a auto-estima, a liberdade de ir e vir, os vínculos interpessoais, além de uma nova compreensão sobre a própria vida e o mundo em sua volta. Se a princípio eu procurava entender e identificar as lutas e as

[167] Nos meus deslocamentos no Sertão, quando era possível, eu procurava conversar com os motoristas dos carros de aluguel sobre temas variados. Um dos meus temas favoritos era o deslocamento das mulheres dos sítios para a cidade. Geralmente eles diziam que antigamente as mulheres não saíam, mas agora elas têm mais liberdade. Em uma das conversas eu perguntei porque as mulheres possuem atualmente mais liberdade do que antes. Ele me respondeu: *é por causa desse negócio dos direito igual*.

conquistas das mulheres dentro de um ideário 'quase clássico' de movimentos sociais, que avalia o sucesso de um movimento com base nos ganhos materiais e políticos, no atendimento das reivindicações ou na capacidade de traduzir as suas demandas em políticas e serviços públicos, os depoimentos das mulheres me levaram além disso.

No capítulo anterior vimos que a nomeação *mulher trabalhadora rural* no Sertão de Pernambuco é imbricada com a ação coletiva das mulheres em nível local e com a construção de redes *movimentalistas* em diversos âmbitos. Estas redes congregam mulheres trabalhadoras rurais, assessoras, profissionais de ONGs, sindicalistas, e se alimentam de vínculos interpessoais, comunitários e políticos.

O foco da análise neste capítulo é verificar se os usos da nomeação imbricados com a ação coletiva estão favorecendo o empoderamento e a obtenção de direitos por parte das mulheres. Para isso, elaborei duas estratégias de análise.

- A primeira toma como referência os depoimentos das mulheres contidos no relatório do XI Encontro de Trabalhadoras Rurais realizado em novembro de 2002, por ocasião das comemorações do aniversário de 20 anos do Movimento. Dentre as atividades desenvolvidas no encontro, as mulheres discutiram em pequenos grupos as mudanças ocorridas na vida das trabalhadoras rurais e nas relações de gênero no Sertão a partir da ação do Movimento. O resultado dessa discussão é apresentado no relatório a partir de três temas: aprendizados, conquistas e dificuldades. Organizei estes temas em três quadros de visualização (anexos 11a, 11b,11c), agrupados nas seguintes categorias: ter respeito, confiança e estima; ter voz; ir além da casa; lutar por direitos; fazer político e acesso a recursos e políticas.
- A segunda estratégia trata mais diretamente do esforço das mulheres na aquisição de documentos pessoais e profissionais e na inclusão da profissão de trabalhadora rural nesses documentos. Ter documentos (pessoais e profissionais) em que conste a profissão de trabalhadora rural é um dos requisitos legais para ter acesso a direitos, especialmente à Previdência Social. Para abordar esse esforço tomei como foco principal de análise as entrevistas. Considerei principalmente as conversas e trechos de depoimentos sobre a profissão e a documentação. Organizei estas informações em três quadros: o primeiro, *a*

história dos documentos das mulheres, traça um pequeno histórico dos documentos — quem ajudou a providenciar, documentos que não possuem, dificuldades e as instituições citadas (anexo12a) ; no segundo, *as mulheres e os documentos de propriedade da terra*, identifiquei quem é o (a) proprietário(a), a quem pertence legalmente a terra e como foi adquirida (12b); no terceiro quadro agrupei os depoimentos das mulheres sobre *a inclusão da profissão nos documentos* (anexo 12 c).

4.1. Os aprendizados, as conquistas e as dificuldades

São esses três temas acima que, transformados em questões, orientam as conversas das mulheres quando elas se propõem a avaliar o impacto do Movimento nas suas vidas. Falar do Movimento é se remeter à vida cotidiana e às labutas diárias. São histórias sobre as experiências de solidariedade, de cooperação e também de conflito que afetam as mulheres, suas famílias, vizinhos(as) e amigos(as). Entretanto, as repercussões dessas ações ultrapassam o âmbito local e alteram também as relações mais amplas.

Ter confiança, respeito e estima

Quando as mulheres falam que aprenderam a ter confiança, respeito e auto-estima, elas elaboram uma linha de história na qual recorrem a metáforas para demarcar as mudanças nas suas vidas após a participação no Movimento: a*cordei para a vida; vivia acorrentada; não tenho mais pano na boca; era cega e não enxergava; me libertei do medo da escravidão*. Acordar, enxergar, falar e se libertar são alguns dos verbos utilizados provavelmente para dar conta dos conhecimentos e informações adquiridas, da capacidade de se posicionar criticamente, da liberdade de ir e vir e de poder falar, expressar e formular idéias.

Elas dizem que aprenderam a levantar a cabeça, ter força de vontade, ter auto-estima e vencer os preconceitos. Entretanto, elas situam que estes aprendizados foram adquiridos na ação coletiva e nas lutas sociais.

Na fala das mulheres é possível perceber a instauração de novos discursos sobre as mulheres calcados, sobretudo, na positividade dos atributos ditos 'femininos', na afirmação dos direitos das mulheres e na crítica aos valores e normas que desvalorizam, inferiorizam e depreciam as mulheres.[168] Elas dizem ainda que aprenderam novas informações sobre os 'direitos da mulher' *(aprendi que tenho direitos e comecei a ver as coisas diferentes; aprendi a respeitar e valorizar nossos direitos; aprendi a me defender e a defender outras mulheres) e* sobre temas que dizem respeito às suas vidas *(antes eu não sabia o que era violência).*

Estes aprendizados e conquistas também repercutem na família, na relação com o companheiro/marido e com os (as) filhos(as). Estas repercussões não são tranqüilas: conflitos, tensões e quando possível novos pactos de convivência com o marido/companheiro e filhos(as) são estabelecidos*: meu marido me maltratava e gastava tudo que eu ganhava; os filhos hoje estão me dando muita força; não somos obrigadas a andar nem viver com homem que não presta; enfrentei dificuldades dentro da família (...) tive muitas conquistas e muitos altos e baixos.*

Ter voz: formular, expressar idéias e opiniões

As mulheres assinalam que anteriormente não era possível dar opinião nem em casa; elas aprenderam a falar e a não ter vergonha de manifestar as suas idéias e opiniões em vários espaços. Isto envolve reconhecer que no espaço público há um *jeito* de falar, que este *jeito* se aprende e que apesar disso as pessoas se expressam de diferentes formas. Implica também em adquirir novos repertórios lingüísticos e superar o medo de *falar errado*:

> ... eu aprendi que cada pessoa fala do jeito que quer e do jeito que sabe, né? Eu pensava assim: mas eu não sei falar as minhas palavras, eu não tenho palavras. Era a minha maior preocupação, era eu não ter palavras bonitas. Eu via aquelas pessoas com aquelas palavras bonitas e eu não tinha aquelas palavras bonitas pra pronunciar; ai Virgem Maria, eu achava chato, eu achava chato mesmo a hora da avaliação e a hora de se apresentar. Hoje eu nem ligo mais (...) já sei falar e que sempre soube. Aí as palavras bonitas sai na boca de qualquer um e todo mundo entende, né?

[168] Uma vez Vanete me contou que num tiroteio em Serra Talhada um homem gritou para uma mulher: *sai da frente que eu não vou perder uma bala com uma mulher*. Num relatório de uma reunião de mulheres que ocorreu no STR de Serra Talhada em março de 1983, encontrei a seguinte observação: "sendo na sede do sindicato, alguns homens chegaram à porta e entraram na discussão e tomaram totalmente a palavra das mulheres. Dominaram a discussão, a ponto de o esposo de uma delas responder, quando nominalmente a esposa foi interpelada, que ela não entendia de nada do sindicato e que não saberia responder".

> porque quem não entende o nosso português, né? então eu aprendi isso: sou brasileira, tenho o meu português, é um pouquinho difícil mas as pessoas sabem o que eu tô falando, então vou tirar isso de mim, e tirei mesmo, hoje falo na hora que eu tenho oportunidade de falar, eu falo, falo, falo, falo e não quero nem saber (Mariana, entrevista, 2002).

Na fala de Mariana sobre o medo de *falar errado* também está presente o medo de não ter o manejo 'correto' da língua portuguesa, de não saber falar "o português" ou até mesmo de que as pessoas não entendam o que ela fala. Na minha compreensão, no depoimento de Mariana é possível destacar dois aspectos. O primeiro diz respeito ao pequeno acesso das mulheres às esferas públicas, nas quais se exige competência para formular, argumentar, intervir, discordar, negociar e apresentar propostas. O segundo aspecto é que nessas esferas há uma valorização do domínio formal da língua em detrimento do jeito de falar no dia-a-dia das pessoas, que tem acentos diferenciados por classe, região, gênero, escolaridade, acesso a bens culturais, etc.[169] Além disso, como a área rural — e o sertão mais especificamente — ainda é tida como sinônimo de atraso e subdesenvolvimento, isso se estende também para as competências do uso da língua. Quem mora na área rural ainda é considerado *matuto* e que *fala errado*.[170]

Ir além da casa

As pesquisas sobre a agricultura familiar tendem a assinalar o padrão rígido e assimétrico das relações de gênero. Os (as) pesquisadores(as) ressaltam que as mulheres são confinadas ao espaço da casa, do roçado e da comunidade onde moram. As mulheres se defrontam com ordens morais de gênero que impõem duras restrições ao ir e vir.

Se o espaço socialmente atribuído às mulheres na área rural está circunscrito à casa, ao grupo familiar e à comunidade a que pertence, cabe aos homens lidar com outros espaços sociais. Isso significa usufruir a liberdade de ir e vir e poder circular em outros lugares, comunidades vizinhas e cidades. Como compete aos homens a gestão da unidade familiar, a aquisição de equipamentos para o trabalho, a

[169] Lembro aqui dos trabalhos de educadores que denunciam que o sistema educacional brasileiro, além de não levar em consideração a competência lingüística das crianças das classes populares, tende a incutir que elas falam errado, pois não dominam o padrão culto da língua portuguesa.

[170] Uma das definições de Houaiss para matuto: "diz-se de ou indivíduo que vive no campo e cuja personalidade revela rusticidade de espírito, falta de traquejo social; caipira, roceiro, jeca".

comercialização dos produtos e o comércio de terras, eles desfrutam de espaços e de relações inerentes a estas atividades – o comércio, a feira, as exposições, os bancos, além de órgãos públicos e programas governamentais que tratam destas questões (como, por exemplo, secretarias de agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar). Além disso, homens jovens e adultos têm mais liberdade do que as mulheres para sair, beber com os amigos, ir as festas e jogos, não necessariamente acompanhados da família.

No meu entender, a análise feita acima se transformou quase num modelo ideal para pensar as relações de gênero na área rural e particularmente na agricultura familiar. Entretanto, ela deixa de fora os conflitos, as tensões, as fissuras e como homens e mulheres negociam e barganham novas posições e lugares. Também não aborda a variedade de modos de organização familiar na área rural — que não corresponde ao modelo de pai, mãe, filhos e filhas — e as diferentes formas de organização da produção familiar.[171]

Sair de casa para as mulheres aparece como um aprendizado e uma conquista. No rol das conquistas elas incluem trabalhar fora de casa e ter liberdade para viajar, participar de encontros e passear.

Quando elas falam que aprenderam a sair de casa, geralmente ressaltam três aspectos. O primeiro é o desvencilhamento dos serviços e das responsabilidades domésticas: destacam que aprenderam a *largar a casa para ir aos encontros* e *a importância das trabalhadoras rurais saírem do fogão,* enfatizam que *as mulheres não nasceram só para ficar em casa, se ficar só em casa não aprende nada*. O segundo aspecto se refere aos vínculos interpessoais fora da família e da comunidade; além de conhecer pessoas novas elas são reconhecidas e valorizadas fora do espaço da casa. O terceiro aspecto diz respeito à liberdade de forma mais ampla, que inclui a*ndar sozinha e ser livre para sonhar, andar, falar, pensar e viajar.*

[171] Há mulheres morando com os (as) filhos(as), mulheres solteiras morando sozinhas, mulheres solteiras morando com os irmãos, mulheres morando com os pais e filhos(as); e há pais morando sozinhos, cujos(as) filhos(as) residem na mesma propriedade ou em outro município, dentro ou fora do estado.

Celi Regina Pinto (1992), ao enfocar os movimentos sociais como espaço privilegiado de ação política enquanto sujeito político, considera que a mulher deixando de atuar nos limites do privado provoca novas situações no interior da família e das relações informais de vizinhança e amizade. Para a autora, há uma redefinição

> ... da posição da mulher não somente na relação direta com seu companheiro, pais, familiares, mas lhe dá uma posição diversa entre suas relações de amizade e vizinhança o que, por sua vez, redefine a própria relação ao nível público (p. 34).

Entretanto, mesmo que as mulheres reconheçam que aprenderam a sair de casa e transitar em outros espaços, elas ainda enfrentam muitas dificuldades. Poderíamos dizer que esta ainda não é uma conquista plenamente estabelecida para as participantes do MMTR e muito menos para todas as mulheres. Nos depoimentos é possível identificar três tipos de obstáculos: a distância e o acesso a transporte; a falta de apoio da família; as críticas da comunidade.[172]

Para transitar além dos sítios e das comunidades as mulheres lidam com as distâncias e a dificuldade de acesso a transporte, além dos gastos financeiros com as viagens.[173] Como não existe na área rural regularidade do sistema de transporte, as pessoas dependem dos proprietários de carros particulares para se locomover. Há escassez de transporte, intermitência na oferta de horário ou dias, veículos que não oferecem segurança aos (às) passageiros(as).[174] As mulheres enfrentam uma verdadeira maratona para participar de um evento fora da comunidade onde moram. Às vezes andam longas distâncias a pé para poder pegar uma ou mais conduções. Há locais que só dispõem de transportes uma ou duas vezes por semana e por conta disso algumas mulheres chegam um ou dois dias antes do evento; e nem

---

[172] As mulheres usam o termo comunidade para falar do local em que moram. Abrange a localização geográfica propriamente dita e as redes de relações de parentesco, vizinhança e comunitárias.

[173] O MMTR costuma pagar as passagens das mulheres para participar dos eventos. Como o recurso é repassado no final da atividade, muitas vezes elas não conseguem o dinheiro para chegar até o lugar da reunião. Quando isto ocorre, ou elas pedem dinheiro emprestado à família ou a alguém da comunidade, ou deixam de participar do evento.

[174] Geralmente os carros são muito antigos, não oferecem segurança, andam apinhados de pessoas e pouco respeitam os limites de velocidade ou as leis de trânsito. Nas comemorações do Dia Internacional da Mulher em 2001, um carro que ia levando uma delegação de mulheres para o evento sofreu um acidente. As mulheres contaram que na comunidade algumas pessoas falaram: *quem mandou sair de casa*. Demorei muito para me 'acostumar' com os transportes do Sertão e isto incluiu tentar 'esquecer' por um tempo o que aprendi sobre segurança no trânsito.

sempre há oferta de transporte quando a atividade se encerra, muitas só retornam um ou dois dias depois. Isto implica ficar ausente de casa por quatro ou cinco dias, mesmo que uma reunião só dure dois ou três dias, o que repercute nas relações com os (as) filhos(as) e com o companheiro, afetando também o seu trabalho na agricultura.[175]

Já na família muitas se deparam com a franca oposição ou com a falta de apoio do companheiro/marido e/ou dos(as) filhos(as). Elas se queixam que não têm com quem deixar os (as) filhos(as), que há pouca ou nenhuma divisão dos serviços domésticos e das atividades que desenvolvem. Há sobrecarga de trabalhos e é difícil conciliar sua atividade em casa e no roçado com o ativismo político.

Um outro tipo de obstáculo está relacionado com as ordens morais de gênero. Não só a família, mas também os (as) vizinhos(as) e a comunidade delimitam e restringem o ir e vir na área rural:

> Nas comunidades tem "crítica" quando a gente vai sair, dizem: "oxem" menina, pra onde tu vai? Que tanta viagem é essa, chama de vadia, desocupada, perdeu o amor dos filhos, do marido, de tudo, não é mais aquela mulher responsável que era antes, e as companheiras, algumas dizem: ah! Aquela não respeita mais o marido não nessas alturas, mas a gente explica a elas o que a gente faz nesse movimento, de qualquer maneira não é o que alguém pensa, e sempre tem as críticas, mas o movimento não deixa de crescer por causa disso (UMA HISTÓRIA...,1994, p. 34).

É curioso observar que as participantes afirmam que as próprias 'mulheres da comunidade' são as que tecem criticas e cuidam para que os limites à mobilidade das mulheres se mantenham. Percebi, todavia, que as mulheres não enfrentam obstáculos quando saem de casa para resolver problemas relacionados a saúde, educação, trabalho ou a qualquer outra questão relativa à família. Joana, por exemplo, diz que o marido não a deixa dormir fora de casa para participar de

---

[175] Parece-me que os homens também encontram dificuldades em conciliar suas atividades agrícolas com a participação política. Participei de uma assembléia do sindicato para a escolha de delegados(as) para um congresso em Recife e alguns homens não se dispuseram a ir já que a viagem, por ser muito longa, demandaria que eles se afastassem das suas atividades durante vários dias. Esta situação fica mais difícil no período de plantio e colheita. Num depoimento da dissertação de Dulcinéia Pavan (1998) sobre as mulheres do Assentamento Rural em Promissão (SP), uma trabalhadora também se refere a essa mesma questão: (...) *se eu for ficar indo em reunião do Movimento quem vai trabalhar no meu lote para mim? Além do mais meu marido era da Nacional e ficava até 15 dias fora de casa (...) agora, essa história de reunião a gente já conhece faz muito tempo. Não adianta ir numa reunião hoje achando que é só aquela. Atrás de uma reunião tem um projeto. É aí que a coisa pega ...* (p. 99-100).

reuniões e encontros, mas não se importa quando ela viaja para 'pagar promessa' ou acompanhar alguém que está doente.[176]

As dificuldades se instalam quando as mulheres transgridem os espaços delimitados socialmente para elas e assumem novas posições: não estão totalmente absorvidas com as suas atribuições como mãe e esposa; estabelecem novos vínculos interpessoais fora da família e da comunidade; desenvolvem novos interesses e posturas diante das suas vidas e do entorno à sua volta.

Além disso, parece que na restrição ao ir e vir das mulheres também se consubstancia o controle da sexualidade feminina. Uma vez, conversando com as mulheres numa reunião sobre esse assunto, quase todas tinham uma história para contar. As pessoas dizem que elas *vão namorar, vão botar chifre no marido* ou que elas *não têm nada para fazer.* Uma delas me disse*: oxem, mulher! o povo diz que Zé não é filho do meu marido e sim do presidente do sindicato*.[177]

Se há mudanças demográficas acerca do número de filhos das famílias na área rural e um discurso favorável ao uso de contraceptivos, no que se refere ao exercício da sexualidade feminina ainda é mantido dentro dos marcos da união conjugal.[178] Há muitas resistências ao exercício da sexualidade fora dos limites do casamento.[179] Para as mulheres jovens, quando isso ocorre, várias estratégias são organizadas.[180] Cito aqui algumas delas. As meninas contam aos vizinhos, à mãe ou a alguém da família para que se tome alguma providência, especialmente quando elas suspeitam que estão grávidas. A família tende a pressionar o rapaz com ameaças veladas ou

---

[176] Parece que mesmo a participação nas atividades religiosas não pode fugir ao que é comumente aceito. Duas jovens me falaram que elas saem muito de casa para participar dos eventos da igreja católica e por conta disso as pessoas dizem que elas *são mulheres do padre.*

[177] Na dissertação de mestrado de Lindalva Cruz (1999) sobre o movimento de mulheres do Brejo paraibano, há vários depoimentos nos quais esse tema também aparece. Num deles uma trabalhadora afirma: *na minha comunidade era triste, todo mundo dava conta da minha vida, pra onde eu ia sair, a hora que eu chegava... chamavam meu pai de frouxo, porque deixava eu sair, minha mãe, chamavam de depravada porque não controlava a filha, eu fiquei discriminada na comunidade* (p. 120-121).

[178] Sobre as mudanças demográficas e o uso de contraceptivos na área rural ver Ana Paula Portella (2002).

[179] Como já falei, há muitas mulheres vivendo sozinhas na área rural. Entretanto, há uma vigilância para que elas, mesmo separadas, viúvas ou solteiras, não exerçam a sexualidade fora da união conjugal. No relatório do sétimo encontro do MMTR (1992), cujo tema foi a sexualidade, as mulheres fizeram uma lista de proibições existentes a esse respeito. Entre elas: *mulher separada fazer sexo na sua casa com outro homem; mãe solteira; sexo sem casar.* Para Portella (*op. cit.*), no contexto da agricultura familiar qualquer mudança no casamento e na família parece ser dramática.

[180] Estou levando em conta as minhas observações etnográficas e as entrevistas. Ver especialmente, no anexo 2, as entrevistas com Joana, Valentina, Clara e Geni. Quando morei em Jatiúca pude acompanhar mais de perto a história de uma garota de 13 anos que ficou grávida do namorado e as estratégias que a família montou para que ela fosse morar com ele.

explícitas para que se case (isto tanto pode significar a legalização dos laços, ou o casal morar junto numa casa ou morar junto com alguém da família). Se o rapaz não quer casar ou não há meios para que isto ocorra, a garota pode sofrer diferentes tipos de sanção: sair da casa dos pais, ser submetida a castigos físicos ou morais — ser espancada, ficar sem sair de casa, deixar a escola. Entretanto, isto não significa que a garota não possa se casar posteriormente com outra pessoa.

Apesar das mudanças na área rural, sexualidade feminina e honra familiar ainda estão amalgamados.[181] E a comunidade exerce vigilância para que assim continue, utilizando entre outros instrumentos a fofoca.[182] Ficar 'falada', ser alvo de comentários dos(as) vizinhos(as) e conhecidos(as), 'não ser considerada uma mulher direita' são algumas das artimanhas que homens e mulheres utilizam para impor limites ao ir e vir das mulheres.[183]

Lutar por direitos

Quando as mulheres referem que aprenderam a lutar por direitos, isto abrange a luta por igualdade de gênero (*os homens e as mulheres têm direitos iguais*) e o acesso a uma gama diversa de direitos.[184] O que está presente em uma ou outra acepção é que cabe às mulheres exigir e lutar por seus direitos: *aprendi* a *exigir os meus direitos na sociedade* (...); *aprendi a ter direito ao conhecimento e ir atrás do que é meu*; *nós mesmas é que devemos lutar por nossos direitos.*

[181] São poucas as pesquisas sobre sexualidade na área rural e particularmente sobre sexualidade feminina e honra familiar. Reconheço que é um tema que merece ser mais bem aprofundado, entretanto, foge aos nossos objetivos no momento enveredar por esse tema. Cruz (1999, p. 61) reproduz um trecho de um relatório do Movimento do Brejo paraibano no qual uma trabalhadora da Paraíba também se refere à vigilância da comunidade: *temos que enfrentar ainda nossos vizinhos, depois de quatro anos de caminhada as pessoas ainda nos chamam de mulheres desocupadas, dizem que lugar de mulher é no fogão cuidando das panelas. Chamam-nos de doidas, vadias, beatas, mulheres sem governo, que o marido perdeu o controle, vão para onde querem, mulheres soltas no mundo.*

[182] Catarina Tanaka (2003) aborda que a fofoca tem um aspecto paradoxal: ao mesmo tempo em que gera constrangimentos, favorece a interação e o entretenimento. Tem especial importância no campo da interação social. Entretanto, é também um instrumento de controle social; através dela podem ser reafirmados os valores e as normas de um grupo.

[183] Também há um controle para que os homens não deixem as mulheres sozinhas em casa. Ouvi de um sindicalista que algumas pessoas da comunidade foram avisar que ele estava saindo muito de casa para ir às reuniões e que se ele não tivesse cuidado *iria levar chifre da mulher*.

[184] Não entrarei aqui na discussão feminista sobre igualdade e diferença. Para uma análise fascinante sobre estas questões ver Joan Scott (1999; 2002). Ela mostra, por exemplo, como as feministas podem recorrer ora à *diferença* ora à *igualdade* na sua prática política.

É a este ideário que as mulheres recorrem para redefinir as relações na família e na comunidade, como também para formular reivindicações no âmbito da eqüidade de gênero:

> Nós temos muito por que lutar e porque nós temos muito o que fazer e por que lutar é que nós estamos na praça. Tem uma palavra de uma companheira Antonia da Cruz da Paraíba que ela diz que toda vez que saía de casa o marido dizia que ela ia arranjar namorado e ele dizia assim: por que você não pára em casa? Ela respondia: eu saio de casa porque tenho muito o que fazer. Minha luta é em casa e minha luta é fora de casa. E nós que estamos nessa organização ficamos muito felizes em escutar as mulheres dizer que nós temos muito porque lutar. E a principal luta é na família e na comunidade para transformar. É a luta que nós chamamos a luta por direitos iguais. O direito dos homens e os direitos das mulheres. E se nós não começarmos a fazer isso na nossa casa juntos homens e mulheres nunca vamos mudar (discurso de uma participante nas comemorações do Dia Internacional da Mulher).

Reconheço que uma gama de direitos aos quais as mulheres fazem alusão pode ser analisada do ponto de vista do debate sobre a cidadania — e do exercício de direitos civis, políticos e sociais —, como também das discussões sobre os direitos humanos.[185] Todavia, o que eu gostaria de ressaltar é que a idéia de *direitos da mulher* fundida à prática política e ao desejo de mudar a vida está vinculada a uma concepção pouco precisa, porém extremamente importante: num contexto onde o atendimento às necessidade básicas dos setores mais pobres é por vezes intermediado por relações de clientelismo, de tutela e de favor, as mulheres afirmam-se como portadoras de direitos. Por isso, elas podem reivindicar, dependendo do contexto, tanto o acesso a direitos legais como o *direito* a viajar ou aspirar uma vida melhor.[186]

Na minha compreensão, as mulheres recorrem à linguagem de direitos com uma função prática, como diz Bobbio, ao "(...) emprestar uma força particular às

---

[185] A discussão sobre direitos é muito ampla e pode ser enfocada por diversos ângulos. Foge aos meus objetivos fazer uma discussão específica sobre essa temática. Cito, além de Marshall (1967) e Bobbio (1992), os (as) estudiosos(as) brasileiros(as) que produzem reflexões a esse respeito.Ver, entre outros(as): Doimo (1995), Dagnino (1994; 2000) e Paoli e Telles (2000), para a discussão sobre movimentos sociais e o apelo à cidadania; Benevides (1998), para o debate sobre direitos humanos e democracia; Valente (2000), para uma reflexão feminista da cidadania.

[186] Bobbio, em vários trechos do livro *A era dos direitos* (1992), assinala a diferença entre direitos e exigências. Ele ressalta ainda a diferença existente entre a tradição anglo-saxônica (que usa *moral rights* e *legal rights*) e a européia (que utiliza a distinção clássica entre direitos naturais e direitos positivos). Bobbio diz que por prudência prefere usar *direito* para aquilo que é efetivamente protegido – são expectativas que podem ser satisfeitas porque são protegidas por legislação; ele fala em *exigência* quando se refere a direitos não constitucionalizados, ou seja, as aspirações, mesmo que estas sejam justificadas com argumentos sobre direitos futuros.

reivindicações dos movimentos que demandam para si e para os outros a satisfação de novos carecimentos materiais e morais" (1992, p. 10).

Evelina Dagnino (1994), quando discute a emergência de uma nova cidadania intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, à construção democrática e ao nexo constitutivo entre cultura e política, aponta que um dos elementos presentes é a própria redefinição da noção de direitos, cujo ponto de partida é o *direito a ter direitos*. Para a autora esta noção de direitos

> … não se limita portanto a conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, ou à implementação efetiva de direitos abstratos e formais, e inclui fortemente a invenção/criação de novos direitos que emergem de lutas específicas e da sua prática concreta. A disputa histórica é aqui também pela fixação do significado de direito e pela afirmação de algo enquanto um direito (1994, p. 108).

Além disso, compreende, diferente do que analisou Marshall para a Inglaterra, simultaneamente a luta por direitos políticos, civis e sociais.[187] Basta lembrar que na década de 1980, por exemplo, as mulheres lutaram tanto pelo acesso à Previdência (direito social) quanto pelo direito de ser sócia do sindicato (direito político), como continuam lutando pelo direito de ir e vir (direito civil). Na minha visão, nas lutas das trabalhadoras rurais aparece também a enorme distância entre os direitos formais e o exercício efetivo dos direitos.[188]

A conquista de um direito legal, apesar de ser um avanço, não se traduz automaticamente em ganhos ou mudanças na posição da mulher. Basta lembrar que na Constituição de 1988 as trabalhadoras rurais conquistaram vários direitos, entretanto, a implementação desses direitos ocorre muitas vezes de forma muito lenta. O salário-maternidade previsto na Constituição só foi regulamentado em 1994,

---

[187] Marshall (1967, p. 63-64) divide o conceito de cidadania em três partes ou elementos. O *civil* é composto dos direitos necessários à liberdade individual: direitos de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de contrair contratos e o direito a justiça; *o político* é o direito de participar no exercício do poder político em várias instâncias; *o social* se refere a tudo que vai desde o "direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança de participar na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade" (p. 63-64). São exemplos de direitos sociais: educação, saúde, previdência, assistência, habitação, entre outros. Marshall diz que por muitos anos estes elementos estavam separados e que é possível atribuir a formação da vida de cada um a um século diferente. Os direitos civis ao século XVIII; os políticos ao século XIX; e os sociais ao século XX.

[188] Com base em Bobbio, Deere e León (2002) elaboram uma discussão sobre a distinção entre igualdade formal e real. Esta última diz respeito à igualdade substancial, que inclui elementos econômicos e não econômicos. Para Bobbio (*apud* Deere e León, *op. cit*. p. 47), a igualdade formal se refere à igualdade de direitos que abrange todos os direitos fundamentais enumerados em uma constituição como os direitos civis e políticos.

após muita pressão política. Além disso, as mulheres muitas vezes não preenchem os requisitos legais para ter acesso a esse direito.

No campo da participação política as mulheres enfatizam como conquista a participação no Movimento, nos sindicatos, na igreja, nos partidos políticos, em grupos de mulheres em nível local. Consideram ainda como importante o cumprimento da política de cotas no movimento sindical, que incluem tanto a participação nas diretorias dos sindicatos, federações, confederação, como a participação nos eventos como cursos, congressos e assembléias.

Fazer político

Um conjunto de aprendizados está relacionado à ação coletiva e ao fazer político. As mulheres adquirem habilidades e estratégias para desenvolver e fortalecer processos sócio-organizativos e políticos no que se refere a:

- realizar atividades político-educativas;
- dominar instrumentos de gestão e planejamento;
- promover, amparar, defender e argumentar a favor de uma demanda;
- criar e fortalecer conexões e vínculos entre as mulheres;
- estabelecer alianças com outros atores sociais;
- disseminar as propostas do MMTR.

Isto envolve o desenvolvimento de competências para o domínio de metodologias, técnicas e dinâmicas de manejo de grupo, de planejamento e de convencimento político. Para isso, as mulheres recorrem a fontes variadas: a experiência feminista com grupos de mulheres, o acervo da educação popular e também os rituais provenientes do catolicismo popular (os cantos, as orações, as celebrações).

Em alguns momentos o Movimento cria espaços mais formais para este tipo de aprendizado, porém, comumente elas disseminam, além dos conteúdos propriamente ditos, as técnicas e as dinâmicas nas atividades do Movimento. Por exemplo, se alguém vai para um encontro ou uma oficina de capacitação oferecida por alguma ONG ou outro ator social, em algum momento da reunião ou do encontro ela socializa para as demais o que aprendeu. Pode ser uma nova dinâmica de entrosamento, de apresentação, de animação, avaliação ou toda uma metodologia

de planejamento estratégico. É curioso que isso ocorre em várias instâncias: algo que é aprendido em uma reunião de coordenação do Movimento rapidamente é disseminado numa reunião de um pequeno grupo no sítio ou em alguma vila.

Contudo, as ativistas e lideranças lidam também com muitas dificuldades. Uma delas, como já falei antes, é conciliar as atividades do Movimento com as demandas da família e do trabalho. Também se referem à relutância das mulheres em participar das atividades do Movimento (*são convidadas, mas não comparecem*; *é difícil conscientizar as mulheres para participarem dos encontros).* Além disso, elas se defrontam com uma visão mais 'pragmática' das outras mulheres. Indagações (*o que vou ganhar com isso? para que você sai se não traz nada para casa?)* e expectativas de ganhos materiais às quais o Movimento não consegue responder de forma imediata deixam as ativistas embaraçadas.

Elas também relatam as aflições para manter o funcionamento dos grupos nos sítios e localidades. É difícil convencer as mulheres, enfrentar os preconceitos de que são alvo nas comunidades e conviver com a falta de apoio dos homens. Também é árduo encarar o *machismo* dos homens e das mulheres. Parece que as mulheres encontram um ambiente muito mais favorável, de respeito, valorização e estima nas redes de relações tecidas além dos sítios e comunidades onde vivem.[189]

Acesso a políticas e recursos

Quando as mulheres identificam as conquistas nessa área, elas abarcam tanto aquelas que são fruto das lutas das mulheres como outras que não têm uma relação direta com a ação do Movimento, mas representam uma melhoria na condição de vida dessas pessoas.

Algumas conquistas, como no caso da Previdência Rural, da inclusão nos programas de emergência e do título da terra em nome das mulheres, foram fruto de pressão e mobilização política das trabalhadoras rurais em nível local e/ou nacional. Há aquelas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, como os

[189] Uma das estratégias do Movimento para fortalecer a atuação das lideranças em nível local é viabilizar nos encontros a presença de mulheres e assessoras de outros municípios.

programas de crédito, que são demandas dos movimentos sociais rurais de forma mais ampla.

Elas também se referem a programas de complementação de renda desenvolvidos pelo Governo Federal — como o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil —, que objetivam contribuir para a redução da pobreza, melhorar a distribuição de renda e promover o acesso da população aos direitos básicos.[190] De forma geral os programas privilegiam famílias que vivem em condições de extrema pobreza e de exclusão social e que atendam aos critérios específicos previstos em cada um deles.[191]

Ganham também destaque as iniciativas desenvolvidas pelo Movimento, como as farmácias caseiras/comunitárias e o Projeto de Convivência com a Seca. Neste projeto a ênfase é a preservação dos recursos hídricos na região, bem como a aquisição de instrumentos que facilitam a coleta e o armazenamento doméstico de água. Também consideram como relevantes as lutas empreendidas na região para receberem o mesmo valor da diária paga aos homens quando executam trabalho assalariado. Reconhecem ainda que aprenderam a fazer projetos, a serem autônomas e a cuidar dos próprios negócios.

Quando elas citam as dificuldades de acesso a recursos e políticas, estas estão na sua maioria relacionadas à agricultura e ao semi-árido: seca, falta de água, de equipamentos para armazenar água nos períodos de chuva e alimentos na época da colheita, inexistência de política de comercialização dos produtos. Há uma preocupação com a carência de políticas de emprego e de geração de renda na

---

[190] Relatório de Gestão da Assistência Social, 2001. Secretaria de Estado de Assistência Social.

[191] No momento esses programas estão sendo reformulados, a partir da implantação da Bolsa-Família, que vai integrar todos os programas de complementação de renda, e das reformas ministeriais promovidas pelo governo em janeiro de 2004. Considero aqui as informações sobre os programas referentes ao período da pesquisa, ou seja, ao Governo de Fernando Henrique Cardoso. Nos depoimentos e entrevistas as mulheres se referem a três programas. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, que é um programa do Ministério da Assistência e tem como objetivo eliminar o trabalho infantil em atividades perigosas, insalubres penosas ou degradantes, destina-se prioritariamente a famílias atingidas pela pobreza e exclusão social, com renda *per capita* de até ½ salário-mínimo, com filhos na faixa etária de 07 a 14 anos. Bolsa-Alimentação é um programa do Ministério da Saúde que tem como objetivo complementar a renda familiar para a melhoria da alimentação e das condições de saúde e nutrição de gestantes, nutrizes, crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade e crianças filhas de mães soropositivas para o HIV/AIDS. Bolsa-Escola é um programa de transferência de renda do Ministério da Educação e atende a famílias com filhos na escola com renda mensal *per capita* inferior a R$ 90,00. A proposta do programa é conceder benefícios monetários às famílias em troca da manutenção das crianças na escola. Estes dois programas pagavam R$ 15,00 por criança atendida, até o limite de três filhos(as). (Relatório de Gestão da Assistência Social, 2001. Secretaria de Estado de Assistência Social.)

área rural (elas afirmam que *os filhos são sustentados com o dinheiro da aposentadoria dos velhos*).

Nos últimos anos pesquisadores(as) e ativistas de ONGs e movimentos vêm chamando atenção que o problema do semi-árido não é as secas, mas a ausência de políticas de desenvolvimento para a região. Além disso, o combate à fome e à miséria na região dever incluir a promoção de atividades produtivas adequadas ao semi-árido. No que se refere particularmente à agricultura familiar, além de políticas de apoio, são necessárias mudanças culturais e sociais mais amplas no que se refere à propriedade da terra, ao uso e à forma de produção. As famílias praticam uma agricultura de subsistência em condições muito precárias, quase fadada ao fracasso, com pouca sustentabilidade do ponto de vista social, econômico e ambiental. Além da falta de recursos, não há assistência técnica, capacitação e nem a disseminação de tecnologias apropriadas.

No que diz respeito às mulheres a situação ainda é mais grave. Elas têm acesso à Previdência e a programas de transferência de renda, entretanto, não há nem programas governamentais nem ações não governamentais voltadas para o desenvolvimento do seu potencial produtivo. Apesar do esforço do Movimento nessa área, as iniciativas ainda são muito pontuais e pouco sistemáticas.

Reconheço, entretanto, que além das iniciativas há duas experiências que estão sendo desenvolvidas atualmente que, se potencializadas, poderiam promover alterações na vida e no trabalho das mulheres. Uma está relacionada com o Centro de Educação Rural Comunitária – CECOR, que tem uma atuação voltada para a agricultura familiar e para o desenvolvimento de alternativas de convivência com o semi-árido. Nos últimos anos há um esforço da entidade em tornar o enfoque de gênero transversal aos seus projetos. Algumas mulheres do Movimento estão contando com o apoio do CECOR no desenvolvimento das suas atividades nas áreas de caprinocultura e de implantação dos sistemas agroflorestais, com repercussões importantes no trabalho feminino.

Uma outra exceção é Conceição das Crioulas. As mulheres já desenvolviam artesanato e por conta da rede de relações do Movimento tiveram acesso a informação, capacitação e oportunidades que viabilizaram parcerias com a

Universidade Federal de Pernambuco e com a cooperação internacional. Em nível local é um trabalho que integra, além do grupo de mulheres, a Associação Quilombolas e as artesãs. A experiência de Conceição das Crioulas tem alcançado êxitos em várias áreas. Destaco as premiações, a participação em feiras nacionais e internacionais e a parceria com agentes econômicos na Itália para a venda dos produtos.

Estas duas experiências, além da contribuição do Movimento no desenvolvimento de iniciativas nos sítios e comunidades, podem indicam caminhos promissores para a implantação de projetos que objetivem o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelas mulheres e a construção de alternativas para o semi-árido que sejam viáveis do ponto de vista ambiental, social e econômico.

4.2. Os usos da nomeação *mulher trabalhadora rural* nos documentos pessoais e profissionais das mulheres.

> Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde. Estou sentada em um banco aguardando Arlinda para visitar alguns sítios. Várias pessoas estão esperando por ela. Na minha frente estão um homem e uma mulher com uma criança. A mulher fica sentada com um recém-nascido no colo. Ele dá os documentos para Arlinda examinar. Ela olha os documentos. Vai olhando folha por folha à procura de algo. De vez quando é interrompida por uma outra senhora idosa. O homem pergunta o que falta, pois quer providenciar. Arlinda procura por um documento com a profissão de agricultora, e a mulher não tem. No registro de casamento, ela está como doméstica e também na certidão dos filhos. Arlinda pergunta se na matrícula das crianças ela declarou a profissão. A mulher não lembra. Pergunta pela ficha do posto, a mulher também não se recorda. Ela está completamente perdida e com um ar desolado. Diz que na época em que casou não tinha isso. Afirma que nos documentos do marido consta a profissão de agricultor. Arlinda diz que quando o homem é agricultor os benefícios são para ele e a mulher tem de ter algo que registre que ela é agricultora para poder ter direito ao benefício. Ela não tem. Sai de lá desolada. (Diário de Notas, março de 2002)

Quando alguém lhe perguntar, declare sua profissão: trabalhadora rural, lavradora ou agricultura. Este foi um dos lemas de uma campanha nacional realizada pelas trabalhadoras rurais em 1991, por ocasião dos censos demográfico e agropecuário.

Como já nos referimos anteriormente, as lutas das mulheres pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural é bastante recente. Apesar de desenvolverem atividades essenciais à manutenção da agricultura familiar, quando elas eram categorizadas profissionalmente eram definidas como *doméstica* ou *do lar*. Os afazeres domésticos,

os cuidados com a família e com a residência eram sobrepostos às suas outras atividades produtivas. O trabalho na agricultura era visto como um trabalho de homens. Se fôssemos analisar, como mostra Clara, a certidão de casamento dos homens e mulheres moradores(as) da área rural, chegaríamos à conclusão de que na agricultura familiar só havia um sexo e era masculino: o homem era considerado agricultor, a mulher doméstica.

> **R:** Homens e mulheres têm a mesma dificuldade de comprovar a profissão?
>
> **Clara:** Não, o homem tem mais facilidade porque, principalmente o homem casado, quando ele foi se casar na certidão de casamento colocavam logo agricultor. A mulher não, principalmente um tempo atrás, colocavam sem perguntar à mulher, profissão doméstica ou do lar.
>
> **R:** Por que no seu documento está a profissão de doméstica?
>
> **Isadora:** A mulé trabalhava na roça igual ao homi, mas todas quando ia tirar o documento assim, dizia doméstica.

Flora, ao organizar a documentação para encaminhar o processo da aposentadoria, percorreu várias instituições em busca de um documento no qual a sua profissão constasse como agricultora.[192]

> **R:** A senhora quando foi se aposentar já tinha todos os documentos?
>
> **Flora:** Eu já sabia, nenhuma trabalhadora rural sem documento, né? Aí eu me preveni com meus documentos. Quando eu fui, eu fui premero no hospital, aí a moça disse que num dava não, num tinha como, porque lá tava que eu era doméstica. Aí eu fui numa maternidade, aí disseram também que num tinha porque eu tava doméstica. Anos atrás a gente tirava documento, as mulhé da roça num dizia que era agricultora não, né. Era serviço de mulhé, ninguém enxergava que mulhé trabalhava, só dizia que era doméstica porque a mulhé fazia cumida, né. Trabalha na roça, lava roupa, que home num sabe nem sequer lavar uma cueca, nem uma meia, e as mulhé pra lavá as meia dos home, pra lavá as cueca, pra lavá as calça, pra lavá as camisa, pra lavá tudo quanto é roupa de menino, pra ajeitar menino pra ir pra escola, pra amarrar a cabra, pra dá água as cabra, pra butar água em casa, pra trabalhar de tudo quanto é serviço de roça e ainda num enxerga que uma mulhé é trabalhadora da roça, por mais que ela faça. Doméstica, como é que uma mulhé é doméstica se ela faz tudo quanto é serviço! O home como só trabalha na roça, num tem nada a vê com o serviço de casa, acha que ele é o tal, mas a mulhé sofre muito mais, sente mais dor, a força é mais pouca e trabalha muito mais.

Ao enumerar as atividades que desenvolve, Flora mostra como no regime de agricultura familiar estão imbricadas as diferentes atividades desempenhadas pelas mulheres. Elas se desdobram entre o trabalho realizado dentro de casa — cuidado com as crianças, preparo de alimentos, cuidado e higiene com a casa e com o

[192] Quando elas se referem estritamente à ocupação profissional é muito mais freqüente o uso do termo agricultora do que trabalhadora rural. Ver anexo 12c

vestuário —, na roça e com os animais De modo geral, quando falam do trabalho, de uma forma ou de outra elas chegam à mesma conclusão de Flora: trabalham muito e trabalham mais do que os homens, entretanto, por muitos anos o que elas faziam não tinha o estatuto de trabalho.

Diante da necessidade de ter documentos em que conste a profissão de agricultora, as mulheres passam a desenvolver uma série de estratégias. Uma delas é tirar novos documentos com a profissão de agricultora.[193] Uma outra se refere ao preenchimento de fichas e cadastros em escolas, postos de saúde e hospitais.

> ... mas eu tinha sempre algumas ficha, né. Nas escolas, quando eu ia butar um filho na escola perguntavam: que profissão é a da senhora? Digo da roça, sou agricultora. E cadê seus documentos? Meus documentos num vale nada, o que vale é minha profissão. Aí sempre butava agricultora. Quando eu ia me receitar que perguntava eu dizia. Trazia aquele papel de receita e também o papel de quando eu fui pra emergência (Flora).

Numa conversa com a agente de saúde de Jatiúca pergunto para ela o que as mulheres falam quando as funcionárias do Posto perguntam a profissão. Ela responde: “Quando pergunto a ocupação, todo mundo fala agora agricultora. As mulheres falam que é para botar agricultora, que como doméstica não aposenta. Ninguém mais quer botar doméstica ou do lar” (Caderno de Notas, 17/06/2002).

Pergunto se as mulheres prestam atenção quando ela preenche as fichas. Ela diz que sim e que às vezes as mulheres confirmam: *mulher, você botou mesmo a profissão como agricultora?* Ela conta ainda que diante de tanta solicitação a secretária de saúde já decidiu: “Quem não tem renda fixa, profissão, é agricultor. Quem mora em Jatiúca que não tem um emprego como telefonista, professora, é tudo agricultor. Elas moram aqui, mas trabalham na roça” (Caderno de Notas, 17/06/2002).

Uma outra estratégia diz respeito à ação dos STRs com os cartórios:

> Um dia eu vi a menina do cartório, chamarem ela no sindicato reclamando a elas. Ouvi muitas reclamações do sindicato por causa disso aí. Porque quando uma criança é registrada, no caso se ela for do sítio, tem de ser agricultora, né? Num pode ser, como é que diz, não pode ser doméstica, né? Aí elas não colocavam, não procuravam a profissão, aí botava doméstica. Quando a criança crescia, no caso deu mesmo, quando crescia que

[193] Principalmente o título de eleitor e a carteira de identidade. Uma vez conversei com uma assessora da CONTAG e ela me disse que em Minas Gerais as trabalhadoras rurais fizeram uma mobilização para que elas tirassem uma nova certidão de casamento na qual constasse a profissão de agricultora.

> precisava fazer um auxílio-maternidade, aí ficava: "você é domestica, num pode ter direito". Agora Arlinda tá exigindo do cartório (Geni).

As mulheres sabem que *se não botar a profissão de agricultora não consegue se aposentar* (Iracema) ou ter direito a qualquer outro beneficio da Previdência. Para isso, elas passam a exercer uma maior vigilância no preenchimento de fichas, cadastros e formulários. Quando percebe que foi escrito alguma outra coisa Iracema diz que *manda apagar* (risos)*, eu mando apagar na hora, na horinha.*

4.3. Nenhuma trabalhadora rural sem documentos

Este é o lema da Campanha de Documentação lançada em 1997, pela Articulação Nacional de Trabalhadoras Rurais – ANMTR. No Nordeste, a Campanha foi coordenada pelo MMTR-NE.

Em 08 de março de 2003, em parceira com o Projeto Dom Hélder Câmara (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e com a CONTAG, o MMTR-NE fez o lançamento do novo material da Campanha e das ações que serão desenvolvidas no Nordeste. A prioridade é atingir o semi–árido, especialmente os estados do Ceará, Rio grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. A campanha reafirma que só com documentos é possível comprovar a profissão e consolidar a cidadania das mulheres.

Atualmente, no Sertão de Pernambuco, são muitos os fatores que pressionam as mulheres para que elas providenciem a documentação pessoal e a dos(as) filhos(as): acesso à Previdência; atendimento em postos de saúde e hospitais; educação dos(as) filhos(as); inclusão em programas sociais de complementação de renda e programa de apoio à agricultura familiar; viagens; participação em rituais da Igreja Católica como, por exemplo, batismo e casamento. Para Isadora, "... hoje nada se consegue sem os documentos, até mermo se morrer, não enterra se não tiver documento ...".

Morrer e não enterrar por conta de um documento era a constatação que as pessoas faziam em Jatiúca por aqueles dias do mês de março de 2002. Isadora e os (as) demais moradores(as) de Jatiúca estavam estupefatos(as). Um morador de Jatiúca foi doente para Recife e lá faleceu. Quem acompanhava o rapaz esqueceu de trazer

o atestado de óbito. A família tentou fazer o enterro em três municípios diferentes e não conseguiu. Só após a autorização do juiz da comarca é que a família pôde fazer o sepultamento. Naqueles dias essa história foi o assunto principal dos(as) moradores(as). De vez em quando alguém comentava algum fato novo ou acompanhava as idas e vindas da família para fazer o velório. Pesarosas e pensativas as pessoas me diziam que tudo isso por *causa de um documento*.

Isadora também já tinha passado por uma experiência semelhante: um filho morreu e ela teve dificuldade de enterrar a criança porque ele não tinha certidão de nascimento. Além disso, ela teve que providenciar o registro dos(as) filhos(as) quando a Igreja Católica passou a exigir a certidão de nascimento para poder batizar as crianças; como ela não queria que ninguém ficasse (ou morresse) *pagão*, tirou a certidão de nascimento.

A história da aquisição dos documentos de Isadora é entremeada com aspectos da sua vida. Tirou a sua certidão de nascimento aos 18 anos e logo após, com a ajuda de um vereador, tirou o título de eleitor. Casou no civil e no religioso e aí ficou com um novo documento: a certidão de casamento. Por longos anos Isadora não sentiu necessidade de tirar outros documentos. Em 1989, ela estava grávida, teve que ser internada às pressas e o hospital exigiu a carteira de trabalho. Do trabalho nas frentes de emergência (1983; 1993; 1999) ela tem os comprovantes de pagamento, que alguém alertou para ela que era importante guardar, pois um dia iria necessitar. Em 2003, época da entrevista, Isadora estava providenciando outros documentos (CPF, RG, carteira de sócia do sindicato e um novo título), com vista à aposentadoria dali a cinco anos. Perguntei por que ela estava tirando agora essa documentação e ela disse que a Previdência não quer documentos novos, só documentos velhos.

Na narrativa de Flora ela nos conta das demandas sociais para a aquisição de documentos e também nos remete aos diferentes contextos interacionais dos quais ela participou quando teve que providenciar seus documentos.

> **R:** Conte quando a senhora começou a tirar os seus documentos.
> **Flora:** Aí, eu me criei, num sabia nem que inxistia documento pra ninguém. Quando eu já tinha 20 ou 16 anos, meu pai trabalhando no DR (Departamento de Estradas e Rodagens), aí disseram que ele tinha que casar no civi e registrar os filho tudo. Aí ele levou nóis pra Jatiúca. Nóis já tinha, dexo vê, nóis já tinha uns 18 ano ou mais. Levou nóis pra Jatiúca e foi

> registrar em Jatiúca. Mas as mulé ele só registrava dizeno que a gente era doméstica. Aí quando eu casei tirei a profissional, eu nem votá eu num votava. Depois de casada tava grávida do premero filho, aí fui tirar o título, depois a profissional, mas tudo era doméstica. Aí quando depois eu fui tirar a identidade, aí exigia: eu num quero nada de doméstica, que eu nunca fui doméstica, toda vida eu fui agricultora. Aí tirei a identidade como agricultora. Aí ele disse: mas a profissional da senhora é doméstica. Eu digo: é doméstica porque o povo faz o serviço a toa. Eu tava cum nervoso tão grande que eu chorei tanto nesse dia na delegacia. Eu quase num escrevo o nome, já num sabia e quase num escrevo. Eu fui sozinha, tava doente, tinha que ir pra São Paulo, aí saí sozinha. Pedi pro marido ir, ele disse: Oxente! você é doida menina? vamo gastar pra pagar passagem tua e minha. Oxente! só se eu fosse maluco! Aí eu fui só. Quando eu me inscrevi pra o CPF, aí eu fui tirar, na delegacia. Eu pensei logo: eita! vou lá pra onde tá esses soldado lá. Vai ser ruim! Aí eu fui, quando começou, aí eu chorando e tremendo. Ele disse, venha pra cá, chegue, vamo assistir filme. Vamo olhar os cabra se matando que a senhora vai controlar logo esses nervo pra pudê parar de chorar e escrever seu nome. Aí fui, num tinha ninguém se matando na televisão. Aí eu fiquei intertida achando bunito, num tinha custume cum televisão. Foi quando foi depois ele disse: tá mais controlada? Agora vamo lá. Aí quando eu voltei ele butou a premera coisa pra eu fazer, foi meu nome. Aí consegui. Tirei meus documento, logo ele me entregou, num deu maçada, que eu disse que tava indo doente pra São Paulo. Ele num deu maçada não, logo recebi na outra semana.

Assim como Isadora e Flora, quase todas as mulheres providenciaram a documentação quando surgiu alguma necessidade premente (anexo 12a). Algumas que estão na faixa etária dos 50 anos começaram a tirar o primeiro documento (a certidão de nascimento) a partir dos 18 anos. Logo após era encaminhado o título de eleitor, o restante da documentação era feito paulatinamente.

Algumas tiraram os documentos acompanhadas de um vereador ou de um cabo eleitoral de confiança da família. A família se livrava das taxas, dos gastos com transporte e das dificuldades no manejo da burocracia. Os vereadores ou cabos eleitorais facilitavam o processo de aquisição de documentos e, em troca, a família assumia o compromisso de votar naquele candidato.

Dentre as mulheres que estão na faixa dos 50 anos, Julieta é a única que não tem nenhum documento, nem mesmo o batistério.[194] Por conta disso, ela não pôde registrar seu filho, ele é registrado em nome de uma irmã dela. Julieta pouco sai de casa, nunca freqüentou escola e só foi ao médico uma vez.

[194] Certidão de batismo fornecida pela Igreja Católica. É um dos recursos utilizados pelos STRs e MMTR. Quando as mulheres não possuem documentos, o batistério se torna o principal documento que permite a aquisição dos demais.

Entretanto, não só as mulheres mais idosas se deparam com a falta de documentos. Conheci Sônia em Jatiúca, depois que alguém me disse que ela só saiu da maternidade com o filho porque a polícia autorizou, já que não tinha nenhum documento. Sônia tem 22 anos e estudou até a 7ª serie como *encostada*, ou seja, não era regularmente matriculada. Ela tem dois filhos, porém não registrou nenhum porque ela própria não tem documentação. Os filhos são atendidos no centro de saúde da mesma forma que ela estudou: sem nenhum cadastro ou inscrição. Como ela nasceu em outro município, disse que não tinha dinheiro para ir atrás do batistério. Sente pelos filhos que estão na mesma situação dela, Sônia diz *que não existe para o Brasil*.

Julieta, Sônia e seus filhos fazem parte de um setor da população que não possui nenhum tipo de documento. Para termos uma noção da gravidade dessa situação, basta mencionar que em 2001 no Brasil, segundo o IBGE, 36,2% das crianças nascidas vivas não tinham registro de nascimento. São estas pessoas que a Campanha de Documentação coordenada pelo MMTR-NE quer atingir.

De forma geral, no Sertão de Pernambuco homens e mulheres têm poucos documentos pessoais. Entretanto, devido ao alistamento militar, que é obrigatório, e às migrações de uma região para outra, os homens possuem mais documentos pessoais do que as mulheres. As constantes viagens para o Sudeste do país em busca de trabalho eram um fator determinante para que os homens adquirissem os documentos. Quem fosse para São Paulo ou Rio de Janeiro sabia que além do titulo de eleitor e da certidão de reservista era necessário providenciar a carteira de identidade e de trabalho.

Existem mulheres que têm documentos, porém com nomes diferentes. É comum, por exemplo, ser conhecida por um nome e possuir documentos com um outro. Ou ainda ser chamada por duas maneiras distintas. Isso decorre dos conflitos entre o pai e a mãe a respeito do nome da pessoa. Nem sempre ocorria um consenso no momento de decidir o nome de uma criança. Como era o pai que tinha o poder de registrar a prole no cartório, ele fazia como desejava. Em compensação, a mãe continuava a chamar o (a) filho(a) por outro nome. Homens ou mulheres conviviam anos a fio com dois nomes. Dessa forma, como várias mulheres só tiraram os

documentos quando adultas, nem todos os documentos apresentam uma coerência em termos dos nomes

Há uma variabilidade também nos sobrenomes. Por conta de conflitos familiares, às vezes por questões de herança de terra, os pais ressentidos decidiam romper os laços com a família de um deles e não mais batizar ou registrar os (as) filhos(as) com o sobrenome da família. Encontrei mulheres com o sobrenome completamente diferente do restante da família.

As pessoas relatavam que muitas vezes o registro de nascimento ficava por conta dos políticos ou do tabelião, que nem sempre levavam em conta a vontade dos pais na hora de registrar os (as) filhos(as) — inclusive o sexo. Como era alto o índice de analfabetismo no campo, pouco se conferiam os dados. Em muitos casos a grafia tem pouca relação com o nome da pessoa. Ficava a cargo do tabelião registrar as informações como ele compreendia.[195]

Entretanto, ainda que as mulheres encaminhem a documentação e construam estratégias para incluir a profissão de trabalhadora rural, elas se deparam com a falta de documentos que comprovem o trabalho na agricultura familiar. As mulheres possuem pouquíssimos documentos sobre o uso e a propriedade da terra.

É comum no Sertão de Pernambuco o (a) agricultor(a) plantar na terra de um conhecido ou de um parente e o pagamento ser feito por meio de parte da produção.[196] Este acordo é feito verbalmente e perdura até a colheita. No ano vindouro, o parceiro ou meeiro pode continuar ou não naquela terra ou fazer um novo acordo com outro proprietário. É muito comum também os (as) filhos(as) constituírem família e continuar morando e trabalhando na propriedade dos pais, sem necessitar regularizar a situação do uso da terra. No quadro sobre as mulheres e os documentos de propriedade da terra (anexo 12b), observa-se que, das 14 mulheres entrevistadas, cinco estão nessa condição.

---

[195] Encontrei uma jovem que, por conta do nome, o tabelião registrou o sexo como masculino. A família só percebeu o engano anos mais tarde, quando ela já era adolescente. Ao conversar com Vanete sobre isso ela me contou sobre a documentação da sua família. O tabelião era amigo do pai dela. Quando uma criança nascia, o tabelião fazia uma vista à família e perguntava o nome da criança para ele mesmo encaminhar o registro de nascimento, entretanto, isto gerou vários problemas. O nome da mãe foi modificado, de Ligia para Eligia; alguns(mas) filhos(as) têm o sobrenome da mãe, outros(as) o do pai; e há aqueles(as) cujos sobrenomes não pertencem nem ao pai nem à mãe.

[196] Pode ser 'meia' ou ' um terço' da produção; há uma enorme variabilidade de acordos e formas de pagamento.

Comumente os acordos são feitos entre os homens. Geralmente, as mulheres não participam das decisões sobre o uso da terra. Presenciei várias mulheres chegarem ao sindicato dizendo que trabalharam vários anos como meeira ou parceira, só que elas não dispunham de nenhum documento que comprovasse essa relação. Elas têm que percorrer os sítios e roçados atrás dos antigos proprietários, para que forneçam uma declaração de que elas realmente trabalharam. Às vezes elas não encontram mais o dono da terra ou eles se recusam a fornecer a declaração.[197]

Também é corriqueiro na região o 'trabalho de alugado'. Nessa modalidade a pessoa trabalha dois ou três dias na semana para alguém, por um determinado período de tempo, e recebe uma espécie de diária[198], porém não há nenhum vínculo empregatício entre quem contrata e quem é contratado. Geralmente ocorre nas fases de limpeza do terreno e plantio. Esta é a situação de Isadora. Mesmo tendo trabalhado vários anos 'de alugado', ela não tem nenhum documento que comprove esse trabalho.

Uma outra situação mais grave se refere à propriedade da terra. No quadro *as mulheres e os documentos de propriedade da terra* (anexo 12b)há duas situações: poucas mulheres são proprietárias, na grande maioria a terra pertence aos homens (pai, marido, sogro, irmão); quando as mulheres possuem terras elas não têm a documentação. Das três mulheres entrevistadas que tinham terra, só uma tinha a documentação. É importante observar que duas herdaram a terra da mãe (não havia homens na família) e uma recebeu a terra de uma tia.

Na região, a aquisição de terra ocorre por duas formas: herança ou compra. A 'terra de herança'[199] muitas vezes não é regularizada porque envolve uma diversidade de conflitos familiares em torno da partilha. A história de Isadora é bastante ilustrativa. Quando os pais casaram, o pai não tinha terra, eles foram morar num sítio que a mãe recebeu de herança. Como o pai contraiu um novo casamento, quando ele morreu a terra ficou com a madrasta e os filhos dela. Nunca houve uma partilha legal e Isadora sabe muito pouco sobre a situação legal da terra.

---

[197] A Instrução Normativa nº 57/2002 do INSS diz que se o proprietário tiver parceiro ou meeiro ele não pode se aposentar como segurado especial.

[198] Na época da pesquisa era R$ 5,00 a diária.

[199] Sobre as complexas questões que envolvem o gênero e as formas de transmissão de patrimônio ver Maria José Carneiro (2001) e Maria Ignêz S. Paulilo (2000).

Quanto à 'terra que é comprada', às vezes a família possui o recibo de compra e venda, porém não dispõe do título de propriedade (ou escritura, como se costuma falar na área rural). Vale salientar que a regularização da terra envolve gastos financeiros — escrituras, declarações, fotocópias e transportes — com os quais os (as) trabalhadores(as) não podem arcar. É mais fácil adiar por tempo indeterminado o processo de regularização.

Um outro tipo de documento se refere à venda de produtos e compra de equipamentos, insumos e sementes. Não faz parte da cultura local dos(as) agricultores(as) familiares vender seus produtos por meio de notas. Aliás, das mulheres entrevistadas nenhuma conseguiu vender na última safra produto algum. Quando elas fazem compras geralmente não pedem nota fiscal.

De forma geral, parece-me que tem sido mais fácil as mulheres utilizarem os espaços que socialmente são designados como femininos (escola, postos de saúde e hospitais) para adquirir documentos que incluam a profissão de trabalhadora rural, do que desencadear mudanças sobre o uso ou a propriedade da terra na família e na comunidade.

Ao analisar a pesquisa que o MMTR-NE realizou sobre a situação documental das mulheres trabalhadoras rurais, é possível perceber a disparidade existente entre os documentos pessoais e aqueles relacionados ao trabalho na agricultura. Foram pesquisadas 3.071 mulheres em 25 municípios de oito estados do Nordeste: 83% possuem título de eleitor; 75% certidão de nascimento; 74% carteira de identidade; 54% CPF. Já no que diz respeito aos documentos sobre o uso e a propriedade da terra, apenas 3% possuem contrato de arrendamento; 5,8 % título da terra; 18% recibo do Incra; 2,5% bloco de produtora.

Parece que a discussão sobre a aquisição de terra por parte das mulheres (seja através de herança ou compra) ainda é um tema a ser enfrentado. Desde os anos de 1980 que as mulheres lutam para que o título de propriedade da terra seja concedido em nome do casal.[200] Com a Constituição de 1988 as mulheres conquistaram o direito ao título da terra independentemente do estado civil.[201]

[200] Ver Ligia Albuquerque e Isaura Rufino (1987).
[201] Deere e León (2002) assinalam que o Brasil (ao lado da Colômbia em 1988) se tornou o primeiro país na América Latina a prever a possibilidade de título da terra em nome do homem e da mulher (titulação conjunta)

Entretanto, até bem pouco tempo, por exemplo, no cadastro do INCRA só havia espaço para que fosse incluído o nome do homem como proprietário da terra.[202]

Na pesquisa que realizaram sobre os assentamentos de reforma agrária em nível nacional, Maria da Graças Rua e Miriam Abramovay (2000) assinalam que apesar de não existirem impedimentos legais das mulheres serem reconhecidas formalmente como portadoras do direito ao cadastramento, posse ou propriedade de parcelas de terra, a maioria dos cadastros, contratos ou posse é feita em nome dos homens. As mulheres e os (as) filhos(as) aparecem como dependentes.[203]

Já no que se refere a herança de terra por parte das mulheres, no Sul do Brasil, Maria Ignêz Paulilo (2000) afirma que apesar das variações e exceções há uma tendência maior dos filhos homens herdarem a terra. Se for preciso excluir alguém as mulheres são as primeiras a ser escolhidas. Além disso, quando a terra pertence à mulher por herança, o marido é considerado responsável. O acesso das mulheres à terra ocorre também quando elas casam com homens que possuem terra. A autora chama atenção, entretanto, que nas conversas com as mulheres quase sempre isto não é citado.[204]

No estudo sobre o empoderamento da mulher, direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina, Deere e León (*op. cit*.) argumentam que, apesar dos avanços legais, as mulheres na América latina têm menos probabilidade de ter sua própria terra do que os homens, e quando têm, suas propriedades são menores. As autoras enfatizam que mesmo quando a posse é coletiva (no caso das comunidades camponesas e indígenas) os costumes e as práticas tradicionais discriminam as mulheres, de forma que à maioria delas são negados os direitos efetivos à terra. No entender das autoras, a posse da terra e de bens em geral por parte da mulher melhora o seu poder de barganha não apenas dentro da família, mas também, potencialmente, dentro da comunidade e da sociedade mais ampla.

---

nos processos de reforma agrária. Entretanto, como não era obrigatória, a aplicação ficava a critério dos funcionários do INCRA.

[202] Ver Maria da Graças Rua e Miriam Abramovay (2000).

[203] Segundo as autoras só 12% das mulheres são cadastradas.

[204] Há poucos trabalhos sobre gênero e transmissão de patrimônio no Brasil. No que se refere à área rural, Deere e León (*op. cit.)* acentuam que grande parte dos trabalhos foi realizada no Sul do Brasil.

Ao final deste capítulo retorno à pergunta inicial: se o uso da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco favorece o empoderamento das mulheres e o acesso a direitos.

À primeira vista diríamos que sim, o uso da nomeação *mulher trabalhadora rural* e a ação coletiva das mulheres têm incidido nas relações de gênero na área rural, provocando alterações na posição delas na família, na comunidade e na sociedade em geral.

As mulheres investem para que os temas que dizem respeito às suas vidas circulem em diversas esferas políticas e transformam determinadas demandas e carecimentos em reivindicações diversas: acesso a direitos e a políticas públicas; participação nas decisões que afetam as suas vidas em vários espaços sociais; mudanças nas relações de gênero e na posição das mulheres.

Estas mudanças também incidem no sentido de *self* das mulheres. Elas se sentem valorizadas e fortalecidas; aprenderam a expressar e formular suas idéias e opiniões; perderam o medo de falar e de se posicionar dentro e fora de casa (*self* 1). Isto abrange o desenvolvimento de novas capacidades e habilidades, como também a criação de novos valores e crenças sobre elas mesmas (*self 2*). Contudo, no que se refere ao *self 3* (disposições, capacidades e habilidades que os outros nos atribuem), os conflitos e as tensões que as mulheres enfrentam na família e na comunidade provavelmente indicam que as mudanças nesse *self* são mais complexas e lentas.

No que se refere a recursos materiais e econômicos, as mulheres praticam uma agricultura de subsistência com pouco acesso a recursos monetários. Outras formas de obtenção de recursos são a Previdência Social (aposentadoria, salário-maternidade, auxílio-doença), as políticas de complementação de renda do governo federal ou os projetos desenvolvidos pelo Movimento. Entretanto, salvo exceções, não há, de forma sistemática, ações voltadas para o fortalecimento das atividades produtivas desenvolvidas pelas mulheres.

Além disso, apesar de não existirem impedimentos legais, as mulheres têm pouco acesso à propriedade e à titulação da terra. Em nível nacional, o movimento de mulheres trabalhadoras rurais tem pressionado o Governo Federal para a

implementação de ações específicas que garantam que nos projetos de reforma agrária a documentação do assentamento ou parcela seja expedida em nome do casal ou da mulher, quando solteira. Uma outra reivindicação é que as mulheres sejam 'enquadradas' como trabalhadora rural, e não como doméstica, nas declarações, cadastros e formulários expedidos pelos órgãos governamentais. Também tem pressionado para que o Governo Federal realize uma campanha nacional de documentação que tenha como público prioritário as mulheres trabalhadoras rurais.[205]

Por fim, é importante ressaltar três outros fatores que na minha opinião podem contribuir a longo prazo para as mudanças em nível local.

Atualmente as mulheres na área rural apresentam um nível de escolaridade maior do que os homens, diferentemente do passado, quando a educação era um privilegio masculino. Quanto mais alto o nível de escolaridade, mais forte é a presença feminina. Além disso, há um outro fenômeno na área rural: as mulheres jovens estão migrando bem mais para a área urbana do que os homens jovens. Elas se deslocam para trabalhar e para estudar.

Mesmo sem poder avaliar com mais critério, há que se considerar que por conta dos programas sociais (como por exemplo o Bolsa-Escola) e da Previdência Social as mulheres passam a ter acesso a ganhos monetários mensais.[206] Ainda faltam estudos que permitam examinar as repercussões desse fato em termos de maior poder e barganha das mulheres nas suas famílias, bem como da liberdade de ir e vir.

Com a municipalização das políticas sociais e uma maior ampliação dos serviços públicos, as mulheres passam a ter um maior conhecimento e manejo dos programas sociais e da burocracia institucional, mantendo interlocução com outros atores fora do universo da família. Encontrei mulheres que por adquirir esses conhecimentos usufruem uma posição de destaque na família e na comunidade onde moram: acompanham os doentes à sede do município ou em outras cidades, falam com os (as) médicos(as), ou encaminham os exames, ajudam as vizinhas a tirar documentos e encaminhar os processos à Previdência Social.

[205] Pauta de reivindicações da I Marcha das Margaridas, agosto de 2002.
[206] Lembro que os pagamentos dos programas de complementação de renda são feitos em nome das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> 26 de janeiro de 2003. Reunião de avaliação e planejamento anual do Movimento. Como em todos os encontros do Movimento, as atividades que são realizadas no dia de domingo começam com uma oração. Já no final da tarde do sábado elas escolhem uma pequena equipe para preparar e coordenar esse momento. Dependendo do grupo escolhido a cerimônia pode sofrer alterações. Geralmente as mulheres ficam em círculo em pé, cantam, lêem algum trecho da Bíblia e fazem comentários sobre a leitura. Após os comentários a palavra é aberta para pedidos ou agradecimentos, aí sabemos das doenças e curas, das aflições, das tristezas e alegrias, das conquistas ou dificuldades cotidianas não só das mulheres, mas da família, de parentes ou vizinhos(as). Nesse dia, após os comentários sobre a leitura da Bíblia, elas falam que querem agradecer a minha presença e se despedir de mim. Fico atônita! No dia anterior eu tinha apresentado às mulheres as atividades realizadas durante um ano de pesquisa. Disse ainda que dedicaria todo o ano de 2003 à análise das conversas, depoimentos, entrevistas, relatórios e à escrita da tese. Desta forma, provavelmente não participaria das atividades do Movimento durante esse período. Elas fizeram perguntas sobre o andamento da tese, a conclusão e a data da defesa. Manifestaram o desejo de conseguir recursos para participar da defesa, "ver o que vão falar da gente". Durante a oração elas falam da nossa convivência, dos comentários que eu fiz e das nossas conversas. Todas estão em pé no círculo. Uma a uma sai do seu lugar me abraça e se despede. Daí a pouco quase todas nós estamos chorando. (Caderno de Notas, janeiro de 2003)

Difícil dar por encerrado esse trabalho, especialmente no que concerne à escrita das considerações finais. Como as mulheres fizeram comigo, quando lhes comuniquei sobre meu afastamento das atividades do Movimento, é necessário fechar esse ciclo, o que implica participar de um ritual que inclui a retomada do objetivo, das questões formuladas e das reflexões teóricas.

Para começar tomo emprestado mais uma vez as palavras de Geertz, para quem

> A análise cultural é intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa. É uma ciência estranha, cujas afirmativas mais marcantes são as que têm base mais trêmula, na qual chegar a qualquer lugar com um assunto enfocado é intensificar a suspeita, a sua própria e a dos outros, de que você não o está encarando de maneira correta. Mas essa é que é a vida do etnógrafo, além de perseguir pessoas sutis com questões obtusas (1989, p. 20).

Reconheço que o autor está falando do seu fazer como antropólogo, entretanto, suas afirmações me servem de inspiração. Como Geertz, os (as) psicólogos(as)

afinados com as reflexões construcionistas têm enfatizado que o conhecimento é produto de processos sociais. Estas reflexões desmistificam as crenças que situam a ciência como algo transcendental, universal, verdadeiro e superior às práticas humanas. Nessa concepção, os critérios de verdade são produtos humanos contingentes, específicos e relativos às nossas práticas (IBAÑEZ, 1994). O conhecimento é situado no rol das práticas sociais, aberto a questionamentos, a novas configurações e possibilidades. Talvez resida aqui um dos elementos mais fascinantes do fazer cientifico: seu caráter contingente, histórico e situado.

Uma vez tecidas essas considerações lançarei mão de uma das estratégias mais usadas pelas mulheres nos momentos finais das reuniões: a ênfase nos aprendizados decorrentes do processo. Não destacarei todos eles, o que seria impossível, entretanto mencionarei aqueles que considero mais relevantes para esse momento.

Dos caminhos da pesquisa

Três fontes serviram de inspiração do ponto de vista epistemológico, político, ético e metodológico: as reflexões construcionistas sobre pesquisa, a discussão feminista e o debate etnográfico. A pesquisa foi abordada como prática social, crítica e reflexiva (SPINK; MENEGNON, 1999) e permeada pela discussão etnográfica como um empreendimento dialógico não controlado, envolvendo, em alguma medida, tanto o conflito quanto a colaboração (CLIFFORD, 2002). Essa compreensão implica na reorientação de alguns dos pressupostos já consagrados na literatura sobre pesquisa.

Primeiramente, o (a) pesquisador(a) não possui informantes e sim interage com interlocutores(as) em diferentes contextos significativos. Os posicionamentos, os limites e as possibilidades são negociados. Segundo, as opções metodológicas adotadas resultam de processos que nem sempre estão previstos nos planos e cronogramas traçados. Muitas vezes tive que abolir determinada estratégia de pesquisa e aceitar os limites estabelecidos pelas pessoas do lugar, como parte de um contexto de permanente negociação. Por último, em nenhuma hipótese o (a) pesquisador(a) pode romper os acordos e os compromissos estabelecidos com os (as) seus (suas) interlocutores(as), que não se esgotam ao final da pesquisa. Como destacam Spink e Menegon (*op. cit.*), a postura ética implica o estabelecimento de uma relação de

confiança e respeito à intimidade das pessoas: desligar o gravador quando for solicitado, não utilizar informações que violem a privacidade das pessoas; respeitar os silêncios; saber abrir mão de informações que de algum modo impliquem em situações constrangedoras para os (as) envolvidos(as).

Das reflexões teóricas

Para a compreensão da nomeação *mulher trabalhadora rural* procurei fazer uma articulação teórica entre as reflexões feministas e a Psicologia Social. Em principio, fui mobilizada pelas reflexões feministas que analisam a ação política das trabalhadoras rurais, focando as mudanças/permanências nas relações de gênero a partir da "identidade". Elas problematizam se as lutas e reivindicações das mulheres ocorrem em torno da identidade de gênero ou de classe. Apesar das mudanças, as autoras afirmam que a identidade da mulher trabalhadora rural continua sendo construída em torno da figura de mãe e de esposa. Essa forma de abordagem me levou a procurar reflexões teóricas capazes de dar conta de uma noção de *self* construído na interação social, a partir das posições que as pessoas ativamente negociam.

Na minha visão, a Psicologia Social discursiva, ao focar as práticas discursivas e os contextos específicos de interação social, lança novas reflexões sobre categorias psicológicas a que usualmente as feministas recorrem nas suas análises, tais como identidade, emoção, subjetividade, papel, posicionamentos, entre outras. Reconheço que, pelo menos no Brasil, as reflexões feministas não têm incorporado o aporte da Psicologia Social discursiva. Nas reflexões sobre empoderamento, por exemplo, as feministas ainda recorrem a determinadas categorias psicológicas desconhecendo o debate critico sobre estas categorias na Psicologia Social. Por outro lado, a Psicologia Social discursiva tem muito a ganhar com a critica feminista a categorias como sexo e gênero, bem como sobre as relações de poder.

Do objetivo

Como enfatizei no primeiro capítulo, ao longo da pesquisa o objetivo sofreu alterações. Ao procurar entender a construção da nomeação *mulher trabalhadora rural* fui aos poucos atraída pelos usos da nomeação em contextos específicos, o que me levou

a focar os posicionamentos e as estratégias identitárias de empoderamento e obtenção de direitos.

A nomeação *mulher trabalhadora rural* é utilizada de diferentes maneiras e com objetivos diversos. Num jogo habilidoso, ora elas se posicionam como mulheres, ora como trabalhadoras, ora como moradoras da área rural. Nas suas reivindicações e proposições, dependendo do contexto, elas se posicionam como mães, sertanejas, sofredoras, trabalhadoras da roça, mulheres, moradoras do Sertão, trabalhadoras, mulheres do campo, ativistas e também como trabalhadoras rurais.

Em alguns momentos as mulheres utilizam a nomeação para reivindicar direitos previdenciários (aposentadoria, salário-maternidade) ou outros direitos (assistência, saúde, habitação, educação). Em outros, a nomeação é usada para exigir do Estado políticas e programas sociais atinentes à questão agrária e às questões agrícolas (acesso à terra, à tecnologia, a créditos e a assistência técnica).

As mulheres também fazem uso da nomeação para buscar novos pactos e negociações no espaço privado, especialmente no que concerne às atividades domésticas, ao cuidado com os (as) filhos(as), à relação afetiva com o companheiro/ marido e à construção de novos ritmos e tempos no âmbito familiar e comunitário. Em outros espaços e contextos, a nomeação serve para as mulheres falarem de si, para outras mulheres e para os homens, a respeito da conquista da auto-estima, dos aprendizados, da capacidade de realização e da coragem face às dificuldades cotidianas.

As mulheres elaboram várias estratégias que permitem a circulação, em diferentes espaços e processos sociais, de uma idéia fluida e pouco demarcada sobre o trabalho feminino na área rural e, particularmente, sobre o trabalho das mulheres na agricultura familiar. Isso lhes permitiu construir complexas teias e redes de movimentos que incluem, além das pessoas do lugar, feministas, militantes sindicais, participantes de ONGs, estudiosas e as trabalhadoras rurais nos planos regional, nacional e internacional.

Os processos de empoderamento não atingem as mulheres da mesma forma; eles são moldados de acordo com o contexto local e com a posição específica que elas ocupam na família, na comunidade ou nas relações mais amplas. Há famílias nas

quais as mulheres conseguem estabelecer um poder de barganha maior e construir novos pactos conjugais com o marido/companheiro e novas relações com os (as) filhos(as); já em outras, as mulheres encontram muitas resistências para constituir novas posições.

Os processos de empoderamento que implicam mudanças das relações de gênero não necessariamente rebatem nos espaços privados e nas esferas públicas concomitantemente. No caso do Sertão Central, as mudanças são mais complexas. Arrisco também a contrariar as pesquisadoras que afirmam que a participação das mulheres em movimentos sociais provoca mudanças nas relações de gênero nas esferas pública e privada. Podem provocar sim, mas não da mesma forma e intensidade.

É paradoxal perceber que no Sertão Central, apesar da consolidação do Movimento, das lutas empreendidas e das redes tecidas em diversos âmbitos, a família e a comunidade parecem resistir ao empoderamento das mulheres na área rural. A liberdade de ir e vir independentemente dos interesses familiares e o exercício da sexualidade fora da união conjugal não são conquistas plenamente estabelecidas para todas as mulheres. As participantes do Movimento enfrentam conflitos, tensões e dificuldades na família e na comunidade para poder decidir sobre aspectos importantes das suas vidas como o tempo, o trabalho, a sexualidade, a participação política, entre outros.

Uma das dimensões importantes do empoderamento diz respeito ao acesso e controle de recursos. No meu entender, esta dimensão precisa se tornar uma prioridade do Movimento e dos demais atores sociais. São necessárias ações positivas que garantam o acesso das mulheres à propriedade da terra, bem como o fortalecimento do seu potencial produtivo. Isto inclui acesso a tecnologia, crédito e assistência técnica, bem como uma política de comercialização dos produtos.

Das questões que necessitam ser melhor investigadas

A falta de documentos das mulheres que comprovem o uso e propriedade da terra parece indicar o pouco acesso e controle que elas têm sobre a mesma. Entretanto, há poucas pesquisas que abordam como as questões de gênero e geração moldam a herança, a compra e a venda de terras no Brasil e particularmente no semi-árido.

Uma outra questão diz respeito à Previdência Social. Para ter acesso aos benefícios da Previdência, como segurado especial,[207] homens e mulheres têm que apresentar um conjunto de documentos[208] que comprove o exercício da atividade profissional durante o período requerido pela legislação. Entretanto, em vários depoimentos as mulheres enfatizam que, além da chamada 'prova documental', elas têm que trazer no corpo e na vestimenta as marcas do trabalho extenuante e da privação material e social. Parece-me que a inclusão dos(as) agricultores(as) na Previdência Social está assentada numa série de exigências que inclui não só a legislação e a documentação, mas também a apresentação de inscrições corporais que comprovem o trabalho na agricultura: mãos cheias de calos e nódoas, pele queimada do sol, unhas com terra, roupa velha, sandália de dedo (as mulheres não botam batom e nem tampouco esmalte).

No meu entender, são necessárias pesquisas sobre o acesso à Previdência Rural que abordem, além da legislação, os microprocessos de negociação estabelecidos na classificação e definição de alguém como trabalhador ou trabalhadora rural. Vale ressaltar que a apresentação das inscrições corporais não encontra amparo na legislação previdenciária.

A última questão diz respeito à liberdade de ir e vir e ao exercício da sexualidade feminina independente da união conjugal. Vimos que há restrições a essa liberdade, entretanto, são necessários estudos etnográficos que evidenciem se elas estão relacionadas com a faixa etária e o ciclo de vida da família. Por exemplo, as mulheres mais idosas têm mais liberdade? E as mulheres que desenvolvem atividade econômica fora da agricultura familiar, elas usufruem de mais liberdade? E as mulheres mais jovens que se deslocam para estudar e trabalhar? Que novos acordos estão sendo criados?

---

[207] Homens e mulheres que trabalham no regime de agricultura familiar são considerados, para a Previdência Social, segurados especiais.

[208] Homens e mulheres encontram dificuldades em reunir os documentos exigidos pela Previdência Social, e passam também por uma série de constrangimentos sociais, para comprovar o exercício da atividade profissional como é exigido na legislação. Entretanto, as mulheres têm que apresentar diferentes evidências de que de fato elas não são 'doméstica' ou 'do lar'. Os constrangimentos sociais e as dificuldades são também condicionados pelo gênero.

Dos novos horizontes

Durante o ano de 2003, quando Vanete vinha ao Recife me mantinha informada sobre os acontecimentos: o mutirão para tirar o lixo do riacho Olho D'água; a participação das mulheres na segunda Marcha das Margaridas, em Brasília; o I Encontro de Mulheres Negras Trabalhadoras Rurais; a aprovação de um projeto com o Consulado da Alemanha para aquisição de ferramentas e máquinas para o trabalho das mulheres na agricultura; o segundo evento da Campanha do Laço Branco; um passeio em dezembro em um parque aquático.

Na última vez que nós conversamos, em fevereiro de 2004, durante a reunião da secretaria nacional da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe, recebo duas notícias. A primeira é que foi escolhido um grupo de mulheres para participar da defesa da tese em São Paulo; já conseguiram a hospedagem, faltam agora as passagens. A outra notícia vem na forma de um convite: querem que eu participe da organização de duas publicações do Movimento — uma sobre a revitalização do Riacho Olho D'água e a outra sobre a História do Movimento. Vanete encerra essa nossa conversa dizendo: *quando você concluir sua tese ligue para a gente, aí marcaremos uma reunião com a coordenação para começar esse trabalho.*

O convite do Movimento me faz lembrar das reflexões de Peter Spink sobre a pesquisa psicossocial :

> Devemos esperar e estar preparados para responder como psicólogos sociais: o que nós estamos fazendo, como e aonde? O que temos a ver com o campo-tema; O que estamos fazendo ali? Qual é a nossa contribuição, a nossa parte neste processo? Precisamos aprender que ser parte de um campo-tema não é um fim de semana de pesquisa participante e muito menos uma relação de levantamento de dados conduzido num lugar exótico, mas é, antes de mais nada, a convicção moral que, como psicólogos sociais, estamos nesta questão, no campo-tema, porque pensamos que podemos ser úteis (2003, p. 27).

E podemos ser úteis de diferentes maneiras! Uma delas, por exemplo (o Movimento já se antecipou ao formular o convite), é contribuir de diferentes formas com a ação coletiva das mulheres e com o fortalecimento das redes movimentalistas. Uma outra é poder ser parte da *conversação em andamento* sobre o campo-tema, trazendo novas vozes, argumentos e posicionamentos para o debate sobre algumas questões tratadas nesta tese.

Finalmente, vale salientar que, não obstante as dificuldades, os usos da nomeação *mulher trabalhadora rural* como estratégia identitária de empoderamento e acesso a direitos contribuem para a construção de novas formas de sociabilidade e um padrão mais democrático das relações sociais. Possibilitam também, para a família, para a comunidade e para a sociedade em geral, um aprendizado da convivência com as trabalhadoras rurais, “que recusam permanecer nos lugares que foram definidos socialmente e culturalmente para eles[as]“ (DAGNINO, 1996, p. 109).

FONTES DE PESQUISA

Cartilha, folder, carta aberta e outros

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – ANMTR. Nenhuma Trabalhadora Rural sem documentos. Cartilha. 1997.

PÓLO SINDICAL SERTÃO CENTRAL. Mulher excluída do programa de emergência. Serra Talhada, julho de 1983.

MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO. Proposta para aumentar a participação de nós mulheres, trabalhadoras rurais, no nosso movimento sindical. Pernambuco, maio de 1985.

_____. A seca no Nordeste e suas implicações. Serra Talhada, novembro de 1991.

_____. Contra a exclusão da trabalhadora rural de chapa sindical para a eleição do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Serra Talhada. Pernambuco, junho de 1993.

_____. A violência contra a mulher é um obstáculo à evolução humana. Fôlder. Serra Talhada, 1996.

_____. 20 anos de organização, lutas, conquistas. Fôlder. Serra Talhada, 2003.

MMTR-NE *et al*. Nenhuma trabalhadora rural sem documentos. Campanha de documentação. Fôlder. Março de 2003.

_____. Nenhuma trabalhadora rural sem documentos. Campanha de documentação. Cartilha. Março de 2003.

CONTAG *et al*. Pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas. Brasília, agosto de 2000.

Revista

A mulher e o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Brasília, CONTAG, março de 2002.

Jornais

Primeiro passo para a valorização das mulheres trabalhadoras rurais. *Diário de Pernambuco*. Recife, 08.03.1985.

I Encontro de mulheres rurais do sertão. *Folha Sindical*. Recife, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco, s.d.

Livros

ALMEIDA, Vanete. *Ser mulher num mundo de homens*. Serra Talhada: MMTR-N E / THRESHOLD FOUNDATION, 1995.

MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO. *Uma história de mulheres.* Serra Talhada, 1994.

Relatórios de Reuniões da Coordenação e Equipe de Animadoras do MMTR – Sertão Central

MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO. Relatório da I Reunião de Agricultoras de Caiçarinha. Serra Talhada, dezembro de 1982. (mimeo)

_____. Relatório da III Reunião de Mulheres Agricultoras de Caiçarinha. Serra Talhada, março de 1983. (mimeo)

_____. Relatório de Reunião. Serra Talhada, maio de 1983.

_____. Relatório de Reunião. Serra Talhada, julho de 1983.

_____. Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Serra Talhada, dezembro de 1984.

_____. Relatório do II Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Serra Talhada, novembro de 1985.

_____. Relatório do III Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Serra Talhada, dezembro de 1986.

_____. Relatório do IV Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Serra Talhada, novembro de 1987.

_____. Relatório do I Encontro de Animadoras. Pólo Sindical Sertão Central. Serra Talhada, setembro de 1986.

_____. Relatório da Reunião de Capacitação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão. Serra Talhada, novembro de 1987.

_____. Relatório da Reunião de Preparação do IV Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Serra Talhada, setembro de 1987.

_____. Relatório do Encontro de Diretoras dos Sindicatos das Trabalhadoras Rurais. Garanhuns, agosto de 1987.

_____. Relatório do Encontro para Troca de Experiências. Ouricuri, outubro de 1998.

_____. Relatório do V Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, dezembro de 1988.

_____. Relatório do II Encontro de Animadoras do Pólo Sindical Sertão Central. Serra Talhada, junho de 1988.

_____. Relatório do III Encontro de Animadoras do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, setembro de 1988.

_____. Relatório do IV Encontro de Animadoras do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, fevereiro de 1989.

_____. Relatório do V Encontro de Animadoras do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, junho de 1989.

_____. Relatório do VI Encontro de Animadoras do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, setembro de 1989.

_____. Relatório do VII Encontro de Animadoras do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, dezembro de 1989.

_____. Relatório do VIII Encontro de Animadoras do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, fevereiro de 1990.

_____. Relatório do IX Encontro de Animadoras do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, abril de 1990.

_____. Relatório do X Encontro de Animadoras do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, julho de 1990.

_____. Relatório do XI Encontro de Animadoras do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, outubro de 1990.

_____. Relatório do XII Encontro de Animadoras do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, janeiro de 1991.

_____. Relatório do XIII Encontro de Animadoras do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, março de 1991.

_____. Relatório do XIV Encontro de Animadoras do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, maio de 1991.

_____. Relatório do XV Encontro de Animadoras do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, agosto de 1991.

_____. Relatório do XVI Encontro de Animadoras do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, novembro de 1991.

_____. Relatório do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central com Irmã Arlinda. Serra Talhada, novembro de 1991.

_____. Relatório do XVII Encontro de Animadoras do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, janeiro de 1992.

_____. Relatório do XVIII Encontro da Coordenação do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, março de 1992.

_____. Relatório do XIX Encontro da Equipe de Coordenação do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, junho de 1992.

_____. Relatório do Curso de Pequenos Animais do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, setembro de 1992.

_____. Relatório de Reunião da Coordenação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, dezembro de 1992.

_____. Relatório do XXI Encontro da Equipe de Coordenação do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, março de 1993.

_____. Relatório do XXII Encontro da Equipe de Coordenação do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, junho de 1993.

_____. Relatório do XXIII Encontro da Equipe de Coordenação do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, setembro de 1993.

_____. Relatório do XXIV Encontro da Equipe de Coordenação do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, dezembro de 1993.

_____. Relatório de Reunião da Equipe de Coordenação do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, janeiro de 1994.

_____. Relatório da XXVI Reunião da Equipe de Coordenação do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, março de 1994.

_____. Relatório da XXVII Reunião da Equipe de Coordenação do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, junho de 1994.

_____. Relatório da XXVIII Reunião da Equipe de Coordenação do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, setembro de 1994.

_____. Relatório do Lançamento do Livro “Uma História de Mulheres” do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, setembro de 1994.

_____. Relatório Anual do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, 1994.

_____. Relatório do I Encontro de Agricultura Sustentável. Serra Talhada, novembro de 1995.

_____.Relatório do II Encontro de Mulheres Jovens do Pólo Sindical Sertão Central. Serra Talhada, agosto de 1996.

_____. Relatório do Encontro da Coordenação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sindical Sertão Central. Serra Talhada, agosto de 1996.

_____. Relatório da Reunião do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central com o CECOR. Serra Talhada, setembro de 1996.

_____. Relatório de Reunião de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, fevereiro de 1998.

_____. Relatório do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, junho de 1998.

_____. Relatório do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, abril de 1998.

_____. Relatório do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, novembro de 1998.

_____. Relatório do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, janeiro de 1999.

_____. *Relatório de Visitas aos STRs do Sertão Central .* Serra Talhada, maio de 1999.

_____. Relatório do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, junho de 1999.

_____. Relatório do Encontro de Avaliação e Planejamento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, janeiro de 2000.

_____. Relatório do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, abril de 2000.

_____. *Relatório do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central .* Serra Talhada, julho de 2000.

_____. Relatório do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, setembro de 2000.

_____. Relatório do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, outubro de 2000.

_____. Relatório do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, janeiro de 2001.

_____. Relatório do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, abril de 2001.

_____. Relatório do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, setembro de 2001.

_____. Relatório do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, janeiro de 2002.

_____. Relatório do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, abril de 2002.

_____. Relatório do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, julho de 2002.

_____. Relatório do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central. Serra Talhada, setembro de 2002.

REDE ACREANA DE MULHERES E HOMENS. Relatório do I Encontro de Trabalhadoras Rurais do Acre. Rio Branco, junho de 1989.

Relatórios de Encontros do MMTR – Sertão Central

MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO. Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (dezembro de 1984). Serra Talhada, 1985.

_____. Relatório do II Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (novembro de 1985). Serra Talhada, 1986.

_____. Relatório do III Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (dezembro de 1986). Serra Talhada, 1987.

_____. Relatório do IV Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (novembro de 1987). Serra Talhada, s.d.

_____. Relatório do V Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (dezembro de 1988). Serra Talhada, s.d.

_____. Relatório do VI Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (dezembro de 1990). Serra Talhada, 1993.

_____. Relatório do VII Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (maio de 1992). Serra Talhada, s.d.

_____. Relatório do VIII Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (novembro de 1993). Serra Talhada, 1994.

_____. Relatório do IX Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (novembro de 1995). Serra Talhada, s.d.

_____. Relatório do X Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (dezembro de 1999). Serra Talhada, 2000.

_____. Relatório do XI Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (dezembro de 2002). Serra Talhada, 2000.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base*. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar: um olhar de gênero. In: SEMINÁRIO GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR, 1998, São Paulo. SOF – Sempreviva Organização Feminista.

ALBUQUERQUE, Ligia; RUFINO, Isaura. Elementos que dificultam a participação da mulher no processo de reforma agrária. In: LAVINAS, Lena (coord.). *Mulher rural, identidades na pesquisa e na política*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1978.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 1999.

ALVAREZ, S. *et al*. (org.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ALVES, Maria de Fátima Paz. É homem trabalha que nem a gente: um estudo sobre relações de gênero e o trabalho feminino numa comunidade rural do agreste pernambucano. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

ANDRADE, Manoel Correia. A geografia e a questão social. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

_____. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6.ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

_____. *A problemática da seca*. Recife: Líber, 1999.

AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, nº especial, p. 203-215, out., 1994.

BAKHTIN, M. The problem of speech genres. In: Emerson, C.; Holquist, M. (eds.) *Speech genres and other late essays*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1994.

_____. (V.M. Volochínov) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

BARROS, Diana Luz Pessoa. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 27-37

BATISTA FILHO, Malaquias (org.). *Viabilização do semi-árido nordestino*. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, 2001.

BENEVIDES, Maria Victória. Democracia de iguais mas diferentes. In: FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramos, 1998.

BERNARDES, Anita Guazzelli; HOENISCH, Júlio César Diniz. Subjetividade e identidades: possibilidades de interlocução da Psicologia Social com os estudos culturais. In: GUARESCHI, Neusa Maria de Fátima; BRUSCHI, Michel Euclides (orgs.). *Psicologia Social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 95-126.

BESSA, Karla Adriana. Posições de sujeito, atuações de gênero. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v.6, n.1, p. 34-45, 1998.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONDI, Liz. Localizar as políticas de identidade. *Debate Feminista*, São Paulo, edição especial Cidadania e Feminismo, p. 245-275, 1999.

BRANCO, Adélia de Melo. *Mulheres da seca: luta e visibilidade numa situação de desastre*. João Pessoa: UFPB, Editora Universitária, 2000.

BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado. *Prostitutas no Jardim da Luz: dor e prazer na batalha pela sobrevivência.* Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, v.2, n.3, p.17-32, 1994.

_____. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistências da discriminação? (1985-1995). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas:ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Editora 34, 2000. p.13-58.

BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. *Novo dicionário Aurélio século XXI*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". *Cadernos Pagu*, Campinas, n.11, p. 11-42, 1998.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v.8, n.2, p. 91-108, 2000.

CAPPELLIN, Paola; SANTOS, Lilian Venâncio. *Movimento sindical e identidade política feminina (Paraíba – 1976-1985): a participação feminina na estrutura sindical rural e urbana*. Relatório de Pesquisa. João Pessoa: UFPB, março de 1986.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v.9, n.1, p. 22-55, 2001.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 2002. p. 167-193.

CARREIRA, Denise. *Viver é afinar um instrumento: processos de formação feminista no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CASTRO Mary; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHNI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Revista *Camuflagem e Transparência: As mulheres no sindicalismo*, São Paulo, 199(?)

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CIAMPA, Antonio da Costa. *A estória do Severino e a estória da Severina: um ensaio de Psicologia Social*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 2.ed. Org. e rev. José Reginaldo S. Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CORDEIRO, Rosineide. Relatório da pesquisa *Identidade, práticas sociais e cidadania: o movimento de mulheres rurais no Norte – Nordeste*. Recife, 2000. (mimeo)

COSTA, Ana Maria; KAREN , Kátia. *Saúde da mulher trabalhadora rural*. Brasília, 1994. (mimeo)

COSTA, Cláudia de Lima. Rigoberta Menchù, a história de um depoimento. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, UFRJ, v.1, n.2, p.306-320, 1993.

_____. O leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. *Cadernos Pagu*, Campinas, UNICAMP, n.2, p.141-174,1994.

_____ . Sujeitos ex/cêntricos: explorando as fronteiras das teorias feministas. In: FAZENDO GÊNERO: SEMINÁRIO DE ESTUDOS SOBRE A MULHER. Anais... Ponta Grossa: Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1996. p. 51-59.

_____.O tráfico do gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, UNICAMP, n.11, p. 127-140, 1998.

_____. Etnografia, representação e prática política. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. *Falas de gêne*ro. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 77-104.

_____. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (com)texto. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (orgs.). *Masculino feminino plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. p. 57-90.

_____. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, Campinas, UNICAMP, n.19, p.59-90, 2002.

CRUZ, Lindalva Alves. *A emergência da mulher como sujeito político e coletivo na hsitória do MMT/PB*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

CUNHA, Auri Donato da Costa. Relações de gênero na agricultura familiar no perímetro irrigado de São Gonçalo. In: BRUSCHINI, Cristina; BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil.* São Paulo: FCC; Editora 34, 1998. p. 193-194.

CUT/CONTAG. *Revista Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil*, Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical, São Paulo, ago., 1998.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In ALVAREZ, S. *et al*. (org.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 61-102.

DANZINGER, Kurt. The varietes of social construction. *Theory and Psychology*, v.7, n.3, p. 399-416, 1997.

DAVIES, B.; HARRÉ, R. Posicionando: a produção discursiva de selves. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v.20, n.1, p. 43-63,1990. Trad. Mary Jane P. Spink. São Paulo, 1996. (mimeo)

DEERE, Carmem; LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher: direito à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2002.

DELGADO, Guilherme; CARDOSO, José Celso. Condições de reprodução econômica e combate à pobreza. In: _____. *A universalização dos direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos ano 90*. Brasília: IPEA, 2000.

DELGADO, Guilherme; SCHWARZER, Helmut. Evolução histórico-legal e formas de financiamento da Previdência Rural no Brasil. In: DELGADO, Guilherme; CARDOSO, José Celso. *A universalização dos direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90*. Brasília: IPEA, 2000.

DIAS, Maria Odila Leite. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPCS, 1995.

DUGDALE, Anni. Juggling sameness and difference. In: LAW, J.; HASSARD, J. (eds.) *Actor, network theory and after*. Oxford, Inglaterra: Blackwell, 1979. p. 113-135.

DUQUE, Ghislaine; CIRNE, Maria Nilza Ramalho. Pobreza rural no Nordeste semi-árido: cidadania ou exclusão social. In: FERREIRA, Ângela D. Damasceno;

BRANDENBURG, Alfio (org.). Para pensar outra agricultura. Curitiba: Editora UFPR, 1998. p. 131-146.

DURHAM, Eunice. *Família e reprodução humana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983. (Perspectivas Antropológicas da Mulher, 3)

EDWARDS, Derek. L´estudi de la psicologia popular em acció. In: IÑIGUEZ, L. *El llenguatge em lês ciències humaines i socials*. Barcelona, Espanha: Universitat Oberta de Catalunya,2001.

FAO – ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION. *Mirando hacia Beijing 95: Mujeres Rurales en América Latina y el Caribe: situación, perspectivas, propuestas.* Chile: 1995.

_____. *Reunion Regional sobre la Mujer Rural y la Legislacion Agrária.* Chile, 1996. (Informe)

FONSECA, Cláudia. Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHNI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 310-333.

_____. A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea. In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC; Editora 34, 2002. p. 267-293.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: história da violência nas prisões. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*.11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *Microfísica do poder.* 15 ed. Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FRASER, Nancy. A luta pelas necessidades: esboço de uma teoria crítica socialista-feminista da cultura política do capitalismo tardio. *Debate Feminista*, São Paulo, edição especial Cidadania e Feminismo, p. 105-141, 1999.

GARCIA, David Córdoba. Identidad sexual y performatividad. Disponível em <http//antalya.uab.es/athenea/num4/cordoba.pdf>.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. *O saber local: novos estudos em antropologia interpretativa*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (orgs.). *Masculino feminino plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 293-313.

_____. Estudos sobre mulheres ou de gênero? Afinal o que fazemos? (Teorias sociais e paradigmas teóricos). In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 329-343.

_____. Feministas históricas e novas feministas no Brasil. In: *Antropologia em primeira mão*. Florianópolis: PPGAS, p. 284-307.

GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmem. Entrevista com Joan Scott. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v.6, n.1, 1998, p. 114-124.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v. 9, p. 167-195, 2001.

GROSSI, Miriam Pillar; TEIXEIRA, B. (orgs.) *Histórias para contar: retrato da violência física e sexual contra o sexo feminino na cidade de Natal*. Natal: Casa Renascer; Florianópolis: NIGS/UFSC, 2000.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes/FASE, 1991.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; BRUSCHI, Michel Euclides (orgs.). *Psicologia Social nos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. O sertão e a identidade nacional em Capistrano de Abreu. In: BURITY, Joanildo (org.). *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2004.

HACKING. I. *?La construcción social de qué?* Trad. Jesus Sánchez. Espanha: Paidós, 2001.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, UNICAMP, n.5, p. 07-41, 1995.

_____. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Antropologia do Ciborgue – as vertigens do pós humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 38-129.

HARRÉ, R. *The singular self*. London: Sage Publications, 1998.

HARRÉ, R.; GILLETT, Grant. *A mente discursiva: os avanços da ciência cognitiva*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

HOUAISS, A. Dicionário eletrônico da língua portuguesa.

IBAÑEZ, T. Acercamiento a la Psicologia Social contemporânea: el interacionismo simbólico, la etnometodologia y la problemática del 'self'. In: _____. *Aproximaciones a la Psicologia Social.* Barcelona: Senday, 1990. p. 177-190.

_____. Construcionismo e Psicologia. *Revista Interamericana de Psicologia*, v.28, n.1, p. 19-34, 1993.

_____. *Psicologia Social Construcionista*. Guadalajara, México:Universidade de Guadalajara, 1994 a.

_____. La construccion del conocimiento desde una perspectiva socioconstrucionista. In: MONTERO, M. (org.) *Conocimiento, realidad e ideolog*ia. Caracas: Asociación Venezolana de Psicologia Social – AVEPSO, 1994b. p. 39-48.

IBAÑEZ, T. ; IÑIGUEZ, Lupicinio. Aspectos metodológicos de la Psicologia Aplicada. In: ALVARO, JOSÉ *et al*. (coord.) *Psicologia Aplicada*. Madrid: McGraw-Hill, 1996.

ÌÑIGUEZ, L. Identidad: de lo personal a lo social. Um recorrido conceptual. Disponível em <http:// antaya.uab.es/liniguez>. 2001a.

_____. *El llenguatge em lês ciències humaines i socials*. Barcelona, Espanha: Universitat Oberta de Catalunya, 2001b.

_____. La Psicologia Social em la encrucijada postconstruccionista. Historicidad, subjetividad, performatividad, acción. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 12., 2003, Porto Alegre.

IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta (org.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid, 2003. p. 21-44.

JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)*. Recife: Massangana, 1990.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Identidade. In: STREY, Marlene Neves *et al. Psicologia Social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 159-167.

KROTH, Sirlei Antoninha. Atalhos da Luta: trajetória e experiências das mulheres agricultoras e do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (1983-1993). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

LAW, John. After ANT: complexity, naming and topology. In: LAW, J.; HASSARD, J. (eds.) Actor, network theory and after. Oxford, Inglaterra: Blackwell, 1979. p. 1-13.

LAMAS, Marta. Feminismo e liderança. In: AGEND/Centro Flora Tristan *et al*. *Mulheres no Comando. Além do Cairo e Beijing: fortalecendo as ONGs na América Latina*. Brasilia, 1999. p. 25-56.

LANE, Silvia T. Maurer. Avanços na psicologia social na América Latina. In: LANE, Silvia T. Maurer; SAWAIA, Bader Burihan (orgs.). *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense; EDUC, 1995. p. 7-81.

LAURENTIS. T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org.*) Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAVINAS, Lena (coord.). *Mulher rural, identidades na pesquisa e na política*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1978.

LAVINAS, Lena; CAPPELIN, Paola. Gênero e classe: mulheres trabalhadoras rurais. *Caderno da CUT Mulheres Trabalhadoras Rurais*, São Paulo, maio, 1991, p. 28-41.

LEÓN, Magdalena. *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: Editores Tercer Mundo, 1997.

LIMA, Isa Maria. *Mulheres na luta pela terra e as relações patriarcais na família camponesa.* Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992.

LOBO, Elizabete. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org. Roberto Machado. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000 p. VII – XXIII.

MALUF, Sonia Weidner. Corporalidade e desejo: tudo sobre minha mãe e o gênero na margem. *Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v. 10, n.1, p. 143-153, 2002.

_____. O dilema de Cênis e Tirésias: corpo, pessoa e as metamorfoses de gênero. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (org.). *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 261-275.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Trad. Meton Phillip Schmitter. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEDEIROS, Leonilde S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde S.; NOVAES, Regina. Relatório de pesquisa*: Ação e organização sindical no setor rural.* São Paulo/Brasília: CUT/CONTAG, 1997.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENEGON, Vera Mincoff. Consentindo materialidades: o caso da reprodução assistida. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 12., 2003, Porto Alegre. Trabalho apresentado na Mesa Redonda: Psicologia_ Social@materialidades.net:dialogando com dissidentes contemporâneos. Disponível em <http//antalya.uab.es/athenea/num4/mincoff.pdf>

MIELE, Neide. *A mulher na palha da cana*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

_____. Paraíba feminina, mulher forte sim senhor! In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 18., 1994, Caxambu-MG. (GT Processos Sociais Agrários)

MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Secretaria de Estado da Assistência Social. *Relatório de Gestão*. Brasília: 2001.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. *Debate Feminista*, São Paulo, edição especial Cidadania e Feminismo, p. 29-47, 1999.

NIKOLAS, Rose. *Inventig ourselves: Psychology, power and personhood*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1998.

NOGUEIRA, Conceição. "Ter" ou "fazer" o gênero: o dilema das opções epistemológicas em Psicologia Social. ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 12., 2003, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. A categoria de (des) ordem e a pós-modernidade da Antropologia. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso *et al*. *Pós-modernidade*. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. Sistema de produção: uma perspectiva de gênero. In: *Segundo Caderno: Debates. Programa Integrado de Capacitação em Gênero: Desenvolvimento, Democracia e Políticas Públicas*. ABONG, s.d.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais, conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S, *et al*. (org.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p.103-148.

PARKER, I. Discurso, cultura y poder en la vida cotidiana. In: GORDO, A.; LINAZA, J. *Psicologías, discurso y poder*. Madrid: Visor, 1988.

_____. Discursive Psychology. In: Fox, D. ; Prilleltensky, I. (eds.) *Critical Psychology: a handbook*. Londres, Sage, 1997.

PAULILO, Maria Ignêz . A mulher e a terra no brejo paraibano. In: BRUSCHINI, Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia (org.). *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense; Fundação Carlos Chagas, 1982. p.163-189.

_____. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. ENCONTRO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: Cultura, política e sexualidade no século XXI, 4., 2000, Florianópolis, UFSC. (mimeo).

PAVAN, Dulcinéia. *As marias sem terras: trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão – SP (1985-1996)*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

PINHEIRO, Odette de Godoy. Entrevista: uma prática educativa. In: SPINK, Mary Jane P. (org) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 1999. p.183-214.

PINTO, Celi Regina Jardim. Movimentos sociais: espaço privilegiado da Mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992.

PORTELLA, Ana Paula. *Mulher e mudança social.* Recife: 1995. (mimeo)

_____. Direitos sexuais e reprodutivos no contexto rural. *Cadernos SOS CORPO*. Recife, julho, 2002.

POTTER. J. *et al*. Discourse: noun, verb or social practice. *Philosophical Psychology*, v.3, n.2, p. 205-217, 1990.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v.10, n.1, p. 155-167, 2002.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (orgs.). *Masculino feminino plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 21-42.

REVILLA, Juan Carlos. Los anclajes de la identidad personal. *Athenea Digital*, n. 4, otoño, 2003. Disponível em <http://antalya.uab.es/athenea/num4/revilla.pdf>.

RIBEIRO, Maria Auxiliadora. *A perspectiva dialógica na compreensão de problemas sociais: o caso da pesca em curral em Ipioca – Maceió-AL*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

RODRIGUEZ, Eva Patrícia Gil. Por qué le llaman gènero cuando quíeren decir sexo?: una aproximación a la teoria de la performatividad de Judith Butler. Disponível em <http//antalya.uab.es/athenea/num2/Gil.pdf>, 2002.

ROMANO, Jorge. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta (org.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid, 2003. p. 09-20.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: as reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, UFRGS, ano 1, p. 11-36, 1995.

ROWLANDS, J. Empoderamiento y mujeres rurales en Honduras: un modelo para el desarrollo. In: LEÓN, Magdalena (org.). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: Editores Tercer Mundo, 1997. p. 213-245.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. *Companheiras de luta ou coordenadoras de panelas? As relações de gênero nos assentamentos rurais.* Brasília: UNESCO, 2000.

SATO, L. *Astúcia e ambigüidade: as condições simbólicas para o replanejamento negociado do trabalho no chão da fábrica*. Tese (Doutorado em Psicologia) - IPUSP, USP, 1997.

_____. Processos organizativos cotidianos e corriqueiros: a leitura da etnometodologia. *Psicologia e Sociedade*, São Paulo, ABRAPSO, v.13, n.1, p. 129-150, jan.-jun., 2001.

SATO, L; SOUZA, Marilene P. R. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Revista Psicologia*, São Paulo, USP, v.12, n.2, p. 29-47, 2001.

SAWAIA, Bader Burihan. Identidade: uma ideologia separatista? In: _____ (org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 119-127.

SCOTT, Joan. *Gênero:* u*ma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS CORPO, 1991.

_____. Prefácio a Gender and Politics of historia. *Cadernos Pagu*, Campinas, UNICAMP, n.3, p. 11-27, 1994.

_____. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, n.16, p. 297-325, fev.,1998.

_____. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. *Debate Feminista*, São Paulo, edição especial Cidadania e Feminismo, p. 203-222, 1999.

_____. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002. Cap. 1 e 6.

SCOTT, Russel Parry. *O Homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990. (Cadernos de Pesquisa, n.73)

SHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SHOTTER, John. Harré, Vygotsky, Vico, Wittgenstein: Academic discourses and conversational realities. *Journal for the Theory of Social Behavior*, Oxford, 27:2/3 0021-8308, p. 344-357, 1993.

_____. *Conversational realities: constructing life through language*. Londres: Sage Publications,2000.

SIGAUD, Lygia. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SILVA, Tomaz Tadeu. Nós ciborgues: o corpo elétrico e a dissolução do humano. In: _____ (org.). *Antropologia do Ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____ (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SIQUEIRA, Deis. A organização das mulheres trabalhadoras rurais:o cruzamento de gênero e de classe social. In: TEIXEIRA, J.G. (org.) *Tecnologia agropecuária e a organização dos trabalhadores rurais*. Brasília: UNB,1992. p. 57-89.

SIQUEIRA, Deis *et al*. Trabalhadoras rurais sindicalizadas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 18., 1994, Caxambu-MG. (GT Relações Sociais de Gênero)

SIQUEIRA, Deis; BANDEIRA, Lourdes. Mulheres e relações de gênero no sindicalismo rural brasileiro. *Caderno Ceas*, Salvador, n.181, maio/junho, 1999.

SPINK, Mary Jane P. Os métodos de pesquisa como linguagem social. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 11., 2001, Florianópolis. (Mesa redonda: Questões Teórico-metodológicas em Psicologia Social)

_____. Psicologia Social, governamentalidade e linguagem de riscos na vida cotidiana. Trabalho apresentado no GT Cotidiano e Práticas Sociais. ANPEP, Águas de Lindóia, agosto de 2002.

_____. *Psicologia Social e saúde: práticas, saberes e sentidos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Subvertendo algumas dicotomias instituídas pelo hábito. In: Encontro Nacional da ABRAPSO, 12., 2003, Porto Alegre. Trabalho apresentado na Mesa Redonda: Psicologia_ Social@materialidades.net:dialogando com dissidentes contemporâneos. Disponível em <http//antalya.uab.es/athenea/num4/spink.pdf>.

SPINK, Mary Jane P.; MENEGON, Vera Mincoff. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, Mary Jane P. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano.* São Paulo: Cortez , 1999. p. 63- 92.

_____. Práticas discursivas como estratégias de governamentalidade: a linguagem dos riscos em documentos de domínio público. São Paulo, 2003. (mimeo)

SPINK, Mary Jane P.; FREZZA, Rose Mary. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, Mary Jane P. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano.* São Paulo: Cortez , 1999. p. 123-151.

SPINK, Mary Jane P.; LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: a explicação do espaço da interpretação. In: SPINK, Mary Jane P. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano.* São Paulo: Cortez , 1999. p. 93-122.

SPINK, Mary Jane P.; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodologica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane P. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano.* São Paulo: Cortez , 1999. p. 41- 61.

SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, Mary Jane P. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano.* São Paulo: Cortez , 1999. p. 17-39.

_____. Um lugar para o lugar na psicologia. In: ENCONTRO DA ANPEP, 2000, Águas de Lindóia. Trabalho apresentado no GT Cotidiano e Práticas Sociais.

_____. Prácticas públicas. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, São Paulo, 2002. (mimeo)

_____. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, ABRAPSO, v.15, n.2, p. 18-42, 2003.

STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 1992. Introdução.

STROMQUIST, Nelly. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir en campo de la educación. In: LEÓN, Magdalena. *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: Editores Tercer Mundo, 1997. p. 75-95.

SUÄREZ, Mireya. *Mulheres e desenvolvimento agrário no Brasil: uma* perspectiva de gênero. Brasília: IICA, Escritório do Brasil, 1992.

SUASSUNA, Ariano. *História do Rei degolado nas caatingas do Sertão*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1977.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. *Revista Pagu*, Campinas, Unicamp, n.12, p. 109-120, 1999.

TANAKA, Catarina. *A psicologia social da fofoca*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Equipe; Salvador: UFBA, 2002.

VALENTE, Virginia Vargas. Una reflexion feminista de la ciudadanía. *Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v.8, n.2, p. 171-189, 2000.

VEIGA, José Eli. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Texto provisório para discussão. Brasília: MDA; NEAD, 2001.

VILAR FILHO, Manoel Dantas. Secas e ciclos secos: sinopse analítica. In: BATISTA FILHO, Malaquias (org.). *Viabilização do semi-árido nordestino*. Recife: Instituo Materno Infantil de Pernambuco, 2001. p. 51-58.

YOUNG, Kate. El potencial transformador en las necesidades prácticas: empoderamiento colectivo y el proceso de planificación. In: LEÓN, Magdalena (org.). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: Editores Tercer Mundo, 1997. p. 99-118.

WERTSCH, J. Beyond Vygotsky: Bakhtin´s contributions. In: _____. *Voices of the Mind*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1991.

WETHERELL, M. e POTTER, J. El análisis del discurso y la identificación de los repertorios interpretativos. In GORDO, A.; LINAZA, J. *Psicologías, discurso y poder*. Madrid: Visor, 1988.

Sites:

www.dawn.org.fj

www.fetape.org

www. mec.gov.br